

CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - Ano 37 - n. 60 - Jun. 2024 - ISSN 2175-0173

Patrimônio cultural 60

CADERNOS DO CEOM

Patrimônio Cultural

v. 37, n. 60

(Jun/2024)

<http://dx.doi.org/10.22562/2024.60>

Cadernos do CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

Rua Lfbano, 111-D, CEP: 89805-510, Chapecó-SC (Brasil)

Fone: (49) 3323-4779

E-mail: ceom@unochapeco.edu.br

Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores

Miriam Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Conselho Editorial Nacional

Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco

Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina

Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará

Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará

Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco

Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional

Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)

Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)

Giulia Marciani – Università di Bologna (Itália)

Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores

Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2023 e 2024:

Ademir Salini – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Adilson Rodrigues da Silva – Serviço Social do Comércio Mato Grosso do Sul

Adriana Mortara Almeida – Universidade Federal de Minas Gerais

Alejandro Acosta – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)

Alex Dias de Jesus – Instituto Federal do Piauí

Alfredo Ricardo Silva Lopes – Universidade Federal de Santa Catarina

Aline Bertoncello – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Aline Lazarotto – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Alisson Souza Castro – Fundação cultural de Brusque

Ana Lucia Herberts – Scientia Consultoria Científica

Ana Marcela França – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Anderson Saccol Ferreira – Universidade do Oeste de Santa Catarina

André Egidio Pin – Universidade Federal de Santa Catarina

André Luis de Lima Carvalho – Universidade Federal da Bahia

Antônio José Alves de Oliveira – Instituto Nacional da Mata Atlântica

Bruno Aranha – Museu Histórico de Pinhalzinho

Carlos Alberto Santos Costa – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Carlos Mauro de Oliveira Júnior – USP

Claiton Marcio da Silva – Universidade Federal da Fronteira Sul

Clovis Antonio Brighenti – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Débora Nunes de Sá – Universidade Federal de Santa Catarina

Emerson Neves da Silva – Universidade Federal da Fronteira Sul

Esther Rossi – Universidade Federal de Santa Catarina

Euripedes Funes – Universidade Federal do Ceará

Fabricio José Nazzari Vicroski – Universidade de Passo Fundo

Fernando Sossai – Universidade da Região de Joinville

Francimar Ilha da Silva Petrolí – Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina

Gerson Witte – Instituto Federal de Santa Catarina

Haruf Salen Espindola – Universidade Vale do Rio Doce

Humberto Rocha – Universidade Federal da Fronteira Sul

Isabel Rosa Gritti – Universidade Federal da Fronteira Sul

Jailson Bonatti – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

João Carlos Tedesco – Universidade de Passo Fundo

Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

José Carlos Radin – Universidade Federal da Fronteira Sul

José Gustavo Santos da Silva – UNESCO

José Luiz de Andrade Franco – Universidade de Brasília

José Roberto Heloani – Universidade Estadual de Campinas

Lindomar Wessler Boneti – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Luciano Figueiredo – Universidade Estadual do Piauí

Marcos Gerhardt – Universidade de Passo Fundo

Marcos Kreuz – Universidade do Vale do Taquari

Marlon Brandt – Universidade Federal da Fronteira Sul

Melanie Montinard – Universidade Federal de Rio de Janeiro

Miguel M Xavier de Carvalho – Universidade Federal da Fronteira Sul

Natalia Hanazaki – Universidade Federal de Santa Catarina

Neli Galarce Machado – Universidade do Vale do Taquari

Paloma Karuza Maroni da Silva – Universidade de Brasília

Pedro Müllberst Pereira – Instituto Estadual de Educação Santa Catarina

Reinaldo Lindolfo Lohn – Universidade Federal de Santa Catarina

Renata Brauner Ferreira – Universidade Federal do Rio Grande

Renato Viana Boy – Universidade Federal da Fronteira Sul

Rosângela Fachel – Universidade Federal de Pelotas

Samira Moretto – Universidade Federal da Fronteira Sul

Sebastião Rodrigues – Universidade Federal Fluminense

Sidélia Teixeira – Universidade Federal da Bahia

Tania Lucia Muneron – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Tarcísio Pereira Bastos – Fundação Oswaldo Cruz

Tatiane de Freitas Ermel – Universidade Complutense de Madri

Vera Lucia Navarro – Universidade de São Paulo

Wesley Kettle – Universidade Federal do Pará

Revisão: revisão dos textos sob responsabilidade dos autores

Diagramação e Capa: CEOM/Unochapecó

Fotografia de capa: Cestaria indígena exposta na Semana Cultural do Toldo Chimbangue, Chapecó (SC), 2009. Foto: Equipe CEOM/Unochapecó.

905

Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. --

Vol. 28, (jan./jul. 2008) -, - Chapecó : Unochapecó, 2008-

Semestral.

Modo de acesso: Internet

<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54>>

Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013)

ISSN: 2175-0173

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Catálogo Biblioteca Central da Unochapecó

CDD 905



REITOR: Prof. Claudio Alcides Jacoski
VICE-REITOR E PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: Prof. José Alexandre De Toni
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: Prof. Andréa de Almeida Leite Marocco
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO: Prof. Silvana Muraro Wildner

SUMÁRIO

DOSSIÊ PATRIMÔNIO CULTURAL

- 09** **Dossiê Patrimônio Cultural: apresentação**
Josiane Roza de Oliveira
- 15** **A defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul em Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1969)**
The defense for the conservation of the Escola-Classe 114 Sul building in Brasilia in the columns of journalist Yvonne Jean (1962-1969)
Juarez José Tuchinski dos Anjos
- 25** **Agrobiodiversidade quilombola (em risco) no Marajó dos Campos: transformações nas roças em face a projetos desenvolvimentistas**
Quilombola agrobiodiversity (at risk) in Marajó dos Campos: transformations in the fields in the face of development projects
Odenira Corrêa Dias
Monique Medeiros
Luis Mauro Santos Silva
- 44** **Casa do Carnaval do Recife: espaço de memórias, histórias e produção de novos saberes**
Recife Carnival House: space for memories, history and production of new knowledge
Carlos André Silva de Moura
Mário Ribeiro dos Santos
Sandra Simone Moraes de Araújo

- 56** **“Eles não deixam eu morar aqui”:** trabalhadores da cultura e a face sombria da gentrificação no Sítio Histórico de Olinda
“They don't let me live here”: Culture workers and the dark face of gentrification in the Historic Site of Olinda
Elaine Santana do Ó
Priscila Faulhaber
- 69** **Moradias nas margens do rio Urussanga: mapeando edificações com potencial de patrimonialização**
Houses on the banks of the Urussanga River: mapping buildings with heritage potential
Gislaine Beretta
Juliano Bitencourt Campos
Lucy Cristina Ostetto
Michele Gonçalves Cardoso
José Gustavo Santos da Silva
André Luís Ramos Soares
- 82** **O lugar dos detentores do saber da medicina tradicional: invisibilidade de raizeiros em políticas públicas**
Traditional medicine knowledge holders's place: invisibility of raizeiros in public policies
Christiane dos Santos Rio Branco
Inês El-Jaick Andrade
- 93** **O papel do patrimônio cultural no desenvolvimento local na Bahia: a experiência de Cachoeira**
The role of historical heritage in local development in Bahia: the experience of Cachoeira
Leonardo Freitas Neto
Maurício Ferreira Silva

- 105** **Organização do Arquivo Colégio de Aplicação da UFS: intersecções entre Arquivologia e História da Educação**
Organization of the Archive Of Colégio De Aplicação of UFS: intersections between Archivology and History of Education
Anne Emílie Souza de Almeida Cabral
Joaquim Tavares da Conceição
Lorena de Oliveira Souza Campello
- 118** **Patrimônio cultural e distritos criativos: uma relação através do Distrito Criativo Centro-Gare**
Cultural heritage and creative districts: a relationship through the Centro-Gare Creative District
Ana Júlia Scortegagna Socal
Leonora Romano
- 134** **Patrimônios culturais e seus significados na contemporaneidade: um estudo sobre o lugar das experiências nas representações do passado**
Cultural heritage and its meanings in contemporary times: a study regarding the place of experiences in representations of the past
Arnaldo Pinto Junior
Márcia Regina Rodrigues Ferreira
Gerda Margit Schütz-Foerste

ARTIGOS

- 147** **Mídia, história e memória: uma análise do programa Salto para o Futuro na formação docente**
Media, history and memory: an analysis of the Salto para o Futuro program in teacher training
Celso Luiz Júnior
Tatiana de Freitas Silva

161 O grande incêndio de 1951: relato de uma catástrofe na Serra de Santa Catarina

The great fire of 1951: report of a catastrophe in the Serra de Santa Catarina

Claudio Ricken

Jaisson Teixeira Lino

Samira Peruchi Moretto

Gessica Pinto Rodrigues

Rodrigo Lavina

Idemar Ghizzo

Valdirene Böger Dorigon

175 Plantar e Pescar: um modo de vida de terra e mar

Farming and Fishing: a way of life of land and sea

Gustavo Peretti Wagner

188 Recrutamentos e deserções na província de Santa Catarina no início do Império do Brasil (1822-1825)

Recruitments and desertions in the province of Santa Catarina at the beginning of the Brazilian Empire (1822-1825)

Anderson Marcelo Schmitt

Dossiê Patrimônio Cultural: apresentação

Josiane Roza de Oliveira*

Este dossiê se apresenta no momento em que vivemos um evento climático extremo no sul do Brasil e em meio ao que alguns pesquisadores vêm chamando de colapso ambiental, trazendo contribuições importantes para o debate sobre patrimônio cultural na época do Antropoceno. Isto porque diferentes artigos abordam a relação entre a produção cultural valorada como patrimônio e as dinâmicas populacionais, de gestão e organização das cidades, culturas tradicionais e ambiente. Aparentemente muito diversos entre si, lê-los em conjunto permite ressaltar algumas características significativas do aprofundamento crítico que a área de patrimônio cultural tem conquistado e, dessa forma, contribuído para pensar os arranjos necessários para melhor situar os viventes neste planeta.

Diante das perspectivas radicalmente assustadoras de futuro ou de ausência de futuro, olhar para trás e rever as marcas de intervenção humana que resultaram em escolhas homogeneizadoras que apequenam o mundo é também o gesto que faz perceber a diversidade de cosmovisões que foram marginalizadas e que resistem. Esse olhar permite que o entendimento de que o “futuro é ancestral”, divulgado pelo sábio indígena Ailton Krenak, ressoe de maneira significativa para os ouvidos mais atentos. Entre esses ouvidos estão, sem dúvida, os dos trabalhadores, pesquisadores e educadores do patrimônio cultural.

As práticas e reflexões na área possuem raízes fortes nos debates de redemocratização do país, na

luta por um mundo melhor, mais justo e inclusivo. Tal luta se inspirou, e inspira, as políticas públicas e ações nos espaços de atuação que reverberam na consolidação da dimensão plural da cultura, intimamente imbricada em cada esfera da vida. A reverência à diversidade, herdada da antropologia cultural, tem se afirmado na articulação de diferentes áreas das ciências humanas hoje, cada vez mais, em diálogo profícuo com as ciências da natureza e da vida. A atual edição evidencia esses movimentos salutares dos saberes em implicação mútua.

Ao valorar o que fica, o que é escolhido e o que é salvaguardado para transmissão, o patrimônio cultural, como área, exercício e bem, exerce um trabalho incisivo de problematização dos caminhos tomados na construção social, oportunizando variados questionamentos sobre narrativas únicas que nos fizeram chegar até aqui. Simultaneamente, possibilita lançar luz sobre experiências, saberes e formas de organização social que têm muito a nos ensinar sobre modos de vida que têm por base uma relação menos predatória e mais equilibrada com o mundo natural. São conhecimentos guardados e transmitidos por diferentes grupos humanos que não seguiram o atual modelo econômico e os modos de guiar a vida pelas relações de dominação e subjugação entre povos e natureza. Essas reservas de conhecimento diverso e plural são consideradas patrimônio por serem dignos de transmissão de valores estéticos, éticos, criativos, políticos, demonstrando um manancial de recursos a ser

* Doutora em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz Fiocruz. E-mail: jorozadeoliveira@gmail.com.

usufruído como legado das experiências do humano no planeta.

O artigo **“O papel do patrimônio cultural no desenvolvimento local na Bahia: a experiência de Cachoeira”**, por exemplo, fala de uma experiência exitosa do Projeto Monumenta (2000-2016) na cidade de Cachoeira-BA, destacando informações sobre o impacto positivo na vida em sociedade, dos investimentos em cultura e patrimônio cultural por meio de políticas públicas. Os profissionais da área há muito sabem da riqueza e do potencial do patrimônio cultural para a melhoria da qualidade de vida dos seus produtores e dos que têm a oportunidade de fruí-los, fazendo acontecer as trocas, aprendizados mútuos e criação do novo. O artigo apresenta a melhoria na qualidade de vida da população a partir de análises comparativas de diferentes indicadores, visibilizando uma cidade antes e outra depois do Projeto Monumenta.

Essa realidade não é a mesma apresentada pelo artigo **“Eles não deixam eu morar aqui?: trabalhadores da cultura e a face sombria da gentrificação no Sítio Histórico de Olinda”**, que descreve os constrangimentos gerados pela gestão descomprometida com a articulação entre patrimônio cultural e qualidade de vida dos moradores da cidade. O artigo demonstra um deslocamento de valores que faz com que a preservação do patrimônio perca grande parte do seu sentido, havendo uma inversão: a cidade é para quem a visita e não para quem nela mora e trabalha. O artigo evidencia que, tanto quanto a degradação do tempo ou os descuidos, os processos de gentrificação colocam em risco o patrimônio cultural. Nesse sentido, as políticas públicas para o patrimônio não devem ocorrer à parte das discussões sobre que cidade queremos, para quem e como geri-la - o que implica uma articulação mais ampla entre diferentes setores da sociedade. Ninguém pode ficar de fora das discussões e decisões qualificadas que vão interferir no dia a dia de cada morador, afinal o patrimônio salvaguardado é de todos e para todos, e precisa ser inclusivo. O artigo é um diagnóstico importante e fornece pistas sobre como o poder público poderia atuar de maneira a integrar a população local ao projeto do Sítio Histórico de Olinda, colocando o Patrimônio Cultural em um lugar em que atue como agente de mudanças positivas para a qualidade

de vida dos moradores da cidade. Com isso, o texto ressalta, justamente, o que vem sendo colocado em xeque cada vez mais por diferentes pensadores contemporâneos: a lógica neoliberal, capitalista e consumista, em que tudo é apropriado como mercadoria em detrimento de valores caros à vida em comum. O patrimônio como mercadoria perde sua força propulsora como cultura e seus vínculos comunitários, abrindo, assim, espaço para práticas segregacionistas, higienistas de uso do espaço público, mediadas pelo poder aquisitivo e pela exploração imobiliária desmedida. “Eles não deixam eu morar aqui no Sítio” é a síntese de tudo o que uma gestão qualificada do território deveria prestar atenção, pois ressoa como grito e sinal de alerta sobre os caminhos equivocados que a gestão tem escolhido para o patrimônio cultural da cidade e seus moradores.

Articulado a esses dois artigos podemos ler **“Casa do Carnaval do Recife: espaço de memórias, histórias e produção de novos saberes”** e verificar como um equipamento cultural voltado para a preservação, pesquisa e difusão do acervo faz diferença no lugar de sua inserção - no caso, o centro histórico de Recife. Dedicado às culturas populares, o Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural Casa do Carnaval dá espaço, como nos dizem os autores, às “muitas vezes negligenciadas por uma história oficial”. Este enfoque oferece características singulares à instituição por demonstrar a sua importância na cidade ao enfatizar a festa popular, o não normativo, a polissemia da cidade. Como deveriam atuar, no meu ponto de vista, todas as instituições detentoras de acervos e responsáveis pela salvaguarda de patrimônios culturais, o Centro revitaliza o seu acervo por meio de pesquisas, produção de “outras histórias”, exposições, materiais bibliográficos e atua na “preservação de documentos das mais diversas tipologias”. O artigo nos apresenta este lugar como um ponto na geografia de Recife que expande o patrimônio de seus habitantes e se espalha pela cidade, devolvendo à comunidade o que é dela e, neste gesto, retroalimenta-se da dinâmica social irreverente de seus habitantes. Com isso, a Casa favorece a “formação de entendimentos sobre a diversidade cultural pernambucana, ampliando a compreensão das manifestações populares como

produtoras de formação política, de construção de identidades, de preservação de valores, de memórias e de sociabilidades”.

Outro artigo que conversa com os anteriores, principalmente na ideia de sítio histórico e seus processos de preservação e revitalização, intitulado **“Patrimônio cultural e distritos criativos: uma relação através do Distrito Criativo Centro-Gare”**, narra a experiência de um projeto realizado em Santa Maria, Rio Grande do Sul. O território objeto de intervenção é o de uma vila ferroviária cuja história remonta ao século XIX e faz parte do “centro histórico” do município, que entende a implementação do projeto como uma transformação desejada para a área, com vistas ao fortalecimento do “papel da criatividade e da economia criativa no desenvolvimento sustentável”. Com a preservação do patrimônio ferroviário e arquitetônico do sítio, a ideia, segundo os autores, é que o espaço seja ocupado por iniciativas de economia criativa propostas pela população local, produzindo atratividade tanto para as pessoas da cidade como para turistas. Outro destaque importante é a proposta de articulação entre o patrimônio edificado, a indústria criativa e o setor de eventos, na procura por meios de promoção de vitalidade para área preservada. Sabe-se que é grande o desafio de (re)construir vínculos da população com lugares de memória que haviam sido abandonados. Assim, dentre a variedade de iniciativas possíveis, ter como base de sustentação para as ações no território o fortalecimento da articulação entre salvaguarda do patrimônio cultural, arte e cultura local, tem elementos para funcionar de forma bastante satisfatória.

“Patrimônios culturais e seus significados na contemporaneidade: um estudo sobre o lugar das experiências nas representações do passado” é um artigo que levanta questões inquietantes sobre a apropriação unívoca de lugares de patrimônio cultural caracterizados como típicos de determinada cultura, favorecendo uma relação artificial com o patrimônio. O foco de análise é o município de Santa Teresa/ES, conhecido como pioneiro da imigração italiana no Brasil. Os autores demonstram como Santa Teresa pode ser vista a partir da perspectiva da cultura do espetáculo, deixando de ser uma cidade com suas dinâmicas próprias para ser um

objeto comercializável. O artigo coloca em tela questões importantes e comuns a muitas cidades que aderem a sua identidade a ideia do “típico”, ficando presas num looping contínuo, “um passado pretensamente homogêneo e idealizado”. Essa dimensão da apropriação do patrimônio evidencia o oposto do seu entendimento conceitual, demonstrando o efeito de “desenraizamento social e a desvalorização das experiências vividas coletivamente”.

O artigo **“Moradias nas margens do rio Urussanga: mapeando edificações com potencial de patrimonialização”** propõe o debate sobre a possibilidade de patrimonialização de edificações remanescentes do período de ocupação por imigrantes de ascendência italiana, no território do hoje município de Urussanga, sul do estado de Santa Catarina. Utilizando-se de metodologia de levantamento e espacialização das edificações mapeadas, teve como um dos resultados um mapa temático que possibilita a visualização do território a partir de outro ponto de vista. Além das características da ocupação colonial, o mapa permitirá o cruzamento com sítios de populações originárias que porventura forem localizados. Essa relação entre diferentes tipos de ocupação do território foi levantada pelos autores quando destacaram a identificação do povo Laklãno Xokleng como os habitantes anteriores daquele espaço, do qual foram expulsos para acomodar o novo movimento migratório que se estabelecia com o incentivo dos poderes públicos. Aí já temos um ponto de inflexão no artigo que remete aos nós górdios do patrimônio cultural: como lidar com a preservação e extroversão de patrimônios sensíveis? Dito de outra maneira, os autores identificaram que não era possível contar essa história do casario de imigração às margens do Rio Urussanga sem falar da memória dos povos originários que dão nome ao lugar Yroiçanga ou “Águas muito frias”. O povo Laklãno Xokleng é o povo que o Brasil todo conhece como sendo os alvos primeiros da tese do “marco temporal”, que quer limitar a reivindicação de Terras Indígenas àquelas ocupadas na data de promulgação da Constituição Federal de 1988. Não vou me estender nessa discussão porque não é o intuito desta apresentação nem o do artigo, mas considero importante mobilizar para o debate as diferentes

camadas, histórias, narrativas de ocupação de um espaço que saltam aos olhos na tentativa contemporânea de produção de coerências. As histórias apagadas e marginalizadas ao longo do tempo estão se sobressaindo mais do que nunca, e exigem dos trabalhadores do patrimônio esse olhar sempre atento. Isso é ainda mais verdadeiro em se tratando de um espaço nas margens de um rio que produziu e produz múltiplas formas de relação que merecem ser recuperadas, contrastadas, conhecidas. O artigo destaca a cultura material de produção das edificações e procura pela resposta do “por que estes bens continuam à margem do reconhecimento?”. Destaco do artigo especialmente a metodologia e as questões que incita para o tenso debate sobre ocupação do território do atual Brasil e suas consequências. Parece tratar-se de memória quente, viva e irremediavelmente sensível.

Um terceiro bloco de artigos, cujos textos conversam entre si, diz respeito justamente à relação entre natureza e cultura, seres humanos e ambiente. O afastamento intelectual gerado pelo pensamento ocidental e as práticas de uso e abuso do meio ambiente causaram à sociedade danos reais, que estão sendo revistos de maneira vigorosa nos últimos anos. O debate sobre o entendimento de que também os seres humanos fazem parte da ordem natural tem alargado a percepção dos aspectos integradores dessa relação. Desta maneira, tem-se uma leitura integradora, já que na primeira parte vimos trabalhos sobre as cidades e seus patrimônios, nesta segunda parte podemos adentrar nas sutilezas de universos em que a natureza não aparece como coadjuvante da história humana, mas na relação intersubjetiva de produção cultural. São textos importantes, pois demonstram, em certa medida, como o patrimônio cultural precisa avançar nas relações com o patrimônio ambiental, evidenciando que a melhoria da qualidade de vida precisa contemplar não apenas a humanidade, mas também todos os demais seres que habitam este planeta e o ambiente como um todo.

O artigo **“O lugar dos detentores do saber da medicina tradicional: invisibilidade de raizeiros em políticas públicas”** mostra que muito embora haja iniciativas de valorização das culturas tradicionais, persiste a ausência de políticas públicas claras e inclusivas, capazes de promover e alimentar o

ciclo virtuoso de reconhecimento, fortalecimento, salvaguarda, difusão e garantia de sustentabilidade para esses conhecimentos e seus detentores. O aspecto integrado, em nada maniqueísta, como diferentes comunidades tradicionais lidam com a saúde, adoecimento, cura, natureza e espiritualidade já nos descola da racionalidade ocidental. Isto não constitui um incômodo para os que trabalham com patrimônio cultural, familiarizados com a diversidade de vivências que fogem à prescrição, mas implica em desconforto para a lógica organizativa vigente em nossa sociedade. Raizeiras e raizeiros, detentores de conhecimentos transmitidos de geração a geração, “que cuidam da saúde de suas comunidades”, desarrumam a lógica de uma história única, perturbam a “ordem natural das coisas”, propõem e operam práticas, conhecimentos e formas de relação com a natureza que são muito diferentes dos usos promovidos pela civilização ocidental. O artigo vai demonstrando a potência dessas comunidades cujas mestras e mestres sabem “identificar plantas medicinais e seus ambientes, conhecem técnicas sustentáveis para a coleta de plantas, preparo de remédios caseiros e sua indicação para muitos males e doenças”. São saberes, contam-nos as autoras, consolidados pelo tempo, a partir de muita experimentação e observação cultivadas nas comunidades. O artigo destaca também os avanços no reconhecimento de práticas tradicionais nos cuidados com a saúde por meio do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos de 2008 e a constituição da Rede Fitovida, que se tornou “um lugar de memória para os grupos que integram a Rede, com ênfase na perpetuação das tradições dos guardiões dos saberes, de identificação e classificação das plantas medicinais e seus usos como remédios caseiros”. Estas comunidades detêm expressões da cultura e são repositórios de conhecimentos que enfrentam toda a sorte de desafios, dentre os quais o de como obter na natureza recursos de cura, uma vez que esses grupos encaram um contexto que envolve degradação ambiental, disputa pelo território, luta pela sustentabilidade, preconceitos e, em alguns casos, intolerância religiosa e ameaça constante de apropriação dos seus saberes pela indústria farmacêutica. O artigo consegue transmitir toda a complexidade de um sistema de vida e valores que

confrontam o pensamento e forma de organização social hegemônicos. Esse tipo de pesquisa consegue revelar ao macro a importância do micro, contribuindo para o estudo e o estabelecimento de políticas públicas assertivas para as comunidades.

O artigo **“Agrobiodiversidade quilombola (em risco) no Marajó dos Campos: transformações nas roças em face a projetos desenvolvimentistas”** trata das transformações culturais, econômicas, ecológicas e sociais vividas pela comunidade quilombola Vila União/Campina, no município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó, com a introdução de monocultivos, agrotóxicos, novas formas de relação com a terra e o impacto da abertura de uma rodovia estadual que atravessa o território. O estudo centra-se, principalmente, na desarticulação de modos de vida de comunidades locais que têm como base de cultivo a agrobiodiversidade, uma das principais estratégias da comunidade para o enfrentamento das pressões externas com vistas a garantir a sua permanência na região. A resposta dos agricultores é a manutenção da “diversidade de plantas em seus sistemas agrícolas”, como os roçados de mandioca, que contam com dezessete variedades de mandioca brava e seis variedades de macaxeira, além de jerimum, melancia, milho, quiabo, açaí e banana. A riqueza da biodiversidade possibilitada por uma relação menos predatória com a natureza é um grande legado dessa comunidade que poderia ajudar a pensar alternativas realmente sustentáveis para o lugar e, numa dimensão mais ampla, para o planeta. Nesse sentido, o artigo nos apresenta uma experiência bastante concreta da importância dos modos de vida comunitários do interior do país para a preservação biológica e cultural. O artigo também alerta para as ações agressivas de desenvolvimento neoliberal, que não contemplam a dimensão social das comunidades locais e muito menos se preocupam com a extinção massiva da biodiversidade e das culturas das populações tradicionais. Outro agravante destacado pelos autores é a demora para a titulação do território como Quilombola, tornando a situação dos moradores bastante insegura e suscetível às invasões e à fragmentação do território - formas de enfraquecer a comunidade. Um tema bastante sensível, que não deveria deixar de ser trabalhado, é o fato de que a extinção dessas culturas e ambientes

empobrece a vida e coloca em risco equilíbrios mínimos da nossa relação com o mundo natural. Ressaltar, valorizar e fortalecer a cultura dessas comunidades tradicionais faz parte da luta pela garantia dos seus direitos à vida digna, em sua diversidade biológica e cultural, configurando-se numa das dimensões mais importantes para todos os trabalhadores da área de patrimônio nos dias de hoje.

Outros três artigos do dossiê formam um bloco que propõe discussões mais internalistas, por assim dizer, para a área de Patrimônio. O artigo **“A defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul em Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1969)”** é importante na medida em que discute a relação do patrimônio com a comunidade externa. No caso da Escola, quem levanta a necessidade do olhar cuidadoso para o edifício e as ideias de educação que permearam a sua concepção é uma jornalista que se utilizou das colunas de um jornal para pautar o debate. Interessante ressaltar que uma memória vencida pelo tempo e no tempo tem a capacidade de trazer à tona um debate importante sobre a capacidade mobilizadora do patrimônio cultural. Um projeto arquitetônico abarca não apenas a materialidade do edifício, mas ideias, sonhos que se querem ver concretizados. O edifício pode ajudar a narrar a triste história do desmazelo para com as ideias centrais mobilizadoras de um plano de educação e também o papel significativo do equipamento para quem aspirava ver a execução em sua completude. Destacado ou não como patrimônio pela comunidade, o edifício, além de marcas no território, produziu memórias de reivindicação do seu projeto original - vencido, por certo, mas ainda ressonante.

“Organização do Arquivo Colégio de Aplicação da UFS: intersecções entre Arquivologia e História da Educação” é um artigo muito importante para a área na medida em que demonstra, a partir de uma experiência, a importância do trabalho interdisciplinar para a organização e preservação do patrimônio cultural de uma instituição. A experiência expõe os ganhos para a organização de um Arquivo considerado histórico, tendo como base os princípios da arquivologia e da história. No projeto, áreas de conhecimento diferentes, mas articuladas, produzem maneiras de

pensar um acervo e sua organização, garantindo a integridade dos documentos e a valoração como patrimônio documental - no caso, do patrimônio histórico escolar.

Em suma, temos, neste número do Caderno do CEOM um dossiê “Patrimônio Cultural” robusto, interdisciplinar, atento às discussões e necessidades contemporâneas, sem descuidar de questões teóricas e metodológicas. Um número que deixa claro o quanto o Patrimônio Cultural está imbricado nas discussões sobre o presente e reflete sobre o que podemos ainda plantar e inspirar para que haja algum futuro.

Além do dossiê, a edição conta com alguns artigos submetidos em fluxo contínuo: **“Mídia, história e memória: uma análise do programa Salto para o Futuro na formação docente”**, **“O grande incêndio de 1951: relato de uma catástrofe na Serra de Santa Catarina”**; **“Plantar e Pescar: um modo de vida de terra e mar”**; **“Recrutamentos e deserções na província de Santa Catarina no início do Império do Brasil (1822-1825)”**.

Vale muito a pena a leitura do número como um todo!

A defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul em Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1969)

The defense for the conservation of the Escola-Classe 114 Sul building in Brasilia in the columns of journalist Yvonne Jean (1962-1969)

Juarez José Tuchinski dos Anjos*

Palavras-chave:
Arquitetura Escolar
Brasília
Escola-Classe 114 Sul

Resumo: O artigo tem por objetivo analisar a defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul em Brasília, nas colunas da jornalista Yvonne Jean, publicadas no jornal diário *Correio Braziliense*. Foram revisitadas algumas das concepções arquitetônicas e pedagógicas que presidiram a criação da escola, que a queriam como uma instituição moderna e centrada na criança, como partícipe do processo educativo. Ao contrastar o prescrito com o realizado, foi possível observar os maus usos de que a instituição foi sendo objeto ao longo da década de 1960 e que, aos poucos, foram desvirtuando e subvertendo sua proposta educativa. Mais do que relatar essa situação, evidencia-se na escrita de Yvonne Jean um forte caráter interventivo, no sentido de sensibilizar os leitores para empreenderem esforços visando a conservação do edifício da escola-classe e, mais do que isso, o retorno às práticas educativas mediadas pelo espaço escolar, que teriam caracterizado a Escola-Classe 114 Sul nas suas origens.

Keywords:
School Architecture
Brasília
School-Class 114 South

Abstract: The article aims to analyze the defense of the conservation of the Escola-Classe 114 Sul building in Brasília, in the columns of journalist Yvonne Jean, published in the daily newspaper *Correio Braziliense*. Some of the architectural and pedagogical concepts that guided the creation of the school were revisited, which wanted it to be a modern institution centered on children, as participants in the educational process. By contrasting what was prescribed with what was carried out, it was possible to observe the misuses to which the institution was subjected throughout the 1960s and which, little by little, distorted and subverted its educational proposal. More than reporting this situation, Yvonne Jean's writing shows a strong interventionist character, in the sense of sensitizing readers to undertake efforts aimed at conserving the school-class building and, more than that, the return to educational practices mediated by the school space, which would have characterized Escola-Classe 114 Sul in its origins.

Recebido em 26 de novembro de 2023. Aprovado em 1º de fevereiro de 2024.

Introdução

Em 19 de fevereiro de 1962, começou a funcionar em Brasília, na superquadra 114 Sul, a Escola-Classe 114 (FEDF, 1985). Foi projetada pelo

arquiteto Wilson Reis Netto (Chain, 2018)¹. Construída numa cidade onde tudo se queria planejado – inclusive seu sistema educacional – a escola possuía linhas arquitetônicas modernistas, adaptadas ao ensino igualmente moderno que se almejava nela oferecer². Se tornaria, em certa medida,

* Doutor em Educação, na área de História da Educação. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. E-mail: juarezdosanjos@unb.br.

uma escola modelar, expressão de uma pedagogia moderna centrada na criança, tal qual propugnava o Movimento pela Escola Nova³, base pedagógica do sistema de ensino da capital, proposto pelo educador Anísio Teixeira (1961)⁴. Sua fama tornou-se tamanha, que foi alçada a ponto turístico, sendo visitada por anônimos que iam conhecer a nova capital e por personalidades públicas, como os príncipes do Japão. Sua primeira diretora foi a professora Alita Vieira (FEDF, 1985).

Também em 1962 chegou a Brasília, para trabalhar no setor de extensão cultural da recém-criada Universidade de Brasília (Teixeira, 2017), a jornalista belgo-brasileira Yvonne Jean da Fonseca (1911-1981). Trazia em sua bagagem, além de vasto capital cultural, uma experiência jornalística adquirida em periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo (Mineirini Neto, 2019), o que certamente a motivou a também buscar e conseguir colocação no jornal local *Correio Braziliense*, braço dos Diários Associados na capital da República (Anjos, 2022). No *Correio*, ao longo da década de 1960, assinou diferentes colunas, todas com uma característica em particular: dar grande ênfase à educação. De fato, Yvonne Jean visitava escolas e tinha entre seus informantes professoras e alunos do ensino primário, que lhe forneciam tópicos para suas colunas. Um tema de que se ocupou, em alguns momentos, foi o da necessidade de conservação do edifício da Escola Classe 114 Sul.

Este artigo, assim, parte de uma pesquisa de pós-doutoramento em história da educação⁵, tem por objetivo analisar a defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul em Brasília, nas colunas da jornalista Yvonne Jean, publicadas no jornal diário *Correio Braziliense*. O recorte temporal vai do ano de 1962, quando foi inaugurada a Escola-Classe 114 Sul e vai até 1969, ano da última manifestação de Yvonne Jean em suas colunas sobre o assunto.

Em termos metodológicos, perseguindo o fio do nome (Ginzburg, 1991), consultaram-se as edições do *Correio Braziliense* disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional relativas à década de 1960, com a busca pela palavra-chave: “Yvonne Jean”. A partir desse descritor foram localizadas mais de seis centenas de colunas assinadas pela jornalista. Após a leitura integral dessas colunas,

realizou-se um fichamento das informações sobre a Escola-Classe 114 Sul nelas contidas, recortando-se, para esse estudo, as que abordavam a conservação do edifício escolar.⁶

O artigo divide-se em duas partes. Na primeira, é realizada uma breve descrição arquitetônica da Escola-Classe 114 Sul, com base em notas e fotografias publicadas pelo arquiteto Wilson Reis Netto na Revista *Módulo* em 1963. Na segunda parte, o foco recai sobre a defesa feita por Yvonne Jean, a partir de 1964, da necessidade de conservação do edifício escolar, visando manter suas características e funções educativas originais. Ao final, encerra-se com algumas considerações, a modo de conclusão.

A escola planejada por Wilson Reis Netto

Para a investigação do espaço arquitetônico de uma instituição escolar, Antonio Viñao Frago, usando a metáfora da matrioska russa, recomenda:

Para analisar a dimensão espacial dos centros docentes, nada parece mais adequado, se a análise se pretende total, do que seguir o exemplo das bonequinhas russas que escondem simultaneamente, dentro de si, outra similar, mas em tamanho menor. Em primeiro lugar, se deverá considerar a localização ou adequação em relação a outros espaços e lugares; depois, o local ou território ocupado e a distribuição, no mesmo, das zonas edificadas e não edificadas e, assim, seguir progressivamente, desde essas últimas até a sala de aula, passando pelo edifício em seu conjunto e sua distribuição interna em diversos espaços e usos (Viñao Frago, 2001, p. 75).

Em função das fontes disponíveis, nem todos os aspectos abordados pelo historiador espanhol poderão ser aqui explorados. Ainda assim, seu roteiro nos ajudará a compreender a parte essencial da dimensão arquitetônico-educativa da escola assinada por Wilson Reis Netto.

De acordo com o planejamento urbanístico de Brasília, elaborado por Lúcio Costa, a cidade é dividida em setores, destacando-se dentre eles, o setor residencial, localizado nas chamadas Asa Sul e

Asa Norte. A unidade básica de organização desses setores são as superquadras, dentro das quais se localizam os edifícios residenciais e os equipamentos públicos, como é o caso das escolas primárias (Costa, 1991). Adequando-se a esse plano urbanístico, o plano educacional delineado por Anísio Teixeira estabelecia que, no interior de cada quadra residencial, deveria ser instalado um jardim de infância e uma escola-classe (Teixeira, 1961). Foi seguindo essas prescrições – coisa que nem sempre foi levada em conta na prática de construção das quadras residenciais, como se observa no presente – que na superquadra 114 localizada na Asa Sul foi edificada a Escola-Classe 114 Sul, assim chamada em referência à quadra que a abriga. Dessa forma, o edifício escolar dialogava com o seu entorno, integrando a escala cotidiana da superquadra, tornado possível às crianças que nela residiam irem sozinhas à escola primária, desenvolvendo sua autonomia. Sobre essa questão, se manifestou Wilson Reis Netto na revista *Módulo*:

Situada na Superquadra 114, a escola serve às crianças que residem naquela área. Integra-se ao novo sistema de educação primária adotado no Distrito Federal. Com essa finalidade, a construção cria um ambiente inconfundivelmente humano, apto a favorecer o estudo e a boa camaradagem (Reis Netto, 1963, p. 16).

Sobre a distribuição das zonas edificadas, Reis Netto comenta que, além do prédio propriamente dito com “suas salas de aula e escritórios administrativos, lavatório e corredores (...) integrados por meio de um teto uniformemente nivelado”, também

Os jardins particulares, que circundam cada uma das salas de aula foram planejados para proporcionar uma atmosfera de tranquilidade e arejamento, ao mesmo tempo que ficam livres de elementos de perturbação. Carlos Alberto de Niemeyer, o executor do projeto, entremeou pequenos bosques de palmeiras com pedras, estabelecendo assim uma relação entre a natureza e a geometria das linhas retas formadas pelas paredes, colunas e teto (Reis Netto, 1963, p. 16).

A Escola 114 contava, assim, tanto com espaços internos pensados para as práticas pedagógicas propriamente ditas e espaços externos, de contato dos estudantes com a natureza. Além disso,

O corredor desemboca num espelho d’água, que acompanha a borda do playground, coberto, e que tem por finalidade recolher a água da chuva que escorre do teto. Em determinado ponto, o espelho d’água reflete uma escultura de Edgar Duvivier, denominada Integração 114 (Reis Netto, 1963, p. 16).

Um pátio amplo, com um espelho d’água, completava o básico do espaço arquitetônico da Escola-Classe 114 Sul. Para reforçar a descrição, Reis Netto selecionou algumas imagens do seu projeto, que podem ajudar-nos a visualizar melhor esses espaços sumariamente descritos (Figura 1).



Figura 1 – Vista superior da Escola-Classe 114 Sul.
Fonte: Revista *Módulo*.

A imagem acima apresenta uma tomada a partir do telhado da Escola-Classe 114 Sul. Nela, podemos observar as linhas retas do edifício, em diálogo com o prédio residencial ao fundo, com os pilotis e área de livre circulação, característicos da arquitetura modernista de Brasília. À esquerda, as salas de aula, com seus respectivos jardins. À direita, o pátio coberto que desembocava no espelho d’água. Na próxima imagem, é possível observar, com maiores detalhes, os jardins do exterior das salas de aula (Figura 2)



Figura 2 – Detalhe dos jardins da Escola-Classe 114 Sul.

Fonte: Revista *Módulo*.

Se tomarmos essa edificação como um produto cultural, elaborado a partir de determinadas representações de mundo e de educação – aqui definidas, com Roger Chartier, como aqueles “esquemas intelectuais incorporados, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (Chartier, 2002, p. 17) – ela também prestou-se, a partir de sua inauguração, a diferentes usos por parte das professoras, dos alunos, dos visitantes e dos moradores da quadra. Tais usos podem ser entendidos como as diferentes maneiras de fazer, as “mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (Certeau, 1999, p. 44). Alguns desses usos podem ter ampliado o alcance das intenções do arquiteto Wilson Reis Netto e do educador Anísio Teixeira, outros podem ter as subvertido e, outros ainda, podem ter levado a maus usos ou contradições, chegando até mesmo a prejudicar o correto funcionamento da instituição escolar e suas propostas educativas. É desses últimos (maus) usos e da necessidade de restituir as funções originais do edifício por meio de determinadas práticas, que fala Yvonne Jean em suas colunas, como veremos a seguir.

Em defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul

Uma primeira manifestação de Yvonne Jean sobre as necessidades de conservação do edifício da

Escola-Classe 114 Sul teve lugar em sua coluna de 18 de agosto de 1964:

A COPA DA ESCOLA 114

A escola do Banco do Brasil, tão cara ao coração de todos os brasilienses porque simboliza os novos rumos que o ensino seu propunha tomar na capital, possui uma copa muito agradável, clara e alegre. É um prazer chegar a esta escola na hora do lunch e ver os copos, jarros e pratos de plástico de linhas modernas e cores simpáticas nas bandejas, que dão vontade de participar da refeição. Agora, o Círculo de Pais e Mestres ofereceu à Escola o fogão que lhe faltava. Um grande, belo, moderníssimo fogão. Entretanto, todos os sábados e domingos a pobre servente é obrigada a retirar, todas as peças móveis do fogão – chaves, rodelinhas, grades, etc.

PROPONDO UMA CAMPANHA

A pioneira Maria Amélia nos contou isso com um sorriso como quem é fatalista e admite coisas “que são assim mesmo”. Não podemos fazer o mesmo e ao pedir que se estude um meio de fechar a copa – o que fazemos sem o menor entusiasmo desde que prejudicará ao aspecto geral da escola modelar que sempre mostramos aos visitantes como um símbolo da arquitetura escolar de Brasília – lamentamos a falta de cooperação dos habitantes que nos obriga a tomar medidas como esta!

E se se organizasse uma grande campanha cívica, nas praças, educandários, igrejas, cursos de alfabetização, cinemas, etc. tentando uma derradeira vez entusiasmar a população toda para sua cidade e demonstrar-lhe o papel que lhe cabe cumprir? Deixo a sugestão para quem quiser concretizá-la!

A PIONEIRA MARIA AMÉLIA

(...)

Quem não conhece dona Anastácia e sua copa brilhante de limpeza cujo fogão novinho em folha esfrega sem cessar como uma joia cobiçada de há muito e que chegou, afinal, graças à cooperação dos pais de alunos! Esperamos que nenhum vândalo ache “engraçadinho” roubar peças do fogão, à noite e que pouco a pouco, a escola deixará de ser invadida (a não ser por aqueles que querem visitá-la) e que pouparão a pobre dona Anastácia, obrigada a retirar, à noite, peças do fogão para repô-las de manhã e que não deixa de ser um trabalho de Danaide um tanto absurdo... quando não acontece na mitologia grega e sim num moderno educandário do ano da graça de 1964 (Jean, 1964, p. 7)

Yvonne Jean principia seu relato destacando o (bom) uso da copa da Escola-Classe 114 Sul, “clara e alegre”. Desce as minúcias até dos utensílios, copos, jarras e pratos “de linhas modernas e cores simpáticas nas bandejas” a ponto de levar o visitante a querer participar da refeição. Para coroar esse cenário exitoso, que demonstra estar sendo aquele espaço usado a contento e de acordo com o que o planejamento arquitetônico supunha, foi adquirido pelo Círculo de Pais um fogão. Porém, acaba aqui a relação idílica dos usuários com o espaço, pois, segundo a jornalista, aos finais de semana as peças do equipamento precisavam ser retiradas, em função de visitantes indesejados que passavam a frequentar aquele espaço escolar.

Ao que parece, a copa era aberta – como propugnava a linguagem arquitetônica modernista – o que a deixava à mercê dos “vândalos”, que visitavam a escola fora dos horários de funcionamento, colocando em risco os seus bens. Fazendo de sua coluna não apenas um relato, mas ingrediente dos acontecimentos (Darnton, 1996), Yvonne Jean propõe uma campanha cívica, em que se eduquem as pessoas para o cuidado e respeito pelo patrimônio público escolar, embora considerasse inevitável (e lamentável) uma alteração arquitetônica: o fechamento da copa. Tudo para que “nenhum vândalo ache ‘engraçadinho’ roubar peças do fogão à noite”.

Estamos, agora, em 18 de maio de 1967, cinco anos depois da inauguração da Escola-Classe 114 Sul. Em face da iminente visita dos príncipes japoneses à escola, Yvonne Jean lastima o mau uso das jardins da instituição bem como as tentativas que considerava malsucedidas de financiar a conservação do edifício:

[...] Tampouco se aproveita, hoje em dia, do que a arquitetura quis sugerir: por exemplo, o jardim de cada classe, cujos cuidados deveriam ficar a cargo dos próprios alunos para que unissem aos estudos o trabalho físico, a responsabilidade para com sua escola, a emulação. Enfim, no ano passado (ignoro se este sistema continua) chegou-se ao absurdo de pedir um óbolo de cem cruzeiros a cada visitante que os guias faziam questão de trazer à escola, transformando uma instituição pedagógica ou num museu estático ou numa obra que precisa de caridade quando deveria ser, simplesmente, uma

possibilidade de observar a verdadeira vida escolar ativa (Jean, 1967a, p. 9).

Para governo do leitor, cumpre esclarecer que o excerto acima é o recorte de uma ampla reflexão levada à cabo por Yvonne Jean sobre o hábito de se providenciarem melhorias a edifícios que receberiam visitas importantes, sendo este o caso da Escola-Classe 114 Sul, que, em breve, seria incluída no roteiro dos príncipes do Japão em sua passagem pela cidade. É dentro deste contexto que ela revela algumas limitações que a conservação daquela instituição vinha enfrentando.

Como vimos na descrição feita por Wilson Reis Netto, cada sala de aula da escola era dotada de um jardim. Yvonne Jean, por sua vez, a par dos primeiros usos de que foi objeto aquele espaço, revela que, em princípio, o cuidado desses jardins foi reservado aos alunos de cada sala de aula “para que unissem aos estudos o trabalho físico, a responsabilidade para com sua escola, a emulação”. Esse uso ia ao encontro das perspectivas pedagógicas da Escola Nova, defendidas por Anísio Teixeira, que via a escola como uma sociedade em miniatura, simplificada, cabendo a ela preparar o educando para a vida (Teixeira, 2006). Ao que parece, em 1967, essa prática caiu em desuso o que permite inferir, nas entrelinhas, que os jardins já não estavam tão bem cuidados como deveriam ser, subvertendo-se, assim, a intencionalidade educativa daquele espaço.

Por outro lado, torna-se plausível afirmar que o poder público – representando pela Fundação Educacional do Distrito Federal – vinha deixando de investir o vil metal necessário à manutenção da Escola-Classe 114 Sul, razão pela qual deveria receber alguns melhoramentos para ser vista pelos imperiais visitantes japoneses. Pelo visto, a falta de investimentos regulares visando à conservação do edifício, deu lugar à iniciativa de cobrar dos visitantes menos famosos um ingresso para conhecer a escola, fato que Yvonne Jean reprova, por ser atitude que transformava a “instituição pedagógica” em um “museu estático ou numa obra que precisa de caridade”, quando deveria “ser, simplesmente, uma possibilidade de observar a verdadeira vida escolar ativa”.

Passados alguns meses da visita dos príncipes do Japão, Yvonne Jean voltou a relatar sua

insatisfação com o estado material da Escola 114 Sul, na coluna de 30 de setembro de 1967. Antes de chegar ao cerne da questão, ela começa com uma digressão sobre a representação coletiva em circulação relativa à organização pedagógica da escola, a partir do seu espaço arquitetônico:

Ainda não perdemos o hábito de incluir obrigatoriamente, a Escola 114 no roteiro inicial dos amigos de fora que visitam Brasília pela primeira vez e aos quais fazemos questão de transmitir não somente as civitas monumental, mas também a urbs eficiente, viva e propícia ao trabalho, tais quais foram pensadas no relatório do qual surgiu a cidade (...) Por estes dias tivemos uma destas visitas (...) Tivemos então a péssima ideia de declarar: “E agora vou lhe mostrar uma escola primária típica da cidade que respeita as crianças, uma escola cujas salas de aula possuem, cada uma, o seu jardim próprio do qual as crianças devem cuidar; uma escola com um lindo espelho d’água, prático bar para o lanche e alegres vitrais coloridos”(Jean, 1967b, p. 10).

No plano das representações coletivas, de que a jornalista se faz porta voz, a Escola 114 devia ser testemunho da realização dos projetos urbanísticos e educacional da nova capital, em que a escala monumental (que ela chama de civitas) dialogava com a escala cotidiana (a urbs eficiente), na qual viviam os moradores da capital. Peça central dessa utopia urbanística e pedagógica era a instituição escolar moderna, típica – ou seja, que se queria espelho da realidade – que “respeita as crianças”, como defendia a pedagogia da Escola Nova; e na qual as próprias crianças são responsáveis por seu paisagismo e embelezamento, desenvolvendo em certa medida uma educação estética baseada no cuidado do edifício escolar, como recomendavam as Conferências Internacionais de Instrução Pública realizadas pelo Bureau Internacional de Educação e a Unesco (Anjos, 2021), o que atestaria a sintonia da proposta educacional de Brasília com aquelas de circulação internacional.⁷

Rapidamente, porém, Yvonne Jean arrependeu-se da ideia de mostrar a Escola-Classe 114 Sul ao seu visitante:

Ai de nós! Só se salvaram os vitrais. A escola-modelo que Wilson Reis projetou com tanto amor, é, novamente, tão abandonada que dói! Soubemos que fora posta em condições por ocasião da visita dos príncipes do Japão, há poucos meses. Por isto, não esperávamos ver jardins tristes com plantas mortas e agonizantes, um espelho d’água sem água, uma sujeira inominável toma conta do prédio, o armário quebrado do bar ao ar livre, e um ambiente de ruínas prematuras em vez de vida infantil sorridente que anunciáramos.

O único fato positivo foi a ausência do encarregado que costumava pedir óbolo de entrada como se fosse um museu! (Jean, 1967b, p. 10).

A constatação da jornalista de que a escola teria sido “posta em condições por ocasião da visita dos príncipes do Japão” e, poucos meses depois, já se encontrava em estado de abandono, é sinal de que os usuários não vinham se conformando às diretrizes pedagógicas que deviam reger a instituição: as crianças não estavam sendo motivadas a cuidar do jardim, os que deviam zelar pelo espelho d’água não o faziam e a sujeira tomava conta do prédio. Até o armário do bar ao ar livre estava quebrado, contradizendo todas as expectativas sobre o bom uso daquele espaço escolar. Os dois únicos pontos positivos que ela encontrou foram a ausência de cobrança do “óbolo” para ver a escola e os vitrais, que ainda eram preservados.

Para encerrar seu relato da malsucedida visita à Escola-Classe 114 Sul, Yvonne Jean partilha com os leitores as impressões do incógnito visitante:

- Realmente a ideia de salas com jardim e a planta bem simples são excelentes, disse o meu visitante. Porém, queria saber como uma cidade tão nova consegue dar tamanha ideia de abandono. Esta escola me dá a mesma impressão de que os ministérios cujos brise-soleil em pedaços desmentem a nobreza. Construir sem conservar é um contrassenso. Quanto à participação dos alunos e suas responsabilidades para com seus jardins...

Não terminou deixando um sorriso irônico concluir a frase à qual nada podíamos retrucar. Não conseguíamos compreender como alguns meses geraram estas “ruínas” sem o charme das velhas pedras e fugimos do conjunto que,

antigamente, era o símbolo da integração professores-crianças-jardins-prédio e também ensino didático e prático, sem a sombra de orgulho com o qual despertaremos a curiosidade do visitante para o qual inventamos uma inverídica e complicada série de desculpas (Jean, 1967b, p. 10).

Dois anos após este relato, em 27 de julho de 1969, o estado de conservação da Escola-Classe 114 Sul foi novamente objeto de denúncias na coluna de Yvonne Jean. Antes, recordou um passado em que teria se realizado o ideal pedagógico propugnado pela proposta arquitetônica da escola:

Antigamente (e este “antigamente” não é lá, bem velho numa cidade que nem dez anos de idade atingiu), sempre fazíamos questão de mostrar a escola 114, explicar o sentido da superquadra, o playground, jardim de infância e escola primária dentro da própria quadra, que geram independência em crianças ainda pequenas. A 114 com seus alegres vitrais coloridos, espelho d’água, escultura e, principalmente, classes formadas pela sala coberta e a sala ao ar livre, sempre era mostrada com orgulho como um símbolo da renovação escolar pensada para Brasília (Jean, 1969, p. 32).

No presente, porém, a situação era outra:

Durante este mês de férias, voltamos à simpática superquadra 114 com visitantes e tivemos uma tremenda decepção. A escola tem um ar de abandono total. São as férias, sim, mas não teria sido natural limpar a escola após o último dia de aulas, em vez de deixar as salas cheias de papéis no chão, móveis fora do lugar, poeira e tudo o mais? Ficou tudo como estava como quando a última criança saiu da escola e a impressão é das menos agradáveis (Jean, 1969, p. 32).

Não só a limpeza era insuficiente, mas o estado de conservação do próprio prédio era deplorado por Yvonne Jean:

Além do mais, há vidros quebrados. A escultura de Duvivier está escondida pelos galhos de uma árvore que cresceu muito (galhos que bastaria cortar, o que em nada prejudicaria a árvore e levaria cinco minutos). Os jardins – e este é o fato mais grave – são feios, quase sem vegetação, sem

uma flor, sem uma grama, evidentemente desleixados de há muito, o que nos impediu explicar aos visitantes que uma das ideias positivas da escola fora de dar os jardins aos alunos de cada classe para que deles cuidassem (Jean, 1969, p. 32).

No seu conjunto, as declarações de Yvonne Jean revelam que a Escola-Classe 114 Sul não vinha sendo objeto nem de cuidados pedagógicos nem de conservação. No plano pedagógico, abandonara-se aquele ideal que a fez ser considerada uma escola modelo, na qual natureza e arquitetura se aliavam para promover processos educativos da infância. No plano da conservação, nem cuidados básicos como a limpeza após as aulas antes do período de férias ou uma manutenção de médio prazo dos seus vidros, gramas, árvores vinham sendo realizados de forma eficaz. O resultado era uma imagem de abandono e descaso, que urgia modificar. Por isso, encerrando sua nota sobre o estado da Escola-Classe 114 Sul, Yvonne Jean mais uma vez – como já fizera em 1964 – lança um apelo aos responsáveis:

O hábito ainda leva todos os guias voluntários de Brasília à escola primária 114. Por isso pedimos que se faça, imediatamente, uma limpeza na escola, que se apresenta por demais suja, desleixada e abandonada.

Insistimos sobre a urgente necessidade de recuperar uma escola cujo atual estado nos espantou, pois corpos docente e discente, como também o Círculo de Pais, sempre demonstraram muito orgulho da escola modelo de Wilson Reis Netto, chegando até, durante alguns tempos, a cobrar uma entrada dos visitantes, o que foi um exagero no sentido oposto atual, pois confundia escola para ver com escola para funcionar.

Depois disso, pediremos que também se volte a cuidar dos jardins para que recuperem seu sentido e razão de ser primitivos de área de tranquilidade, de verde que ajuda ao estudo e de beleza criada pelo trabalho das próprias crianças. Mas este é um assunto para depois das férias. No momento, o que importa é uma limpeza geral, feita com alguma ternura, a fim de reintegrar a escola 114 no seu espírito inicial (Jean, 1969, p. 32).

Se os apelos de Yvonne Jean foram ouvidos, não sabemos. O assunto não voltou à baila em suas colunas na década de 1960. Todavia, sobreviveu ao tempo o registro da defesa que ela realizou da

conservação da Escola-Classe 114 Sul e seu empenho para que não se desvirtuasse o plano educativo do qual ela fazia parte e cujo traçado arquitetônico queria expressar.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo analisar a defesa da conservação do edifício da Escola-Classe 114 Sul em Brasília, nas colunas da jornalista Yvonne Jean, publicadas no jornal diário *Correio Braziliense*.

Inicialmente, pudemos revisitar algumas das concepções arquitetônicas e pedagógicas que presidiram a criação da escola, que a queriam como uma instituição moderna – modernidade expressa nas suas linhas arquitetônicas traçadas por Wilson Reis Netto – e centrada na criança, como partícipe do processo educativo. Ao contrastar o prescrito com o realizado, as “artes de fazer” ceiteunianas da escola através das colunas da jornalista Yvonne Jean, pudemos observar os maus usos de que a instituição foi sendo objeto ao longo da década de 1960 e que, aos poucos, foram desvirtuando e subvertendo sua proposta educativa. Mais do que relatar essa situação, evidencia-se na escrita de Yvonne Jean um forte caráter interventivo, no sentido de sensibilizar leitores, comunidade escolar e autoridades para empreenderem esforços visando a conservação do edifício da escola-classe e, mais do que isso, o retorno às práticas educativas mediadas pelo espaço escolar, que teriam caracterizado a Escola-Classe 114 Sul nas suas origens.

A Escola-Classe 114 Sul existe e continua em funcionamento até os dias de hoje, embora, diferente do que ocorreu com a Escola Classe 308 Sul e a Escola Parque 307/308 Sul, não tenha sido tombada. Por essa razão, ao longo do tempo, sofreu inúmeras alterações no seu espaço físico, conservando, no entanto, as linhas modernistas de Wilson Reis Netto. Seria oportuno, assim, em estudos futuros, investigar outros momentos da história deste edifício e os modos como continuou a participar (ou não) dos processos educativos que ali tiveram lugar. Este artigo, nesse sentido, torna-se um convite a outras pesquisas sobre essa instituição escolar, cuja arquitetura marcou a história da educação em Brasília e no Distrito Federal.

Notas

1 Nascido em 1923 e falecido em 2001, Wilson Reis Netto, arquiteto formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (1951), assinou obras espalhadas por diversas regiões no Brasil e no exterior. Em Brasília, destacam-se os projetos do Clube de Golfe, da Escola-Classe 114 Sul, Embaixada do Senegal e o Pavilhão da Feira de Indústria e Comércio de 1964. Informações detalhadas sobre sua trajetória e projetos podem ser encontradas em <https://www.wilsonreisnetto.com.br/>, site do Instituto que leva seu nome.

2 A Escola-Classe 114 Sul não foi a única construída em Brasília com linhas arquitetônicas modernistas. São outros exemplares o edifício da Escola Parque 307/308 Sul, do Jardim de Infância 21 de Abril, da Escola-Classe 308 Sul, apenas para citar algumas. Todavia, nas páginas da imprensa da época, a escola projetada por Wilson Reis Netto era considerada a mais bonita e modelar.

3 O Movimento pela Escola Nova no Brasil teve seu auge nas décadas de 1920 e 1930, espraiando sua influência, porém, até a década de 1960. Tendo por escopo pedagógico os princípios da Escola Ativa, os educadores que o integravam defendiam a centralidade da criança no processo educativo e a escola como lugar de preparação para a vida. Embora a historiografia recente venha destacando o caráter transnacional do Movimento (Vidal e Rabelo, 2020) no Brasil, ele assumiu um forte acento político, uma vez que vários de seus representantes estiveram a frente de importantes reformas educacionais, que visavam tornar política de Estado os princípios pedagógicos do movimento. Seu ponto alto foi a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, no qual, por meio de um complexo processo de negociação, apresentou-se à sociedade brasileira alguns pontos de acordo entre educadores, como a defesa da educação gratuita e laica. Para uma visão geral do movimento e das reformas educacionais que ele engendrou em nosso país, ver Miguel, Vidal e Araújo (2011).

4 Anísio Teixeira (1900-1971) foi um educador baiano, expoente do Movimento pela Escola Nova, que teve grande destaque na história da educação brasileira no século XX. Realizou reformas do ensino na Bahia e no antigo Distrito Federal, nas décadas de 1920 e 1930. Entre 1952 e 1964 esteve à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), capitaneando as principais iniciativas educacionais do país. Dentre suas realizações estão os sistemas de ensino que propôs para o Rio de Janeiro nos anos 1930 e Brasília nos anos 1960, além do Centro Educacional Carneiro Ribeiro na Bahia dos anos 1950. Foi idealizador da Universidade do Distrito Federal

(1935-1939) e, junto com Darcy Ribeiro, da Universidade de Brasília. A defesa intransigente da escola pública é a principal característica de sua militância no campo educacional. Uma visão de conjunto de sua trajetória pode ser encontrada em Nunes (2001).

5 Trata-se da pesquisa “Culturas escolares da escola primária nas colunas da jornalista Yvonne Jean (Brasília, década de 1960)” desenvolvida sob supervisão da Professora Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro junto à linha de história e historiografia da educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

6 Em função de outra pesquisa em desenvolvimento em forma de projeto guarda-chuva junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Universidade de Brasília, localizei em outras seções do Correio Braziliense referências a vários aspectos das culturas escolares da Escola Classe 114 Sul, inclusive, sua cultura material. Neste artigo, porém, atendo-me somente em investigar o que foi veiculado nas colunas de Yvonne Jean, por serem as únicas a empreenderem uma defesa aberta da conservação do edifício escolar.

7 Nas recomendações da Conferência de 1957, lê-se a seguinte indicação: “No próprio interesse da educação, é bom que a criança contribua ao máximo para a conservação e embelezamento de sua escola” (Anjos, 2021, p. 36).

Referências

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A cultura material da escola primária nas recomendações das Conferências Internacionais de Instrução Pública (1934-1968). *In*: CORDEIRO, Andréa Bezerra *et al.* (Orgs.) **A teia das coisas**: cultura material escolar e pesquisa em rede. Curitiba: NEPIE-UFPR, 2021, p. 28-47.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O jornal “Correio Braziliense” como fonte para a história das culturas escolares em Brasília (1960-1971). *In*: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; ZIMMERMAN; Tânia Regina. (Orgs.) **Fontes históricas em perspectivas situadas**: Limiares de pesquisas e ensinabilidades em educação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 37-54.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAIN, Samira Bueno. **Cidade nova, novas escolas?** Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991.

DARNTON, Robert. Introdução. *In*: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução impressa**: a imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996, p. 111-154.

FEDF. **Escolas da FEDF**. Volume 1. Brasília: Fundação Educacional do Distrito Federal, 1985.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *In*: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991, p. 169-178.

INSTITUTO WILSON REIS NETTO. Disponível em: <https://www.wilsonreisnetto.com.br/>. Acesso em 08 jan. 2024.

JEAN, Yvonne. Correio Estudantil. O ensino dia a dia. **Correio Braziliense**. Brasília, 18 ago. 1964, p. 7.

JEAN, Yvonne. Esquinas de Brasília. **Correio Braziliense**. Brasília, 18 mai. 1967a, p. 9.

JEAN, Yvonne. Esquinas de Brasília. **Correio Braziliense**. Brasília, 30 set. 1967b, p. 10.

JEAN, Yvonne. Esquinas de Brasília. **Correio Braziliense**. Brasília, 27 jul. 1969, p. 32.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Uberlândia: EDUFU e Autores Associados, 2011.

MINEIRINI NETO, José. Yvonne Jean: o jornalismo na defesa da mulher, da arte e da educação. *In*: BARBOSA, Ana Mae; AMARAL, Vitória (orgs.). **Mulheres não devem ficar em silêncio**. Arte, Design, Educação. São Paulo: Editora Cortez, 2019, p. 137-170.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 16, p. 5-18, jan.-abr. 2001.

REIS NETTO, Wilson. Escola primária em Brasília. **Módulo**. Rio de Janeiro, n. 34, p. 16-17, 1963.

TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. Yvonne Jean, Brasília e a UnB (1962-1965). *In*: **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/yvonne-jean-brasilia-e-a-unb-1962-1965/>. Publicado em: 19 mai. 2017.

TEIXEIRA, Anísio. **Aspectos americanos de educação; Anotações de viagem aos Estados Unidos em 1927**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos**

Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

VIDAL, Diana Gonçalves; RABELO, Rafaela da Silva (Orgs.). **Movimento internacional da educação nova**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. *In*: ESCOLANO BENITO, Agustín; VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p. 59-140.

Agrobiodiversidade quilombola (em risco) no Marajó dos Campos: transformações nas roças em face a projetos desenvolvimentistas¹

Quilombola agrobiodiversity (at risk) in Marajó dos Campos: Changes in the country in face of the expansionist projects

Odenira Corrêa Dias^{*}
Monique Medeiros^{**}
Luís Mauro Santos Silva^{***}

Palavras-chave:
Comunidade quilombola
Arquipélago do Marajó
Agrobiodiversidade

Resumo: No município de Salvaterra, localizado no Arquipélago do Marajó, podem ser visualizadas iniciativas vinculadas a projetos desenvolvimentistas a partir da implementação do monocultivo de arroz e do abacaxi, bem como na construção de uma rodovia estadual. É a partir desse contexto que a presente pesquisa objetiva analisar a relação entre a chegada desses projetos e a atual configuração dos roçados da comunidade quilombola Vila União/Campina, município de Salvaterra. Para o alcance desse objetivo, partiu-se de uma abordagem metodológica qualitativa. Os principais instrumentais metodológicos mobilizados foram a pesquisa bibliográfica, a observação participante e entrevistas. Evidencia-se que, em face às consequências dos projetos desenvolvimentistas instalados no município, as famílias quilombolas de Vila União/Campina vêm construindo estratégias de reprodução socioeconômica e cultural para sua permanência no território. Dentre essas estratégias, destaca-se a busca pela manutenção da agrobiodiversidade.

Keywords:
Quilombola community
Marajó archipelago
Agrobiodiversity

Abstract: In the municipality of Salvaterra, located in the Marajó Archipelago, initiatives linked to developmental projects can be viewed from the implementation of rice and pineapple monoculture, as well as the construction of a state highway. It is from this context that this research aims at analyzing the relationship between the arrival of these projects and the current configuration of the swiddens of the quilombola community Vila União/ Campina, municipality of Salvaterra. To achieve this goal, a qualitative methodological approach was used. The main methodological instruments mobilized were bibliographical research, participant observation and interviews. It is evident that, in view of the consequences of expansionist projects installed in the municipality, the quilombola families of Vila União/ Campina have been building strategies of socioeconomic and cultural reproduction for their permanence in the territory. Among these strategies, the search for the maintenance of agrobiodiversity stands out.

Recebido em 10 de abril de 2024. Aprovado em 20 de maio de 2024.

* Doutoranda e Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará (PPGAA/UFPA). Graduada em Agronomia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: nira182017@gmail.com.

** Doutora em Agroecossistemas, na área de Desenvolvimento Rural Sustentável, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/PPGA). Pós-Doutora, também na área de Desenvolvimento Rural Sustentável pela UFSC/PPGA. Possui mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e graduação em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) 'Julio de Mesquita Filho'. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. E-mail: mmedeiros@ufpa.br

*** Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (PPGAA/INEAF). Agrônomo formado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente-pesquisador da Universidade Federal do Pará, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. E-mail: lmsilva@ufpa.br.

Introdução

Ao total, no Arquipélago do Marajó, estão distribuídas cerca de 40 comunidades quilombolas (Instituto Peabiru, 2011). A maioria dessas comunidades se encontra em territórios ainda não reconhecidos ou regularizados, na parte oriental do Arquipélago. Tal região é mais conhecida como Marajó dos Campos e compreende os municípios de Soure, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Muaná e Salvaterra.

Em Salvaterra, há 17 comunidades quilombolas autodefinidas, destas, 15 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Dentre essas 15 se localiza a Vila União/Campina, comunidade na qual o presente estudo foi desenvolvido. Historicamente, fundou-se grandes fazendas no município, mantidas por trabalho escravo, que impuseram a estes territórios o surgimento de comunidades quilombolas, como identidade e resistência (Acevedo Marin, 2009).

De acordo com Bezerra (2020), o município de Salvaterra em extensão territorial é o menor no Marajó com uma área total de 1.039 km², dividindo-se em cinco bairros (Centro, Coqueirinho, Marabá, Paes de Carvalho e Cajú) e cinco distritos (Salvaterra, Condeixa, Joanes, Jubim e Monsarás). Em contraste a isso, segundo Gomes et al. (2018) e Brasil (2006), o município também se caracteriza como um dos municípios com o maior número de comunidades quilombolas, além de ser o que possui a maior densidade de quilombos por quilômetro quadrado do país.

No entanto, até hoje, nenhuma comunidade quilombola de Salvaterra foi titulada. Considerando a data da primeira solicitação feita ao INCRA, no ano de 2004, faz pelo menos 20 anos que essas comunidades quilombolas lutam para que o direito previsto no artigo 68 do ADCT da Constituição Federal seja realmente efetivado.

No município de Salvaterra, as comunidades quilombolas, além de enfrentarem certa inércia institucional do Estado e a lentidão do trâmite judicial e administrativo, também se veem à mercê da violência de fazendeiros que invadem seus territórios etnicamente ocupados, afirmando terem propriedade sobre esses espaços (Campos, 2023; Lima Filho, 2014). Uma das formas de violação dos

direitos dos quilombolas se dá através da construção de cercas por parte de muitos fazendeiros, restringindo suas passagens para áreas de uso comum, assim como a utilização de recursos naturais, alegando estarem dentro do seu domínio de propriedade, o que tem dificultado a reprodução social das famílias (Lima Filho, 2014).

De acordo com Cardoso (2015), os conflitos pela apropriação dos territórios “evidenciam o confronto de duas lógicas relacionadas ao uso e à função do espaço”. Uma que percebe o território como “produto para o mercado de terras, exploração comercial, e outra que o percebe como dotada de capacidade primária de proporcionar a reprodução sociocultural do grupo” (Cardoso, 2015, p. 78). Nesse sentido, muitos desses conflitos surgem a partir da adoção do novo modelo de ocupação dos territórios na Amazônia, direcionados à expansão de atividades econômicas ligadas ao agronegócio, à construção de estradas, assim como outros projetos de desenvolvimento de padrão homogeneizador (Escada, Amaral e Fernandes, 2023).

No Marajó, esses projetos avançam principalmente com a expansão do agronegócio vinculado ao monocultivo do arroz, com os proprietários vindos de outros estados, até mesmo desapropriados de uma terra indígena do estado de Roraima, que é o caso do primeiro fazendeiro a chegar no Marajó, instalando suas atividades na região. No entanto, esses fazendeiros avançam com suas atividades sobre os territórios quilombolas e com isso uma série de conflitos se estabelece, visto que essas populações tradicionais secularmente ocupam seus territórios e desenvolvem suas atividades principalmente para a manutenção da unidade familiar. Também a partir dos conflitos, há a resistência e organização das populações que sofrem das diversas violações nos seus territórios.

Além disso, o abacaxi também ganha destaque no município de Salvaterra. Apesar de não ser um monocultivo ligado às grandes fazendas, é vinculado a um pacote tecnológico homogeneizador que impõe uma série de insumos químicos (adubos e agrotóxicos), além da motomecanização, ou seja, são outras formas de trabalho no campo, de manejo, de uso de ferramentas, que diferem daquelas habituais dos quilombolas. O abacaxi se expandiu para as comunidades rurais do município, como as

quilombolas, e passa então a ser cultivado pelos agricultores familiares e incluída nos seus sistemas produtivos.

Menciona-se ainda como uma das materializações dos projetos de desenvolvimento na região a construção da rodovia estadual PA-154 com cerca de 52 km de extensão, que interliga os municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra. A rodovia é uma das obras de infraestrutura e estratégia governamental para a promoção do “desenvolvimento” na região, e um dos seus objetivos é beneficiar o escoamento da produção do arroz. Assim, se impõe a dinâmica da “beira de estrada”, estratégia clássica e bem estudada por Velho (1972).

De forma relacionada a esses acontecimentos, a comunidade Vila União/Campina, que está localizada a 17km do centro de Salvaterra, e conta com cerca de 200 (duzentas) famílias, vêm experimentando transformações nos seus espaços, nas suas formas de produzir, até mesmo nos seus roçados tradicionalmente feitos.

Mesmo com tais mudanças trazidas pela intensificação da produção de arroz e abacaxi no município e materializadas também pela abertura da estrada que perpassa essa comunidade, nas roças e nos quintais produtivos, que também são importantes para as famílias agricultoras de Vila União/Campina, mantêm-se uma rica agrobiodiversidade, compreendida como uma parte importante da biodiversidade por abarcar elementos que se integram e interagem em uma produção agrícola, como os espaços cultivados para a criação de animais domésticos, as espécies manejadas, as plantas espontâneas, os insetos polinizadores, os predadores, e a diversidade genética a eles associados (Santilli, 2009).

As composições atuais dos roçados, na comunidade, são representadas pelo cultivo principalmente de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e do abacaxi (*Annanas comosus* (L.) Merrill), além de espécies como maxixe (*Cucumis anguria* L.), melancia (*Citrullus lanatus* (Thunb.) Matsum & Nakai), milho (*Zea mays* L.), jerimum (*Curcubita* sp.), açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), banana (*Musa* spp.) e quiabo (*Abelmoschus esculentus* (L.) Moench). A mandioca possui centralidade na produção dos roçados de Vila União/Campina,

visto que seu cultivo para a fabricação da farinha de mandioca e de muitos outros derivados está entrelaçado com um cultivo que é repassado ao longo das gerações nessa localidade e que fortalece os vínculos de solidariedade entre as famílias.

Com a atenção direcionada a esses processos, este artigo objetiva analisar a relação entre a chegada de projetos e iniciativas desenvolvimentistas no Marajó dos Campos e a atual configuração dos roçados da comunidade quilombola Vila União/Campina, município de Salvaterra.

Para tanto, a abordagem utilizada neste trabalho foi a qualitativa, descrita por Proetti (2018) como possibilitadora de entendimento, descrição e interpretação de fatos. Os instrumentais mobilizados foram: a pesquisa bibliográfica (Rampazzo, 2002), entrevistas semiestruturadas, entrevistas de história oral, entrevistas abertas, observação participante (Angrosino, 2009), anotações em diário de campo e registro fotográfico.

Quanto às entrevistas semiestruturadas, ao todo foram realizadas 14 (quatorze), tanto com agricultores que possuem roças de mandioca e abacaxi, quanto com alguns que não possuem, para compreender os seguintes grandes grupos de informações: composição do núcleo familiar, a sua relação com as roças de mandioca e de abacaxi, e as transformações desses espaços, suas principais fontes de renda atuais, a compreensão destes quanto às mudanças nos territórios quilombolas, dentre outras informações. As entrevistas de história oral foram realizadas com 8 (oito) moradores, aqueles que possuíam uma vasta experiência de vida na comunidade, tanto homens quanto mulheres, que possuíam também alguma relação com o trabalho nas roças de mandioca e/ou abacaxi ou apenas a experiência de ter trabalhado com as roças. Também foram feitas 2 (duas) entrevistas abertas com representantes e lideranças da comunidade com o intuito principalmente de compreender sobre a história de formação da comunidade, do autorreconhecimento quilombola, do funcionamento da associação quilombola, das questões de saúde e educação na comunidade.

A técnica denominada “Bola de Neve” (Vinuto, 2014) apoiou na identificação dos interlocutores da pesquisa. Para a transcrição das entrevistas, utilizou-se a técnica de decupagem, que

consiste em recortes e ordenamento das entrevistas para posteriormente analisar os discursos com maior especificidade e rigor aos detalhes. Também se utilizou a técnica, proposta por Michelat (1987), de análises vertical (cada entrevista) e horizontal das entrevistas (o conjunto delas, em relação a cada questão). Os programas *Microsoft Word* e *Microsoft Office Excel* auxiliaram na organização e sistematização dos dados.

O trabalho de campo ocorreu durante o ano de 2023, nos meses de fevereiro e agosto. Anterior à realização das entrevistas e desenvolvimento da pesquisa em campo, houve um diálogo com os moradores da comunidade e possíveis interlocutores da pesquisa, assim como a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido para o uso dos dados nos trabalhos científicos advindos da pesquisa.

Ressalta-se que o presente artigo se vincula à pesquisa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela primeira autora deste texto, no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará.

Agrobiodiversidade e roças quilombolas

As roças em comunidades rurais, como as quilombolas, geralmente são protagonizadas pela presença da mandioca, tendo em vista que esta espécie é a base da alimentação dessas populações, além da sua importância cultural, ligada aos usos em diversas festas tradicionais, inclusive festas religiosas. A produção de mandioca é milenar para populações do campo, em especial para as comunidades quilombolas da Amazônia, apresentando-se em uma diversidade usos, desde a raiz, até as folhas, ramos, com distintas finalidades. Esse vínculo com o cultivo pode ser compreendido como um dos elementos de construção da territorialidade dessas comunidades. Como observado por Siviero e Lessa (2020), a ligação agricultor-variedade de mandioca é um sinônimo de ligação forte entre ser humano e natureza, e a compreensão deste laço é a chave para a conservação de variedades locais. Os autores ainda enfatizam que “os principais detentores de materiais silvestres e variedades crioulas de mandioca na Amazônia são as populações locais distribuídas nas diversas terras indígenas e os agricultores situados na

terra firme e nas barrancas dos rios” (Silveiro e Lessa, 2020, p. 225). Para essas populações, a mandioca é o alimento de base, presente em suas refeições diárias (Santilli e Empeiraire, 2001).

Geralmente, a mandioca é cultivada em consórcio com outras espécies vegetais, possibilitando maiores alternativas de consumo e venda e contribuindo com a conservação da agrobiodiversidade local e a manutenção da vida dos quilombolas em seus territórios. No intuito de compreender essa relação do ser humano e seus cultivos, emerge o conceito de agrobiodiversidade, que, de acordo com Santilli (2009), surgiu nos últimos dez a quinze anos em um contexto envolvendo diversas áreas de conhecimento, como Agronomia, Antropologia, Ecologia, Botânica, Genética dentre outras. Essa agrobiodiversidade reproduz as dinâmicas e complexas relações construídas entre as sociedades humanas, as plantas e os ambientes em que convivem. Assim como ocorre na biodiversidade ou diversidade biológica, em que a diversidade das formas de vida se relaciona com três níveis de variabilidade: a diversidade de espécies, a diversidade genética e a diversidade ecológica, na agrobiodiversidade também ocorre essa relação, pois inclui a diversidade de espécies (como as espécies diferentes de plantas cultivadas, a exemplo do milho, mandioca, tomate (*Solanum lycopersicum* L.), abóbora (*Curcubita spp*) etc., a diversidade genética, se expressa, por exemplo, nas variedades diferentes de feijão (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), milho, mandioca etc., e a diversidade de ecossistemas agrícolas ou cultivados, como exemplo, dos sistemas agrícolas tradicionais de corte e queima (Santilli, 2009; Machado, Santilli; Magalhães, 2008). Os autores afirmam também a importância das intervenções humanas para se compreender a agrobiodiversidade, “como as diferentes práticas de manejo dos agroecossistemas, os saberes e os conhecimentos agrícolas tradicionais, relacionados com o uso culinário, em festividades, em cerimônias religiosas etc.” (Machado, Santilli, Magalhães, 2008, p. 28).

O conhecimento local e a cultura podem, portanto, ser considerados partes integrantes da agrobiodiversidade, pois é a atividade humana da agricultura que molda e conserva esta biodiversidade (FAO, 2005). As comunidades quilombolas, desde

sua constituição histórica, possuem papel importante na conservação da agrobiodiversidade amazônica. O manejo dos roçados de mandioca vem sendo feito, historicamente, por essas comunidades e o conhecimento dessa prática é repassado oralmente entre as gerações. Conhecimento este que envolve desde o preparo da área, conhecimento das diversas variedades existentes, até o processamento da mandioca, para fabricação dos alimentos e bebidas, importante na construção da identidade desses sujeitos em seus territórios. De acordo com Silveiro e Lessa (2020), a mandioca representa um rico reservatório genético para o mundo, por ser uma planta extremamente diversificada e rica em muitos tipos e variedades. Ainda nessa perspectiva, Silveiro et al. (2018) trazem contribuições reforçando o protagonismo das populações locais da Amazônia, por serem portadoras de inúmeras variedades de mandiocas que selecionaram localmente ao longo dos anos, e a importância da sua variabilidade genética que existe nos roçados, para a conservação da espécie.

Em Salvaterra, a mandioca é produzida majoritariamente por agricultores familiares, que realizam as roças de mandioca, em sua maioria, pelo sistema tradicional de corte e queima. A produção que advém das roças é de muita relevância para a alimentação e reprodução social das famílias. Muitos dos alimentos derivados da mandioca são especialmente fabricados em períodos específicos na comunidade, como é o caso do beiju, na época de Semana Santa. A relação que é estabelecida entre comunidades rurais quilombolas e a natureza pode ser percebida no dia a dia das comunidades, no conhecimento que estes possuem sobre os elementos da natureza, as espécies que a compõem, seja de animais ou plantas, o cuidado e respeito com os encantados² presentes no território, a seleção de sementes crioulas³, o conhecimento sobre plantas de cura e a defesa da terra e do território.

Transformações nos territórios no Marajó dos Campos

De acordo com Castro (2017, p. 7), a Amazônia está progressivamente atravessada por conflitos face a atuação por agentes governamentais e

privados, com poder hegemônico, que pensam e visualizam este espaço como propícios a oportunidades de mercado e geração de lucro, “reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia”.

O estado do Pará está associado a uma história de violência colonial “coronelista e patrimonialista” com relação ao território e consequentemente às populações pertencentes a este, especialmente a processos de colonização e à abertura de grandes eixos rodoviários, desde a rodovia Belém-Brasília em 1960 (Castro, 2017). Sendo assim “conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros” tornam a violência uma chave de interpretação da sociedade (Castro, 2017, p. 9). Corroborando ao exposto, Costa (2005, p. 132-133) argumenta que “tais ações resultaram de um certo conteúdo patrimonialista que tem marcado, com raízes profundas, o estado brasileiro, vinculando-o a privilégios de segmentos sociais específicos”. Castro (2017) ainda menciona que

o mercado globalizado e os interesses econômicos nos recursos naturais ampliaram as pressões sobre as florestas, as águas, a terra e o subsolo. Desde os anos 1990 observa-se um movimento de expansão das fronteiras do agronegócio na Amazônia. Os espaços transfronteiriços constituem-se em novas áreas de expansão de mercado, que tendem a se tornar mais acessíveis em função da nova logística de transportes nas áreas de fronteira, contando também com a participação de empresas de diversos setores econômicos (Castro, 2017, p. 9).

No cenário atual, visualiza-se um avanço do capital sobre novos territórios dotados de recursos naturais (Castro, 2017), assim como de uma diversidade de populações e identidades culturais pertencentes a estes territórios, mas que são invisibilizadas. Esse capital vem sendo intensamente mobilizado “com investimentos diretos em infraestrutura com operações logísticas, voltadas às *commodities* agrícolas e minerais” (Castro, 2017, p. 10). Esses investimentos advindos do Estado,

associados a setores privados, têm como principal destinação os ramos da mineração e do agronegócio, voltados para infraestruturas como portos, rodovias e ferrovias (Castro, 2017).

Na perspectiva de Costa (2005), podem ser visualizadas duas linhas de projetos de desenvolvimento de base rural em andamento na Amazônia, nas quais se associam protagonistas que caracterizam a questão agrária da região, seja nas suas interações conflitivas ou cooperativas, seja nos seus antagonismos e contradições. O autor ainda comenta sobre a diferenciação entre esses protagonistas: “eles diferenciam-se nas formas de tratamento do capital natural (cuja referência primordial é o bioma da floresta amazônica), na intensidade do uso de capital humano e social e nas proporções de uso de capital físico e trabalho” (Costa, 2005, p. 133).

O que se visualiza é que esses dois projetos possuem, por um lado desavenças, que se traduzem em conflitos fundiários evidentes, e por outro lado, hibridismos que os complexificam e dificultam sua percepção através de lentes dicotômicas e antagonistas. Ainda que, para Cardoso (2015, p.78), esses dois projetos possam ser representados a partir do confronto de duas lógicas relacionadas ao uso e à função do espaço, o que parece ganhar corpo em determinados contextos marajoaras é a interface entre essas lógicas.

A Amazônia, apesar de apresentar grande relevância nacional e internacional, sobretudo pela representação de tamanha concentração de biodiversidade do planeta, é vista a partir do recorrente discurso desenvolvimentista para a região, com alternativas necessárias de se avançar economicamente (Lobato e Costa, 2017), principalmente com projetos de grande impacto, e muitas vezes sem a adesão das populações existentes nos territórios apropriados. Corroborando ao exposto, Souza (2018, p. 22) comenta que “desde o século XIX a Amazônia passou a ser vista como palco de grandes projetos que ignoram suas populações, visando apenas fornecer matéria-prima para as grandes indústrias”.

Já na região marajoara, as populações experimentam no cenário atual a atuação de agentes do agronegócio ligados principalmente à rizicultura, o que gera uma série de conflitos principalmente

fundiários e coloca em risco a permanência de populações em seu território tradicional: “o agronegócio se expande para mais uma sub-região da Amazônia e continua a pôr em (des) encontro fazendeiros e povos tradicionais” (Gomes *et al*, 2018, p. 138).

Neste contexto, o agronegócio rizicultor chega no Marajó com uma ideia de “desenvolvimento”, e que atenderia às necessidades da população (Canuto, 2004). Os fazendeiros ligados a esse segmento foram desapropriados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, após sua demarcação definitiva, e isso influenciou setores do governo do estado do Pará, e algumas prefeituras a lhes oferecerem alguns incentivos para a instalação de um polo rizicultor no Marajó (Gomes *et al*, 2018).

De acordo com Campos (2023, p.51), o agronegócio no Marajó teve início em Cachoeira do Arari, e chega em meados dos anos 2000 em Salvaterra, “e se instala com facilidade em decorrência do atraente mercado de terras, ocasião em que, ou se compram fazendas já estabelecidas ou compram grandes áreas para fins de instalação das atividades”. Os grandes proprietários de terra passam a praticar uma nova atividade não mais ligada à pecuária, pois estas voltam-se para o monocultivo do arroz e da soja (Campos, 2023). O que resulta em uma série de conflitos entre os fazendeiros e comunidades quilombolas. Decorrentes desses conflitos, são evidenciadas diversas situações de ameaças de morte às lideranças quilombolas, como o caso do assassinato de uma liderança do município vizinho de Cachoeira do Arari (Bargas; Cardoso, 2015). “Tal situação coloca fazendeiros e grandes empresas do agronegócio como alguns dos principais antagonistas aos quilombolas” (Bargas; Cardoso, 2015, p. 472).

Além disso, no município de Salvaterra, uma outra materialização desses projetos é a construção da estrada PA-154, concebida principalmente para beneficiar o escoamento de grãos, como o arroz: “atualmente, a construção de pontes e estradas continuam sendo uma forma de favorecimento, embalados sobre o discurso de desenvolvimento” (Campos, 2023 p. 54). No município, também há a expansão do monocultivo de abacaxi. Entretanto, ao chegar nas comunidades quilombolas, a proposta de

monocultivo ganha nova materialidade. Em distintos roçados, o abacaxi passou a compor os sistemas agrícolas das comunidades rurais e a possibilitar complementação de renda para as famílias.

Nesse cenário observado em Salvaterra, tanto o monocultivo do arroz, quanto de abacaxi, incide em mudanças na dinâmica do território. A expansão da rizicultura sobre territórios quilombolas, disputando e suprimindo espaços pertencentes a comunidades quilombolas, acaba interferindo e até mesmo estimulando transformações no território, pela menor disponibilidade de terra, assim como pelos impactos socioambientais causados pelos usos dos agrotóxicos. Nesse artigo, com relação ao monocultivo de abacaxi, são identificadas estratégias socioprodutivas desenvolvidas criativamente por parte das famílias quilombolas.

A comunidade quilombola de Vila União/Campina e a importância dos roçados para a agrobiodiversidade

Na comunidade Vila União/Campina (Figura 1), as principais fontes de renda das famílias quilombolas provêm da agricultura, por meio da produção a partir das roças de mandioca e de abacaxi, o cultivo de hortas, principalmente com a produção de coentro (*Coriandrum sativum* L.), cebolinha (*Allium fistulosum* L.), chicória (*Eryngium foetidum* L.), alface (*Lactuca sativa* L.), couve (*Brassica oleracea* L.) e joão gomes (*Talinum triangulare* (Jacq.) Willd.) e o comércio na “beira da estrada” estadual, a rodovia PA-154. Os benefícios assistenciais e previdenciários do governo, como o bolsa família e a aposentadoria rural, respectivamente, possuem importância significativa como principais fontes de renda ou de complementação de renda dos moradores da comunidade.

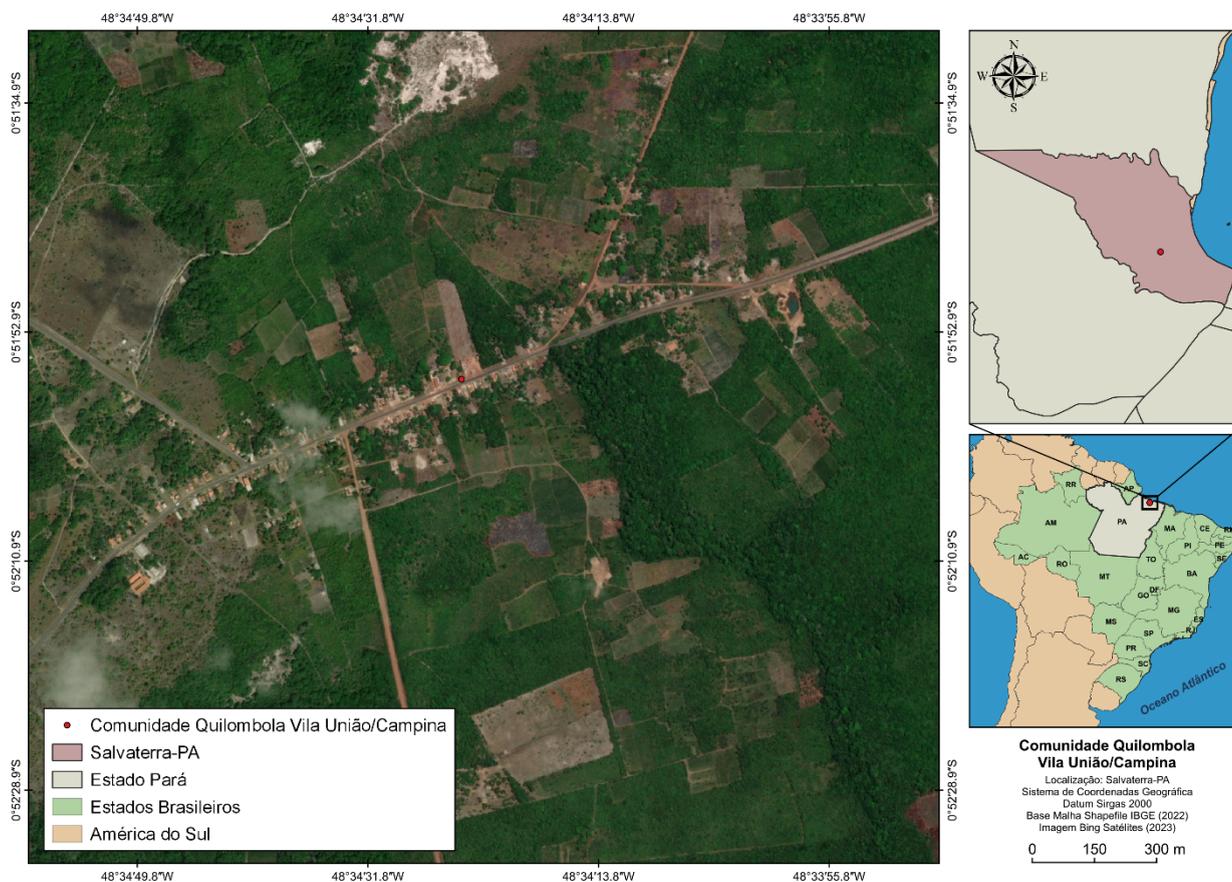


Figura 1: Localização da comunidade quilombola de Vila União/Campina.

Fonte: Santos (2023).

A mandioca é cultivada historicamente por essa população, já o abacaxi, chega por volta de 1975, com uma perspectiva voltava exclusivamente para a comercialização, em uma racionalidade econômica capitalista, visando a obtenção de renda. Que se mostra totalmente diferente da produção da mandioca, que ainda mantém como principal objetivo o autoconsumo das famílias, ou seja, operando em uma racionalidade camponesa (Chayanov, 1974).

Os tamanhos das roças da maioria dos interlocutores variam entre 0,5 ha e 1 ha. Alguns agricultores não souberam dizer o tamanho exato ou até mesmo aproximado, pois não costumam medir as áreas. As roças se localizam tanto em terrenos próximos às residências dos agricultores quanto em terrenos um pouco mais distantes, ou até mesmo em terrenos que possuem em outra comunidade. Essas áreas em que cultivam a mandioca fora de Vila União/Campina, geralmente, são terrenos herdados dos pais ou de familiares do(a) esposo(a) que é natural de outra comunidade. As áreas que ficam distantes das residências são mais difíceis de manejar, principalmente quando os moradores possuem outros tipos de trabalhos.

Quanto à organização familiar e à divisão do trabalho no roçado, na maioria dos casos, a família trabalha junto, e as funções são divididas no momento do trabalho, dependendo da quantidade de pessoas que irão trabalhar. Os filhos dos agricultores, geralmente os mais velhos, algumas vezes ajudam e os demais se dedicam prioritariamente aos estudos. Todavia, em determinados períodos, algumas famílias contratam pessoas da comunidade para realizar algum trabalho específico, como por exemplo para roçar ou 'coivarar'⁴ a área. Essa contratação depende de alguns fatores como: a condição financeira da família, se possuem ou não algum trabalho fixo não agrícola, pois, nesse caso, não terá muito tempo para o trabalho no roçado, sendo assim, contratam; depende também do tamanho do roçado e do número de familiares que trabalharão.

A diária para o trabalho na roça, no caso da roçagem, é de aproximadamente R\$ 60,00 (sessenta reais) ou 11.93 US\$, no horário das 7h30min às 10h30min (turno da manhã). Muitos agricultores possuem trabalho não agrícola, com isso dividem o

tempo entre esse trabalho e os seus cultivos; esse é um dos motivos do por que muitas famílias diminuem o tamanho das suas roças, já que, quanto maior for a área da roça, maior será a demanda por mão de obra. Outrora, na comunidade, não havia tanta preocupação com relação a mão de obra para o trabalho nos roçados, pois trabalhavam na maior parte das vezes por meio do convidado⁵, trocando trabalho com os outros moradores, sem a necessidade de um pagamento, e isso beneficiava a todos os que participavam.

A prática do convidado, que ainda acontece, atualmente difere de como era antes. Chamam de "sociedade", "parceria" ou "comunidade", com um número bem mais reduzido de pessoas que participam, normalmente alguns familiares ou vizinhos se juntam para realizar o trabalho e dividem toda a produção decorrente do trabalho. Esse tipo de trabalho é comumente feito em Vila União/Campina, principalmente por boa parte dos moradores terem algum tipo de parentesco.

Quanto à escolha da área para a realização do roçado, no geral os agricultores mencionaram não haver alguma preferência, com exceção para lugares que alagam, uma vez que o contato constante da mandioca com a água resulta no apodrecimento do tubérculo. No entanto, foi possível observar em uma das falas de uma agricultora que esta fez sua roça próxima do igarapé, por conta do verão, com o objetivo de manter o solo mais úmido para enfrentar as altas temperaturas dessa época do ano.

Os arranjos e composições visualizados nos roçados de mandioca são, atualmente, principalmente os seguintes: plantio da mandioca, jerimum, maxixe e melancia entre as linhas de abacaxi; plantio de mandioca entre as linhas de abacaxi (Figura 2); plantio só de mandioca com uma diversidade das suas variedades; plantio de mandioca junto com macaxeira; plantio de mandioca junto com açaí, banana, maxixe e jerimum; e plantio só de macaxeira nas suas várias variedades. Um interlocutor mencionou que, quando planta a mandioca nas linhas do abacaxi, planta as variedades a cada duas linhas do abacaxi, com o objetivo de que a sombra da árvore da mandioca não afete o desenvolvimento do abacaxi. Esse arranjo é composto por abacaxi, mandioca (mandioca brava), melancia, milho e macaxeira (mandioca mansa). Essa

roça fica localizada próxima do quintal do agricultor e possui cerca de 58 linhas de abacaxi, 18 linhas de mandioca e 2 linhas de macaxeira. O milho foi plantado mais nas pontas das primeiras fileiras do abacaxi, e a melancia foi espalhada entre algumas fileiras também do abacaxi.

Na outra roça visitada em Vila União/Campina, observa-se que as espécies que dividem o espaço são: abacaxi, melancia, maxixe, mandioca e macaxeira. Essa roça possui o tamanho aproximado de $\frac{1}{2}$ hectare e possui 3 mil pés de abacaxi que dividem espaço com a melancia, maxixe, macaxeira e mandioca com idade de 1 mês que foram plantados, além de uma área só com mandioca e macaxeira em diversas variedades, já com 8 meses do plantio.

Algumas das variedades de mandioca presentes nessa área são: amarelinha, folha fina, roxão, roxinha e maruim, já de macaxeira são: macaxeira amarela, macaxeira preta e macaxeira manteiga, as quais, algumas podem ser visualizadas, junto com outras variedades citadas pelos interlocutores (Figura 3 e 4), mais adiante. As variedades tanto de mandioca quanto de macaxeira geralmente são espalhadas aleatoriamente na área. A composição dos arranjos dos roçados dos agricultores depende da sua necessidade no momento e da condição tanto financeira para o

investimento quanto do tempo para a dedicação no cultivo.

Cada composição dos roçados é resultado de uma série de experimentações feitas pelos agricultores, que, através das suas experiências, vivências e acumulação de conhecimentos, desenvolvem suas próprias técnicas, arranjos e formas de cultivar seja nos roçados, seja nos seus quintais produtivos. Para cada roçado construído há um objetivo principal com cada espécie inserida, ora com o pensamento no suprimento de alimentação familiar por determinado período, ora com o intuito de comercializá-los e complementar suas rendas, ou ainda possuindo os dois objetivos.

Os dois arranjos mencionados anteriormente são um retrato de como a maioria dos roçados são compostos, apresentando uma diversidade interespecies e intraespecíficas, importantes para a construção da agrobiodiversidade dos roçados. Por trás de cada arranjo há uma riqueza de conhecimentos que é repassada em cada geração. Alves e Fita (2023, p. 124) revelam que “comunidades tradicionais e os conhecimentos que carregam consigo apresentam grande importância para o manejo e contribuem para a evolução constante de inúmeras espécies que constituem a agrobiodiversidade”.



Figura 2: Roçado de mandioca em consórcio com o abacaxi, em Vila União/Campina.

Fonte: Acervo de campo (2023).

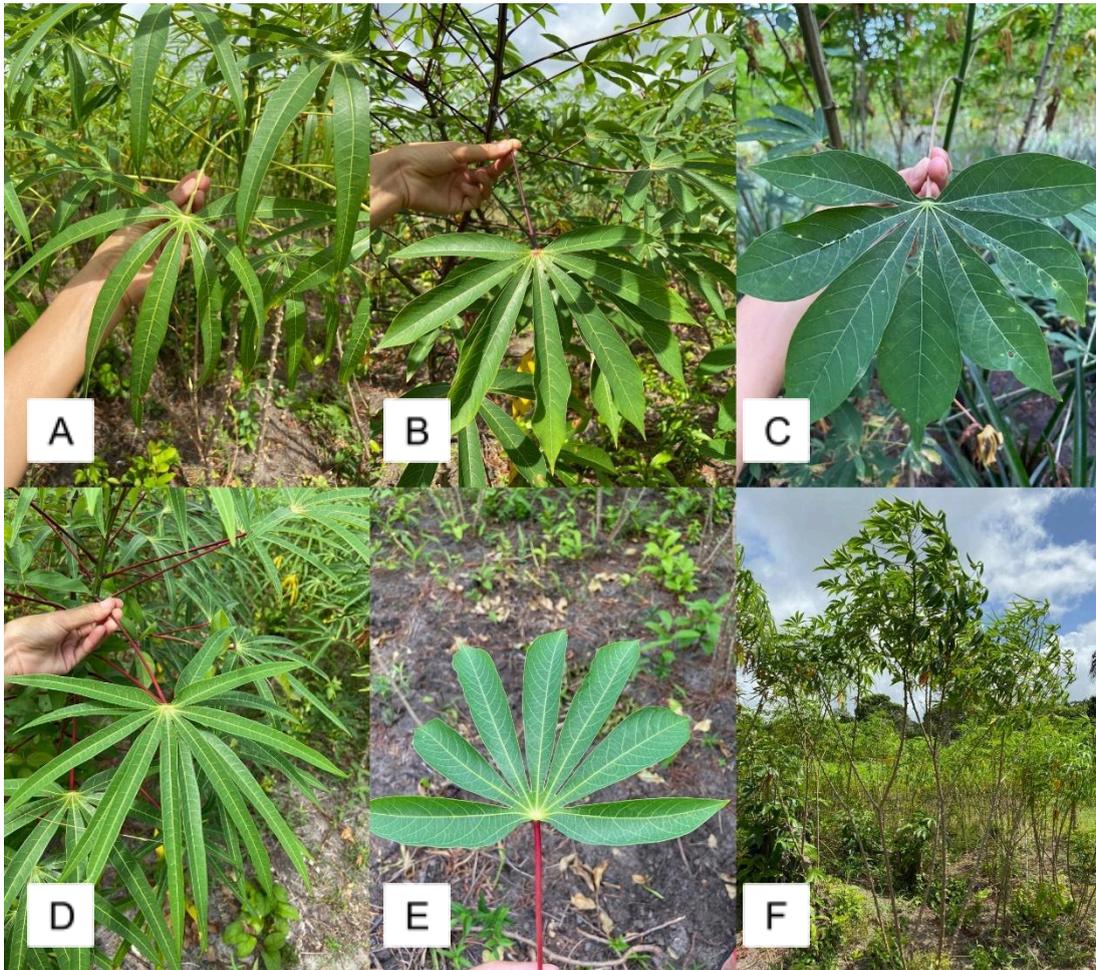


Figura 3: Algumas variedades de mandioca brava encontradas nos roçados da comunidade Vila União/Campina. A-Maruí, B-Roxão, C-Tareza, D-Folha fina, E-Amarelinha, F-árvore da variedade amarelinha. Fonte: Acervo de campo (2023).

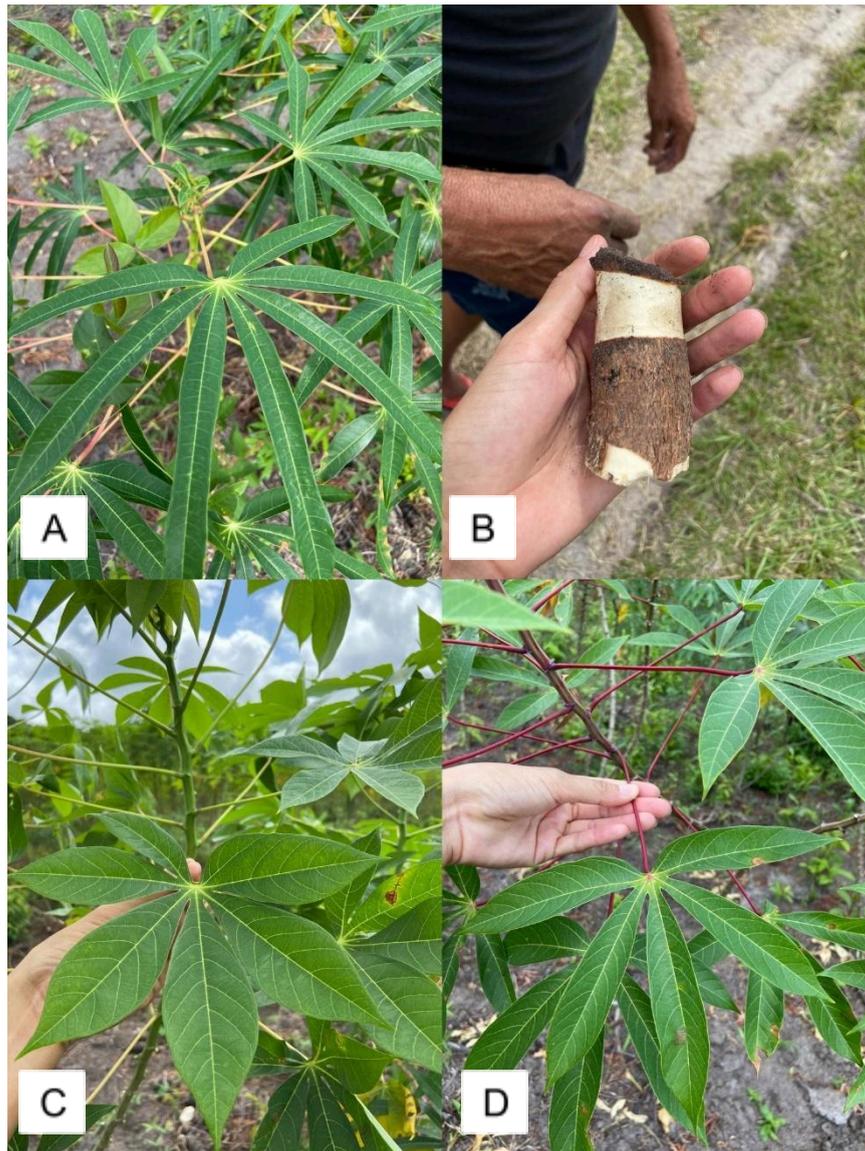


Figura 4: Algumas variedades de mandioca mansa (macaxeira) encontradas nos roçados da comunidade Vila União/Campina. A-Macaxeira amarela, B- Batata da macaxeira amarela, C-Macaxeira manteiga, D-Macaxeira preta.
Fonte: Acervo de campo (2023).

Ao todo foram identificadas 17 variedades de mandioca, sendo estas: folha fina, roxão, amarelinha, maniçobeira, piraíba, gordura, tareza, pacajá, roxinha, mandioca branca, sequinha, pai mané, mãe Izabel, branquinha, maruim, turrão, mizara e 6 (seis) variedades de macaxeira (macaxeira rosa, macaxeira manteiga, macaxeira branca, macaxeira amarela, macaxeira mizara e macaxeira preta) cultivadas pelos interlocutores desta pesquisa, o que demonstra uma rica diversidade presente nos roçados de mandioca, que favorecem a maior variabilidade genética e a menor incidência de pragas e doenças nos cultivos. Santilli e Emperaire

comentam sobre a importância e os benefícios da alta diversidade genética, ressaltando que

A diversidade genética, manejada por agricultores tradicionais, indígenas ou não indígenas, é fruto de um longo e diversificado processo iniciado com a domesticação de um recurso silvestre. Houve – e há de maneira contínua – seleção, melhoramento genético, intercâmbios de sementes, saberes e experiências, difusão das plantas. Deve-se ressaltar o caráter dinâmico do processo: as plantas circulam entre famílias, comunidades ou etnias; novas cultivares oriundas de outras

regiões ou localmente produzidas são avaliadas e incorporadas no estoque de variedades do agricultor; há um interesse pela produção de diversidade em si (Santilli; Emperaire, 2001, p. 1).

Na comunidade de Vila União/Campina, também resultante desse manejo dinâmico das comunidades com relação aos roçados e variedades de plantas, já é possível verificar nos arranjos dos roçados da comunidade a inserção do abacaxi dividindo espaço com cultivos tradicionais que objetivam essencialmente alimentar as famílias. Muitos agricultores buscam nessa estratégia tanto manter a tradição do plantio das espécies voltadas para o suprimento interno da família quanto de uma espécie que vai lhes trazer um retorno financeiro, já que isso lhes possibilita a capacidade de compra de outros alimentos e itens de suas necessidades.

Projetos desenvolvimentistas e mudanças nas roças quilombolas

A comunidade de Vila União/Campina vivencia uma série de mudanças, primeiro com relação à chegada de infraestruturas, como a energia (década de 1980), o abastecimento de água, a internet (se expandiu principalmente nos últimos dez anos), o posto de saúde (aproximadamente na década de 1980), as escolas (a primeira escola, por volta de 1980 e a escola polo, que funciona até o nono ano do ensino fundamental, em 2011), que a partir de então trouxeram melhorias para os moradores, mas que influenciaram nas suas dinâmicas de vida, também o acesso a políticas públicas, principalmente a partir do autorreconhecimento quilombola). Outra importante mudança foi relacionada à abertura e pavimentação da rodovia PA-154, que, apesar de facilitar o escoamento das produções, o acesso ao centro de Salvaterra, a outros municípios e comunidades, também de certa forma intensificou diversos problemas na comunidade. De acordo com os interlocutores, o crescimento populacional tem sido constante, muitas pessoas de outros locais, até de outros municípios veem na comunidade oportunidades econômicas a partir da presença de uma rodovia que atravessa Vila União/Campina,

também pelo fato de a comunidade ainda não possuir o título coletivo do território e estar sujeita à entrada de pessoas que não são dali.

Distintas comunidades quilombolas do Marajó dos Campos vêm sendo deslegitimadas em seus territórios. As cercas que delimitam as fazendas, áreas de produção de arroz em grande parte, são uma das formas que se utilizam para negar os direitos dos quilombolas nos seus espaços. Tais cercas impedem o acesso dessas comunidades a áreas como igarapés, rios, matas, que na verdade são espaços de uso comum e historicamente usados por essas pessoas. Além da presença das cercas, que em alguns casos são até mesmo elétricas, são utilizados vigias, seguranças, para garantirem o impedimento da presença dos quilombolas nas “suas áreas”, apesar de legalmente não serem, e tudo isso gera riscos à permanência das famílias quilombolas nos territórios.

As comunidades como Rosário, Deus Ajude, Providência, Barro Alto, Bacabal, Pau Furado, Paixão, Caldeirão, Vila União/Campina, em sua maioria, têm sido privadas dos seus recursos naturais, nas áreas de uso comum, até mesmo algumas sofrido ameaças. Dessa forma, são coagidas a viver nos espaços dos seus territórios cada vez mais limitados, dificultando as suas reproduções sociais, pois estas estão diretamente associadas à terra, à agricultura, às formas de produzir, à pesca, à coleta de frutos como o bacuri, o açáí, que garantem alimentação e renda aos moradores.

Esses elementos, somados à intensificação da produção do abacaxi no município, sobretudo a partir dos anos 1990, resultaram em mudanças, inclusive, nas roças quilombolas, como revela o trecho de entrevista a seguir.

As roças na época era, era assim, como não é agora, né? Era sem adubo, sem carbureto, a gente trabalhava em mutirão, sabe? A gente ajudava um ao outro, sabe? Aquele “bucado”, entre a família, a gente ia pros convidados que se forma, né? Aí gente ia nos convidado, ajudava, por exemplo, hoje era o meu, amanhã era do..., a semana toda, as vez, tinha um serviço, era assim, pra plantar maniva, né? (Manoel, 63).

No relato acima, é possível visualizar algumas das mudanças nas formas de produção nos roçados,

estas vinculadas à expansão do abacaxi e à utilização do adubo químico, além do pouco desenvolvimento da atividade coletiva no trabalho dos roçados, que difere das formas que antigamente empregavam. Fica clara a imposição de uma lógica de artificialização química no cultivo, além da fragilização das relações comunais, nesta comunidade.

Se faz importante ressaltar que o município de Salvaterra é um dos principais produtores de abacaxi do estado do Pará. Segundo Homma et al. (2002), a expansão do cultivo pelos agricultores do município foi induzida pela Emater-Pará, fator que mudou o status do estado do Pará de importador do fruto do estado da Paraíba para autossuficiente, o que explica o fato de os agricultores de Vila União/Campina mencionarem ter feito as roças de abacaxi há muitos anos, ou seja, o cultivo não foi inserido recentemente na comunidade.

A partir dessa expansão do abacaxi na comunidade, muitos agricultores, inicialmente, passaram a migrar do plantio da mandioca para o cultivo do abacaxi. A ideia do monocultivo de abacaxi chegou na comunidade com uma lógica diferente da praticada nos cultivos tradicionais. Chegou ancorada a uma lógica capitalista de agricultura, voltada exclusivamente para a geração de lucro e dependente de insumos variados.

Segundo os relatos dos entrevistados mais experientes da comunidade, antigamente, não se usava esses insumos, pois não havia necessidade. Estes contam que a terra era boa e as produções eram de qualidade: *“nesse tempo, no tempo do papai, no nosso tempo, esse tempo a gente não trabalhava com adubo, era só mesmo assim, da natureza mesmo”* (Carlos, 69). Desde os anos 1990, com a intensificação do monocultivo do abacaxi no município, grande parte dos agricultores passou a utilizar nas suas plantações diversos insumos químicos, como os agrotóxicos, como é possível verificar no trecho de entrevista a seguir.

[...] Hoje, a gente tem alguns tipos de defensivos, entendeu? Por causa de doenças. Até porque, eu digo que [...] depois que entrou o abacaxi, aí começou a aparecer muitas doenças. Cochonilha, essas coisas todas. Logo no princípio não tinha adubo, plantava, colhia [...] (George, 63).

Com o tempo e, com os usos do solo, ele se apresenta mais enfraquecido, como contam os interlocutores; para se obter uma boa produção, necessitam usar os insumos como NPK⁶ (nitrogênio, fósforo e potássio), agrotóxicos, adubo foliar. etc. Nas roças de mandioca muitas famílias também fazem uso principalmente do NPK, porém, há agricultores que se negam a usá-lo e resistem cultivando da mesma maneira que sempre cultivaram, sem o uso desses agroquímicos.

As áreas de muitos agricultores são mobilizadas tanto para as roças de abacaxi quanto de mandioca, fazendo a rotação dos cultivos ou até mesmo plantando por meio de consórcio, e, dessa maneira, acabam por utilizar os insumos também nas roças de mandioca. Muitas vezes os agricultores usam as áreas com pouco período de descanso entre uma roça e outra, pois muitos não possuem terra para fazer a roça em um novo espaço.

Os principais insumos químicos utilizados e mencionados pelos agricultores na produção do abacaxi são o NPK e o carbureto, este último usado para a indução fito hormonal da floração do fruto do abacaxi, visando a uniformização da colheita. Esses insumos químicos, de maneira geral, são chamados pelos agricultores de “adubo do abacaxi” e são comercializados na própria comunidade. Um fato interessante é que muitos dos agricultores não conhecem, não sabem dizer os nomes dos insumos utilizados no abacaxi individualmente, chamam apenas de adubo do abacaxi e identificam o NPK através das cores, branco (nitrogênio), preto (fósforo) e vermelho (cloreto de potássio). Os valores desses insumos, segundo os agricultores, geralmente são altos e oscilam ao longo do tempo. E aqui, novamente, fica explícita a perda de autonomia destas famílias, devido a dependências de insumos externos.

Ainda com relação ao trabalho nas roças de mandioca, algumas ferramentas principalmente relacionadas ao preparo da área do roçado e ao processamento da mandioca foram modificadas. As ferramentas utilizadas no preparo das áreas para o roçado, que antes eram mais manuais, com uso de machado, foice, enxada, terçados para capinar, hoje em dia são substituídas por maquinários, como motosserras, roçadeiras, tratores, como podemos observar no relato a seguir.

Era, pra trabalhar em roça era, primeiro a gente trabalhava na roça pra fazer o roçado era de foice, era machado, pra fazer o roçado né, aí fazia, era a foice pra roçar, machado pra derrubar as árvores maiores, aí depois vinha a planta, era enxada, pra capinar era o terçado, diferente de agora, agora é motosserra, quando é capoeira baixa é trator pra virar né, tá tudo modificado, pra capinar já é a roçadeira (Carlos, 69).

Muitas dessas adaptações foram importantes para a facilitação da realização de algumas etapas da construção dos roçados e do processamento da mandioca, visto que é um trabalho que requer muito esforço físico.

É necessário mencionar também que a presença de uma rodovia estadual, atravessando a comunidade, influencia nas dinâmicas de vida da população, que outrora vivia basicamente da pesca e da agricultura, majoritariamente do plantio da mandioca, e de relações de trocas.

A partir da emergência da rodovia, o acesso das famílias quilombolas a produtos e informações aumentou, bem como as oportunidades de trabalho mudaram, com a maior possibilidade de diversificar as fontes de renda, muitos moradores abriram diversos estabelecimentos comerciais na beira da estrada, onde muitos comercializam tanto produtos externos, de revenda, quanto os alimentos produzidos nas suas roças, nos quintais. Essas famílias então passaram a se dedicar a atividades não agrícolas, como nos estabelecimentos comerciais (mercadinhos, restaurantes, oficinas, loja de roupa etc.), no trabalho nas escolas quilombolas e posto de saúde presentes na comunidade, trabalhos em Salvaterra (como taxista por exemplo), dentre outros.

Com isso, muitos agricultores possuem menos tempo para o trabalho nos seus cultivos agrícolas, o que, somado ao fato de que as famílias, em sua maioria, são menores do que eram no passado, acaba por resultar na diminuição das áreas dos roçados.

De fato, uma mudança significativa nos sistemas de cultivo está relacionada à forma de trabalho nas roças. Atualmente, segundo os entrevistados, o trabalho é realizado de forma mais

individualizada, com cada família fazendo o trabalho nas suas roças, nas hortas e, em muitos casos, pagando diária para pessoas trabalharem nas suas áreas, como, por exemplo, para realizarem a roçagem de uma área.

Os trabalhos coletivos, como os mutirões e convidados, que antigamente eram tradicionalmente realizados na comunidade, como práticas importantes para as relações sociais de reciprocidade, para a territorialidade e para o fortalecimento da cultura ancestral, atualmente ganham novos contornos. É fato que os trabalhos realizados coletivamente de certa forma facilitavam o trabalho nas atividades produtivas, pois se tinha um maior número de pessoas para trabalhar, sem a necessidade de pagamento monetário, já que a “forma de pagamento” era a troca de serviço pelo dia de trabalho. Hoje em dia, ainda existem alguns trabalhos coletivos realizados entre famílias próximas, amigos, vizinhos, porém um pouco diferente de como eram realizados no passado. O convidado, que antes contava com até 20 (vinte) pessoas trabalhando nas roças, hoje, na comunidade, conta com 4 (quatro) a 5 (cinco) pessoas, geralmente da mesma família, ou vizinhos e amigos.

Há uma maior necessidade de contratação de trabalho temporário. Essa contratação de mão de obra depende consideravelmente da condição financeira do agricultor, impondo a estes uma lógica com contornos capitalistas (Ploeg, 2008).

De acordo com a Figura 5 e acompanhando o decréscimo da quantidade produzida, a área plantada do cultivo da mandioca de modo geral se apresenta também em diminuição.

Em Vila União/Campina, a diminuição dos roçados de mandioca, gera preocupação, pois reverbera além de outros aspectos, na atenuação do repasse intergeracional dos conhecimentos tradicionais relacionados à agrobiodiversidade. Levando em consideração que a farinha de mandioca é o principal alimento presente na alimentação diária das famílias, quando os agricultores não a produzem nas suas roças, na maioria das vezes terão que comprar. Para isso terão que dispor de recursos financeiros, ou então não terão nas suas mesas diárias esse importante alimento carregado de saber e cultura. A produção da mandioca na comunidade pelos agricultores é destinada sobretudo para suprir

as necessidades voltadas para o autoconsumo da família. Porém, essa mudança nos espaços da comunidade, nas relações sociais e culturais, na relação com a natureza, na dinâmica do cultivo das roças, também interfere na territorialidade quilombola, fazendo com que esta passe por um processo de reconfiguração.

No estudo de Alves e Fita (2023), em uma comunidade quilombola no município de Santa Luzia (Pará), foi mostrado que as famílias lá também vivenciam mudanças em seu território, uma delas é com relação à diminuição dos roçados. Os autores evidenciam que a falta de mão de obra para o manejo e manutenção das roças tem sido uma questão na comunidade que tem acarretado a diminuição das áreas destinadas aos plantios. Dessa forma, a comunidade passa por um processo de rearranjo das dimensões das roças e os moradores passaram a buscar estratégias que garantam sua alimentação e geração de renda, para que não dependam exclusivamente das roças (Alves; Fita, 2023).

Nesse sentido, é importante frisar que a relevância das roças de mandioca de Vila União/Campina reflete na permanência dos quilombolas no seu território, na garantia de alimentos diários carregados de saberes, de tradições, e na continuidade do repasse dos conhecimentos

ancestrais, como evidencia o trecho de entrevista a seguir: “*pra nós [a roça] significa mesa farta, porque é uma tradição que vem de muito tempo, desde o tempo dos meus pais*” (Luci Goreth, 40).

E como estratégia por parte dessas famílias quilombolas, observou-se que o abacaxi, que chegou junto com um pacote tecnológico no município, acabou sendo mobilizado pelas famílias como uma espécie complementar às muitas outras que compõem a agrobiodiversidade quilombola. Distintos agricultores quilombolas buscam nessa estratégia tanto manter a tradição do plantio das espécies voltadas para o suprimento interno da família, quanto de uma espécie que vai lhes trazer um retorno financeiro, já que isso lhes possibilita a capacidade de compra de outros alimentos e itens de suas necessidades.

Apesar da atenuação da prática tradicional do roçado de mandioca na comunidade Vila União/Campina, visualiza-se que faz parte da estratégia de permanência no território a continuidade das roças por muitos agricultores. Isso, por considerarem sua importância sociocultural e econômica.

Mesmo com as muitas alternativas de alimentos industrializados, a mandioca e seus derivados permanecem como alimento base no cotidiano ou em épocas religiosas das famílias.

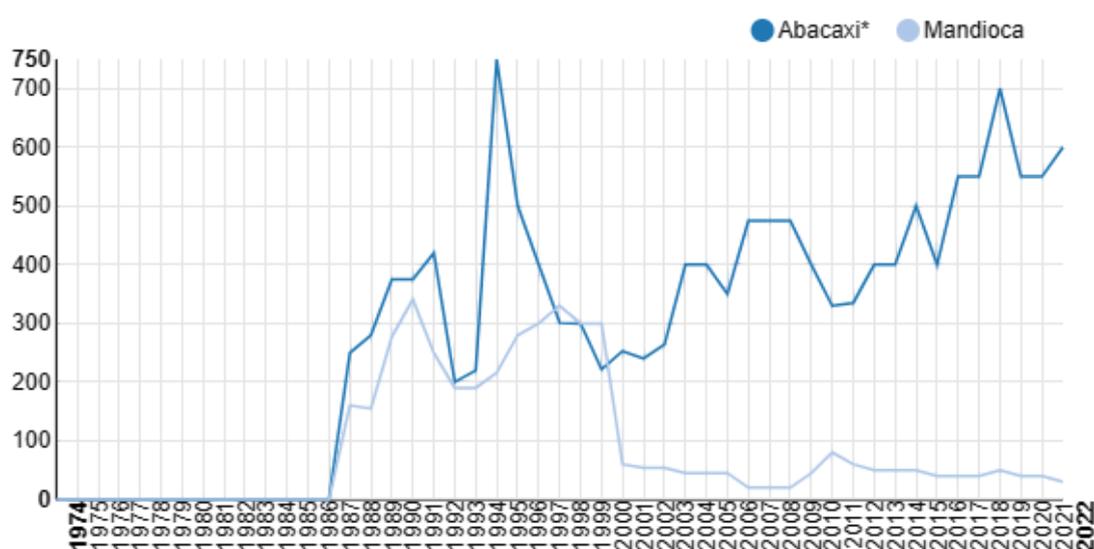


Figura 5: Área plantada (hectare) de abacaxi e mandioca entre os anos 1974 e 2022, no município de Salvaterra.

Fonte: IBGE (2023).

Considerações finais

O território de Vila União/Campina passa por transformações significativas, muitas das quais estão associadas às mudanças no município de Salvaterra e ao processo histórico de concentração fundiária. Isso tem resultado em conflitos territoriais, mas também tem impulsionado a resistência e organização das comunidades locais. Além disso, observa-se a introdução de uma lógica capitalista de produção nas comunidades quilombolas do município. Essa lógica inclui a adoção do monocultivo de arroz por grandes fazendeiros e de abacaxi, por agricultores familiares. A construção da rodovia PA-154, com o objetivo principal de facilitar o escoamento da produção, também tem gerado impactos significativos no território. As mudanças no contexto territorial do município, relacionadas com os conflitos territoriais afetam sobremaneira as comunidades quilombolas. Em Vila União/Campina visualiza-se a presença de fazendeiros nas proximidades, inclusive no próprio território, na tentativa de expandirem suas áreas e seus empreendimentos no local, gerando insegurança aos quilombolas. Além disso, devido à demora na titulação do território, observa-se uma intensificação das mudanças na dinâmica de vida dos moradores da comunidade. Essas mudanças são amplificadas pela presença da estrada PA-154, que tem contribuído para o aumento populacional e a chegada de pessoas de diferentes lugares, resultando em uma maior fragmentação do território e influenciando o rearranjo das áreas destinadas às roças. A disponibilidade de energia elétrica, a expansão da internet e dos meios de comunicação, assim como o acesso a políticas públicas, são fatores adicionais que têm impulsionado as transformações no território.

As transformações nas roças de mandioca estão principalmente ligadas à redução das áreas dedicadas a esse cultivo, influenciadas pela pressão para adotar o monocultivo do abacaxi. Isso levou muitos agricultores a migrarem da mandioca para o abacaxi, devido à maior rentabilidade deste último, que proporciona um maior poder aquisitivo para as necessidades familiares. Como resultado, práticas tradicionais, como os roçados de mandioca e atividades coletivas, estão sendo gradualmente

abandonadas no território. Apesar da tentativa de imposição do monocultivo do abacaxi, muitas famílias encontraram maneiras estratégicas de integrar o abacaxi em seus cultivos.

O monocultivo do abacaxi foi introduzido na comunidade como parte de uma lógica de produção capitalista, onde o produto é destinado principalmente para a comercialização. No entanto, devido à criatividade e estratégia dos agricultores, ele tem sido incorporado em uma diversidade de espécies nos roçados, por meio de diferentes consórcios desenvolvidos. Isso faz com que o abacaxi passe a integrar uma agrobiodiversidade, com uma lógica de produção diferente da originalmente proposta. Por outro lado, a inclusão nos consórcios também leva ao uso de insumos químicos, não apenas no plantio de abacaxi, mas também nos demais cultivos, como mandioca, maxixe, melancia, jerimum, que são em sua maioria destinados à alimentação das famílias. Essa prática pode ter consequências futuras decorrentes do uso desses insumos nos cultivos.

Apesar das transformações no território, os agricultores mantêm uma significativa diversidade de plantas em seus sistemas agrícolas, especialmente nos roçados de mandioca. Os agricultores cultivam um total de 17 variedades de mandioca brava e 6 variedades de macaxeira, além de várias outras espécies como jerimum, melancia, milho, quiabo, açaí e banana em suas roças. Essa agrobiodiversidade local, evidente na variedade encontrada nos roçados de mandioca, nas espécies vegetais, assim como nos conhecimentos ancestrais dos agricultores, pode ser vista como uma estratégia de resistência no território. Essa diversidade está relacionada diretamente à busca pela segurança alimentar e pela renda, aspectos fundamentais para a territorialidade quilombola.

Além disso, outros fatores estão intensificando essas transformações, como a falta de titulação do território, o que resulta na constante entrada de pessoas, inclusive não quilombolas, impulsionada pela presença da estrada, contribuindo para a fragmentação do território. Outros fatores incluem a diminuição da mão de obra disponível e a busca pela diversificação das fontes de renda, muitas vezes levando à divisão ou à dedicação exclusiva a trabalhos não agrícolas.

Nesse contexto, torna-se urgente a titulação do território quilombola como um direito fundamental para garantir a segurança jurídica necessária para proteger contra a perda de território, principalmente devido à entrada e/ou expansão de pessoas externas, como fazendeiros e seus empreendimentos. Isso também é crucial para proteger as formas de vida tradicionais, os sistemas agrícolas tradicionais e os conhecimentos ancestrais importantes para a permanência no território.

É necessário continuar estudando os processos que envolvem a expansão desses projetos com perspectivas capitalistas e as mudanças territoriais ou os possíveis impactos que podem ocorrer ao adentrarem territórios tradicionais. Também é fundamental valorizar os conhecimentos dessas comunidades e a importância da manutenção da agrobiodiversidade, além de implementar políticas públicas voltadas para garantir seus direitos, de acordo com suas especificidades.

Notas

1 Este artigo é parte da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará, que é vinculada ao projeto de pesquisa desenvolvido no Marajó intitulado “Inovações sócio-materiais na Ilha do Marajó: da produção de alimentos de qualidade à construção social de mercados por famílias rurais quilombolas”, que conta com financiamento da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa). Além disso, contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a partir do financiamento da bolsa de mestrado da primeira autora.

2 Os encantados, de acordo com quilombolas de uma comunidade no Marajó, são os seres deste mundo que possuem função importante na proteção dos ambientes naturais, como as matas, os rios, as cabeceiras de igarapé, os campos, etc. Assim como influenciam também na vitalidade dos animais. (Melo e Barros, 2016).

3 As “sementes crioulas são aquelas utilizadas por comunidades tradicionais nas suas lavouras, com características peculiares que são a sua uniformidade e sua pureza, por não terem sofrido modificações genéticas como, por exemplo, a transgenia e o melhoramento genético” (Trindade, 2006, p. 15).

4 A coivara é uma técnica usada secularmente por populações tradicionais, ela consiste na abertura de uma área e queima da vegetação para posterior plantio.

5 Atividade coletiva tradicional presente em Vila União/Campina desde sua constituição, e é caracterizada pela ajuda mútua de muitos agricultores, para a roçagem da área para roça, para coivara, para o plantio da mandioca, sem a necessidade de pagamento em dinheiro para as pessoas que trabalhassem; na verdade, o pagamento era a troca de serviço. Assim, todos os agricultores tinham mão de obra suficiente para a realização do trabalho nas roças. Além disso, nessa atividade é comum o compartilhamento de comida e de bebida, esta última feita a partir da mandioca (tiberna).

6 É um adubo químico que contém os seguintes elementos: Nitrogênio, fósforo e potássio, importantes por auxiliarem no crescimento e aumento da produção das plantas.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; ACEVEDO MARIN, Rosa (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1, cap. 9, p. 209-227. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/540>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ALVES, Ellem Suane Ferreira; FITA, Dídac Santos. As roças e o extrativismo na comunidade quilombola do Jacarequara, Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense. **Revista NERA**, v. 26, n. 66, p. 123-150, 2023.

ANGROSINO, Michael V. Etnografia e observação participante. 2009.

BEZERRA, Sueyla. **Agrobiodiversidade e conhecimentos locais das plantas alimentícias no quilombo de Deus Ajude, Arquipélago do Marajó – Pará**. 2020. 162f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Programa de pós-graduação em

Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará. Belém.2020.

BRASIL. Presidência. Casa Civil. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do Marajó**. Brasília, DF, 313p. [2006].

BARGAS, Janine de Kássia Rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso. Social cartography and political organization among remaining quilombos communities from Salvaterra, Marajó, Pará, Brazil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, p. 469-488, 2015.

CAMPOS, Thalyta Brandão **A Morosidade do processo de titulação como ameaça às comunidades quilombolas do Marajó**: a análise da ação de antagonistas no município de Salvaterra. 2023. 98f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém.2023.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, n. 5, p. 1-12, 2012.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso. “O suor marca a terra”: trabalho, direito e território quilombola na Ilha do Marajó, Pará. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 75-92, 2015.

CASTRO, Edna Maria Ramos. *et al.* **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 2017.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

SOUZA, César Martins de. A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 31, n. 48, p. 21-29, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Interação do gênero, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar**. Manual de formação, 2005. Disponível em: <https://www.fao.org/common-pages/search/en/?q=AGROBIODIVERSIDADE>. Acesso em 02 abr. 2023.

COSTA, Francisco de Assis. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 131-156, 2005.

ESCADA, Maria Isabel Sobral; AMARAL, Silvana; FERNANDES, Danilo Araújo. Dinâmicas de ocupação e as transformações das paisagens na Amazônia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00021723, 2023.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente da; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso dos. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **REVISTA NERA**, n. 42, p. 135-161, 2018.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; CARVALHO, Rui de Amorim; PINTO, Luciano Pereira; SOUZA, Antônio Ferreira de; DIAS, Alcides Rodrigues; GLÓRIA, Ronnie F. Décio da. **Custo de produção de abacaxi no sudeste paraense**. Embrapa

Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E). 2002. Brasil. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/389710/1/OrientalDoc130.PDF>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO PEABIRU. **Diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural do Arquipélago do Marajó**. 2011.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros. **Entre Quilombos**: circuitos de Festas de Santo e a construção de alianças políticas entre as Comunidades Quilombolas de Salvaterra-Marajó-Pará. 2014. 238f. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MELO, Maíra Fernanda Tavares de; BARROS, Flávio Bezerra. O mundo segundo os quilombolas do bairro alto (Ilha de Marajó): cosmovisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, n. 6, p. 120-136, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização [Trad. de Rita Pereira]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 372p.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen** - ISSN: 2447-8717, v. 2, n. 4, 2018.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, v. 5, p. 191-212, 1987.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Edições Loyola, 2002.

SIVIERO, Amauri; LESSA, Lauro Saraiva. **Agrobiodiversidade de mandioca do Acre**. 2020.

SANTILLI, Juliana; EMPERAIRE, Laure. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores indígenas e tradicionais. **Povos indígenas no Brasil**, v. 2005, p. 100-103, 2001.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. Editora Peirópolis LTDA, 2009.

SIVIERO, Amauri. et al. Agrobiodiversidade de mandiocas do Vale do Juruá. 2018. *In*: Congresso Brasileiro de mandioca, 17.; Congresso Latino-americano e Caribenho de mandioca, 2, Belém, PA. Anais... Belém, PA: SBM, 2018.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. *In*: **XV Congresso Nacional do Conpedi**. p. 15-18. 2006.

VELHO, Otávio. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica, Zahar Editores, 1972.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

Casa do Carnaval do Recife: espaço de memórias, histórias e produção de novos saberes

Recife Carnival House: space for memories, history and production of new knowledge

Carlos André Silva de Moura*
Mário Ribeiro dos Santos**
Sandra Simone Moraes de Araújo***

Palavras-chave:
Memória
Casa do Carnaval
Estandartes

Resumo: Os espaços de memória e pesquisa são fundamentais na formação das identidades e no reconhecimento de territórios com significados polissêmicos, capazes de preservar modos particulares com os quais os grupos sociais pensam e agem nas diferentes temporalidades. O Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural, popularmente conhecido como Casa do Carnaval, localizado na área central do Recife, tem contribuído para a salvaguarda e a difusão das culturas populares, muitas vezes negligenciadas por uma “História oficial”. Neste artigo, a partir de visitas e experiências vivenciadas junto a sua equipe gestora, analisamos como esse espaço atua na elaboração de outras histórias e na produção de novos saberes, por meio de exposições das expressões culturais, idealização de materiais bibliográficos e preservação de documentos das mais diversas tipologias, a exemplo da coleção de estandartes que compõe um ambiente impregnado de afetos, histórias e memórias.

Keywords:
Memory
Casa do Carnaval
Banners

Abstract: Memory and research spaces are fundamental in the construction of identities and in the recognition of territories with polysemic meanings, which are capable of preserving particular ways in which social groups think and act in different temporalities. The Center for Training, Research and Cultural Memory, popularly known as Casa do Carnaval, located in the central area of Recife, has contributed to the safeguarding and dissemination of popular cultures, often neglected by an “Official History”. In this article, based on visits and experiences with its management team, we analyze how this space works in the elaboration of other stories and production of new knowledge, through exhibitions of cultural expressions, idealization of bibliographic materials and preservation of documents of the most different typologies, such as the collection of banners that make up an environment imbued with affection, stories and memories.

Recebido em 15 de janeiro de 2024. Aprovado em 08 de março de 2024.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado / Livre-docente da Universidade de Pernambuco. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: carlos.andre@upe.br

** Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco. E-mail: mario.santos@upe.br

*** Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Associado / Livre-docente da Universidade de Pernambuco. E-mail: sandra.araujo@upe.br

Introdução

Na vida de qualquer indivíduo, família, comunidade ou sociedade, a memória tem importância fundamental. É o tecido da identidade (Mandela, 2011, sp).

Iniciamos este texto fazendo uma referência à importância da memória presente em arquivos, cujo conteúdo é repleto de documentos que possibilitam infinitas maneiras de conhecer e interpretar acontecimentos, a partir de fragmentos das nossas histórias. Por isso, utilizamos um pensamento de Nelson Mandela (1918-2013), na obra *A Prisoner in the Garden: Opening Nelson Mandela's Archive*, composta por cartas, diários e imagens produzidas durante os 27 anos (1963-1990) em que esteve preso na África do Sul. Escritos que revelam sentimentos, vivências e ideias que se transformaram em documentos de memória e que nos possibilitam conhecer a sua cultura, os seus pares e o seu passado de luta, produtor das suas múltiplas identidades (Mandela, 2011).

Pensar sobre a memória¹, para além da capacidade humana de armazenar informações, é considerar as diferentes possibilidades de registro utilizadas por diversos sujeitos em distintas temporalidades. A pesquisadora Adriane Piovezan (2020), em seu livro *Arquivos e acervos históricos como forma de acessar o passado*, convida-nos a refletir sobre um vasto repertório de documentos como fontes históricas. De acordo com a autora, os primeiros registros deixados pelos humanos foram as pinturas rupestres e, com o passar do tempo, emergiram outras maneiras de comunicação, tais como: a escrita, a pictografia, a fotografia, entre outros instrumentos produzidos pelos sujeitos nas diferentes culturas (Piovezan, 2020).

Pinturas em cavernas, xilografuras, arte pictórica, pergaminhos, imprensa escrita, fotografias, múltiplas são as linguagens das quais o ser humano lança mão para registrar as relações do cotidiano e armazenar um contingente de informações, por meio do qual constrói cosmologias para explicar ou problematizar a sua existência (Araújo, 2022). Os artefatos produzidos pelos seres humanos guardam, na sua composição, os vestígios de um tempo pretérito, cujo conteúdo é composto de memórias,

as quais “conservam certas informações, remetem-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1996, p. 423).

O processo de atualização das informações pretéritas não ocorre pela ação de repetição cronológica dos eventos ou experiências vivenciadas pelos sujeitos, que não são construções fechadas e isoladas, mas novas possibilidades de interpretações e reatualizações dos conteúdos impressos nos diferentes tipos de artefatos, os quais constituem um imenso repertório sobre a trajetória do humano. Aos poucos, esse conteúdo é visitado pelos pesquisadores, a exemplo dos trabalhos dos historiadores Jacob Burckhardt e Johan Huizinga, que basearam as suas interpretações sobre as culturas italiana e holandesa em quadros de artistas como Raphael e Van Eyck, bem como em textos sobre o período do Renascimento (Burke, 2017, p. 20).

Os objetos de arte apresentam uma abundância de sentidos. Situando-os no contexto da cultura, convidam-nos a pensar sobre infinitas possibilidades para interpretar os fazeres e saberes das relações dos sujeitos com o cotidiano. Partindo desse pressuposto, pedimos licença ao poeta da “invencionática”, Manoel de Barros (1916-2014), para tratarmos sobre as inventividades dos sujeitos, que fazem as manifestações culturais populares em Pernambuco, registradas nos diversos suportes documentais que integram o acervo do Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural, popularmente conhecido como Casa do Carnaval - equipamento público gerido pela Fundação de Cultura Cidade do Recife da Prefeitura do Recife.

A Casa do Carnaval é como o quintal da residência do poeta Manoel de Barros: “maior do que o mundo”, guarda as invencionices, “os restos, as coisas e os seres desimportantes” (Barros, 2015), negados pelo universalismo predador da colonialidade². O espaço está localizado no coração do Bairro de São José, no sobrado de número 52, e integra o conjunto de equipamentos culturais do Pátio de São Pedro. A localidade é formada por arquitetura históricas, composta pela Concatedral de São Pedro dos Clérigos (1782) e casarios em estilo colonial, os quais abrigam alguns bares, restaurantes,

antiquário, a sede do Afoxé Oyá Alaxé e lugares geridos pela Prefeitura da Cidade do Recife, a exemplo da Casa do Carnaval, Memorial Chico Science, Memorial Luiz Gonzaga, Museu de Artes Visuais, Museu de Arte Popular e Núcleo da Cultura Afro-Brasileira. Nos principais ciclos festivos, recebe apresentações de agremiações carnavalescas, quadrilhas juninas, grupos de pastoril, bumba-meu-boi, cavalo-marinho, entre outras formas de expressão.

Na imagem abaixo (Figura 1), visualizamos a potencialidade arquitetônica do equipamento, em uma típica construção do início do século XX, que serviu como moradia, comércio e há 33 anos tem sido conservado a partir dos usos pelo poder público. Além de espaço de preservação da memória, seu formato pode ser explorado para os debates sobre o patrimônio edificado na cidade.

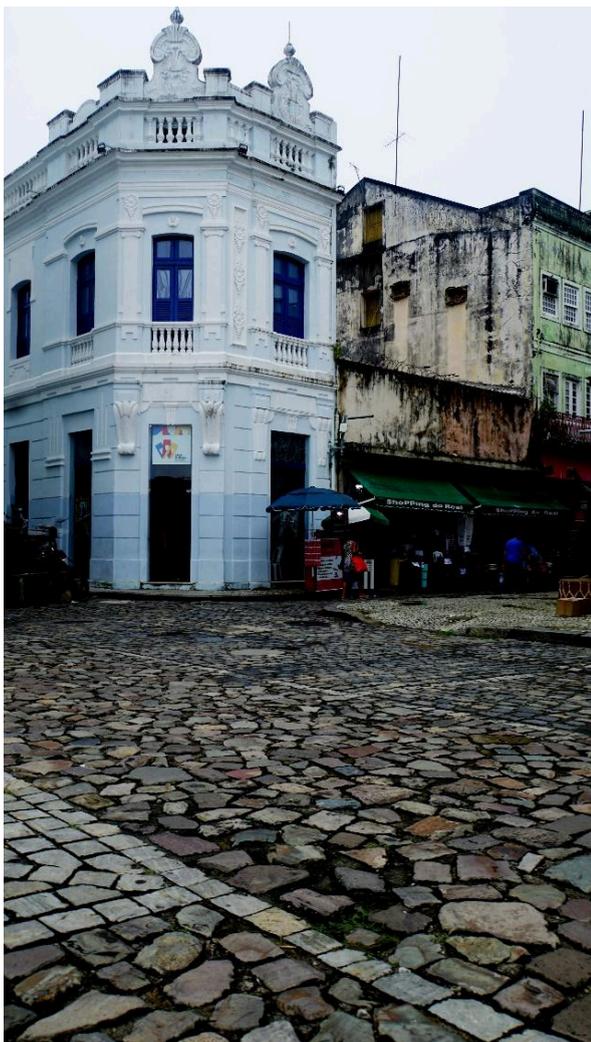


Figura 1 – Sobrado nº 52: Casa do Carnaval.
Foto: Sandra Simone Moraes de Araújo, agosto/2022.

Podemos dizer que a Casa do Carnaval é uma das guardiãs de memórias e de patrimônios não valorizados pelos saberes hegemônicos. Neste sentido, se a história oficial não contou as memórias dos carnavalescos, passistas, quadrilheiros e outros representantes das culturas populares, salvaguardadas no lugar, o trabalho com o material permite que outras gerações conheçam o patrimônio simbólico produzido nas periferias do Recife e de sua Região Metropolitana, sedimentado por outros entendimentos históricos. Desse modo, corroboramos o pensamento da escritora Conceição Evaristo, quando diz que “ao se permitir que os silenciados ocupem lugares delineados pela escrita, dá-se vazão ao reprimido que emerge rasurando a cena dos grandes feitos a fim de compor outras histórias” (Evaristo, 2021, p. 32).

A escrita elencada por Conceição Evaristo está materializada nos diversos documentos presentes no espaço em foco, como as partituras dos maestros e músicos, as informações dos representantes de grupos culturais que participaram dos diversos eventos da Casa, transcrições de entrevistas com lideranças das agremiações, dentre outros. Neste estudo, voltaremos os nossos olhares para analisarmos a pluralidade de saberes contidos na Galeria dos Estandartes, compreendida como instrumento de produção de conhecimento histórico, em espaços que fogem do modelo convencional de ensino. Deve-se destacar que os 14 standartes presentes na sala foram doados por artistas ou grupos carnavalescos, preocupados em salvaguardar as suas histórias, como um mosaico que toma forma a partir de elementos singulares na constituição de representações coletivas.

A Casa do Carnaval: espaço de trocas e de produção de conhecimentos

Inaugurada em 22 de agosto de 1990, a Casa do Carnaval é um espaço de produção de conhecimento e reflexão, revelador de histórias que se aproximam das experiências do cotidiano e dos modos pelos quais os diferentes grupos sociais percorrem e se apropriam dos espaços públicos da cidade. Nesse território com significados mutantes e

polissêmicos, o lugar é testemunho da diversidade e atua:

[...] como [o guardião] dos diferentes tempos, dos mistérios, das histórias de boa e má fama dos seus personagens, e das múltiplas celebrações que nos levam pela memória a lugares da infância, fazendo reviver afetos e emoções em torno de momentos vivenciados em outras épocas e lugares (Prefeitura da Cidade do Recife, 2011, p. 3).

Esse território de sociabilidades está localizado no Bairro de São José, um dos lugares do centro histórico do Recife onde o passado e o presente se entrelaçam, preservando “histórias protagonizadas por sujeitos que cotidianamente burlam a ordem e protagonizam movimentos os quais contradizem as regras de um sistema opressor” (Santos; Araújo, 2022, p. 23). Espaço diverso, que por muito tempo foi abrigo dos intelectuais, em residências ou cafés, com a reunião de uma “pléiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais” (Rama, 1985, p. 51; Moura, 2011). Caminho dos trabalhadores do porto do Recife, espaços dos vendedores, dos “homens ordinários” que efetivaram ações cotidianas em ruas, becos e pátios.

O bairro foi interpretado por poetas, memorialistas, escritores dos mais diversos, que traduziram o seu comércio e acordos traçados nas casas, nos escritórios ou nas ruas. Em diferentes obras, Gilberto Freyre (1900-1987) apresentou diversos sentidos para a localidade. Em sua narrativa, destacou que o bairro “não é [...] só um espaço à parte dos outros: é também um tempo diferente. Mais retardado, dizem os progressistas [...] onde aos domingos, pela manhã, se preparavam os melhores munguzás do Recife, com um cheiro bom de milho e canela que vinha de dentro das casas até à rua” (Freyre, 1967, p. 04).

Com tal heterogeneidade e histórias diversas, consideramos o lugar como o ideal para abrigar uma casa alicerçada na diversidade e na pluralidade de experiências dos sujeitos que por lá transitam. Partindo dessa perspectiva, podemos afirmar que:

[...] a Casa existe como um prolongamento das residências daqueles que fazem as manifestações culturais. Frequentemente recebe a visita de carnavalescos, compositores, maestros, passistas, quadrilheiros, pastoras, mestres de apito, velhos de pastoril e outros, que, num animado ir e vir, conversam, contestam e transmitem as suas experiências aos pesquisadores que aqui se encontram (Prefeitura da Cidade do Recife, 2011, p. 28).

O fragmento anterior nos possibilita pensar a Casa do Carnaval como um espaço de trocas e de produção de conhecimento horizontal, que se desloca num movimento de mão dupla, com a intenção de “descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento” (Kilomba, 2019, p. 53). Com um trabalho voltado para o intercâmbio entre a história e as culturas populares, o espaço possui um acervo amplo, distribuído nos três pavimentos do imóvel. No primeiro piso, abriga as exposições temporárias, organizadas a partir de temas que envolvem as memórias e as expressões culturais de Pernambuco. Maracatus, afoxés, caboclinhos, pastoril, quadrilhas juninas, ciranda, reisado, frevo são algumas das formas que movimentam o espaço com histórias, vozes, sons, cores e brilhos que nos possibilitam repensar as nossas certezas a respeito do patrimônio cultural.

Na imagem a seguir, notamos a diversidade de elementos para a formação da exposição “São João é Alquimia: um lugar de memória”. Ao entrar no ambiente, o visitante é convidado a refletir sobre os sentidos da festividade, com a possibilidade de interagir com as atividades na Casa do Carnaval. Do mesmo modo, a ação apresenta diferentes práticas que remetem às memórias dos períodos distantes, com práticas que envolvem os festejos juninos. Um dos objetivos da exposição é oportunizar o visitante interagir com o conteúdo, deixando a passividade de um mero expectador durante a visita, a exemplo do quadro de mensagens, no qual cada pessoa escrevia suas memórias sobre a festa.



Figura 2 – Exposição São João é Alquimia: um lugar de memória.

Foto: Sandra Simone Moraes de Araújo, agosto/2022.

Seguindo para os pavimentos superiores, deparamo-nos com uma escada de madeira em estilo caracol (Figuras 3 e 4), cuja decoração remete a conhecidos logradouros da cidade do Recife. Cada degrau é um convite para recordar ou conhecer lugares, os quais consistem em “instrumento precioso para constituir a crônica do cotidiano” (Bosi, 2003, p. 15). São ruas do centro da cidade e de bairros da periferia onde se encontram as sedes de agremiações carnavalescas, as casas dos integrantes das quadrilhas juninas, os terreiros dos maracatus, dos afoxés e das escolas de samba. Lugares invisibilizados, que não integram os roteiros do turismo convencional vendidos pelas agências. Do mesmo modo, notam-se os silêncios dos planejamentos escolares em relação às visitas a esses lugares, sem os usos das potencialidades que as exposições, documentos e histórias podem oferecer na elaboração das narrativas sobre a cidade, especialmente àqueles em idade escolar (Santos, 2022, p. 17-18).

Nesses espaços, os fazeres e saberes das expressões das culturas populares se apresentam como estratégia subversiva de enfrentamento às ações do invisível, com a invenção de mundos que viabilizam a luta pela sobrevivência e pela resistência das práticas culturais. Os nomes em cada degrau

buscam fortalecer a identidade com o visitante, a exemplo da Travessa de São Pedro, popularmente conhecida como Beco do Veado ou dos amoladores de alicates e tesouras.



Figuras 3 e 4 – Degraus da Escada Casa do Carnaval.

Foto: Sandra Simone Moraes de Araújo, agosto/2022.

Na organização das informações, o Beco do Veado, localizado ao lado da Casa do Carnaval, ocupa a memória dos recifenses como um espaço de prestação de serviços, venda de alimentos e objetos de toda natureza. O termo provoca uma conexão da

informação com práticas cotidianas na cidade, que atribuem significados distintos dos oficiais para cada localidade³. As nomenclaturas das ruas e becos do Recife foram temas de estudos para Gilberto Freyre que, ao destacar as particularidades de cada localidade, os sentidos atribuídos por seus moradores e usuários, demonstrou a preocupação de que algumas denominações “[...] têm sido substituídas por nomes de homens mais ou menos ilustres ou de datas mais ou menos gloriosas [...] Foi assim que a Rua dos Sete Pecados Mortais deixou assim de chamar-se para adquirir o rótulo oficial e, no caso, inexpressivo, de Rua Tobias Barreto” (Freyre, 2007, p. 46)⁴.

Para Michel de Certeau, os moradores que ocupam os locais planejados pelo urbanista impõem práticas culturais que reconstróem ou alteram o modo de vida previsto por seu idealizador. Dessa forma, os sistemas culturais múltiplos inferem uma lógica própria e impõem uma ação que transforma o plano original. Os responsáveis pelos espaços ocupados não têm a capacidade de controlar as invenções e reinvenções culturais de um grupo específico ou de uma organização social.

Para o autor, as “maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbanística: capaz de criar uma composição de lugares, de espaços ocupados e espaços vazios, que permitem ou impedem a circulação”. A ressignificação da Travessa de São Pedro em Beco do Veado é o resultado das práticas cotidianas, que trazem novos sentidos aos espaços das cidades. Sendo assim, consideramos que “o urbanista é incapaz de articular essa racionalidade em concreto com os sistemas culturais, múltiplos e fluidos, que organizam a ocupação efetiva dos espaços internos [...] ou externos [...] e que debilitam com vias inumeráveis” (Certeau, 1995, p. 233-234).

A cidade pensada e exposta na Casa do Carnaval não é vazia ou linear: reflete os sentidos de uma população que constantemente reinventa o espaço. Nesse sentido, tais práticas não são ignoradas pelo equipamento que busca refletir sobre as histórias do cotidiano. Mesmo que consideremos a

importância do planejamento urbanístico, notamos a validade das reinvenções dos “homens ordinários” (Certeau, 2002) que ocupam e transformam os espaços públicos.

No primeiro andar, temos acesso ao auditório, cujo nome homenageia o Mestre Salustiano (1945-2008) e Dona Santa (1877-1962), duas personalidades que fazem parte da história das culturas populares de Pernambuco, especialmente no que diz respeito ao maracatu de baque solto e de baque virado, respectivamente. Nesse ambiente se encontra a Galeria dos Estandartes, espaço acolhedor dos diferentes públicos que por lá transitam durante palestras, seminários, cursos de curta duração, oficinas, lançamentos de livros, entre outros eventos que acontecem durante o ano. Nas paredes, há textos e alguns quadros com informações sobre parte da trajetória do Mestre Salustiano e de Dona Santa, com dados sobre suas inserções em atividades cotidianas da cidade.

O visitante que participa de uma atividade no auditório é “acolhido” pelos materiais que compõem a galeria. São estandartes de diferentes agremiações carnavalescas, alguns que remetem ao século XIX, utilizados em diferentes festividades. As representações do Mestre Salustiano e de Dona Santa “recepionam” aqueles que entram no espaço, como um portal para o início dos debates em um lugar de vivências múltiplas.

O último pavimento da Casa do Carnaval abriga um acervo onde se encontram documentos disponíveis para pesquisa, tais como: partituras de frevo, livros, periódicos, monografias, folders, fotografias, material audiovisual, transcrições de entrevistas, adereços, fantasias e bonecos gigantes. No local também são realizadas as ações de conservação preventiva, higienização mecânica do acervo, acondicionamento e catalogação, visando minimizar a deterioração dos documentos e oferecer ao público pesquisador uma diversidade de fontes organizadas e de fácil acesso⁵.



Figuras 5 e 6 – Auditório Mestre Salustiano e Dona Santa/ Galeria dos Estandartes.

Foto: Sandra Simone Moraes de Araújo, agosto/2022.

O espaço também oferece possibilidades de coleta de informações por pesquisadores, que podem realizar investigações para o desenvolvimento de trabalhos em diferentes áreas do conhecimento. Além de um lugar para a salvaguarda do material, a Casa do Carnaval também tem o objetivo de colaborar com as discussões científicas, com a intenção de promover a difusão do conhecimento a

partir dos diálogos com a academia. A coleta de informações documentais contribui para a produção de artigos, monografias, dissertações e teses, além da realização de oficinas e aulas para a formação de novos pesquisadores e docentes das diversas áreas do conhecimento.



Figura 7 – Sala de Pesquisa - Acervo.

Foto: Sandra Simone Moraes de Araújo, agosto/2022.

Neste instante, precisamos destacar as diferentes compreensões sobre os documentos históricos no espaço. Para os arquivistas, pode ser o registro de uma informação, independente da natureza do suporte que a contém. No entanto, também podemos considerar como “documento histórico” uma variedade de registros da atividade humana, que resguardam questões relacionadas à História e à memória dos indivíduos (Certeau, 2002).

No interior da Casa do Carnaval, as memórias dos sujeitos carnavalizados do Recife estão evidenciadas em todos os cantos: nas fotografias, nas entrevistas gravadas, no bordado dos estandartes, nas fantasias, nas exposições, assim como nos diferentes corpos que fazem as manifestações culturais e por lá circulam no cotidiano, expressando suas múltiplas identidades, portadores de uma estética e pedagogia próprias.

Partindo desse pressuposto, pensamos o espaço como guardião de um patrimônio não valorizado, pautado na resistência de sujeitos anônimos, que lutam pela existência num sistema que mata de “muitas formas: o esquecimento, a escassez de experiências [...] o enquadramento em uma única possibilidade de ser, a interdição de saberes ancestrais, o desarranjo de memórias, a vigilância sobre a comunicação, o desmantelamento cognitivo [...]” (Simas; Rufino, 2019, p. 53), entre

outras formas de aniquilamento que inviabilizam a humanização da produção de conhecimentos vivenciados nas periferias.

A Galeria dos Estandartes: histórias bordadas de vidas nem sempre coloridas

Uma aula na Casa do Carnaval nos permite exercitar a habilidade da imaginação, acessar outras possibilidades de uso do mundo, deslocando-se para outras realidades produtoras de conhecimentos diversos. A escritora Bell Hooks, ao pensar sobre a relação da imaginação com a expansão das formas de aprendizagens, diz que “quando estamos livres para deixar a mente vagar, é muito mais provável que a nossa imaginação proporcione a energia criativa que nos levará a um novo pensamento e a formas mais envolventes de saber” (Hooks, 2020, p. 107).

É nessa perspectiva que a Galeria dos Estandartes nos chama a atenção, por constituir uma forma de documentação bordada por histórias de frestas, impregnadas de afetividades, de sentimentos, de lutas e de histórias não contadas, com valores e crenças que divergem de uma estrutura universal hegemônica. São narrativas não fixadas a um lugar dominante, mas constituídas em fluxos pela vivacidade de seus pontos e arremates entrecruzados.

Ao elegermos os estandartes para estudo, colocamos em foco uma diversidade de saberes produzidos nos cotidianos das ruas, dos terreiros de Candomblés e Umbandas, nas sedes de agremiações carnavalescas, entre outros lugares habitados e praticados por corpos “que se erguem nos destroços, dos cacos despedaçados e inventam outras possibilidades” de estar no mundo (Rufino, 2019, p. 10).

O material constitui um tipo de documentação que deve ser lida com o conhecimento de saberes gestados nos lugares que extrapolam as fronteiras do cânone, entendidos por meio de outras gramáticas, pertencentes a temporalidades que conversam num movimento circular constante, no qual o hoje se conecta com outras memórias e saberes que dormem em épocas distintas. O acesso a esse tipo de fonte nos possibilita aprender, por exemplo, que festa e religião se complementam e não se dicotimizam. Com os símbolos sagrados das religiões de matrizes africanas presentes em algumas peças, aprendemos que muitas agremiações levam às ruas, no período carnavalesco, elementos de suas religiosidades como táticas de continuidade de suas práticas, historicamente perseguidas e satanizadas pelo universalismo imposto pela colonialidade do poder (Santos, 2018).

Manoelzinho Salustiano, multiartista e mestre da cultura popular, destaca que o estandarte é um elemento importante para conhecer a história de uma agremiação carnavalesca. Esse artefato não se constitui apenas de lindos bordados, mas é composto por informações sobre a longevidade, a religiosidade, a identidade ou as práticas de uma agremiação. É um elemento impregnado de narrativas, vivências e que representa uma coletividade (Moura; Santos; Araújo, 2021).

Nesse sentido, analisamos o estandarte da Troça Carnavalesca Mista Abanadores do Arruda (Figura 8), fundada em 1934, no Alto da Alegria, bairro de Água Fria - Zona Norte do Recife. A agremiação tem como orixás patronos Oxum e Ogum: a primeira representada por uma boneca dourada fixada no alto do estandarte; o segundo, presente nas cores vermelho e verde, predominantes no tecido que estrutura a bandeira⁶. O nome, as cores e os elementos da agremiação estão presentes em um dos seus principais instrumentos de apresentação, que proporciona identidade aos

integrantes, aos brincantes e àqueles que assistem ao desfile nas avenidas durante as festividades executadas no ano.



Figura 8 – Estandarte TCM Abanadores do Arruda.
Foto: Sandra Simone Moraes de Araújo, agosto/2022.

Esse tipo de prática nos aproxima do pensamento do pesquisador Linconly Jesus Alencar Pereira, quando afirma que “esses princípios filosóficos [nos possibilitam] refletir sobre as epistemologias de terreiro e suas contribuições para novas práticas educativas” (Pereira, 2021, p. 57). Desse modo, permite-se que a vida seja apresentada em sua diversidade, respeitando as diferenças, as memórias produzidas pelas periferias, reafirmando a nossa responsabilidade “em assumir a emergência e a credibilização de outros saberes e o reposicionamento histórico daqueles que os praticam” (Rufino, 2019, p. 12).

Diante do exposto, acreditamos que a Casa do Carnaval se configura como um lugar contracolonial, rasurado, tensionado por preservar, valorizar e difundir formas diversas de falar e escrever, evidenciando outras memórias, protagonizadas por sujeitos pluralizados. Assim,

concordamos com Luiz Rufino, quando afirma “que há inúmeras formas de educação e que os processos educativos não emergem exclusivamente de um único modo ou contexto” (Rufino, 2019, p. 79). Neste sentido, a Casa constitui um espaço de salvaguarda, produção de conhecimentos e valorização de saberes historicamente silenciados.

Vários outros estandartes poderiam ser analisados, com representações diversas sobre o cotidiano, as religiões e religiosidade dos brincantes e produtores de cultura. Como lugar de ampla documentação, o recorte oferecido na pesquisa teve o objetivo de exemplificar a diversidade do material disponível para os visitantes, mas também para o desenvolvimento de outras narrativas acadêmicas.

Com uma pluralidade de documentos, espaços de memória e ações educativas, o Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural – Casa do Carnaval também se constitui como um espaço não formal de educação. Suas ações são pensadas a partir de propostas pedagógicas específicas, a exemplo de seminários, oficinas, rodas de conversas protagonizadas por mestres e mestras das culturas populares, que possibilitam o diálogo com públicos diversos, ultrapassando currículos e pautas conservadores, os quais desconsideram os conhecimentos prévios dos sujeitos ordinários. Por este motivo, os educadores devem se manter atentos aos espaços educacionais que têm a possibilidade de colaborar com a constituição de um conhecimento plural, longe das histórias encasteladas e que refletem os perigos de narrativas únicas e homogêneas (Moura; Santos, 2020).

Considerações finais

Consideramos a Casa do Carnaval como um espaço de salvaguarda das histórias e memórias produzidas pelos conhecimentos que se entrecruzam e seguem na contramão dos estudos, os quais historicamente, minimizam a pluralidade cultural de quem fala das margens. Esses outros conhecimentos seguem no contrafluxo da colonialidade e nos permitem acessar outros personagens, que praticam a vida no cotidiano dos subúrbios, nas comunidades quilombolas e dos povos originários, nos terreiros,

nas encruzilhadas dos canaviais, no chão batido e nos mais diversos lugares que são repletos de saberes.

São conhecimentos que entram na academia movidos pelas pesquisas, realizadas com fontes não tradicionais, a exemplo dos estandartes, as quais possibilitam reflexões antirracistas e emancipatórias, possuidoras de verdades múltiplas. Desta forma, os usos dos acervos e ações da Casa do Carnaval favorecem a formação de entendimentos sobre a diversidade cultural pernambucana, ampliando a compreensão das manifestações populares como produtoras de formação política, de construção de identidades, de preservação de valores, de memórias e de sociabilidades.

Notas

1 Para os neurologistas Gazzaniga, Ivry e Mangun, a memória de longa duração é composta por duas divisões principais que exprimem o tipo de informação armazenada: na memória declarativa se encontra o conhecimento pessoal e do mundo externo, que são acessados pela consciência; na memória não-declarativa estão os conteúdos aos quais “não temos acesso conscientemente, como as habilidades cognitivas e motoras [...] o priming perceptivo e os comportamentos simples aprendidos que derivam do condicionamento da habituação” (Gazzaniga; Ivry; Mangun, 2006, p. 332).

2 Pensamos a colonialidade como um sistema de poder relacionado ao pensamento hegemônico, ocidental, unilateral, autoritário e avesso às possibilidades de leitura e compreensão das diferentes práticas protagonizadas pelos sujeitos no tempo (Cf. Rufino, 2019).

3 São José é o bairro, no centro da cidade, com o maior número de becos preservados após as reformas urbanas do início do século XX. Outros becos existentes na localidade são: o Sirigado, que liga a Rua Direita à Rua das Calçadas; o Beco do Marroquim, conexão da Rua da Praia com a Rua das Calçadas.

4 O memorialista Mário Sette também se preocupou com o estudo sobre as ruas do Recife e o cotidiano da população durante o século XX (Cf. Sette, 2018).

5 Nos anos de 2018 e 2021, o Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural - Casa do Carnaval foi contemplado com projetos de salvaguarda da sua documentação, com financiamento do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura, da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco.

6 Para mais informações sobre a Troça Abanadores do Arruda, Cf. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006; 2016.

Referências

ARAÚJO, Sandra Simone Moraes de. Na encruzilhada dos saberes: a narrativa fotográfica no ensino de história. *In*: ARAÚJO, Sandra Simone Moraes de; SANTOS, Mário Ribeiro dos. (Orgs.). **Histórias de Frestas: outras interpretações e produções para o Ensino de História**. Recife, PE: EDUPE, 2022. p. 41-57.

ARAÚJO, Sandra Simone Moraes de; SANTOS, Mário Ribeiro dos. (Orgs.). **Narrativas Urbanas: práticas de pesquisa e escrita de novas histórias**. Recife: EDUPE, 2021.

BARROS, Manoel. **Meu quintal é maior que o mundo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaio de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Editora Papirus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, Vol. 01. 2002.

COSTA, Antonio Max Ferreira da;
RODRIGUES, Joventina Firmina;

NASCIMENTO, José Mateus do Nascimento. As categorias “memória” e “memória da educação profissional” nas concepções de Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Maria Ciavatta. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 29, n.1, p. 59-75, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/download/51643/30179/134372>. Acesso em: 04 jan. 2024.

EVARISTO, Conceição. Narrativas de (re)existências. *In*: PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). **Narrativas de (re)existências: antirracismo, história e educação**. Campinas: UNICAMP, 2021, p. 23-48.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. São Paulo: Global, 2007.

GAZZANIGA, Michael S.; IVRY, Richard B.; MANGUM, George R. **Neurociência cognitiva: a biologia da mente**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALLEY, Bruno Maia. Arruando pelo beco: um nome do passado evocado no afeto e no desamor da gente da cidade. **Revista de Geografia – PPGeo**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-8. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/articloe/view/17906>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Frevo**. Brasília: IPHAN, 2016.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Frevo**: Patrimônio Imaterial do Brasil: dossiê de candidatura. Recife: Fundação de Cultura do Recife, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

MANDELA, Nelson. **A Prisoner in the Garden**: Opening Nelson Mandela' Archive. Londres: Penguin books, 2011.

MOURA, Carlos André Silva de. Os antigos cafés do Recife: a sociabilidade na capital pernambucana (1920-1937). **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 97-107, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645732>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, saber e poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937). Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.

MOURA, Carlos André Silva de; SANTOS, Mário Ribeiro dos. (Org.). **Ultrapassando Fronteiras**: narrativas e reflexões para o Ensino de História. Recife: Editora da Universidade de Pernambuco, 2020.

MOURA, Carlos André Silva de; SANTOS, Mário Ribeiro dos; ARAÚJO, Sandra Simone Moraes de. **Manoelzinho Salustiano**: histórias de um mestre no terreiro. Recife: Editora da Universidade de Pernambuco, 2021.

PEREIRA, Linconly Jesus Alencar. **Exu nas Escolas**: uma proposta educacional antirracista. Contagem/MG: Escola Cidadã, 2021.

PIOVEZAN, Adriane. **Arquivos e acervos históricos como forma de acessar o passado**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

PREFEITURA da Cidade do Recife. Centro de Formação, Pesquisa e Memória Cultural. **21 anos. Exposição Festas, Cidade e Cotidiano**. Ago. – dez. 2011. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2011.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. No coração do Recife, São José: um lugar potente de histórias empretecidas. In: SANTOS, Mário Ribeiro dos; ARAÚJO, Sandra Simone Moraes de. **Narrativas urbanas**: práticas de pesquisa e escrita de novas histórias. Recife-PE: EDUPE, 2022.

SETTE, Mário. **Arruar**: História pitoresca do Recife antigo. Recife: CEPE, 2018.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Fogo no Mato**. A ciência encantada das Macumbas. São Paulo: Mórula Editorial, 2019.

“Eles não deixam eu morar aqui”: trabalhadores da cultura e a face sombria da gentrificação no Sítio Histórico de Olinda

“They don't let me live here”: Culture workers and the dark face of gentrification in the Historic Site of Olinda

Elaine Santana do Ó*
Priscila Faulhaber**

Palavras-chave:
Patrimônio
Gentrificação
Sítio Histórico de Olinda

Resumo: Uma das principais consequências ocasionadas pelos processos de patrimonialização, tem sido o deslocamento das classes populares dos centros históricos, restringindo o acesso e desfrute deles aos segmentos sociais abastados. Discutiremos como os moradores, principalmente os trabalhadores da cultura do Sítio Histórico de Olinda, têm sido deslocados desse espaço, especialmente das áreas rigorosas de preservação, as quais se destacam por serem mais valorizadas, devido às práticas de gentrificação (Zukin, 1995) que vem ocorrendo no local. Este artigo, partiu da teoria social na história, assim como, de uma pesquisa de campo responsável por incorporar a este debate, conversas e entrevistas. Assim, adotando uma abordagem dialética, este artigo busca proporcionar uma compreensão acerca das relações de conflito que permeiam o Sítio Histórico de Olinda, bem como o projeto de gentrificação e correspondente higienização social impactando a população local

Keywords:
Patrimony
Gentrification
Historic Site of Olinda

Abstract: One of the main consequences resulting from processes of heritage preservation has been the displacement of lower-income classes from historic city centers, restricting its access and enjoy to the wealthy social segments. We will discuss how residents, especially culture workers in the Historic Site of Olinda have been displaced from this space, particularly from the strictly preserved areas, which are more valued due to gentrification practices (ZUKIN, 1995) occurring in the area. This paper conveys social theory in History, as well as field research involving conversations and interviews to contribute to this discussion. Thus, adopting a dialectical approach, this article seeks to provide an understanding of the conflictual relations that permeate the Historic Site of Olinda, as well as the gentrification project and the corresponding social higienization impacting the local population.

Recebido em 24 de fevereiro de 2024. Aprovado em 24 de abril de 2024.

* Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (Ufmg), Graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). E-mail: elaine.historia.pernambuco@gmail.com.

** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestra em Antropologia pela Universidade de Brasília (Unb) e Graduada em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio). Professora do corpo permanente da Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: pfaulhaber2016@gmail.com.

Introdução

Este trabalho parte do exame de efeitos do processo de patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda (SHO) sobre a sua população local e de relações afetivas mantidas com ele. As idas frequentes ao Sítio Histórico da cidade, aliadas à vontade de residir no espaço, me fizeram perceber uma crescente valorização imobiliária na região, levando ao raciocínio de que a impossibilidade de morar no SHO se deveria principalmente a restrições financeiras, uma vez que os custos dos aluguéis são elevados e a aquisição de uma propriedade assume preços proibitivos. Esse contexto gera inquietações, resultando em perguntas como: Qual o motivo impeditivo de morar no SHO? Seria pelo fato do Centro Histórico de Olinda ser patrimônio ou pela forma como esse patrimônio tem sido gerido? Por que não existem políticas públicas que auxiliam e incentivam os moradores mais antigos do SHO, a permanecerem? Quais tipos de políticas públicas poderiam ser implementadas para facilitar a permanência ou acesso à moradia no SHO?

Tais indagações mostram o outro lado das práticas e políticas de gentrificação no Sítio Histórico de Olinda, levando em conta o que isso acarretou e vem acarretando aos moradores da cidade. Para atingir esse objetivo, além de recorrer a estudiosos do patrimônio, como Rogério Proença Leite e Paulo Peixoto, almejando encontrar também respostas na realidade vivida, a pesquisa de campo lançou mão de observação participante, entrevistas e conversas com moradores.

O presente trabalho se inscreve no debate acerca dos efeitos da forma como o patrimônio da cidade de Olinda vem sendo gerido, destacando os impactos sentidos pelos moradores, que vivenciam uma situação de incômodo. Essa análise busca, principalmente, suscitar questionamentos e interesse sobre esse tema tão caro ao campo do patrimônio e da museologia.

Patrimônio e gentrificação entre práticas e processos

A produção do patrimônio envolve atribuição de valores e construção de sentidos (Arantes, 2009).

Nessa perspectiva, processos de patrimonialização implicam interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo. Dentro de uma lógica neoliberal e capitalista, o patrimônio passou a ser visto pelas gestões institucionais da maioria das cidades ao redor do mundo, enquanto uma mercadoria:

Desprezar a gestão do patrimônio como traço de uma economia global é, para as cidades que pretendem atingir patamares significativos de crescimento econômico, impossível. Nesse sentido, é absolutamente plausível que todo o discurso sobre cultura e turismo das gestões institucionais dessas cidades assumam como elemento estrutural uma narrativa do marketing do turismo cultural urbano, tendo no patrimônio uma mercadoria que precisa ser valorizada [...] (Sá Barreto e Medeiros, 2017, p.12).

Na realidade atual, o patrimônio extrapolou sua função de política de preservação, e passou a atender também às demandas do mercado. “Produzir patrimônios mundiais passou a significar estimular o mercado do turismo global” (Sá Barreto & Medeiros, 2017, p.11). Diante desse cenário, as atividades de turismo passam a ser cada vez mais incentivadas em espaços patrimonializados, sob justificativa de arrecadar recursos para manutenção do patrimônio. Contudo, os recursos angariados acabam sendo utilizados majoritariamente para atender a demandas empresariais da indústria do turismo visando o lucro.

Essa corrida das cidades em torno do patrimônio e do que ele pode trazer financeiramente como retorno acaba levando esses espaços a realizarem grandes investimentos nessas áreas, o que resulta, na maioria das vezes, em duras consequências, como higienização aliada à gentrificação, que tem implicado a substituição de moradores mais pobres por abonados, reiterando nesse sentido a definição de Ruth Glass:

One by one, many of the working class quarters have been invaded by the middle class - upper and lower [...] Once this process of 'gentrification' starts in a district it goes on rapidly until all or most of the working class occupiers are displaced

and the whole social character of the district is changed” (Glass, 1964, p.27).

É evidente que diante desses processos, o aparelhamento estatal costuma se utilizar de argumentos “revestidos de boa intenção” para realizar tais intervenções nesses espaços urbanos. Com isso, o processo de gentrificação geralmente associa-se a políticas urbanas segregacionistas, que se valem do processo de patrimonialização para justificar suas ações. Isso porque o tombamento atrai investimentos públicos, embelezamento e melhoria na segurança, o que acaba resultando na remoção de usuários e moradores de seus locais de origem. Em casos que a gentrificação não se completa, esses processos assumem mais propriamente uma feição higienizadora.

Michel Foucault remonta ao fim da Idade Média os processos higienizadores, em sua análise da gênese das instituições disciplinares (Foucault, 2005, Café, 2007). Neste trabalho o foco desloca-se para a higienização social que mostra-se como a outra face de projetos de gentrificação em centros históricos, ao impor práticas constantes de demarcação dos territórios patrimonializados, articulado a políticas de “limpeza social” que promovem a exclusão, a serviço dos grupos de interesse econômico que dispõem do apoio das agências representativas do Estado e que não se valem apenas da persuasão, empregando muitas vezes, a força policial a seu favor para manter a aparência de ordem e civilidade vistas como característica do enobrecimento.

Embora as práticas de higienização também possam ocorrer de forma direta, na maioria dos casos, elas acontecem de forma indireta devido à valorização da área. A forma mais comum é o aumento dos preços, desde os aluguéis até a alimentação, forçando assim os moradores a se mudarem do local. Como resultado, as áreas tombadas passam a ser habitadas, comumente, por uma classe média que busca consumir cultura e desfrutar do “aconchego” que os sítios históricos costumam oferecer. Segundo Zukin (1995), os espaços públicos ao passarem por uma transformação que envolve sua reestruturação urbanística e arquitetônica, são alvo de novas normas de usos, explícitas ou implícitas, contribuindo para a exclusão de seus frequentadores

habituais e sua substituição por grupos com maior poder aquisitivo.

Apesar da ligação entre os processos de patrimonialização e as práticas de gentrificação ser identificada em Sítios Históricos por todo o mundo, a política se dá de maneira distinta, acompanhando assim a diversidade e o contexto de cada local. Locais como Barcelona ou Londres, que são locais turísticos desejados mundialmente, costumam apresentar um quadro de políticas de gentrificação definitivas. Já nos países latino-americanos, a “limpeza social urbana” está relacionada à dependência de grande parte da população em relação a iniciativas dos órgãos representativos do Estado que, no entanto, favorecem permissivamente empresas privadas impondo a necessidade de incessante higienização dos espaços para garantir a proposta de gentrificação.

Tais práticas de limpeza urbana higienizadora mostram-se recorrentes em diferentes centros históricos brasileiros. Entre estes, temos o Pelourinho em Salvador e o Recife Antigo em Pernambuco. Diante disso, este trabalho procura contribuir com os estudos acerca do patrimônio e da higienização como face oculta da chamada gentrificação, tomando o Sítio Histórico de Olinda enquanto estudo de caso.

Compreendendo o Polígono de tombamento da cidade de Olinda

Segundo informações retiradas do site oficial da prefeitura da cidade de Olinda, atualmente o município de Olinda conta com 43,55 km² de extensão territorial, sendo que 9,73 km² dessa área fazem parte das zonas especiais de proteção cultural e urbanística (ZEPEC). Desses 9,73 km², 1,89 km² pertence a ZEPEC 1 (Sítio Histórico) e 7,84 km² caracteriza-se como entorno. Os bairros que constituem o Sítio Histórico de Olinda são: Varadouro, Carmo, Sé, Amparo, Bonsucesso, Rosário, Monte, Guadalupe e Amaro Branco.

De acordo com a lei municipal nº4849 de 23 de junho de 1992, Olinda está dividida em zonas especiais de proteção cultural. Esta divisão objetiva melhorar a qualidade de vida de seus moradores, bem como preservar e valorizar os seus bens

culturais, arquitetônicos e naturais. Visando alcançar esses objetivos, as zonas especiais de proteção cultural (ZEPEC), foram classificadas em três categorias: Sítio Histórico de Olinda (ZEPEC 1), conjunto ou monumento isolado (ZEPEC 2), e ruínas (ZEPEC 3).

Segundo a lei nº 4849/92 referente a Olinda, a ZEPEC 1 corresponde ao núcleo “primitivo” do município de Olinda, que fora definido a partir da carta foral de Olinda e da cartografia do séc. XVI, sendo envolvido por uma extensa área de entorno, como definido pela rerratificação da notificação federal nº 1155/79 da extinta SPHAN. De acordo com o centro de estudos avançados de conservação integrada (CECI), a ZEPEC 1 está dividida em oito “subzonas”, que são: SRR (setor residencial rigoroso), SCV (setor comercial do varadouro), SRA (setor residencial ambiental), SIT (setor de interesse turístico), SCA (setor cultural do alto da sé), SV1 (setor verde 1), SV2 (setor verde 2) e SV3 (setor verde 3). E, a área de proteção ao conjunto, o entorno, está dividida em apenas duas “subzonas”, a SR (setor residencial) e a SEIS (setor de interesse social).

Veremos de agora em diante, nos incisos da mesma lei, os setores que compõem a ZEPEC 1. O inciso 1º do artigo 5º da já citada lei municipal nº4849, considera como sendo área de *Setor Residencial Rigoroso*, a de uso predominantemente residencial, constituída pelo núcleo que mantém a morfologia urbana e tipologia das edificações de interesse histórico e arquitetônico, sujeitando-se assim, a rígido controle das intervenções. A SRR por ser a zona que mantém a morfologia urbana histórica do SHO, acaba sendo o espaço do polígono de preservação que mais recebe a atenção dos órgãos representativos do Estado. Nessa área, consequentemente, é onde acontece a maior parte do trabalho turístico da cidade, incluindo os principais eventos, hotéis renomados, e os restaurantes mais conceituados. A SRR, portanto, corresponde ao setor mais valorizado do Sítio Histórico de Olinda, sendo a área onde os imóveis são vendidos pelos maiores valores, os aluguéis são onerosos, e onde os serviços de alimentação e bebidas são vendidos a um preço mais elevado.

O inciso 2º, considera *Setor Residencial Ambiental*, a área com uso predominantemente

residencial, e que mantém na maioria das ruas, a escala e o traçado urbano primitivo, e onde se registra ocorrência rarefeita de edificações de interesse histórico arquitetônico. O inciso 3º, entende por *Setor Cultural do Alto da Sé*, a área de importância histórica, cultural e paisagística, situação dos primeiros assentamentos da Vila de Olinda, constituída por mirantes e monumentos, destinados ao lazer contemplativo e cultural, sendo por este motivo, assim como a SRR, uma área também bastante valorizada no SHO.

No inciso 4º, considera-se *Setor de Interesse Turístico*, a área plana que está localizada próximo ao mar, indo desde a Praça do Carmo até a Praça Dantas Barreto, incluindo a rua do Sol e o entorno do Fortim de São Francisco, destinada predominantemente a atividade de lazer da comunidade e turistas. O inciso 5º, entende como *Setor Comercial do Varadouro*, as áreas destinadas predominantemente a atividades de comércio e prestação de serviços. Para o inciso 6º, o *Setor Verde*, são as áreas de grande densidade de elementos naturais que envolvem monumentos tombados. Segundo inciso 7º, o *Setor Verde 2*, que corresponde às áreas especiais de proteção ecológica, caracterizadas pela densa vegetação. O *Setor Verde 3*, é descrito no inciso 8º, como sendo todas as praças, largos e mirantes abrangidos pelo polígono da ZEPEC 1.

Por fim, a citada lei nos esclarece ainda que temos as ZEPECs 2 e 3. A ZEPEC 2 corresponde a área de entorno, e se caracteriza como área de preservação de edificação em conjunto ou isolada, de valor histórico-cultural, sendo exemplos, a rua Duarte Coelho, a rua de Santa Tereza e o Convento de Santa Tereza, a Fábrica Tacaruna, a Capela de Santana do Rio Doce, e o Casarão do Complexo de Salgadinho (casarão rosa). A ZEPEC 3 atende às ruínas de edificações e seu entorno que tenham relevância histórico-cultural, como as ruínas da Fortaleza do Buraco, ruínas da Casa da Pólvora, ruínas do Convento de Santo Amaro e ruínas da Capela de Santana do Engenho Frágoso. Dessa forma, após a compreensão acerca da delimitação e organização do perímetro de tombamento do Sítio Histórico de Olinda, realizaremos no tópico subsequente, uma análise contextual breve, abordando a história dos moradores ao longo das

diferentes fases desse espaço, mesmo em períodos nos quais o SHO não possuía a designação atual de patrimônio cultural.

Os moradores do Sítio Histórico de Olinda ao longo da História

Olinda foi um dos primeiros núcleos urbanos fundados no Brasil, tendo se erguido conforme as necessidades da época. Com um porto natural formado pelos arrecifes, água em abundância e terras férteis para o plantio, estava ainda protegida pela altura das colinas, visando as possíveis invasões. Foi na colina que hoje conhecemos como Alto da Sé, em 1535, que Duarte Coelho¹ iniciou a construção de sua casa, a primeira do Brasil, onde juntamente com a igreja, o açougue, a casa da câmara, a cadeia e a praça da vila, formou-se o primeiro povoado da cidade. A cidade foi crescendo pelos morros, através de casas nobres que apresentavam características distintivas, como paredes robustas construídas com materiais como pedra calcária e argamassa composta por areia, pó de ostras e óleo de baleias. A estrutura inicial da cidade se mantém até hoje, apresentando uma divisão entre cidade baixa, marcada pela atividade comercial e portuária; e cidade alta, onde se concentravam as edificações religiosas e o núcleo residencial.

A “rejeição” a Olinda pelos holandeses foi materializada logo no ano seguinte à invasão, quando “os Oranges” incendiaram a cidade. Demonstrando que o incêndio não foi acidental, mas o contrário, foi desejado e premeditado, antes de incendiarem a cidade de Olinda, retiraram os materiais nobres das edificações para construir suas casas no Recife, que começava a prosperar sob a administração holandesa. Era então o fim da “supremacia” olindense. A reconstrução da Vila de Olinda só começaria em 1654, com a expulsão dos holandeses. Nesse período, Recife já estava consolidado como sede de maior importância política e econômica, enquanto Olinda tornava-se secundária e ia lentamente se reconstruindo. O motivo pelo qual Recife disparava a frente de Olinda, nesse sentido, eram suas atividades mercantis. Apesar do prestígio administrativo

perdido para o Recife, Olinda foi passando lentamente por um processo de reconstrução, em meados do século XVII. Porém, parece ser consenso entre os historiadores, que apesar dos esforços, Olinda não atingiu seu esplendor de outrora.

Constata-se que esse período de desprestígio perdurou até meados do século XIX, pois em 1854, o curso de direito que ficava no Mosteiro de São Bento em Olinda, fazendo daquele núcleo urbano um burgo universitário, com estudantes morando nos sobrados e dando vida efervescente ao local, acabou sendo transferido para o Recife, mostrando que Olinda ainda continuava a perder prestígio para o Recife em meados dos Oitocentos. A situação de Olinda só começou a mudar, portanto, no início do século XX, quando os banhos de mar da cidade passaram a ser considerados saudáveis, tornando a cidade atrativa novamente.

Contudo, se pensarmos para além da cidade de veraneio preferida dos recifenses, Olinda permaneceu em estagnação, de um modo geral, até os anos 1960. Olinda que há pouco havia se tornado uma cidade de descanso, e por isso não contava com uma quantidade considerável de moradores fixos, viu a situação mudar a partir de 1964², com o movimento dos artistas no Mercado da Ribeira. Segundo André Moreira (2006), artistas e artesãos passaram a morar no Sítio Histórico de Olinda, iniciando o primeiro processo de enobrecimento na área. Nesse primeiro ato, o enobrecimento na cidade de Olinda se dá de maneira muito sutil, pois apesar desses artistas fazerem parte de uma classe social acima dos antigos moradores, ainda não faziam parte dos segmentos mais altos da sociedade naquele momento, e, talvez por esse motivo, as casas não sofreram modificações estruturais nesse período.

Já na década seguinte, em 1970, ocorreu o fenômeno mundial do interesse pelas áreas históricas, que envolvia o resgate de suas funções de moradia e trabalho, assim como, o impulsionamento desses espaços enquanto atração turística. Nesse contexto, Olinda que a essa altura estava habitada por artistas, em proveito, torna-se uma espécie de “Polo do Turismo e Lazer”.

Reconhecida sua vocação como Polo de Lazer e Turismo da EMR, identificada e justificada no PDLI (Plano de desenvolvimento local Integrado

do município de Olinda – 1973), enfatizada na atual administração, o fortalecimento dessa atividade passa a se constituir em diretrizes para o seu desenvolvimento (Legislação Urbanística para os Sítios Históricos, fl. 2).

Portanto, com a valorização econômica do patrimônio na década de 1970, esse tipo de política, começou a ganhar força com a criação de diversos fóruns que discutiam a ligação entre patrimônio, signos e mercado. Podemos citar como exemplo a cidade de Paraty, no Rio de Janeiro, que passou por um período de ostracismo até a década de 1970, quando se abriu ao turismo. Outro exemplo bastante emblemático, é a reforma do Pelourinho, bairro central de Salvador, na Bahia, onde a restauração foi ostensivamente direcionada para o aumento do turismo. Esses movimentos decorreram da implementação de estímulos para as atividades turísticas a partir desse período.

A partir do contexto narrado, não é coincidência que o segundo processo de enobrecimento em Olinda tenha sua origem nessa mesma década, manifestando-se desta vez de maneira mais conspícua. Nesse período, somaram-se aos artistas, professores universitários e intelectuais em geral, que haviam decidido morar no Sítio Histórico de Olinda, movidos pelo interesse do momento: áreas históricas repletas de significados e memórias. Diferentemente do primeiro processo, com a chegada de pessoas que possuíam um maior poder aquisitivo, constitui-se um novo perfil de moradores no SHO. Por esses moradores pertencerem a setores da classe média mais abastada, passaram a exigir que o conforto passasse a fazer parte de suas casas e dos lugares aos quais frequentavam. Portanto, é nesse período, que começaram a ocorrer as primeiras alterações nas tipologias dos imóveis, onde geralmente contemplam melhorias das instalações sanitárias, cozinhas e o uso do sótão como mezanino (Moreira, 2006).

É somente na década seguinte, em 1980, que ocorreu o terceiro processo de enobrecimento, dessa vez acompanhado de práticas de gentrificação, pois é nesse período que muitos dos grandes casarões deixaram de ser moradas residenciais e passaram a funcionar como pousadas, hostels, hotéis, boates e repartições públicas. Nesse contexto, muitas das

famílias de menor poder aquisitivo que ainda resistiam no Sítio Histórico de Olinda, sem condições de manter os velhos casarões, acabaram se mudando para áreas fora do centro histórico ou passaram a residir em imóveis menores em bairros menos valorizados do SHO.

Essas práticas experimentaram um aumento progressivo ao longo da década de 1980, alcançando seu ápice no transcorrer do final desta mesma década e início da subsequente:

A partir do final dos anos 1980 e durante os anos 1990 ocorreu o quarto processo de gentrificação. Uma nova população atraída pelo diferencial de morar em uma cidade histórica e Patrimônio Cultural da Humanidade, ocupa o SHO com novos interesses e desejos motivados por uma exacerbada pressão por mudanças. Foi o processo de gentrificação mais destruidor e descaracterizante. Os novos moradores destruíam exatamente o diferencial que os atraiu. A falta de segurança fez com que as áreas de maior permanência das moradias se voltassem para os fundos e as ruas ficam desertas. No final dos anos 1990 e início do século XXI, é identificado um novo processo de gentrificação com a saída dos moradores que vieram nos anos 1970 e 1980, substituídos por estrangeiros e até mesmo por brasileiros que conseguiram se capitalizar com trabalho realizado no exterior. Novas alterações são realizadas inclusive com a tentativa de implantar uma tipologia alienígena à moda dos lofts de Nova Iorque (Moreira, 2006. P. 75).

Apesar de Moreira identificar em todas as quatro etapas aqui historicizadas a presença de processos de gentrificação, consideramos nesse estudo que foi somente a partir da década de 1980, com a forte presença das empresas hoteleiras e dos restaurantes, que as práticas de gentrificação e de higienização passaram a acompanhar os processos de enobrecimento. É importante ainda sublinhar, a chegada de estrangeiros na década de 1990, e o quanto ainda hoje, talvez até de forma mais intensiva, é possível perceber esse avanço de estrangeiros sob o SHO.

Destarte, fica evidente as diversas transformações urbanas e sociais pelas quais o núcleo primitivo da cidade de Olinda passou ao longo dos anos, desde 1550 até finais dos anos 1990. Dessa

forma, nos fica claro, que no momento em que o turismo se tornou o fator principal e a mola propulsora da cidade, houve consequências “agressivas”, tanto para os casarios, como para seus moradores e para a dinâmica social da cidade como um todo.

No tópico seguinte, será possível integrar essas informações históricas sobre os processos de apropriação seletiva do espaço social e patrimonial que aconteceram ao longo da história da cidade de Olinda, aos dados atuais que foram coletados por meio da pesquisa de campo conduzida para este estudo.

Os efeitos sobre os trabalhadores da cultura

Uma das principais consequências ocasionadas pelos processos de patrimonialização tem sido o deslocamento das classes populares dos centros históricos, em favor dos segmentos sociais mais abastados. Diante disso, neste tópico discutiremos como os fazedores de cultura acabam sendo deslocados do Sítio Histórico de Olinda, especialmente das áreas rigorosas de preservação, devido aos processos de gentrificação que vêm sendo conduzidos no SHO. A pergunta norte para desenvolvermos esse debate é: de que maneira o patrimônio pode cumprir sua missão, garantindo a continuidade dos vínculos comunitários e o favorecimento de amplos setores sociais?

A pergunta que inicia essa discussão seria facilmente respondida, se não houvesse a adequação do patrimônio às injunções do mercado, tanto em termos econômicos quanto na dinâmica das trocas simbólicas. Daí resultam “mudanças no valor dos bens simbólicos preservados, que refazem o próprio conceito de patrimônio como lugar simbólico da nação para uma concepção mais fluida que implica práticas voltadas para o consumo dos lugares” (Leite, 2007, p.47)

As manifestações culturais, dada a sua relevância na formação e preservação da identidade, singularidades e vitalidade do centro histórico, desempenham um papel crucial no atrativo do Sítio Histórico de Olinda enquanto espaço. No entanto,

aqueles encarregados de fomentar essas manifestações e, por conseguinte, dinamizar o SHO, seja através de sua participação direta nas expressões culturais ou de forma indireta, como os vendedores ambulantes que, ocupando uma posição subordinada no espectro social, oferecem bebidas e alimentos a preços acessíveis para os participantes, são valorizados apenas na medida em que contribuem para os interesses neoliberais que orquestram o Sítio Histórico de Olinda.

Essa lógica, acaba resultando na impossibilidade desses trabalhadores residirem no SHO ou de consumi-lo enquanto espaço, como declarado pelo ambulante Pedro (nome fictício), um de nossos entrevistados: “não brinco carnaval há 33 anos, que foi quando comecei com esse trabalho”. E, vale acrescentar, que por vezes, até a possibilidade de trabalho é dificultada, como veremos através do caso de Pedro:

A gente começa a ganhar um dinheiro a partir de setembro que são as prévias, porque vem todo mundo aqui pra dentro e aí a gente começa a levantar, setembro, outubro, novembro... e quando o pessoal da prefeitura aparece, pronto velho, você perde 70%, porque ele tira você do setor. Esse pessoal da prefeitura quando vem é só pra lhe prejudicar. A gente ficou esses 2 anos de pandemia, quando a gente voltou a trabalhar que tava tentando se ressuscitar, chegou a prefeitura só pra estragar, porque tirou do ponto corrente, disse “aqui não pode ficar”.

Pedro explica que justamente nos períodos de maior fluxo do SHO, a prefeitura o retira do ponto onde ele vende seus produtos o ano inteiro. Pedro denuncia o descaso da prefeitura com ele enquanto trabalhador, mas não só, pois como veremos a seguir na continuação de sua fala, ele se coloca também como “filho da terra”:

Eles chegam e diz: “Não pode trabalhar ai não” ai eu respondi “não posso por que? E quem é tu pra dizer que não posso trabalhar?” e ele disse “eu sou o Major da polícia” e eu disse “aqui tem um funcionário que tá prestando serviço a prefeitura, e outra, tua atitude é inconstitucional, fere o estado democrático de direito, ta no Art. 5 que todo cidadão tem direito de ir e vir, tu é nada democrático” e aí ele começou a discutir comigo, e

eu disse “meu irmão se tu mexer, eu vou na corregedoria, no Ministério Público e na defensoria pedir segurança porque você tá me perseguindo, porque eu não vim de fora, eu sou morador e filho desse SHO, aí tu vem me maltratar é? Qual é a sua?”.

O que Pedro nos conta é que reivindicou seus direitos enquanto trabalhador e cidadão de Olinda, mas no entanto, termina sua fala dizendo que não foi atendido:

Ai o que é que aconteceu? continuei vendendo lá embaixo, mas perdi 70%, por exemplo, se tava vendendo aqui 600 reais ou 700 reais, quando fui pra lá pra baixo passei a vender 150 reais ou 200 reais, você sabendo que domingo era o dia forte, que sexta não prestou, sábado não prestou, mas domingo você tiraria tudo, aí cheguei em casa segunda-feira sem poder pagar uma conta, sem poder comprar um botijão de gás, onde meu trabalho me daria condições pra isso. ***Por isso tô morando lá embaixo na favela, não deixam eu morar aqui no Sítio não..***

Portanto, as falas acima emitidas por Pedro são de extrema importância porque nos permite estabelecer um paralelo com a questão econômica e de moradia no Sítio Histórico de Olinda, por ele trazer nessas falas aspectos fundamentais, como: trabalho, cotidiano, economia e moradia. É interessante, em primeira instância, perceber como ele se coloca, enfatizando que não é uma pessoa qualquer, mas sim um filho do Sítio Histórico. A partir disso, ele expõe sua indignação com o fato de ser impedido de trabalhar, durante o período de carnaval, no lugar onde nasceu. A indignação se dá pelo fato do carnaval ser a época em que se consegue fazer um maior rendimento econômico, onde segundo ele, conseguiria vender três vezes mais o seu produto em comparação com os demais períodos do ano.

O depoente em questão se emocionou por diversas vezes durante a conversa ao falar da situação na qual vivia com sua família, finalizando sua fala com uma frase estarrecedora e muito problemática: **“eles não deixam eu morar aqui no Sítio”**. Essa declaração advinda de um trabalhador informal e antigo morador do Centro Histórico de Olinda, constitui a materialização do fenômeno aqui

chamado de gentrificação higienizadora que vem ocorrendo em grande parte dos centros históricos do Brasil, instigada por injunções neoliberais no âmbito do sistema capitalista.

Enquanto espaços de sociabilidade pública, os centros históricos que passam por processos de gentrificação são objetos de políticas urbanas e culturais que buscam recuperar seu patrimônio cultural para torná-lo passível de reapropriação por parte da população e do capital. Objetivando modernizar recursos potenciais para uma melhor inserção das cidades históricas no contexto da “concorrência intercidades”, através dos usos do patrimônio na captação de recursos, as políticas de “revitalização” têm desenvolvido, no curso crescente da desregulamentação “neoliberal” da economia mundial, uma complexa política cultural de gentrification (Leite, 2007, p.61).

As políticas de gentrificação não são aplicadas da mesma forma em todos os lugares, e por isso esses processos podem ser percebidos em diversos lugares e de diversas maneiras. Mas, apesar de cada centro histórico apresentar suas particularidades exclusivas, a política higienizadora dos processos de gentrificação apresenta algumas características uniformes, como por exemplo, a ausência de capital econômico e social enquanto impeditivo para ocupação desses espaços. Nesse sentido, não importa se são os fazedores de cultura ou os vendedores que estão diariamente no mesmo local durante trinta anos, pois, por serem corpos degradados e não possuírem o capital econômico e social necessários, não são autorizados por esses processos a ocupar esses espaços. Portanto, os espaços urbanos socialmente desejados, nos quais o SHO se inclui, não estão disponíveis para pessoas que estão à margem da sociedade, mesmo que sejam elas as responsáveis por tornar o lugar rico em manifestações culturais, costumes e experiências próprias.

Por conseguinte, mesmo que as práticas de gentrificação ao aplicar uma política segregacionista absorvam aspectos homogeneizadores da indústria cultural, a exemplo dos casarios coloridos, os centros históricos que passam por esse processo, ao final obedecem a lógica de diferenciação e elitização dos espaços, para que estes fiquem reservados às classes sociais que tenham poder aquisitivo suficiente para

consumir esses produtos vendidos em uma “embalagem gourmetizada”, diferenciada. É por este motivo, por exemplo, que os moradores do Monte³ não são sequer frequentadores da área de preservação rigorosa, como reitera a moradora Marília (nome fictício) ao afirmar nunca ter visto jovens da sua comunidade em determinados espaços do SHO:

Quando tem eventos no SHO, a galera nem desce. Fui pra um evento em um espaço lá, e não vi absolutamente ninguém da comunidade e isso me gerou um certo desconforto. Primeiro que essas informações não chegam pra eles, é muito difícil acessar algumas informações, e quando eles sabem, muitas vezes, mesmo sendo um local de graça, muitos ficam meio acanhados, porque se entende que não é um lugar pra eles, porque foi ensinado desde criança que lugar de preto e de pobre não é ocupando esses lugares culturais, de poder e tal, então eu até hoje nunca fui pra um rolê que vi alguém da minha comunidade. Eu já vi gente do Bonsucesso, do Amparo, do Guadalupe, mas do Monte nunca.

A esse respeito escreveu Leite,

Modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar certos espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros), nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar formas específicas de pertencimento. Por essa razão, e considerando o consumo cultural [...] os diferentes sentidos atribuídos aos lugares e a forma como são apropriados (consumidos) demarcam as tensões e disputas em torno dos usos e sentidos atribuídos aos espaços urbanos enquanto espaços públicos. (Leite, 2007, p.67).

Desde a inclusão do centro histórico da cidade de Olinda na lista de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, houve uma valorização crescente da arquitetura e do potencial cultural da área, cujo processo excluiu as classes com menor poder econômico do uso do espaço. Os empresários lucram através das pousadas, bares, restaurantes e imóveis próprios postos em plataformas como o Airbnb, enquanto os músicos, dançarinos, artistas

plásticos e ambulantes, vivem em uma situação de descaso político, social e econômico.

Esse fenômeno se torna evidente na declaração do ambulante Pedro (nome fictício), ao relatar a frequente intervenção das autoridades policiais, resultando na remoção forçada dele de seu local de trabalho. Casos como esses têm ocorrido em outros centros históricos, principalmente, aqueles localizados na América Latina, como é o caso do Centro Histórico da Cidade do México:

En otras palabras, el llamado “rescate” del centro histórico se convirtió por aquel entonces en una tarea de interés político primordial, abordando especialmente las distintas formas de economía informal. Erradicando a los vendedores ambulantes, a los cuales se veía como un obstáculo en el camino de la gentrificación en las ciudades de América Latina (Jones y Varley, 1999), el centro histórico de la Ciudad de México estaba siendo preparado simbólicamente para el proceso de gentrificación que actualmente padece. Diferentes esquemas de asociación público-privada respaldaron políticas de inversión cuyo objetivo era “normalizar” las calles a través de la disciplina, el castigo y la eliminación de los vendedores ambulantes. (Janoschka; Sequera, 2014, p.12).

A prática repressiva de retirada dos trabalhadores informais, assim como “a escolha a dedo” das apresentações artísticas que devem ser exibidas nos centros históricos, faz parte de uma espécie de curadoria paisagística, onde se escolhe o que tem potencial para ser visto e consumido pelo público “sofisticado” que as práticas de higienização e gentrificação pretendem alcançar.

Mãe Beth de Oxum, por exemplo, responsável pela sambada de coco de umbigada⁴, enfrentou problemas com as autoridades policiais, que a impediram de realizar a sambada no Largo do Guadalupe, fazendo com que a brincadeira retornasse ao seu lugar de origem, o Beco da Macaíba. O que se passou, é que o Largo do Guadalupe, diferentemente do Beco da Macaíba, é ocupado por pessoas que integram uma classe social mais elevada em relação aos moradores deste local que pertencem a um segmento social excluído de acesso aos bens econômicos. Portanto, entendeu-se que aquele espaço não está destinado a essa

manifestação cultural feita por pessoas em situação de pobreza, pretas e que em sua maioria fazem parte de uma religião de matriz africana; a lógica neoliberal que tem guiado as práticas de gentrificação no Sítio Histórico de Olinda, cuidou então de mostrar a essas pessoas os limites dos espaços que elas podem ou não ocupar.

Essa lógica de espaço, onde determinado local só deve ser habitado, usado e vivido por determinado tipos de pessoas, advém das práticas de exclusão que preveem o deslocamento dessas pessoas “indesejáveis”, para fora dessa espécie de “redoma” urbana, a partir de uma perspectiva higienista e mercadológica neoliberal:

Mais do que uma segregação do espaço através das restrições ao consumo desses produtos e serviços, definidas pelos excludentes critérios de renda, essa “estetização” se relaciona também a estilos de vida de uma classe média urbana, cujos hábitos e sensibilidades estéticas parecem cada vez mais marcados pela busca de certas áreas públicas que ofereçam, ao mesmo tempo, lazer e segurança (Leite, 2007, p.73).

Nesse sentido, os vendedores ambulantes e os fazedores da cultura popular, por ocuparem dentro dessa lógica o papel de “servir” e não de consumir, acabam vendo sua relação e modo de lidar com o lugar modificar-se aos poucos, enquanto pessoas privilegiadas em termo socioeconômicos vão substituindo-os, através do gozo de privilégios, inclusive de comércio e negócios, conforme este estudo tem mostrado. O caso de Pedro, homem preto, ambulante, e que se encontra em situação de pobreza, ilustra bem essa realidade, já que apesar de ter nascido e crescido no SHO, está entre as pessoas que foram deslocadas do centro histórico. Pizzolato, chama atenção justamente para essa questão ao estudar centros históricos, afirmando que se não houver um plano de acompanhamento e respeito às comunidades ali inseridas, os novos ocupantes poderão expulsá-los por meio da especulação imobiliária e confronto de valores (Pizzolato, 2021, p.11).

Portanto, o Sítio Histórico de Olinda vive hoje uma realidade complexa, pois a re colocação do seu centro histórico no cerne das políticas públicas, tem feito as gestões municipais depositarem esforços

para recuperar políticas econômicas locais. Porém, investem em uma valorização das manifestações culturais de forma muito mais cenica do que real, afetando diretamente as relações sociais do local. Essa falsa valorização é perceptível quando direcionamos nossa atenção para o forte contraste que existe entre os espaços de elaboração dessas manifestações culturais e os locais nos quais são colocadas para se apresentarem. Se atentarmos para esse contraste torna-se possível visualizarmos a violência que existe por trás da espetacularização do patrimônio cultural.

Essa especulação em torno da cultura imaterial do SHO, ocorre por ela desempenhar um papel significativo e constante no espaço. As manifestações culturais são para a cultura do Centro Histórico de Olinda, uma característica singular e importante, que assume um papel fundamental em relação à movimentação da cidade. Logo, a cultura vem sendo usada pelas gestões públicas, embebidas da lógica neoliberal, como uma ferramenta ou recurso de valorização do SHO, sem que haja um retorno financeiro adequado aos seus trabalhadores, como é possível visualizar no exemplo do sanfoneiro José (nome fictício):

O que me mantém aqui é o meu trabalho, a música e as coisas que vendo aqui, eu arrumo minha bolacha vendendo cerveja, porque se for só de música você não vivi. Aqui não é bom pra viver de música não, não recebo incentivo constante nenhum, o que acontece é que vez ou outra uma produtora aí, me inscrever em uns projetos, mas aí não é sempre que eu entro, **aí eu quero saber: você só come num ano e no outro não come?**

A fala de José é crucial para entendermos que uma cidade que alega valorizar a cultura e a arte, e a partir disso obtém recursos financeiros, não necessariamente reconhece e recompensa adequadamente os artistas e as pessoas responsáveis pela realização dessas manifestações. O retorno financeiro insuficiente destinado a esses agentes criativos, como no caso de Olinda, vai na contramão da real valorização e apoio dedicados aos fazedores de arte e cultura da cidade.

Destarte, o que se percebe no SHO, é que a transformação do patrimônio em mercadoria cultural acaba impulsionando a apropriação seletiva

do espaço através da revalorização do espaço e dessa falsa valorização da cultura, tornando-o mais desejável e único. Diante disso, nesse caso, as forças mercadológicas neoliberais aliam-se aos órgãos gestores competentes, e passam a obter ganhos financeiros através do nicho do mercado do patrimônio cultural, sem a preocupação de retornar esses ganhos às pessoas que realmente fazem as manifestações culturais acontecerem, conforme explicitado nos casos aqui expostos.

Portanto, na maioria das vezes, mesmo quando os órgãos responsáveis por gerir o centro histórico incluem a participação da comunidade em seus projetos políticos, costumam não atender às necessidades reais de seus moradores ou até prejudicam os indivíduos pertencentes às classes sociais mais baixas, como é o caso do SHO. Torna-se difícil ver uma não intencionalidade nessa forma de administrar o patrimônio, já que quando não se executa um plano de acompanhamento voltado para essa grande quantidade de fazedores de cultura ali inseridos, torna-se explícita a real possibilidade de que as pessoas com maior poder aquisitivo poderão expulsá-los por meio da especulação imobiliária e confronto de valores. Se no SHO, o fenômeno ao qual aqui chamamos de gentrificação intensificar-se, possivelmente, acontecerá perda da vida comunitária urbana e de rituais até então simbolicamente importantíssimos para o espaço.

É preciso ainda destacar, que na realidade, os centros históricos que tornam a cultura uma mercadoria e tentam vendê-la, vendem uma ilusão, pois o máximo que conseguem mercantizar é a estetização das manifestações culturais, fazendo chegar ao público somente uma experiência vazia de unicidade. Um exemplo disso é que, colocar uma orquestra de frevo para se apresentar em um restaurante no SHO, não proporciona ao público a experiência que é vivenciar o frevo durante o carnaval em blocos como o Homem da Meia Noite, ou o Cariri Olindense. Ou seja, nessa situação, vende-se uma ilusão, a ilusão de que você está consumindo o frevo, de que o frevo é aquilo que está sendo assistido, quando em realidade a experiência real do que é o frevo, e o que o faz ser Patrimônio Imaterial da Humanidade, não pode ser vendido, mas sim vivenciado em sua realidade e contexto local. Isso porque o frevo, assim como as demais

manifestações culturais que estão sob o guarda chuva dos patrimônios imateriais, é feito por corpos vivos, reais, e em sua maioria corpos dissidentes, que ao emitirem suas notas rasgadas saídas de seus longos instrumentos de sopro e dançarem seus passos ágeis, expõem as relações sociais que o perfazem, que são muitas vezes ocultadas em apresentações oficiais para evitar expor a contradição própria à cultura e que aquela realidade social revele-se diante dos olhos dos turistas.

Portanto, é preciso atentar-se para o campo de disputa que se forma em torno do patrimônio cultural, onde o aparelho estatal, setores privados e moradores, se confrontam em uma guerra pelo espaço ou sócio espaço, principalmente quando se trata de um lugar de cumplicidade cultural (Canclini, 2003), em que acontecem negociações e uma hibridação cultural, onde elementos culturais próprios de determinado lugar se encontram e se fundem com influências globais. Impõe-se atenção nesses casos em específico, no qual o SHO se enquadra, para que os moradores que ali vivem, trabalham, estudam e se divertem, continuem a ter o seu espaço, pois, os trabalhadores aqui mencionados hoje moram nos arredores do SHO ou em zonas mais desvalorizadas, justamente por essa perda de espaço como resultado de uma desvalorização advinda do pacto taciturno das gestões políticas com o neoliberalismo.

Portanto, o problema não é só a transformação das manifestações culturais em espetáculo, mas também, e talvez principalmente, as condições de exploração social do trabalho a qual os moradores mais vulneráveis economicamente são submetidos para que essa espetacularização da cultura aconteça. Portanto, cabe reforçar, que o patrimônio ou o turismo não são um obstáculo ao centro antigo da cidade de Olinda, mas sim a forma como ambos vêm sendo gerenciados pela administração local com forte inclinação neoliberal, tal como veio sendo revelado ao longo deste estudo, é que representa, atualmente, a grande questão para os trabalhadores da cultura e sua população local.

Considerações finais

O processo de patrimonialização afetou e tem afetado os moradores do Sítio Histórico de Olinda, em especial os trabalhadores da cultura. Diante disso, ressaltamos o comprometimento deste trabalho com a construção de um conhecimento que parta das narrativas sobre fatos vividos e mais concretos possíveis da realidade na qual esses trabalhadores estão inseridos.

Ao longo da pesquisa evidenciou-se como a questão da supervalorização da área e a consequência direta disso no mercado imobiliário, ao longo das décadas, tem trazido efeitos danosos aos moradores dos segmentos sociais mais pobres. E quando se trata de uma área histórica e patrimonializada, como é o caso do SHO, o quadro se agrava ainda mais, devido ao fato desses espaços possuírem uma oferta inelástica, por serem regidas pelas leis protecionistas patrimoniais. É justamente aqui, onde os desprovidos de poder econômico passam a ser diretamente ou indiretamente deslocados do SHO, em função das práticas latentes da gentrificação higienizadora que vêm sendo aplicadas no espaço.

O projeto político que em seus recursos disponíveis não inclui, ou inclui de forma injusta esses trabalhadores em seu orçamento, como demonstrado através dos casos do sanfoneiro José e do ambulante Pedro, colabora ainda que indiretamente, para o deslocamento desses moradores-trabalhadores do centro histórico, fazendo com que aos poucos eles ocupem as margens do espaço e o utilize apenas para desempenhar o seu trabalho, atendendo a lógica do mercado neoliberal.

No entanto, é inegável a geração de capital destinada às instâncias representativas do aparato estatal, o que considera-se aqui um fato altamente benéfico e positivo; porém, destacamos neste estudo que, apesar de haver uma alocação financeira ao setor público, verifica-se uma redistribuição insatisfatória para as camadas desprivilegiadas em termos socioeconômicos. Sendo estas últimas, por sua vez, as reais responsáveis por manter o Sítio Histórico de Olinda vivo e único.

Destarte, neste artigo, os impactos identificados após o processo de patrimonialização que ocorrem no Sítio Histórico de Olinda, não são

atribuídos diretamente ao patrimônio em si, mas sim à forma como ele tem sido gerido. De modo que, o foco principal não reside na avaliação de como o título de patrimônio prejudicou ou favoreceu o SHO, mas sim em uma análise sobre a realidade em que os olindenses se encontram e na proposição de que é preciso que se estabeleça uma distribuição democrática dos recursos conquistados a partir do patrimônio.

Notas

1 Em 1534, a Coroa portuguesa instituiu o regime de Capitania Hereditárias, onde a Capitania de Pernambuco foi entregue ao fidalgo português Duarte Coelho.

2 Na década de 60, Olinda praticamente dobra sua população.

3 O bairro do Monte, apesar de estar dentro do perímetro de tombamento do SHO por sua importância histórica, por apresentar uma paisagem vernacular e estar distante da área de preservação rigorosa, não constitui uma área turística. Distante disso, o Monte foi abandonado pelo poder público, e atualmente é tida como uma comunidade de alta periculosidade.

4 O coco de umbigada é uma vertente da manifestação cultural do Nordeste do Brasil chamada coco. Essa brincadeira consiste em um grupo musical, onde os instrumentos variam de acordo com a vertente do coco, geralmente incluindo ganza, alfaia e pandeiro. Os brincantes formam uma roda e acompanham o ritmo com palmas, enquanto um casal dança no centro, com os pés pisando forte o chão no compasso da música. No caso específico do coco de umbigada, além de marcar o ritmo com os pés, o casal central também se aproxima, encostando seus umbigos, desempenhando um elemento único e característico dessa vertente.

Referências

ARANTES, Antonio. Patrimônio Cultural e Cidades. In Fortuna, Carlos; Leite, Rogério Proença (Org.). **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 11-24.

BARLAEUS, G. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no**

Brasil. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.

BÓGUS, Lucia; SOUSA, António. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Cadernos Metrópole**, v.18, n 37, p. 845-861, 2016.

CAFÉ, Laércio de Jesus. **Da Higienização à loucura. Uma perspectiva do processo higienizador “disciplinador”**. 2017. 127f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

CIFELLI, Gabrielle; PEIXOTO, Paulo - Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIV, 2012, p. 35-54.

GLASS, Ruth. **Aspects of Change**. London: MacGibbon&Kee, 1964.

JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J. Procesos de gentrificación y desplazamiento en América Latina, una perspectiva comparativista. In: Michelini, Juan José (Org). **Desafíos metropolitanos: un diálogo entre Europa y América Latina**. Madrid: Catarata, 2014, p. 82-104.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**, Campinas: Unicamp, 2007.

MOREIRA, André. **Transformações dos espaços de habitação do sítio histórico de Olinda**. 2006. 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLINDA. **Lei Municipal nº 4.849 de 1992**. Olinda: FCPSHO, 1992.

PIZZOLATO, Pier. Villa Sanhauá em João Pessoa (PB, Brasil) Estudo de caso para a requalificação de centros históricos na América Latina. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n 42, p. 1-17, 2021.

SÁ BARRETO, Francisco; MEDEIROS, Izabella. **As cidades como objeto das políticas de cultura: o caso da Recife do século XXI**. Brasília: Anais do Congresso Nacional da SBS, 2017.

ZUKIN, Sharon. **The culture of cities**. Oxford: Blackwell, 1995.

Moradias nas margens do rio Urussanga: mapeando edificações com potencial de patrimonialização

Houses on the banks of the Urussanga River: mapping buildings with heritage potential

Gislaine Beretta¹

Juliano Bitencourt Campos²

Lucy Cristina Ostetto³

Michele Gonçalves Cardoso⁴

José Gustavo Santos da Silva⁵

André Luís Ramos Soares⁶

Palavras-chave:
Colonização
Memória
Rio Urussanga

Resumo: O município de Urussanga, localizado no sul de Santa Catarina, é conhecido por seu patrimônio e arquitetura típica da colonização, e tais construções desempenham um papel relevante na preservação da identidade cultural local. Este artigo tem por propósito mapear e identificar edificações residenciais às margens do Rio Urussanga com potencial para tombamento. O procedimento metodológico contou com saídas de campo para a identificação e levantamento dos bens, estes que foram catalogados e espacializados no *software* SIG (Sistema de Informações Geográficas), visando a elaboração de cartografia temática. O estudo demonstrou a presença de 31 bens de interesse patrimoniais, entre eles casas e casarões coloniais, margeando o recorte do rio. Essas moradias estão ligadas e enlaçadas à formação do que hoje corresponde ao município, porém a falta de proteção e salvaguarda colocam em risco sua existência e permanência.

Keywords:
Colonization
Memory
Urussanga River

Abstract: The municipality of Urussanga, located in the south of Santa Catarina, is known for its heritage and typical Italian architecture. These buildings play an important role in preserving the local cultural identity. The purpose of this article is to map and identify residential buildings on the banks of the Urussanga River with the potential to be listed. The methodological procedure included field trips to identify and survey the properties, which were then cataloged and specialized in GIS (geographic information system) software in order to create thematic cartography. The study showed the presence of 31 assets of heritage interest, including colonial houses and mansions bordering the river. These houses are linked to the formation of what is now the municipality, but the lack of protection and safeguarding puts their existence and permanence at risk.

Recebido em 15 de abril de 2024. Aprovado em 07 de maio de 2024.

1 Mestra em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). gislainemonsenhorgmail.com.

2 Doutor em Arqueologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), docente do departamento de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Investigador do Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências (ITM/CGEO/Portugal). E-mail: jbi@unesc.net.

3 Doutora em História. Docente do departamento de História e Pedagogia, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). lco@unesc.net.

4 Doutora em História. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), docente do departamento de História, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). michelegc@unesc.net.

5 Doutorando em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: gustasantos92@gmail.com.

6 Doutor em Arqueologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural (PPGPC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Investigador do Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências (ITM/CGEO/Portugal). andre.soares@ufsm.br.

Introdução

Nem sempre o cuidado e o apreço por um bem residencial são suficientes para manter sua integridade, de forma a protegê-lo e salvaguardá-lo, ainda mais quando se considera o processo de desenvolvimento das cidades brasileiras nas duas últimas décadas, visto que a partir da renovação das características arquitetônicas o processo de descaracterização ou esquecimento das edificações se assevera (Holzer e Fernandes, 2021; Sánchez, 2022). Holzer e Fernandes (2021) complementam ainda que este processo de descaracterização ou esquecimento das edificações se faz presente principalmente em residências unifamiliares, estas que são foco do mapeamento proposto neste trabalho.

Geralmente, quando um bem possui relevância histórica, cultural e arquitetônica, municípios, estados e a união iniciam processos de salvaguarda por meio de tombamentos. Segundo o IPHAN (2014), a preservação desses bens por meio do tombamento significa o reconhecimento oficial do seu valor e do seu significado para a compreensão da história e da identidade de uma comunidade, um povo, uma nação ou, por vezes, da humanidade. Porém, sabe-se que o tombamento não é a única forma de prevenção patrimonial. Como menciona o IPHAN (2014):

A Constituição Federal estabelece que é função da União, dos estados e municípios, com o apoio das comunidades, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. Além do tombamento, existem outras formas de preservação. O inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características principais.

Os planos diretores também estabelecem formas de preservação do patrimônio pelos municípios, por intermédio do planejamento urbano. Os municípios devem promover o desenvolvimento das cidades sem a destruição do patrimônio. Podem, ainda, criar leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação.

Registrar as características principais das construções por meio de inventários e de planos diretores sensíveis ao tema são saídas viáveis quanto

ao assunto tratado (Santim e Marangon, 2008). O IPHAN ainda conta com a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) instituída pela Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018, que serve de guia para ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural Brasileiro (Iphan, 2018). A PPCM tem como objetivo a promoção e a construção coletiva dos instrumentos de preservação, garantindo a legitimidade das ações do IPHAN junto às comunidades e entre os agentes públicos.

Para isso, é importante compreender a indissociabilidade entre os bens culturais e suas comunidades, além da participação ativa na elaboração de estratégias e da colaboração entre as esferas do Poder Público e a comunidade (Iphan, 2018). Silva (2008) e Campos et al. (2024) nos trazem que Patrimônio Imaterial pode ser transmitido de geração em geração e sempre recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, interação com a natureza e sua história, gerando de tal forma um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para sua preservação. Campos et al. (2024) complementam ainda que não é possível pensar conservação patrimonial sem considerar o diálogo com as comunidades locais a ele relacionado.

Um instrumento de reconhecimento inédito adotado pelo IPHAN é a ideia de lugares de memória: ainda que um bem cultural tenha perdido sua integridade e autenticidade em consequência da ação humana ou do tempo, poderá ser reconhecido pela importância de seus valores simbólicos. Zarbato (2015) e Nicoladelli et al. (2023) complementam que o patrimônio cultural caracteriza um povo ou uma comunidade, sendo estes bens representações diretas de suas memórias, tradições e costumes,

Caso um bem tenha valor e significado simbólico de pertencimento à sua comunidade, a salvaguarda torna-se um meio de proteção e preservação desse espaço. Conhecer a importância dos patrimônios da comunidade a qual se pertence é uma maneira de lutar pela sua resistência e permanência.

Para além do patrimônio que marca a vida do indivíduo, uma edificação ainda carrega marcas coletivas, que representam memórias não somente daqueles que habitam suas paredes, mas também daqueles que circulam em seu entorno, transformam seus usos ou as utilizam como pontos de referência, ganhando assim dimensões coletivas. As múltiplas temporalidades presentes nas edificações as circunscrevem no tempo e no espaço, tornando-as elementos representativos da coletividade e, por isso, possíveis candidatas para serem protegidas pelos instrumentos legais de preservação.

No município de Urussanga/SC, os bens patrimoniais tombados se encontram de forma majoritária na área central da cidade, retratando a ascensão econômica de algumas famílias de descendentes de italianos. Nesse sentido, entendemos que a memória da cidade de Urussanga se dá para além da área central, pois a cidade pertence a todos os seus cidadãos, o que inclui as áreas periféricas e rurais. Experiências e histórias precisam ser rememoradas, conhecidas e divididas para que outros lugares e olhares ganhem visibilidade e se tornem ponto de referência à memória social.

Sendo assim, o objetivo deste texto é mapear os locais com potencial de reconhecimento como patrimônios que estão fora do eixo principal de tombamento do município. Destarte, esta pesquisa trata de identificar os bens culturais residenciais ao longo das margens do Rio Urussanga no perímetro do município de mesmo nome, compreendendo-os como possíveis bens de ordem individual e coletiva que podem ser catalogados, inventariados e reconhecidos para que possam ser preservados.

Assim, para que este estudo atendesse seus objetivos, além de compreender seu valor patrimonial, esta investigação adotou por metodologia a pesquisa de memória no campo da história, seguida por levantamento de dados em campo, com registro fotográfico e desenvolvimento de uma cartografia temática para a espacialização destes bens. A pesquisa se deu em caráter qualitativo e exploratório, o que permitiu compreender os bens registrados de maneira singular, respeitando suas particularidades e ampliando a perspectiva e as demandas do estudo.

Caracterização da área de Estudo

A área de estudo compreende os limites territoriais do município de Urussanga, localizado no sul de Santa Catarina (Figura 1). Urussanga se localiza a 185 km da capital Florianópolis. Seus primeiros habitantes foram os povos originários. Além dos povos indígenas, imigrantes vindos de diversas regiões da Europa ocuparam as terras catarinenses. Como aponta De Luca e Santiago (2020), a imigração se deu por etapas distintas: após o reconhecimento do território, ainda no século XVI, ocorreram as fundações de vilas litorâneas no século XVII, as imigrações açorianas no século XVIII e as imigrações alemã, italiana e polonesa ao longo do século XIX. A introdução de diferentes povos nesse território potencializou tensões, e o resultado destes apagamentos foi a dizimação parcial ou total dos povos originários desta região.

As moradias improvisadas que abrigaram os colonos recém-chegados foram dando lugar às casas definitivas, estas construídas com os recursos disponíveis na região, de maneira que atendessem suas necessidades da forma mais sólida e duradoura possível. Logo o centro da cidade ficou tomado por grandes casarões, que aos poucos davam um ar de urbanidade europeia ao local, e o ambiente do interior, de maneira mais esparsa, também colaborava com as mudanças demográficas da nova colônia.

A partir de registros oficiais, Urussanga surgiu como município no ano de 1878, por responsabilidade do engenheiro Joaquim Viera Ferreira. Apesar de ter sido antes apenas uma sede secundária de Azambuja, assim como Armazém e Canela Grande, ela já se diferenciava das demais, visto a confiança depositada pelo engenheiro responsável (Selau, 2006).

O rio que fez referência à instalação do município, que nasce no seio da cidade em confluência do rio Carvão e rio Maior, é o Rio Urussanga, o principal curso da água da bacia hidrográfica do Rio Urussanga. Pelas margens do rio, que percorre 42 km, até misturar-se com o oceano, encontra-se diversas moradias ligadas à colonização da cidade.

Isto porque, no final do século XIX e início do século XX, Urussanga recebeu grande contingente de imigrantes italianos, provenientes

sobretudo da região do Vêneto, como menciona Rocha e Cardoso (2021). As colônias fundadas neste período se estabeleceram em regiões interioranas, ligadas de maneira tênue a núcleos luso-brasileiros no litoral, formando ilhas culturais, como apontado por De Lucca e Santiago (2011). Serviram, assim, de modelo ou propaganda de colônia, sendo seu sucesso fundamental para que novos imigrantes se interessassem em viver neste local.

Com a chegada de novos membros, Urussanga se desenvolvia, oferecendo a seus habitantes os recursos necessários à continuidade da instalação da colônia. Moinhos, vendas, atafonas,

engenhos, moendas, ferrarias e serrarias começaram a se multiplicar por essa porção de terra, como mencionado por Marques (1978). Conforme a adaptação acontecia, a crescente derrubada da mata expandia a ideia de progresso e segurança ao colono recém-chegado. Em contrapartida, este abatimento deixava os povos Laklãno-Xokleng, que habitavam estas florestas, expostos, desprotegidos e desabrigados. Foi uma questão de tempo para que estes povos se tornassem tão inconvenientes aos recém instalados que sua dizimação foi banalizada e justificada como segurança e progresso.

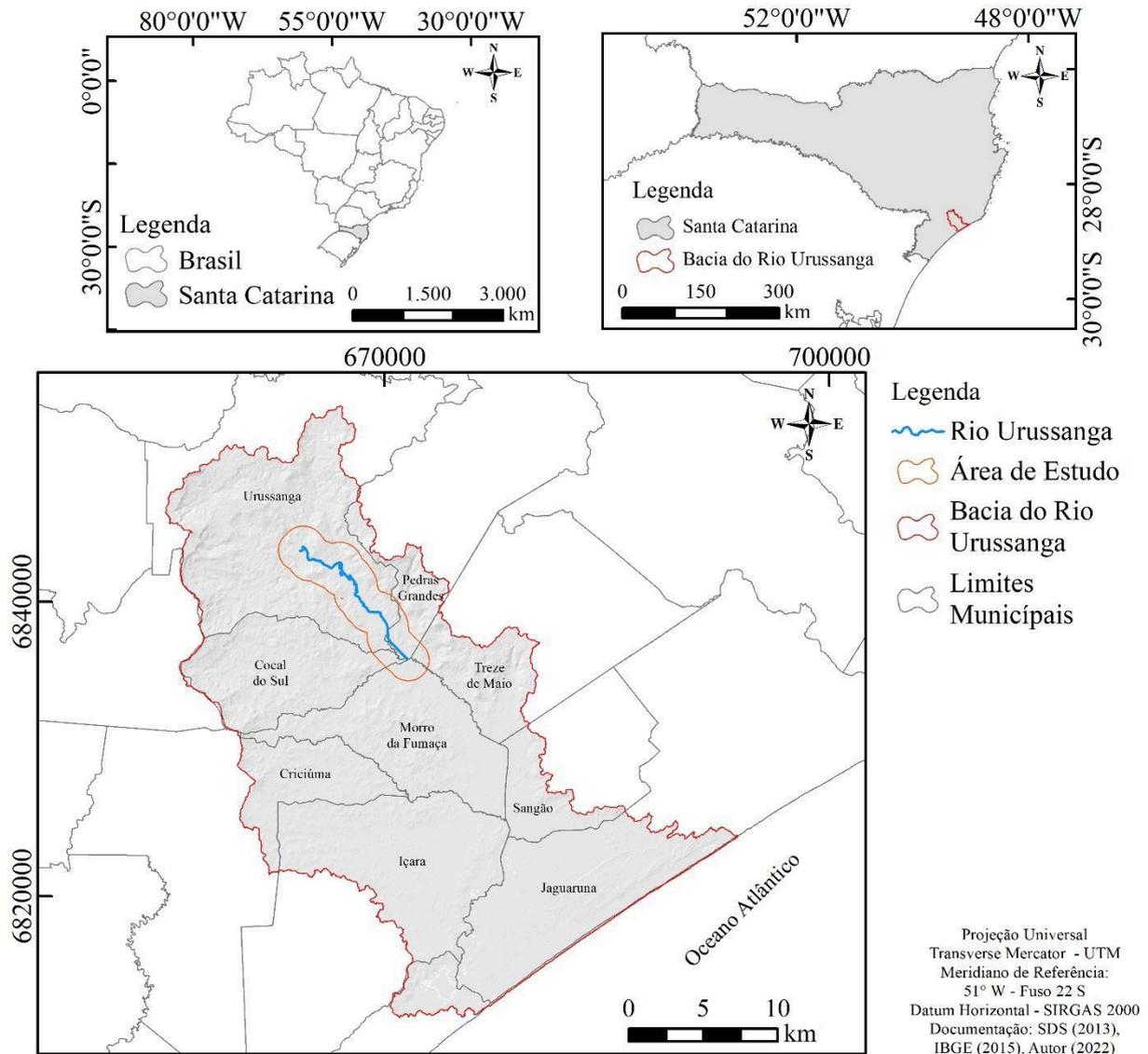


Figura 1 – Localização da área de Estudo.

Fonte: Autores (2024).

Hoje, parte dessas construções, que em maioria estão localizadas no centro da cidade,

continua vívida e protegida por tombamentos e salvaguarda. Proteção que se iniciou a partir da década de 1990, por meio de tensões e ações de caráter identitárias promovidas por órgãos oficiais e pelos proprietários dos bens, conforme descrito por Rocha e Cardoso (2021).

Urussanga possui um número considerável de patrimônio material protegido, contando com 18 edificações tombadas na zona urbana central, todas no entorno da Praça Anita Garibaldi, e outras 6 edificações na zona rural (Figura 2). Segundo De Luca e Santiago (2020), o patrimônio arquitetônico de Urussanga foi tombado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), sendo que os processos de tombamentos tiveram início no ano de 1994 e foram homologados em 2001.

A arquitetura desses bens segue similaridade

de padrão, com características comuns a outras regiões de colonização italiana. Esses patrimônios representam parte importante da história de Urussanga, porém caracterizam apenas uma parte da história da colonização no município. Dissolver esta percepção de que a ocupação se deu apenas por grupos tradicionais, em uma cidade em que a colonização foi maciçamente italiana, se faz necessária principalmente quando tratamos de algo tão particular, como a casa em que os colonos viveram. Apresentar a possibilidade de novos enredos, por meio de outras construções e olhares às margens do rio Urussanga, se faz importante quando buscamos preservar outras identidades que façam conexões tangíveis com o passado e com a memória imbricada nos lugares de habitação e seus modos de vida que ainda estão presentes.

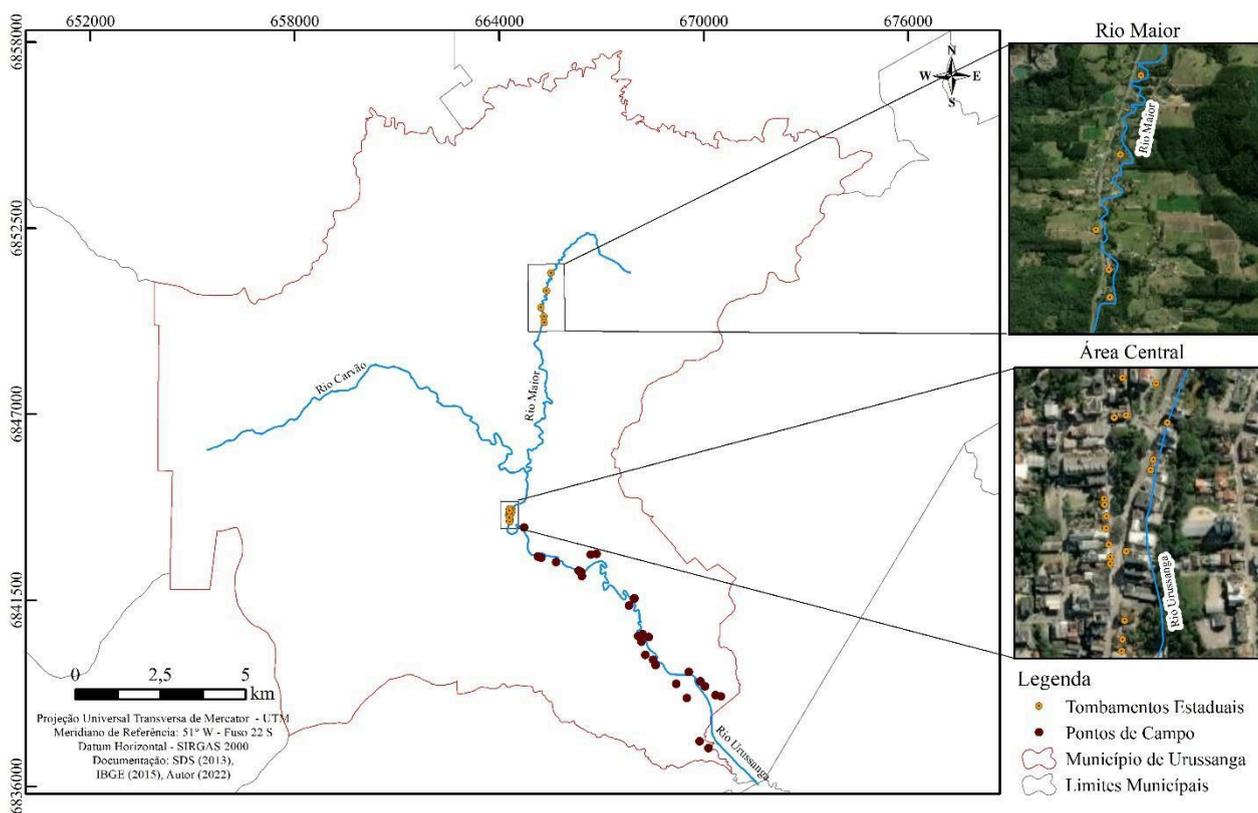


Figura 2 – Localização dos patrimônios tombados em Urussanga em relação aos identificados na pesquisa.

Fonte: Autores (2024).

Metodologia

Para que este estudo atendesse seus objetivos, além de compreender seu valor patrimonial, esta investigação adotou por metodologia a pesquisa de campo com registro fotográfico e identificação dos bens patrimoniais com potencial de tombamento, bem como levantamento da produção historiográfica.

A saída de campo aconteceu em dois momentos. A primeira visita ocorreu em janeiro de 2022, com a finalidade de reconhecimento da extensão do campo e de seu potencial de pesquisa. Já a segunda fase ocorreu em julho de 2022, com o registro fotográfico e captação de coordenadas dos bens residenciais. Nesta etapa, a coleta de dados se deu por intermédio de um GPS (*Global Positioning System*). Foi utilizado também uma tabela de campo para as anotações referentes aos bens.

Após a identificação e demarcação via GPS dos bens de natureza material, foi possível espacializá-los, e por meio da cartografia temática foram elaborados mapas, identificando ao longo do rio Urussanga os bens patrimoniais elencados na pesquisa.

É importante salientar que a criação de um mapa temático poderá contribuir para a elaboração e melhoramento de políticas públicas de preservação do Patrimônio Histórico do município, caso seja a vontade das gestões envolvidas. A portaria nº 375 do IPHAN, de 19 de setembro de 2018, em seu artigo 17 complementa que:

As ações e atividades de identificação devem privilegiar recortes temáticos, cronológicos ou territoriais e refletir sobre a representatividade local, regional e nacional, evidenciando os atributos e características do bem material, podendo, ou não, resultar em medidas de proteção ou em instrumentos de gestão territorial.

Para a realização da parte cartográfica, adotou-se o sistema de Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), Datum SIRGAS 2000, meridiano de referência 51°W (Fuso 22 S). O *software* que auxiliou na construção dos mapeamentos temáticos foi o ArcGIS 10.3.1, desenvolvido pela ESRI (Environmental Systems

Research Institute) e licenciado pela UNESCO, e o Qgis 3.14 “PI” (*Software* livre).

Resultados e discussões

O rio, que já teve águas cristalinas, carrega em seu nome uma herança cultural muito importante. O nome era Yroiçanga, ou “Águas muito frias”, como mencionavam os Laklâno Xokleng, (grupo pertencente à família linguística Jê, parte do tronco Macro-Jê), que habitavam essas redondezas muito antes da chegada dos colonizadores.

O campo desta pesquisa inicia-se na confluência do Rio Maior e Rio Carvão, originalmente onde nasce o Rio Urussanga, e percorre o interior do município até a sua divisa com os municípios de Pedras Grandes e Cocal do Sul.

Nesse trajeto, que adentra o interior da cidade de Urussanga, foi possível fazer uma imersão ao passado. Foram identificados, registrados e espacializados 31 bens patrimoniais (Figura 3 e Quadro 1) com características coloniais ou de períodos modernistas. Patrimônios isolados, outros somados ao novo, acompanham o correr e vivem o ritmo do rio. Na Figura 3 é possível observar na cartografia produzida, a localização espacial dos bens residenciais levantados nesta pesquisa. Sua localização indica que ocupações coloniais se deram por toda extensão do rio, em ambos os lados de sua margem. Uma quantidade de bens bastante significativas, com características únicas que acompanharam o desenvolvimento da cidade, da técnica e das matérias-primas disponíveis. Segundo De Luca e Santiago (2020, p. 04):

A arquitetura da região reflete a experiência e habilidade dos construtores que vieram colonizar o estado, a diversidade étnica e a maneira como os imigrantes se adaptaram ao novo ambiente, usando conhecimentos de gerações e fontes locais de matéria prima.

Dos trinta e um patrimônios residenciais identificados, 21 ficam na margem esquerda do rio Urussanga, em uma região de característica rural que abrange o interior das localidades de Bairro de Villa e São Pedro. As outras 10 residências se encontram na margem direita, que hoje costeia a Rodovia Genésio

Mazon, ponto que liga as cidades de Urussanga e Morro da Fumaça.

As primeiras 21 edificações identificadas na margem esquerda do rio dividem espaço com paisagens rurais, de forma que o tempo parece ter passado de forma mais lenta, sendo alguns destes bens em estado de parcial isolamento. Ainda sobre os bens que margeiam o lado esquerdo do rio, é perceptível que obedecem a temporalidades e arquiteturas diferentes, tendo, na maioria dos casos, a terra como provento, assim como foi no passado.

As residências foram construídas com matérias-primas distintas, muito facilmente encontradas na região, como madeira, pedra e tijolos, e permanecem sendo utilizadas como a casa da família, com algumas exceções. As construções em madeira hoje ocupam funções distintas, como de paiol ou depósito (rancho), por exemplo. Ainda nesta margem, foi possível verificar a ação do tempo

sobre os bens, em especial no casarão G10. Sua estrutura em tijolos revestidos permanece de pé, porém o telhado, assoalho e aberturas já não existem mais. Essa construção se torna um exemplo típico dos resultados do tempo e do abandono, tanto dos proprietários quanto dos órgãos responsáveis.

Na margem direita do número de edificações diminui, e em alguns trechos são mais esparsos. Podemos levantar algumas hipóteses sobre o motivador desse diferencial, como a construção da rodovia e da estrada de ferro e a disposição de áreas industriais do município nesta localidade, ou então o desenvolvimento de bairros e loteamentos.

Algumas residências tiveram sua construção voltada ao rio e à antiga estrada de terra, local que fica na parte posterior da atual rodovia que foi construída posteriormente, como exemplo as casas G26 e G27.

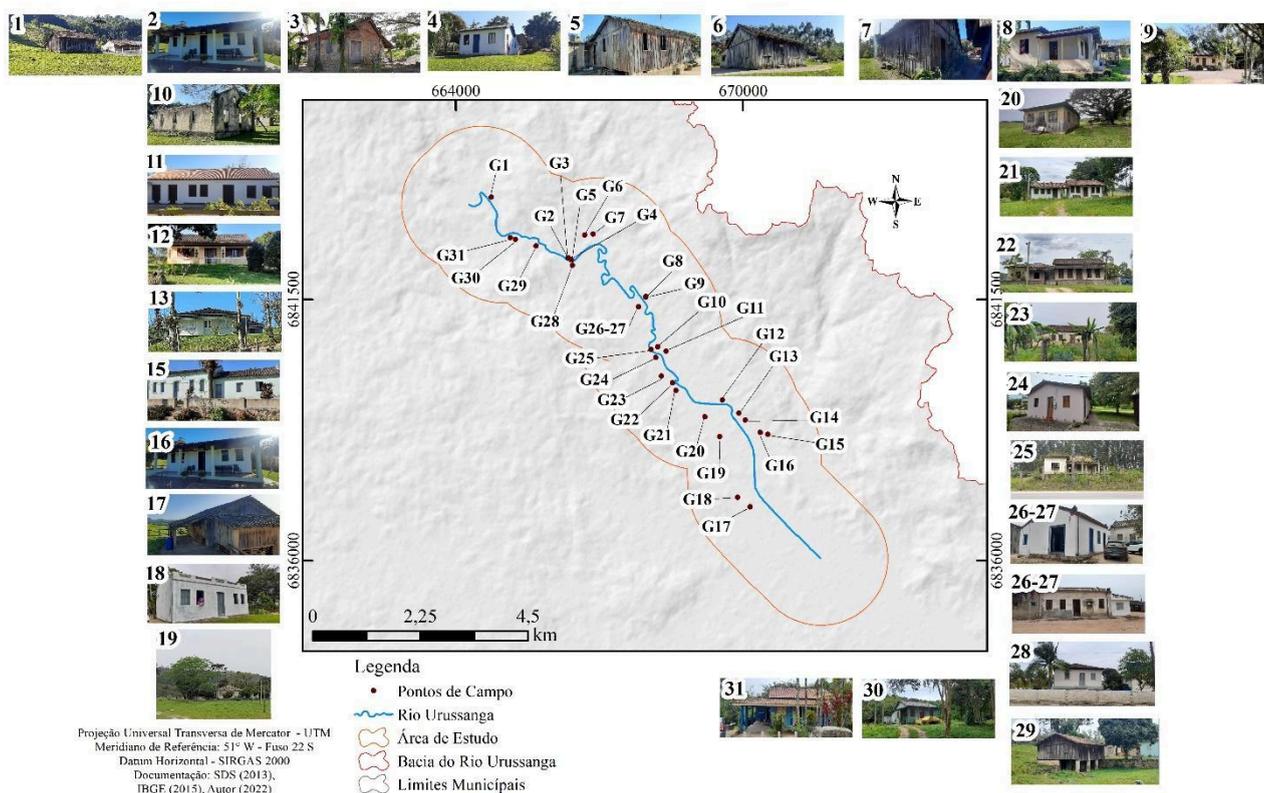


Figura 3 – Espacialização das residências mapeadas ao longo do Rio Urussanga

Fonte: Autores (2024).

Quadro 1 – Localização e coordenadas dos patrimônios residenciais ao longo do Rio Urussanga

Nº	COORDENADAS UTM	CARACTERÍSTICA/ LOCALIZAÇÃO	IMAGEM
G01	22J0664732 6843656	Residência em madeira localizada na Avenida Longarone Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G02	22J06663376842377	Residência em alvenaria, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa – Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G03	22J0666353 6842364	Residência mista em pedras e tijolos expostos, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G04	22J0666417 6842324	Residência em alvenaria, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G05	220666781 6842748	Residência em madeira, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	
G06	22J0666875 6842836	Residência em madeira, localizada na Rua Durval Perito – Bairro de Villa. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	
G07	22J0667974 6841556	Residência em madeira, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	
G08	22J0667965 6841547	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G9	22J0668209 6840499	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano – São Pedro. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	

G10	22J0668392 6840410	Vestígios de residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Precário.	
G11	22J0669560 6839382	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G12	22J0669912 6839105	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G13	22J0670048 6838960	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G14	22J0670358 6838700	Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga.	SEM FOTO (negativa de proprietário)
G15	22J0670519 6838658	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G16	22J0670795 6838521	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G17	22J0670942 6838161	Residência em madeira (hoje usada como paiol), localizada na Rodovia dos Imigrantes Trevisano. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G18	22J0669887 6837333	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G19	22J0669514 6838613	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G20	22J0669203 6839027	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	

G21	22J0668597 6839583	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G22	22J06685266839740	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G23	22J0668297 6839885	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Regular.	
G24	22J0668177 6840276	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G25	22J06680826840444	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Precário.	
G26 e G27	22J06678166841345	Residências em alvenaria, localizadas na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G28	22J0666436 6842219	Residência em alvenaria, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G29	22J065679 6842625	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G30	22J06652456842760	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Município: Urussanga. Estado de conservação: Bom.	
G31	22J06651406842795	Residência em madeira, localizada na Rodovia Genésio Mazon – SC-445. Estado de conservação: Bom.	

Fonte: Autores (2024).

A margem direita do rio amplia o risco de permanência e impacto de praticamente todos os bens residenciais, sendo que a maioria se encontra muito próxima à rodovia ou a empresas de médio e grande porte.

Outros tipos de ocupações foram avistados ao longo das saídas de campo, como igrejas, capelas, escolas e indústrias, o que demonstra uma variedade de atividades e o envolvimento da comunidade com seu meio. Delimitar nosso olhar às residências não exclui o potencial que outros bens podem ter para a coletividade, apenas determina uma direção à pesquisa.

Assim, vislumbrar as margens do Rio Urussanga com o olhar voltado para o patrimônio edificado em potencial nos faz perceber as marcas e registros do passado, que estão praticamente inalterados pelo tempo, no cotidiano atual, de forma a ocupar o mesmo espaço, dividindo e acolhendo o novo. As diferentes temporalidades nada interferem na permanência dessas construções, que se encaixam entre o passado e o presente, e tem certamente histórias e memórias que ainda precisam ser registradas.

As edificações que margeiam o rio Urussanga se assemelham às antigas senhoras que guardam consigo a memória da cidade, esperando alguém disposto a ouvi-las, em analogia ao que escreve Bosi (1993) sobre os anciãos que ganham novos sentidos à vida quando encontram alguém disposto a ouvi-los. Ainda, segundo Ostetto (2014), são os indivíduos mais velhos que, por meio de suas lembranças, compartilham com outras gerações suas experiências – e de forma semelhante é partir dessa materialidade, em que as marcas do tempo nas paredes, as histórias, as cores, o lúdico e o poético esperam olhares sensíveis e diversos para que os encontros com a memória aconteçam e outros enredos possam ser costurados pelas moradias que, ao nosso ver, são um convite para que sejam historicizadas.

As residências observadas nas margens do rio Urussanga seguem finalidades de uso distintas daquelas tombadas no centro da cidade. Por mais que as edificações tenham funcionalidades distintas ou as construções não tenham a mesma complexidade arquitetônica que possuem as casas do entorno da praça de Urussanga, são igualmente

importantes para a escrita da História. Pela sua potencialidade podem ser beneficiadas e salvaguardadas por tombamentos, sejam eles municipais, estaduais ou federais. Por isso, um passo seguinte seria ouvir as histórias das famílias e aprofundarmos estes registros.

Assim, ao desenvolvermos este mapeamento às margens do rio Urussanga, verificamos uma ampla dimensão da cultura material deixada por diferentes famílias na cidade. O mapeamento torna-se assim uma forte ferramenta para compreender o processo de ocupação dessa região e para fortalecer futuras pesquisas históricas e projetos de proteção e salvaguarda. O campo do patrimônio e da memória abre as portas para a sua diversidade que enriquece nossa compreensão de passado, de ocupação e modos de vida. Por isso, concordamos com Hartog (2013, p. 197) de que

O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta. Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo.

Considerações finais

As migrações ocorreram por todo o planeta por razões diversas e em diferentes temporalidades, e no presente continuam e provavelmente continuarão acontecendo com frequência. Dentre esses vários eventos, apontamos para as migrações europeias ao sul do Brasil, em especial à vinda destes para região que hoje compreende a cidade de Urussanga, SC. Esse município, localizado no sul do Estado de Santa Catarina, teve sua colonização iniciada ainda no século XIX, majoritariamente por italianos. A vinda destas populações modificou toda a dinâmica e o espaço constituídos nesse território até então.

Um dos grandes questionamentos desta pesquisa se dava sobre a colonização das margens do Rio Urussanga, evidenciando os poucos registros sobre o ocorrido e pela negativa do reconhecimento destes bens culturais como patrimônios. As perguntas se transformaram em saídas de campo, que apresentaram resultado esperado quanto à

presença do colono no local. Dezenas de residências de temporalidades e matérias-primas diferentes foram encontradas, e com elas muitas histórias foram reveladas.

Por toda a extensão do rio que compreende a cidade de Urussanga foram avistadas edificações em estados de conservação distintos, mas ainda assim resistentes ao tempo e às adversidades. Presentes nestes locais, permitem que outros reconheçam algo que era individual, como se pudesse torná-lo vívido novamente, e nesta relação transformar-se em evocadores de memórias partilhadas. Assim, pensamos esta pesquisa como linhas que possam costurar o passado no presente, no qual as margens do rio Urussanga se configuram como novos pontilhados. Esta pesquisa, além de contemplar seus objetivos, instiga e possibilita a continuidade e interdisciplinaridade, visto que ao identificar essas construções, verificamos o seu potencial para a patrimonialização. Entretanto, precisamos nos questionar, por que estes bens continuam a margem do reconhecimento? É fundamental que novas pesquisas possam surgir deste questionamento no diálogo com moradores, comunidade e órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio que se quer plural e partilhado. Salienta-se que discutir e analisar o estado de conservação e as histórias plurais de cada edificação identificada nesta pesquisa é algo que ainda deve ser realizado, porém aqui se tem um passo inicial para a categorização destes bens culturais.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida a primeira autora. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela Bolsa de Pesquisa (Processo 312543/2022-0) concedida ao segundo autor. À Fundação de Amparo à Pesquisa e inovação de Santa Catarina (FAPESC) pela bolsa de estudos (Doutorado Cp – 48/2021) ao quinto autor.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Companhia Das Letras, f. 242, 1993. 484 p.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; MATIAS, Carlos dos Passos Paulo; PREVE, Daniel Ribeiro; SILVA, José Gustavo Santos da; ROSA, Tarcísio Roldão da; FUNARI, Pedro Paulo A. Patrimônio Imaterial e Identidade: reflexões sobre democracia e cidadania. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 30, n. 16, p. 432-452, fev. 2024.

De LUCA, Virginia Gomes; SANTIAGO, Alina Gonçalves. A paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana. **Labor e Engenho**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 43, 29 mar. 2011. Universidade Estadual de Campinas.

DE LUCA, Virginia. Gomes.; SANTIAGO, Alina. Gonçalves. O patrimônio arquitetônico do centro histórico de Urussanga (Santa Catarina). **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 17, p. 1–16, 2020.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

HOLZER, Werther; FERNANDES, Marina Pires. Patrimônio Residencial de Nova Friburgo O resgate da memória a partir das Vilas Operárias. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [S.L.], v. 9, n. 25, p. 64-80, 4 dez. 2021. ANAP - Associação Amigos de Natureza de Alta Paulista.
<http://dx.doi.org/10.17271/2317860492520212989>

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; organização, Maria Regina Weissheimer; texto, Dalmo Vieira Filho. – Brasília, DF : Iphan, 2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>, Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

MARQUES, Agenor Neves. **Imigração Italiana: Edição Comemorativa do Centenário de Urussanga 1878-1978**. Criciúma: Gráfica Ribeiro, 1978. 272 p.

NICOLADELLI, Tayse Borghezani; SILVA, José Gustavo Santos da; MENEGASSO, Juliana Debiasi; CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Márcia Luzia Sartor; SUTIL, Thaise; CONTO, Danrlei de; ZOCHE, Jairo José. Muros de taipas de pedra no Parque Nacional de São Joaquim no município de Orleans/SC. **Revista Cadernos do Ceom**, [S.L.], v. 36, n. 59, p. 254-269, 27 out. 2023. Cadernos do CEOM. <http://dx.doi.org/10.22562/2023.59.16>.

OSTETTO, Luci Cristina. **Nova Veneza na Primeira Metade do Século XX**. Quadros de Memórias, Retratos de Famílias. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2014. 120p.

ROCHA, Liziane Acordi; CARDOSO, Michele Gonçalves. Patrimônio histórico e migrações contemporâneas: reflexões sobre o município de Urussanga/SC. **Revista Memória em Rede**, [S.L.], v. 13, n. 25, p. 8-30, 15 jul. 2021. Universidade Federal de Pelotas. <http://dx.doi.org/10.15210/rmr.v13i25.16232>.

SÁNCHEZ, Lorena Marina. La intervención del patrimonio arquitectónico-urbano residencial de Mar del Plata: un problema abierto. **Arquitecturas del Sur**, [S.L.], v. 40, n. 61, p. 40-53, 31 jan. 2022. Universidad del Bio Bio. <http://dx.doi.org/10.22320/07196466.2022.40.061.03>.

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. O estatuto da cidade e os instrumentos

de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 89-109, 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-90742008000200006>.

SELAU, Maurício da Silva. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2006.

SILVA, Daisy Rafaela da. Patrimônio cultural imaterial – a tutela em face do direito ambiental brasileiro. In: MARQUES, José Roberto (Org.). **Leituras Complementares de direito ambiental**. Jus Podvm, 2008. p. 57-85.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. Ensino de História, patrimônio cultural e currículo: reflexões sobre ações educativas em educação patrimonial. **Revista Labirinto**, Porto Velho, v. 22, n. 15, p. 77-90, 2015.

O lugar dos detentores do saber da medicina tradicional: invisibilidade de raizeiros em políticas públicas

Traditional medicine knowledge holders's place: invisibility of raizeiros in public policies

Christiane dos Santos Rio Branco*

Inês El-Jaick Andrade**

Palavras-chave:

Patrimônio imaterial
Medicina tradicional
Política cultural

O artigo discute a invisibilidade dos detentores de saber da medicina tradicional, sobretudo associado à espiritualidade, em políticas públicas. A medicina tradicional se caracteriza, muitas vezes, por um atendimento individualizado, com a fabricação de remédios específicos que podem tratar simultaneamente, o corpo físico e a parte espiritual. Nas últimas duas décadas, avanços têm sido observados no sentido de seu reconhecimento dentro da política de saúde coletiva, sendo representativo o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (2008). No entanto, os produtos e os cuidados com a saúde produzidos nas comunidades tradicionais não se enquadram na categoria de fitoterápicos. Por sua vez, os processos de patrimonialização são demorados e poucas vezes resulta no reconhecimento dos lugares e dos detentores de saber da medicina tradicional, as “raizeiras” e os “raizeiros”. Defende-se que dar visibilidade aos curadores tradicionais em políticas públicas é um passo importante para garantir a atenção primária à saúde em comunidades tradicionais, o combate à intolerância e o fortalecimento do patrimônio cultural da comunidade.

Keywords:

Intangible heritage
Traditional medicine
Cultural policy

The article discusses the invisibility of traditional medicine knowledge holders, especially associated with spirituality, in public policies. Traditional medicine is often characterized by individualized care, by means of the manufacture of specific remedies that can simultaneously treat the physical body and the spiritual part. In the last two decades, advances have been observed towards its recognition within collective health policy, as the National Program of Medicinal Plants and Phytotherapeutics (2008) being representative. However, products and health care produced in traditional communities do not fall into the herbal medicine category. In turn, heritage processes are time-consuming and rarely result in the recognition of places and of traditional medicine knowledge holders, the “razeiras” and “razeiros”. It is argued that giving visibility to traditional healers in public policies is an important step towards ensuring primary health care in traditional communities, combating intolerance and strengthening the community’s cultural heritage.

Recebido em 24 de fevereiro de 2024. Aprovado em 05 de abril de 2024.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz. Possui especialização em Turismo Cultural pela Universidade Santa Úrsula e graduação em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: chrismelriobranco@gmail.com.

** Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Casa de Oswaldo Cruz (COC) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Docente do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz). E-mail: ines.andrade@fiocruz.br.

Introdução

Desde a década de 1970 a Organização Mundial da Saúde (OMS), reconhece a medicina tradicional como uma prática de saúde, principalmente para as populações que possuem acesso limitado aos sistemas de saúde. Segundo a OMS, a medicina tradicional pode ser definida como a:

[...] soma total do conhecimento, habilidades e práticas baseadas em teorias, crenças e experiências indígenas de diferentes culturas, explicáveis ou não, usados na manutenção da saúde, bem como na prevenção, diagnóstico, melhoria ou tratamento de doenças físicas e mentais (WHO, 2013, p.15).

As orientações para a valorização do conhecimento tradicional, foram apresentadas pela primeira vez no cenário internacional em 1978 na Primeira Conferência Internacional de Assistência Primária em Saúde, em Alma-Ata, na República Socialista Soviética do Cazaquistão (atual Cazaquistão). Na ocasião, foi adotada a Declaração de Alma-Ata¹ (1978) que teve como um desdobramento a instituição do “Programa de Medicina Tradicional” pela OMS. O objetivo do programa foi formular políticas em defesa dos conhecimentos tradicionais em saúde, no sentido de considerar o valor potencial das medicações tradicionais para a expansão dos serviços de saúde regionais.

Na década de 1990 a OMS levantou que 80% da população mundial utilizava plantas medicinais ou preparações destas no que se refere à atenção primária de saúde (WHO, 1998). Soma-se a isso que, cerca de 67% das espécies vegetais do mundo concentram-se em países em desenvolvimento que, muitas vezes, não possuem um sistema de atenção à saúde abrangente.

Observada a intensificação da ausência de medicamentos principalmente em ambientes rurais e de difícil acesso, a OMS tem trabalhado no sentido de propor o uso de terapias complementares nos cuidados com a saúde e solicitado aos estados-membros que intensificassem a cooperação entre os praticantes da medicina tradicional e os da assistência sanitária moderna para determinar a

eficácia e os efeitos adversos de plantas medicinais (WHO, 2013). Em 2023 ocorreu na Índia, nos dias 17 e 18 de agosto, a Primeira Cúpula Global de Medicina Tradicional da OMS. O objetivo foi favorecer a integração de intervenções de medicações tradicionais comprovadamente benéficas aos sistemas de atenção à saúde. Foi constatado que os países da região das Américas, cerca de 17 nações e territórios, possuem instrumentos normativos próprios para reconhecer, proteger e incluir o conhecimento embasado em tradição e ancestralidade a estrutura de saúde. Novamente, a OMS reconhece que para milhões de pessoas em todo o mundo a medicina tradicional é o primeiro passo na busca por cuidado à saúde (OPAS, 2023).

Nesse contexto, raizeiras e raizeiros são caracterizados como detentores de conhecimentos transmitidos através de gerações, que cuidam da saúde de suas comunidades por meio de recursos naturais e da espiritualidade. Esses praticantes têm a capacidade de identificar plantas medicinais e seus ambientes, conhecem técnicas sustentáveis para a coleta de plantas, preparo de remédios caseiros e sua indicação para muitos males e doenças. Convém destacar que, esse saber fazer, tecer, preparar, cuidar, semear são consequência de experimentação e observação acumuladas, além de uma criação coletiva de comunidades que é transmitida, prioritariamente, por meio da oralidade e por gerações.

Medicina tradicional: conceito e elementos estruturantes

A medicina convencional observa o indivíduo pelas partes do corpo e a doença em seu aspecto material, enquanto o conhecimento popular analisa o paciente de forma integrada, levando em consideração, também, os males da alma e as questões mágico-simbólicas inseridas no cotidiano (Camargo, 2011).

Assim, para alcançar os mecanismos de cura não basta identificar a doença, tem que ser investigado sua origem – espiritual, emocional, física ou o combinado de duas ou três. Se a origem for espiritual para os agentes de cura da medicina tradicional que estão dentro desse universo, se faz

necessário recorrer ao plano ancestral para se chegar as formas de usos das plantas medicinais, a elaboração de remédios artesanais e variados tratamentos.

Desta forma as plantas assumem tratamentos diversos como: limpeza energética, proteção espiritual, oferendas para abertura de caminhos, desfazimento de feitiços, benzimentos e outros. Dependendo do tratamento espiritual, a empregabilidade de uma mesma erva pode desempenhar funções completamente diferentes. Caso a origem seja física as plantas medicinais são usadas como medicamentos alopáticos, ou seja, causam um efeito contrário à patologia: antitérmico, anti-inflamatória, antibiótica, analgésica (Justino, 2016).

A seleção de quais partes da planta (folha, casca, raiz, semente, flores ou fruto) serão utilizadas dependerá da finalidade do tratamento. Essa gama de conhecimento sobre a identificação das moléstias, as propriedades das plantas, as quantidades a serem usadas, as formas de uso e elaboração dos remédios faz dessas pessoas dedicadas à cura, as mulheres e homens raizeiros, também chamados de: benzedeiros, ervateiros, mateiros, mezinheiras ou curandeiro. Esses detentores de saber conseguem identificar plantas com valor medicinal em seus ecossistemas e aplicam técnicas sustentáveis para o manejo de plantas – coleta e preparo. Assim, além de contribuir para a cura de enfermos através de plantas e ervas medicinais, essas pessoas são importantes por sua atuação na preservação ambiental.

Cabe destacar que, a benzeção é uma prática da medicina tradicional que se realiza por meio de uma relação entre a benzedeira e a pessoa que está sendo benzida. Nessa relação, a benzedeira ou benzedor exerce um papel de intermediação com o sagrado, por meio do qual tenta obter a cura; em geral, se utiliza de alguma prece, mas não obrigatoriamente, além de ervas, folhas, ramos de plantas, ou outros objetos que podem ser significativos de acordo com o tipo de benzeção realizado (como velas, tesouras, cordas e brasas). Esse uso de objetos nas benzeções pode variar também de acordo com a região onde a benzedeira ou benzedor vive. Benzedoiras e benzedores guardam e reproduzem saberes, rezas, rituais e práticas que remetem à natureza e à ancestralidade, que as liga à

sua comunidade, transmitindo tais saberes ao longo de gerações, podendo praticar, assim, uma proposta de vida que se pauta no trabalho em sua forma ancestral (coletivo e solidário). O próprio fato de re-existir e de se ressignificar sua prática ao longo dos anos, apesar do avanço da medicina guiada pelo lucro das indústrias farmacêuticas, faz do ofício da benzeção uma prática insurgente (Brito, Caetano, 2022).

Conquista por espaço nas políticas de saúde coletiva

A 8ª Conferência Nacional em Saúde² (CNS) que ocorreu em Brasília em 1986, caracterizou-se pela participação popular, com representação de diferentes setores. É considerada um marco, pois até então, as conferências não eram abertas a sociedade civil e somente participavam deputados, senadores e autoridades do setor. Segundo Rosário *et al* (2020) foi o processo de redemocratização do Estado, no final da década de 1980, juntamente aos anseios para uma reforma ampla nos setores sociais, atreladas à ideia de garantia de direitos de cidadania, que possibilitou a ampliação do fórum de debates. A participação popular suscitou significativas mudanças políticas no campo da saúde e do bem-estar social, delineando os traços embrionários de um sistema de saúde capaz de suprir as demandas, que mais tarde se concretizou na formação do nosso Sistema Único de Saúde³ (SUS).

Já na 10ª Conferência Nacional em Saúde, realizada no ano de 1996, foram englobadas as terapias alternativas e práticas populares e recomendada a incorporação das mesmas pelo SUS. Esses eventos e outros desdobramentos contribuíram para a legitimação e a institucionalização da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no SUS (Brasil, 2006). As diretrizes e responsabilidades institucionais contempladas na PNPIC foram precursoras da implantação/adequação de ações e serviços de medicina tradicional, desencadeando o desenvolvimento de políticas, programas e projetos nas diversas instâncias governamentais, para institucionalização das práticas alternativas e complementares no SUS.

Inicialmente, teve-se a aprovação de cinco Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), sendo que no ano de 2017 houve a ampliação de mais quatorze e em 2018 de mais dez, totalizando hoje vinte nove práticas aprovadas por meio de políticas de saúde pública e outros marcos regulatórios. Cabe problematizar que nem 10% desse quantitativo está disponível nas unidades hospitalares, limitando o acesso da população mais carente. Além de alguns reveses como grande desconhecimento por parte dos pacientes e carência de regulamentações adequadas e justas para os profissionais fazem com que as PICS não alcancem de forma igualitária a população brasileira.

De acordo com a OMS, cabe esclarecer, essas terapias não são substitutivas aos tratamentos biomédicos convencionais, sendo indicados como complementares, estimulando o uso de métodos naturais de prevenção e recuperação. É uma visão mais ampliada do processo saúde-doença explorando a promoção da saúde na integração do ser humano com a natureza.

Corroborando para tal visão, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, aprovada também em 2006, teve com objetivos e ações para toda a cadeia produtiva de plantas medicinais e de fitoterápicos. No entanto, os fitoterápicos, para os meios oficiais de saúde, são definidos como tipos de medicamentos:

[...] são produtos industrializados obtidos a partir da planta medicinal [...] os medicamentos fitoterápicos devem seguir, como qualquer outro medicamento, todas as normas sanitárias e os cuidados para o seu uso, e devem possuir registro na Anvisa. (ANVISA, 2010, p. 56).

Essa política é considerada um marco legal e desencadeou a criação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápico (PNPMF), por meio da Portaria Interministerial nº 2.960/08. Esse trata a medicina tradicional e a medicina convencional com proximidade e está baseado em um modelo de desenvolvimento sustentável que preconiza a diversidade biológica dos biomas brasileiros. O PNPMF é arquitetado em cima de ações, diretrizes e subdiretrizes direcionadas à cadeia produtiva das plantas medicinais e fitoterápicos,

levando em consideração o conhecimento tradicional. Como é o caso da subdiretriz 10.3 “Promover ações de salvaguarda do patrimônio imaterial relacionado às plantas medicinais (transmissão do conhecimento tradicional entre gerações)” (MS, 2009, p.48), que reconhece a perpetuação dos saberes através da oralidade e o viés cultural imbuído no conhecimento que envolve as práticas da medicina tradicional.

Cultura e Saúde: busca por reconhecimento oficial das práticas e detentores de saber

No âmbito da validação e do reconhecimento o PNPMF traz propostas inclusivas a legislação patrimonial federal de tutela do patrimônio cultural quando propõem: “Criar [a] sublinha de ação denominada “Saberes e práticas relacionados às plantas medicinais e remédios caseiros” na linha de ação “Sistemas Agrícolas Tradicionais” do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan” (MS, 2009, p.51).

Essa associação entre cultura e saúde pode ser observada em outros pontos do PNPMF, quando se reconhece a origem e o sustento das práticas de cura da medicina tradicional nos saberes ancestrais e na divisão de responsabilidades entre os órgãos da cultura e de saúde.

Para o eixo das tradições em plantas medicinais, as regulamentações devem ser direcionadas a salvaguardar, preservar e apoiar os conhecimentos, práticas, saberes e fazeres tradicionais e populares em plantas medicinais, remédios caseiros e demais produtos para a saúde que se estruturam em princípios ancestrais e imateriais, no extrativismo sustentável e na agricultura familiar. A validação e garantias de segurança, eficácia e qualidade destes **produtos são referendadas pela tradição**. O incentivo, apoio e fomento ao aprimoramento técnico e sanitário de seus agentes, processos e equipamentos, poderão propiciar a inserção dos detentores destes saberes e de seus produtos no SUS e nos demais mercados (MS, 2009, p. 14, grifo nosso).

Porém, convém ressaltar que, na área da cultura o processo de salvaguarda não chancela a eficácia farmacológica dos produtos da medicina tradicional e nem garante a comercialização no mercado formal. Então essa transposição se torna mais uma estratégia política que abre espaço para uma reivindicação popular, mas com falhas legais que tendem a impedir a integração dos agentes de cura e de seus produtos na cadeia produtiva (Silva, 2022).

Embora o PNPMF apresente conexões entre os conteúdos dos saberes da medicina convencional e da medicina tradicional, há pouco detalhamento nas premissas referentes à fabricação e à comercialização das plantas medicinais e seus produtos, quando contrastado com os fitoterápicos. Isso faz com que as comunidades tradicionais ou os grupos comunitários que visam proteger e compreender seus direitos como detentores do conhecimento tradicional sobre a produção de remédios caseiros à base de plantas medicinais, lancem mão da política cultural para assegurá-los (Ribeiro, 2014), isto é, enquanto direito à cultura.

a. Tentativas de inventários do patrimônio imaterial

Esse foi o caso da reivindicação do reconhecimento como patrimônio imaterial das práticas de cura pela Rede Fitovida, que é uma organização da sociedade civil, que inicialmente era formada por pequenos grupos comunitários majoritariamente constituídos por mulheres. Esses grupos se reuniam com o objetivo de trocar experiências sobre os usos terapêuticos das plantas medicinais e a fabricação de remédios caseiros. A Rede Fitovida conta com apoio de igrejas predominantemente católicas na promoção de suas práticas. Com adesão de trabalho voluntário, a Rede defende a premissa que a transformação social se dá através da tessitura dos laços de solidariedade entre seus integrantes (Rodrigues, 2007). A Rede Fitovida foi se fortalecendo e atualmente comporta cerca de 500 pessoas entre raizeiros e mateiros, que se reúnem em espaços para trocas e intervenções em hortas, hortos, cozinhas, quintais e mercados, além de

organização e participação de eventos e seminários (Ribeiro, Silva, 2022).

Casa da Memória da Rede Fitovida foi reconhecida como ponto estadual de cultura em 2009, aprovado a partir de um edital da Secretaria Estadual de Cultura no município de Belford Roxo (Rio de Janeiro). A Casa é um centro de referência para grupos comunitários de saúde articularem ações de salvaguarda sobre seus conhecimentos e práticas relacionados ao uso das plantas medicinais, além de ser um local de guarda de todo o acervo, resultado de mais de 10 anos de auto inventariamento. É, logo, um lugar de memória para os grupos que integram a Rede, com ênfase na perpetuação das tradições dos guardiães dos saberes, de identificação e classificação das plantas medicinais e seus usos como remédios caseiros. Os integrantes da Rede são conhecidos como agentes e referências culturais, pois fazem alusão às suas mães e avós como as depositárias ancestrais da medicina tradicional. As histórias de vida, os relatos de cura com os remédios caseiros, os ensinamentos obtidos com os pais e avós são constantemente registrados por meio de entrevistas e atividades das principais referências culturais da Rede (Simão, 2019).

Para legitimar os saberes e as práticas tradicionais com plantas medicinais, em 2004 se inicia junto ao IPHAN o processo de registro como patrimônio e bem cultural de natureza imaterial. Sendo a primeira instituição a realizar seu próprio inventário, as dificuldades foram muitas, principalmente em relação a implantação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). As lideranças da Rede Fitovida assinaram o Termo de Cooperação junto ao DPI/Iphan para utilização da metodologia INRC, a fim de levantar, sistematizar e documentar os conhecimentos tradicionais do uso das plantas medicinais pelos grupos comunitários de saúde associados à Rede Fitovida no estado do Rio de Janeiro. No entanto, o custo para implantação do inventário em toda extensão da Rede foi alto, dado pela extensão da Rede e pela logística em implementar um procedimento multifacetado que foi idealizado para ser efetuado por técnicos.

Para arcar com os custos foi criado um projeto cultural por intermédio da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, que com o

financiamento da Petrobrás possibilitou a execução dos procedimentos burocráticos para o cadastramento do projeto, segundo os critérios da Lei Rouanet. Também foi realizada uma capacitação das principais lideranças da Rede por técnicos do IPHAN para execução do INRC. Dada a metodologia disseminada em toda a Rede, o grupo encontrou adversidades, principalmente na interpretação das suas categorias. As razões foram ocasionadas pela falta de domínio da linguagem técnica do INRC e de conhecimentos de recursos de informática, necessários para registrar os saberes e práticas de cura dentro das categorias do INRC. Mesmo com os impasses a Rede Fitovida concluiu o inventário e entregou ao IPHAN para submissão ao pedido de registro.

Após sete anos de avaliação, o parecer técnico emitido pelo instituto posicionava-se contrário ao registro. Dentre as justificativas, ressaltou-se a opção da Rede Fitovida por inventariar os produtos utilizados nas práticas de cura, enquanto no entendimento do IPHAN os bens culturais inventariados deveriam evidenciar os processos, o conhecimento das matérias-primas e o modo de manipulação. Uma nova demanda de recursos orçamentário seria necessária para realizar a reformulação dos bens a serem inventariados. Era, portanto, um fator limitante que comprometia a continuidade do processo de patrimonialização da medicina tradicional pela Rede Fitovida. Ressalta-se que esse processo foi relevante, também, por sua significação política, isto é, para legitimação da medicina tradicional. Pode-se fazer variadas interpretações no tocante à implantação do INRC e à captação de recursos (Silva, 2012).

A partir do processo de patrimonialização dos saberes e da aproximação com o IPHAN, a Rede Fitovida chegou até ao Departamento de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente e, com base nessa interação, passou a integrar o Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, limitado ao papel de espectadora, como representante da população do bioma Mata Atlântica. Vale destacar que a Rede Fitovida e seus agentes associados buscaram outros instrumentos de reconhecimento, sem abandonar suas crenças. Com tantos conhecimentos produzidos, a Rede retomou o processo de patrimonialização e concluiu em 2018

a documentação do inventário revisito:

Este segundo processo de auto inventariamento durou cerca de cinco anos. Todo esse material (fichas do levantamento preliminar – anexos bibliográficos, audiovisuais, de bens culturais e contatos – e fichas de identificação, de sítio e localidade; relatório de atividades; abaixo-assinado dos integrantes da Rede dando a sua anuência para o processo e solicitando o registro de suas práticas; relatórios dos encontros da partilha, livros e materiais produzidos pela própria Rede; além de teses, dissertações e artigos escritos por pesquisadores colaboradores) foi revisado e entregue ao Iphan para seguir os trâmites institucionais para instrução do processo de Registro. Foi elaborada uma carta dos representantes legais da Associação ao presidente do Iphan, encaminhada com toda a pesquisa, solicitando o reconhecimento desses saberes tradicionais sobre o uso e a manipulação das plantas medicinais (Simão, 2019, p. 142).

O processo ainda está sendo analisado. No entanto, além da Rede Fitovida existem outros grupos que buscam o reconhecimento dos saberes em cuidados com a saúde e seus agentes de cura, como a Rede Pacari – Plantas Mediciniais do Cerrado. Resultado de um trabalho de pesquisa popular de plantas medicinais nos estados de Tocantins, Maranhão, Minas Gêrias e Goiás, a partir de 2018 passou a se chamar Articulação Pacari⁴ – Raizeiras do Cerrado. O coletivo se propôs a realizar um levantamento preliminar do ofício de raizeiros (as) do Cerrado afim de identificar o uso popular e tradicional de plantas medicinais usadas por esses agentes de cura. Esta autorregulação da medicina tradicional do cerrado reivindica igualmente o reconhecimento do ofício de raizeiros (as) do Cerrado como patrimônio imaterial, e propicia projetos de geração de trabalho e renda com a produção de fitocosméticos à base de plantas regionais. É de autoria de 262 atores sociais, entre raizeiros(as) e representantes de farmácias caseiras e/ou comunitárias. Essa coletânea busca o incentivo à prática da medicina tradicional e salvaguarda dos saberes sobre o uso e manejo sustentável de plantas medicinais do bioma cerrado.

A Articulação Pacari se baseia em legislações ambientais para sua reivindicação, especificamente, a Medida Provisória 2.186-16/01, que depois veio a ser substituída pela Lei da Biodiversidade (Lei 13.123, de 20 de maio de 2015). Essa Medida Provisória reconhecia e protegia o conhecimento tradicional associado e regulamentava a repartição dos benefícios pela utilização do patrimônio genético. Embora o conhecimento tradicional associado estivesse assegurado legalmente, o Departamento do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente reconheceu que a publicação acarretava fragilidade ao mesmo. Pois uma vez publicados, os conhecimentos tradicionais estariam sobre as regras do domínio público.

Para amenizar essa inconsistência jurídica a Articulação Pacari iniciou o pedido de abertura do registro como Bem Cultural de Natureza Imaterial, conforme Decreto nº 3551/2000, do Ofício das Raizeiras e Raizeiros do Cerrado, através do processo 01450.010388/2006-15. Para tanto, em 2009 foi realizado um convênio no valor de 1200.000,00 entre IPHAN e a Casa Verde para realização do levantamento preliminar e participativo de informações sobre o ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado. O processo de instrução para o registro está tramitando no IPHAN desde então. O panorama é desanimador para outros grupos, visto que o Ofício das Raizeiras e Raizeiros do Cerrado é um trabalho formalizado por uma rede conceituada (D' Almeida, 2022) e que conta com aporte financeiro e intelectual, uma realidade bem distinta dos demais e, mesmo assim, não teve seu processo concluído.

Para além das políticas culturais, a PNPMF dá respaldo às atividades da Rede Fitovida e da Farmacopéia do Cerrado, no entanto se alinha com o setor industrial, quando ressalta em seus objetivos “garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional” (Brasil, 2006). As expressões “acesso seguro” e “uso racional” se referem a necessidade de que evidências científicas comprovem os efeitos terapêuticos das plantas medicinais e que seu uso não pode ser somente referendado pela tradição e pela oralidade. Logo, fica evidente que para resguardar saberes que estão dentro de pequenas

comunidades tradicionais, que se encontram desarticuladas desses raríssimos movimentos em prol do reconhecimento e da patrimonialização dos saberes da medicina tradicional, é necessário outros mecanismos legais e articulações.

Dáí o enfoque nas consequências da morosidade de respostas desses dois processos de patrimonialização junto ao IPHAN. Com políticas públicas federais que denotam entraves burocráticos, há possibilidade de recorrer às esferas estaduais e municipais, como ocorreu na cidade de Rebouças no estado do Paraná. Um projeto de Mapeamento Social das Benzedeiras dos municípios de São João do Triunfo e Rebouças foi realizado pelo Movimento dos Aprendizes da Sabedoria⁵ (MASA). Com objetivo principal de organizar as comunidades para a valorização e o resgate do conhecimento popular sobre as plantas medicinais, bem como os chamados ofícios tradicionais de saúde popular exercido pelos: curandeiros, benzedeiras, benzedores, costureiras(os) de rendidura, massagistas tradicionais, remedeiros e parteiras.

O MASA tem apontado para os riscos que o ofício está enfrentando, que vão desde o uso de agrotóxico, da contaminação/poluição ambiental, da disputa territorial ou dificuldade de acesso ao território, da sucessão geracional frágil ou inexistente, até, da intolerância religiosa. O grupo utiliza a metodologia da cartografia social, muito usada para analisar e problematizar os aspectos de conflito por território com a participação direta da sociedade. Esse trabalho se desdobrou no Mapeamento Social das Benzedeiras, que apontou a localização e a identificação dos diversos ofícios tradicionais presentes, inicialmente no município de Rebouças (2009), que mapeou 133 ofícios, e depois em São João do Triunfo (2011), com 163 detentores, e Irati (2017), com 187 ofícios tradicionais de cura religiosa e saúde popular. Vários encontros comunitários e oficinas culminaram na aprovação pela Câmara Municipal de Rebouças em 2010 da Lei n.1.401/2010 que reconhece os conhecimentos das benzedeiras como ofício tradicional de saúde popular. A regulamentação da lei que é pioneira no assunto no país, proporcionou as benzedeiras um reconhecimento em relação aos saberes relacionados à saúde pública e garantiu a coleta e o uso das plantas e ervas medicinais nativas livremente (Führ, 2016).

Esse reconhecimento oficial colaborou para a construção de políticas públicas de reconhecimento e fortalecimento dos ofícios tradicionais no campo do patrimônio imaterial. A criação da carteirinha de benzedeira por essa legislação foi um passo importante, pela seguridade e legitimidade ao trabalho, pois este, credita o ofício de benzedeira pelos órgãos de saúde, dando liberdade ao mesmo.

b. Iniciativas de gestão e fortalecimento comunitário

Algumas iniciativas comunitárias de fortalecimento do saber e prática da medicina tradicional tem ganhado notoriedade. Nesse sentido, projetos como o “Jardim das Ervas Sagradas” e o “Etnobotânica Participativa: conservação e desenvolvimento local no Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Picinguaba, Ubatuba, SP, Brasil” são iniciativas motivadoras que ilustram a força e as dificuldades que coletivos enfrentam.

O Projeto Jardim das Ervas Sagradas é um trabalho de educação ambiental e combate ao racismo religioso iniciado em 2021. A proposta consiste em plantar ervas medicinais sagradas na margem do canal do Rio do Jardim Piaí em Guaratiba, bairro da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. O canal é um córrego que deságua na Praia da Brisa, uma área de mangue. De um lado do córrego está uma área de proteção ambiental e do outro uma área pública que foi autorizada pela Prefeitura para a execução do projeto por um coletivo reunido e liderado pela ativista e Iyalorixá Heloísa Helena Costa Berto, conhecida como Luizinha de Nanã. O projeto conta com as parcerias do Movimento Baía Viva, do Movimento Terreiros sustentáveis, da Teia de Solidariedade da Zona Oeste, do Grupo de Pesquisa Saúde Ambiental e Saneamento da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e da Cooperação Social da Fiocruz para atividades que tem o propósito direto de recuperar a área do Canal do Jardim Piaí, que recebe esgoto e muito lixo da região. O jardim de plantas e ervas medicinais foi idealizado para a cura, voltado para a comunidade, e também para funcionar na contenção das águas e como filtro, capturando e poluentes, do córrego.

No primeiro semestre de 2022 foi realizado um mutirão para iniciar o processo de recuperação da terra, pois o solo estava muito ressecado. No entanto, dias após o preparo, os canteiros foram incendiados por vândalos motivados por intolerância religiosa (Suarez, 2022). O grupo então optou por implantar o canteiro de plantas e ervas sagradas dentro de um barracão no entorno, aberto para a comunidade. Entretanto, a limpeza e preservação do canal foi descartada temporariamente.

Já o “Projeto Etnobotânica Participativa: conservação e desenvolvimento local no Parque Estadual Serra do Mar”, coordenado pela Universidade Federal de São Paulo, conseguiu ser implantado nas comunidades do Quilombo do Cambury e do Quilombo da Fazenda, município de Ubatuba (SP). Ambos os quilombos se encontram dentro do Parque Estadual da Serra e enfrentam conflitos socioambientais típicos como em outras comunidades quilombolas.

O projeto visou realizar levantamentos etnobotânicos dos dois quilombos do Parque Estadual Serra do Mar além da produção de um diagnóstico do potencial de conservação das espécies vegetais utilizadas pelas comunidades, indicando possíveis impactos no seu uso. A iniciativa exitosa gerou um documentário chamado “Herança Quilombola” (2017), onde abordou diversos temas: o uso das plantas, as crenças associadas, as histórias sobre os quilombos, a presença do parque na área do quilombo, os impactos na comunidade promovidos pela chegada da estrada, questões ambientais e de conservação, e, por fim, as expectativas dos moradores quanto ao que deixar para as gerações futuras. Também foram publicados dois livretos: “Quilombo do Cambury - Saberes e Tradições” (2018) e “O uso das Plantas pelo Quilombo da Fazenda” (2018), ambos contendo os dados sobre o conhecimento dos moradores sobre os usos das principais plantas, ilustrado por fotos e conteúdo específico de cada comunidade. O intuito de trazer esses dois projetos foi dar luz as iniciativas que articulam os detentores de saberes da medicina tradicional com a academia e outras entidades em prol da perpetuação e divulgação desses saberes. São caminhos possíveis, apesar de não estarem livre de percalços.

Considerações Finais

Os detentores de saber da medicina tradicional, as raizeiras e os raizeiros, ainda não são reconhecidas pela legislação brasileira e muitas vezes são criminalizadas por suas práticas pela intolerância religiosa. A patrimonialização é um valioso instrumento que poderia ser utilizado para que se alcance uma legislação que garanta o direito de exercício da medicina tradicional e de seus detentores.

Até a presente data, o IPHAN reconheceu 26 bens relacionados aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, aplicando o instrumento do tombamento a 12 e do registro para 14. Como exemplo o Sistema Agrícola do Vale do Ribeira foi registrado como bem cultural em 2018, sendo, portanto, reconhecido como patrimônio e sistema agrícola quilombola favorável à manutenção da biodiversidade. Em seu dossiê dentre os bens culturais associados apresenta-se o conhecimento de plantas e ervas medicinais, como parte do conjunto de práticas de cultivo. Na lista geral dos cultivos nas roças e nos quintais quilombolas, encontram-se uma variedade de plantas medicinais, que tem finalidade compor remédios caseiros, mas estes não aparecem em nenhum momento no dossiê. A ausência desse reconhecimento do saber tradicional associado e ancestralidade contribuem para a perda do patrimônio da sociedade brasileira.

Não bastasse a invisibilidade da importância dessas práticas como referências culturais, os grupos de raizeiros convivem com a ameaça da apropriação de seus produtos e conhecimentos tradicionais por empresas do patrimônio genético. Ao mesmo tempo que produzem remédios caseiros que curam enfermidades em comunidades pouco assistidas pelo sistema de saúde, tem sua produção e comercialização proibidas pela Vigilância Sanitária.

Seu reconhecimento é tarefa urgente, inclusive porque reverbera na legitimação da identidade social de quem pratica a medicina tradicional. É preciso enfatizar que esses grupos são formados em sua maioria por mulheres. Portanto, reconhecer a prática da medicina tradicional não pode ser dissociada do reconhecimento da identidade de quem a protagoniza.

O reconhecimento da medicina tradicional

tem o potencial de incluir econômica e socialmente as comunidades tradicionais para a produção e venda de medicamentos terapêuticos. Apesar dos percalços, grupos de raizeiros seguem lutando pelo direito de prosseguir praticando a medicina tradicional através do manejo dos recursos naturais da biodiversidade de forma sustentável.

Notas

1. A Declaração de Alma-Ata (1978) serviu de base para os movimentos de reforma sanitária em escala mundial (Carvalho, 2022).

2 A 8ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada entre os dias 17 e 21 de março de 1986. Contou com mais de quatro mil participantes, 135 grupos de trabalho que debateram os temas principais: 'A saúde como dever do Estado e direito do cidadão', 'A reformulação do Sistema Nacional de Saúde' e 'O financiamento setorial'. O relatório final serviu de base para o capítulo sobre Saúde na Constituição Federal de 1988.

3 O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição de 1988 com o objetivo de garantir o acesso à saúde para toda a população brasileira, de forma integral e gratuita. É um sistema que envolve ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

4 A Articulação Pacari é uma rede socioambiental do bioma cerrado integrada por organizações comunitárias que praticam a medicina popular através do uso sustentável dos recursos naturais.

5 O MASA é um coletivo que atua na região centro sul do estado do Paraná, abrangendo os municípios de Irati, Rebouças, São João do Triunfo e Rio Azul. É um movimento social atuante há dez anos que conseguiu através de articulação política a aprovação de três leis municipais de reconhecimento de suas práticas e uma lei estadual para a abertura de um parque municipal para proteção de nascentes de água sagradas para as benzedeadas e viveiro municipal comunitário com plantas medicinais.

Referências

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **O que devemos saber sobre medicamentos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Decreto nº5813, de 22 de junho de 2006**. Aprova a Política Nacional de Plantas

Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da saúde, 2006.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº13.123, de 20 de maio de 2015.

Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRITO, Flávia Lorena; CAETANO, Edson. Caminho bordado a fé: mapeando práticas insurgentes de cuidado e cura no Quilombo de Mata Caval. **Ponto Urbe [Online]**, n.30, v.1, p. 1-12, 2022. Disponível em:

<http://journals.openedition.org/pontourbe/11772>
Acesso em: 20 fev. 2024.

CAMARGO, Maria T. L. de A. A garrafada na medicina popular: uma revisão historiográfica. **Dominguezia**, v. 27, n.1, p.41-49, 2011.

CARVALHO, Camila da Rocha Duarte de. **Planejamento Estratégico das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: um projeto de intervenção no município de Mendes-RJ**. 2022. 171f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

D'ALMEIDA, Sabrina Soares. Iniciativas comunitárias para o uso sustentável da biodiversidade: o caso da articulação pacari raizeiras do cerrado. **Revista Habitus**, Goiânia, v.20, n.1, p. 10-27, 2022.

FÜHR, Fabiane. O documentário Benzedeiras: ofício tradicional como uma forma de retratar a

cultura popular e os ofícios tradicionais. **Doc On-line**, n.20, p. 141-151, 2016.

JUSTINO, Gilliard de Oliveira. **"Jurema, sua folha cura e sua flecha mata": os sentidos de Saúde e Doença na Jurema Sagrada**. 2016. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

OPAS – Organização Pan América de Saúde. Cúpula Global da OMS em Medicina Tradicional destaca evidências científicas e integração aos sistemas de saúde. **Portal OPAS**. Notícias. 06 de setembro de 2023.

RIBEIRO, Palmira M. R. da C. **Práticas de cura popular: uso de plantas medicinais e fitoterapia no ponto de cultura "Os tesouros da terra" e na Rede Fitovida na região serrana – Lumiar/ Rio de Janeiro (1970-2010)**. 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2014.

RIBEIRO, Luis H. L.; SILVA, Catia Antônia da. Cartografia da ação social e luta pelo uso do território no Brasil: contribuições à reflexão do método. **Revista Geosp**, v.26, n.2, p.187-203, 2022.

RODRIGUES, Mariana Leal. **Mulheres da Rede Fitovida: Ervas Mediciniais, envelhecimento e associativismo**. 2007. 164f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

ROSÁRIO, Celita Almeida; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MATTA, Gustavo Corrêa. Sentidos da universalidade na VIII Conferência Nacional de Saúde: entre o conceito ampliado de saúde e a ampliação do acesso a serviços de saúde. **Saúde debate**, v. 44, n.124, p. 17-31, 2020.

SILVA, Veronnic Teles dos Santos. **Benzedeiras de Goiás: resistência e memória popular**. 2022. 99f. Monografia (Licenciatura em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. A casa da memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio imaterial. *In*: Souza, K.C. de A. (Org.). **Utopia e Distopias da Ciência Política**. Ponta Grossa, PR: Editora Atena, 2019, P.42-50.

SUAREZ, Jaqueline. **Em Ato de Racismo Religioso, Jardim das Ervas Sagradas de Premiada Ativista e Mãe de Santo é incendiado em Guaratiba**. Rio on Watch. 13 anos de relatos de favelas cariocas. 07 abr. 2022. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=61186>. Acesso em: 20 fev. 2024.

WHO - Organização Mundial de Saúde. **Bulletin of the World Health Organization: Regulatory situation of herbal medicines-A worldwide review**. Geneva: World Health Organization/ Organização Mundial de Saúde, 1998.

WHO - Organização Mundial de Saúde. **WHO traditional medicine strategy: 2014-2023**. Hong Kong, China: World Health Organization/ Organização Mundial de Saúde, 2013.

O papel do patrimônio cultural no desenvolvimento local na Bahia: a experiência de Cachoeira

The role of historical heritage in local development in Bahia: the experience of Cachoeira

Leonardo Freitas Neto*
Maurício Ferreira Silva**

Palavras-chave:
Patrimônio Histórico
Desenvolvimento Local
Cachoeira

Resumo: Este estudo analisa o crescimento de indicadores de desenvolvimento socioeconômico na cidade de Cachoeira, no estado da Bahia, considerando o período entre 2002 a 2016, no qual foram realizadas recuperações e reformas de edificações públicas e privadas tombadas em processo de deterioração. Para tanto, a pesquisa respaldou-se em levantamento bibliográfico, análise documental e dados estatísticos. Os dados coligidos evidenciaram uma articulação entre a política de preservação do patrimônio cultural e outras políticas públicas de desenvolvimento local, revelando uma complexa rede de colaboração que engendrou as ações voltadas para melhorias na qualidade de vida da população nas perspectivas endógena, humana e sustentável.

Keywords:
Historical Heritage
Local Development
Cachoeira

Abstract: This study analyzes the growth of socioeconomic development indicators in the city of Cachoeira, in the state of Bahia, considering the period between 2002 and 2016, in which recoveries and renovations were carried out on public and privately listed buildings that were in state of deterioration. For that, the research was based on a bibliographic survey, document analysis and statistical data. The collected data showed an articulation between the cultural heritage preservation policy and other public policies for local development, revealing a complex network of collaboration that engendered actions aimed at improving the quality of life of the population in the endogenous, human and sustainable perspectives.

Recebido em 8 de setembro de 2023. Aprovado em 26 de dezembro de 2023.

Introdução

O início do século XXI marcou o desabrochar de importantes deliberações em torno das políticas públicas no campo da cultura no Brasil, sobretudo como fomento do desenvolvimento econômico. Além da reestruturação da gestão pública, foram tomadas importantes medidas em variados segmentos, dentre as quais as políticas de

preservação do patrimônio histórico material e imaterial. Diversas localidades do país foram contempladas por tais medidas e, dentre estas, o município de Cachoeira. A cidade está localizada no Recôncavo da Bahia, região de forte influência colonial e que abriga significativo acervo.

Com efeito, no final da década de 2000, a partir da intensificação de ações realizadas pelo Programa Monumenta, viabilizado através da

* Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)). E-mail: leofneto@gmail.com.

** Doutor em Ciências Sociais. Professor Associado (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB). Docente Permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRB) e Política Social e Território (POSTERR/UFRB). E-mail: mauriciosilva@ufrb.edu.br.

parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a colaboração do Estado da Bahia por meio do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), o centro urbano de Cachoeira ganhou novas perspectivas de crescimento socioeconômico que abriram caminhos para um significativo processo de desenvolvimento local.

A pesquisa aborda a aproximação entre as políticas de preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento local no município. Mais especificamente é do interesse deste trabalho analisar a maneira pela qual a recuperação e a reutilização estratégica de imóveis, considerados patrimônios culturais, corroboraram para a melhoria dos indicadores socioeconômicos na cidade, evidenciando como esse modelo de intervenção do Estado se caracterizou como um vetor para o desenvolvimento local. O período selecionado (2002-2016) aponta alterações positivas nos indicadores, notadamente pelos desdobramentos econômicos e sociais decorrentes da revitalização dos casarões tombados - públicos, coletivos e privados - em estado de deterioração, localizados no núcleo urbano do município. Como aponta Calabre (2005, p.77) “a mensuração sistemática das ações e políticas nos permite perceber as mudanças que estão sendo processadas”.

Por fim, destaca-se que este trabalho, além da introdução e das considerações finais, está dividido em três seções. A primeira, destinada aos referenciais teóricos, discute a aproximação da preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento local a partir de duas categorias conceituais, de modo a identificar a pertinência de um sobre o outro. A segunda seção dedica-se à explanação da metodologia empregada na pesquisa. Por fim, a terceira seção, intitulada “Resultados e Discussões”, apresenta dados relativos aos indicadores de desenvolvimento resultantes do impacto da implantação das políticas de preservação do patrimônio no período indicado.

Referencial teórico

Os preceitos conceituais vinculados ao desenvolvimento local abarcam diversos campos do

saber e o definem enquanto um processo endógeno percebido em territórios de menor escala, onde os grupos de agentes sociais são capazes de experimentar, além do crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, há uma discussão recorrente entre os economistas que diferenciam crescimento econômico e desenvolvimento econômico, surgindo daí duas correntes de pensamento: uma que encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento econômico e outra que pondera tal primazia, ratificando que o crescimento não é condição suficiente para o desenvolvimento. (Souza, 2005).

Sem perder essa relação de vista, é possível aferir que o desenvolvimento, em qualquer das concepções, deve resultar do crescimento econômico acompanhado da melhoria na qualidade de vida da população e na preservação e conservação dos recursos naturais. Gilson Oliveira reforça essa noção ao diferenciar o crescimento do desenvolvimento, indicando que é preciso ver o desenvolvimento enquanto um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social capaz de potencializar o crescimento de indicadores socioeconômicos com vistas a satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer. (Oliveira, 2002).

Nesse sentido, as políticas que tentam dar conta das demandas dos moradores locais, aproveitando seu potencial criativo, tecnológico, cultural, ambiental, econômico e social endógeno, constituem importantes ferramentas de valorização da economia local, capazes de produzir renda e melhorar as condições de vida da população, numa perspectiva “de baixo para cima”. Em suma, com a valorização do território, o desenvolvimento local passa a ser impulsionado pelo potencial cultural, gerando divisas e influenciando indicadores das condições de vida do grupo em questão.

O processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Este conceito está baseado na idéia de que localidades e

territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. (Barquero, 2001, p. 57).

O desenvolvimento local é uma estratégia que considera o desenvolvimento de comunidades identificadas geograficamente por seus recursos e potencialidades. Portanto, quando falamos de desenvolvimento local, falamos do desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades. Trata-se de criar e favorecer condições para que pessoas e comunidades potencializem suas habilidades, conhecimentos e experiências e possam aproveitar oportunidades, de modo a, através delas, obter formas de satisfazer suas necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida e de convívio social.

Considerando que o pressuposto central inserido na noção de desenvolvimento é a passagem de uma determinada situação para outra melhor, questiona-se: melhorar o que e para quem? Ora, quando é viabilizado com recursos endógenos, isto é, recursos oriundos da própria região, geralmente o desenvolvimento permite maximizar o potencial das pessoas em suas relações como os bens e serviços locais. O desenvolvimento endógeno é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da cultura, da força de trabalho e dos modelos locais de produção e consumo.

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. [...] o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. [...] a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (Barquero, 2001, p. 39).

O patrimônio cultural atua de três maneiras no desenvolvimento econômico dos territórios: como fonte de atividades que se referem à oferta e consumo de bens e serviços, como alavanca para potencializar os recursos do local e como fator de atração. Nos três casos é possível identificar, direta ou indiretamente, valores de uso. A partir disso conclui-se que a “economia do patrimônio” se

caracteriza como atividade de forte potencial na geração de emprego e renda, não apenas pelo segmento turístico, mas também pela atração de novos residentes e investimentos, considerando, sobremaneira, que esse patrimônio cultural seja mantido e valorizado, conforme aponta Xavier Greffe:

El valor de existencia es el que presenta un monumento independientemente de su uso. Es un valor en si mismo, unido a la existencia misma del monumento. Junto a este valor de existencia, existe un valor de uso que consiste en el hecho de que el monumento sea visitado, reorganizado, etc. [...] antes de ver cómo lo pasamos de un valor de uso a diferentes valores económicos, es importante hacer hincapié en la gravedad del problema y la creciente importancia sacada del valor de uso en la crisis financiera que enfrenta actualmente a los países. (Greffe, 2023, 02).

A partir do final da década de 1980, foram intensificadas propostas de conferências mundiais destinadas à discussão da cultura como um vetor de desenvolvimento mundial. Um exemplo significativo desses eventos foi “Las Políticas Culturales (Mondiacult)”, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997), com a criação simultânea da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em 1996, o trabalho realizado pela Comissão deu origem ao relatório intitulado Nossa Diversidade Criadora, que reafirma as teses aprovadas pela Mondiacult e formula uma agenda dedicada a mobilizar a comunidade internacional para o enfrentamento dos desafios envolvendo a conjunção cultura e desenvolvimento. Em 1998 a Unesco realizou, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, que propôs um plano de ação dedicado ao reforço do papel das políticas de preservação do patrimônio cultural nas estratégias de desenvolvimento, afirmando a necessidade de proteção e promoção da diversidade cultural.

Mais recentemente, dando continuidade a esse impulso, a MONDIACULT 2022, realizada de 28 a 30 de setembro na Cidade do México, se

destacou como o maior encontro mundial sobre cultura dos últimos 40 anos, com o potencial de reunir cerca de 2.600 participantes, incluindo 135 ministros de cultura. Neste encontro histórico foi deliberado pelos participantes a adoção da Declaração MONDIACULT 2022, que mapeou desafios e oportunidades para as políticas culturais e o desenvolvimento sustentável em âmbito global. A conferência reforçou o papel da cultura como um bem público global e sublinhou a importância da relação entre o patrimônio cultural e a economia, uma continuação direta das iniciativas anteriores da Unesco para promover a diversidade cultural e o desenvolvimento em uma escala global.

David Throsby (2001) reconheceu a importância da cultura para o desenvolvimento econômico, uma vez que a maneira pela qual um grupo social se comporta está diretamente relacionada ao conjunto de valores e fatores culturais que se fazem representar nessa sociedade.

[...] a escala agregada, podríamos observar la influencia de la cultura em los resultados macroeconómicos medidos según indicadores de eficacia como la tasa de crecimiento del PIB per cápita, las tasas de cambio tecnológico, los niveles de empleo, los índices e direcciones del cambio estructural, etc., y según los indicadores de equidad tales como los patrones de distribución de la renta, los programas de bienestar social (especialmente el cuidado de los ancianos e los enfermos), la oferta de servicios comunitarios y la voluntad de establecer programas de inversión pública a largo plazo. (Throsby, 2001, p. 76).

Esse entendimento pressupõe adotar uma visão da preservação do patrimônio menos endógena, ou seja, para além da preservação per se, ampliando seu alcance para o potencial socioeconômico e o consequente desenvolvimento advindo das ações de preservação. Nesse sentido, o objetivo transcende a finalidade exclusiva de recuperação do patrimônio, estimulando e facilitando o usufruto do bem restaurado, o que contribui, como veremos a partir do exemplo de Cachoeira, para ampliar o leque de apropriação da sociedade, promovendo maior dinamismo econômico local.

Metodologia

Em função de seu papel estratégico no processo de consolidação da exploração do império português, o município de Cachoeira possui importante patrimônio histórico-cultural que remonta ao período colonial. Sua localização geográfica, de acesso e de terras férteis, possibilitou importante papel no desenvolvimento da cultura agrícola, sobretudo da cana-de-açúcar, da mineração de ouro e do tráfico de escravos para a capital Salvador e outras regiões, tornando-a referência para o domínio político de então. Por conseguinte, a área urbana, que hoje constitui a região tombada pelo IPHAN, agregou igrejas, hotéis, casarões, comércios e residências menores para as camadas sociais inferiores. Esse contingente representou o foco de investimentos do projeto de reforma e restauração.

A dimensão proposta para a pesquisa envolve o impacto que a política pública de preservação proporcionou em seus variados cenários. Isso porque o Programa Monumenta direcionou investimento à reforma de instalações privadas e públicas, envolvendo pessoas físicas e jurídicas. Tal projeto ratifica o entendimento de que, na realidade atual, o horizonte do desenvolvimento local passa, necessariamente, pelo apoio das instâncias subnacionais e nacionais das estruturas administrativas e políticas do país.

A despeito do curto período de tempo que se tem para avaliar essa nova configuração da participação do Estado e da sociedade na busca de solução pra seus problemas, há sinais de que as iniciativas – aí se incluindo as de desenvolvimento local -, quando não contam com a participação do Estado, vivenciam fracassos. Do mesmo modo que a sociedade ainda não controu formas de solucionar seus problemas mais emergenciais sem a participação do Estado, o poder local também necessita de um envolvimento do poder nacional em suas iniciativas. Tal envolvimento não significa, necessariamente, uma participação direta nas iniciativas, mas, sim, na definição de diretrizes e de aporte financeiro e técnico. (Ultramarini e Duarte, 2009, 28).

Como toda política pública, o objetivo central do projeto é melhorar as condições de vida

dos grupos sociais envolvidos. Por este motivo, o trabalho em tela está inserido em um escopo de abordagem multidisciplinar característico das ciências sociais, visto que, como afirma Celso Furtado, “às bases interdisciplinares da teoria do desenvolvimento deve-se, certamente, a fecundidade da reflexão crítica que ela vem estimulando, da qual é de esperar que surjam novos caminhos para o trabalho de construção teórica nas ciências sociais”. (Furtado, 2013,196).

Partindo desta premissa, a pesquisa tem como objetivo geral entender a relação entre preservação do patrimônio histórico e desenvolvimento local no município de Cachoeira afim de responder a seguinte indagação: as políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural, mais especificamente a recuperação e reutilização estratégica de imóveis tombados em estado de deterioração, executadas durante o período de 2002 à 2016, influenciaram positivamente no desenvolvimento local?

Embasada em uma perspectiva interdisciplinar, a pesquisa insere-se na base teórica apresentada por Amartya Sen em torno do conceito de desenvolvimento. Para Sen, o crescimento econômico não pode ser a única variável analítica, visto que o desenvolvimento “tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. (SEN, 2000, 29). Este entendimento foi fundamental para expandir a compreensão circunscrita a fatores econômicos estruturais representada pelos dados oriundos do PIB (Produto Interno Bruto) e incorporar ao conceito de desenvolvimento o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Até 1990, o grau de desenvolvimento dos países era definido com base apenas em parâmetros econômicos, como o crescimento e o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB). Mas esses indicadores eram insuficientes, porque excluía qualquer avaliação sobre a qualidade de vida da população. Em 1990, o economista paquistanês Mahbub Ul Haq criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um padrão de medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. O modelo foi incorporado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que, a partir de 1993, passou a incluí-lo no seu relatório anual. O trabalho rendeu a Mahbub Ul

Haq e a seu colaborador, o economista indiano Amartya Sen, o Prêmio Nobel de Economia de 1998. (IPEA, 2009, 76).

O IDH adquiriu importância fundamental a partir de 1990, passando a ser calculado anualmente. Segundo aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o indicador aos poucos tornou-se referência mundial e suas derivações impactaram as análises em torno do desenvolvimento local. No caso brasileiro, aponta o instituto, ele “tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)”. (IPEA, 2009, 76). Com base neste entendimento, esta pesquisa se utiliza do próprio IDH-M e de outros dois indicadores auxiliares, Habitação e Emprego/Ocupação, para dimensionar, a partir da apresentação e interpretação de dados oficiais, o impacto social representado pela política de preservação do patrimônio histórico.

Para a pesquisa de dados documentais institucionais, tais como editais, relatórios, decretos referentes às políticas de preservação implementadas em Cachoeira, foram empreendidas visitas na casa do patrimônio que sedia o IPHAN em Cachoeira, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no IPAC, no Arquivo Público da Bahia, no escritório dos órgãos de preservação, na sede da Unidade Executora de Projetos (UEP) do Programa Monumenta de Cachoeira, nas Secretarias Municipais de Planejamento, Cultura e Turismo de Cachoeira, na Caixa Econômica Federal. Além disso, foram consultados ambientes virtuais de órgãos governamentais destinados à cultura.

Embora haja registros de tombamentos em edificações localizadas em distritos e na zona rural, as intervenções do Monumenta, com vistas à preservação e uso estratégico dos imóveis tombados, foram percebidas na zona urbana do município, o que justifica sua delimitação como o locus desta pesquisa. Por conseguinte, isto pressupõe recorrer às técnicas de estudos de caso e de análise sócio-históricas que se constituem como métodos de abordagens investigativas comuns no campo das Ciências Sociais. O estudo de caso é reconhecido pelo aprofundamento analítico do objeto de modo que viabilize seu amplo e detalhado conhecimento. Para fazer uma investigação consistente do fenômeno e seu contexto de realidade é necessário se

ater para várias fontes que tragam evidências da situação analisada. (Gil, 2007).

Resultados e discussão

Esta seção apresenta os resultados e discussão destes e está metodologicamente dividida em duas sub-seções: a primeira, intitulada “A cidade e seu patrimônio histórico” é composta pela apresentação histórica e conceitual do patrimônio histórico da cidade de Cachoeira, enquanto a segunda, intitulada “O impacto da preservação no desenvolvimento local”, dedica-se à apresentação dos dados quantitativos relativos ao impacto que a preservação do patrimônio trouxe, enquanto política pública, ao desenvolvimento econômico-social do município.

A cidade e seu patrimônio histórico

O município de Cachoeira, situado às margens do rio Paraguaçu no Recôncavo da Bahia, surgiu a partir da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, em 1674. A antiga Freguesia, depois designada, em 1698, como Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu, se caracterizava como importante rota em direção ao sertão, ao recôncavo, às minas gerais e a Salvador, então capital da colônia.

A economia da região foi marcadamente constituída pela agricultura baseada na cana-de-açúcar, da mineração de ouro e pelo intenso tráfico de escravos facilitado pelo acesso a estradas reais e pela navegação do Rio Paraguaçu. Esses fatos contribuíram para o rápido desenvolvimento econômico e político da região a partir do século XVIII. Por conseguinte, a “sociedade cachoeirana”, que detinha grande influência política, participou ativamente das guerras pela Independência da Bahia, em 1821, constituindo a Junta de Defesa. A vila foi elevada à categoria de cidade por decreto imperial de 13 de março de 1873 (Lei Provincial nº 43).

A região foi explorada a partir da metade do século XVI, mas o povoado nascido em torno das atividades dos engenhos de açúcar só começou a crescer de fato um século mais tarde, tornando-se, no início do século XIX, um dos municípios mais

extensos da Bahia. O município, ligado pela Ponte Dom Pedro II ao município de São Félix é constituído, atualmente, pela sede - que corresponde ao núcleo urbano - e pelos distritos de Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape, que juntos ocupam uma área de aproximadamente 399 km².

O patrimônio material da cidade surgiu a partir do século XVIII, apogeu da economia açucareira da região. A construção civil e sua respectiva manutenção eram realizadas pelos órgãos públicos e por ações voluntárias da sociedade civil; os imóveis coletivos, tais como os templos religiosos, eram financiados pelas respectivas confrarias e grupos religiosos que atuavam na localidade, algumas encampadas pela elite financeira da época, o que evidencia um processo de desenvolvimento para além dos investimentos públicos.

A importância do patrimônio histórico para a sociedade e, sobretudo, para o poder público local, pode ser percebida já no início do século XX. Na segunda metade da década de 1920 o governo regional encaminhou normas para a salvaguarda dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos; dessa ação se originou a lei que deu início à Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais que, dentre outras atribuições, realizava periodicamente inventários dos monumentos presentes nos municípios da região, trabalhando ainda para a conservação desses sítios como acervos ao céu aberto dos diferentes momentos da história do país.

O tombamento desse patrimônio pelo IPHAN teve início na década de 1970, quando a presidência da república conferiu ao município o status de “Cidade Monumento Nacional” e “Cidade Heróica”, em reconhecimento ao considerável acervo arquitetônico e pela histórica atuação nas conquistas que marcaram a independência do Brasil (do Decreto 68 045, de 13 de Janeiro de 1971). Registrado no Livro de Tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico, essa política objetivava proteger não apenas imóveis tombados isoladamente, mas a totalidade do seu acervo arquitetônico. Não obstante ao fato de que muitos imóveis foram tombados individualmente na década de 1940.

As ações deste último tombamento coletivo contemplaram, aproximadamente, 670 (seiscentos e setenta) edificações. Este patrimônio inclui

edificações do século XVII, embora a maior parte dos imóveis que formam o conjunto arquitetônico da cidade foi construída nos séculos XVIII e XIX, sendo caracterizada tanto pela linguagem arquitetônica colonial luso-brasileira, como pela tendência neoclássica observada em algumas edificações.

Embora o tombamento nesta perspectiva tenha um efeito de restrição de um bem, o proprietário e os usuários continuam com a responsabilidade de conservá-lo e podem ser compensados pelo poder público através de mecanismos de fomento, tais como financiamentos para reformas, isenção de impostos e taxas do imóvel, ou da atividade praticada nele. Segundo Azevedo e Corrêa (2013), somente com o início das ações do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (posteriormente Transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), intensificaram-se as ações visando à preservação dos bens culturais no Brasil, considerando o uso e a apropriação do patrimônio pelos diferentes grupos.

Entre os anos de 2002 a 2016, o Brasil experimentou uma época de calorosas discussões e reformas nas políticas públicas voltadas para o campo cultural. Com efeito, as mudanças mais significativas ocorreram a partir da iniciativa do Governo Federal em realizar várias intervenções com vista à garantir a preservação e valorização do patrimônio material e imaterial, sendo a cidade de Cachoeira uma das contempladas. O processo viabilizou o uso estratégico de alguns bens que se encontravam em estado de arruinamento. Além disso, contemplou a peculiaridade e diversidade cultural (pluralidade de manifestações, festejos e ritos). O investimento público na preservação objetivou potencializar o processo de desenvolvimento socioeconômico através da atração de divisas provenientes do fluxo turístico, da economia dos bens e serviços culturais.

O centro urbano de Cachoeira ganhou novas perspectivas de crescimento socioeconômico que abriram caminhos para um novo processo de desenvolvimento local. E isso ocorreu, sobretudo, a partir do incentivo proporcionado pelo programa Monumenta, uma vez que Cachoeira foi uma das 25 cidades brasileiras contempladas. Dentre as obras

destacam-se os imóveis privados que foram recuperados para serem utilizados como residências ou pontos comerciais, os imóveis coletivos, o Cineteatro Cachoeirano (antigo Cineteatro Glória) e o Quarteirão Leite Alves, preparado para receber a sede do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. O investimento atingiu, no total, 80 imóveis públicos e privados considerados monumentos tombados pelo IPHAN.

O Projeto Monumenta carregou a proposta de manter viva a lembrança de pessoas, fatos ou lugares que expressam valor e significado histórico e cultural. O financiamento para a recuperação de imóveis privados caracterizou-se como um instrumento inovador e pioneiro que permitiu aos moradores e usuários de centros históricos conservarem os edifícios que compõem o conjunto urbano protegido. O objetivo do Programa passou a ser a realização de intervenções que aliassem a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento local, por meio de articulações com outras políticas destinadas a melhorias nas condições de vida dos moradores locais, tais como geração de emprego e renda, habitação, acesso à educação e estímulo à inclusão social. De acordo com Bonduki:

O fato é que, no segundo semestre de 2009, quando a maior parte das obras já tinha sido concluída, a cidade havia dado um salto extraordinário em relação à situação presenciada em 2006. As ruas estavam mais movimentadas, a quantidade de jovens nos espaços públicos aumentou significativamente e muitos edifícios comuns situados na área protegida encontravam-se em recuperação, com ou sem o apoio do programa (Bonduki, 2010, p. 252-255).

Com efeito, na tentativa de reverter a perspectiva de estagnação que envolve a preservação do patrimônio, as intervenções do Monumenta em Cachoeira pretenderam promover uma guinada na dinâmica socioeconômica local. Um dos marcos dessa proposta foi a instalação do campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sendo esta a experiência inicial do programa em termos de restauração de edifícios históricos. Nesta perspectiva, ainda segundo Bonduki:

A implantação de cursos universitários em núcleos históricos, como estratégia para possibilitar uma preservação sustentável de pequenas cidades em estado de estagnação, constituiu uma alternativa de grande impacto proposta pelo Programa Monumenta. Trata-se de uma forma criativa de atrair recursos de outras esferas de governo, garantindo estabilidade para os núcleos históricos. Por meio dessa proposta, criou-se uma nova demanda para os edifícios da área protegida por tombamento que se encontravam desocupados, subutilizados ou em ruínas, em decorrência da perda de sua função original. Novos usos dinâmicos, capazes de impulsionar de maneira continuada a reabilitação de edifícios e espaços urbanos, faziam-se necessários (Bonduki, 2010, p. 232).

Outra ação significativa do Programa Monumenta foi a possibilidade de financiamento para a recuperação de imóveis privados. Notadamente, entre os anos de 2013-2016, 38 propostas tiveram parecer favorável para a concessão do financiamento para restauração ou reforma. (DIOGO, 2009). O valor total dessa linha de crédito atingiu R\$ 2.940.371,36. Esses números levaram Cachoeira ao segundo lugar no *ranking* das cidades que mais receberam recursos para recuperação de imóveis privados, com a média de 4,22 contratações e R\$ 326.707,93 anuais.

O impacto da preservação no desenvolvimento local

Esta seção se dedica à apresentação dos resultados obtidos em torno da análise dos indicadores sociais do município. A pesquisa contemplou três indicadores: Habitação; Ocupação/Emprego e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Em linhas gerais é possível constatar, a partir da convergência dos dados, o impacto positivo resultante da política de preservação do patrimônio.

Quadro 1 – Indicadores de Habitação

Indicadores de Habitação - Cachoeira / BA	1991	2000	2010
População em domicílios com água encanada (%)	48,66	55,33	82,66
População em domicílios com energia elétrica (%)	80,15	86,02	99,29
População em domicílios com coleta de lixo (%)	47,50	84,11	93,51

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Adaptado pelos autores.

Com base nas categorias vinculadas aos aspectos básicos do indicador de habitação, é possível constatar a progressiva melhora nas condições de moradia na cidade durante a década de 2000. Mesmo sem desconsiderar o cenário positivo existente no período anterior (entre 1991 e 2000), é notório que a quantidade de residências com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo aumenta substancialmente durante a fase de implementação das políticas de proteção do patrimônio cultural. O município vislumbra, em 2010, um cenário de quase totalidade em duas categorias e de mais de 80% em termos de fornecimento de água encanada.

Na perspectiva deste estudo, a preservação do patrimônio cultural em Cachoeira integra um conjunto de intervenções estruturadas que objetivaram assegurar, entre outras coisas, o direito à habitação nos núcleos históricos para os segmentos mais excluídos da sociedade. Condiz com a elaboração de uma política urbana com propostas setoriais que, naquele momento, previam intervenções nas áreas de habitação, saneamento básico, transporte e planejamento territorial (MARICATO, 2005), tendo em vista a busca em adequar os imóveis às exigências das normas elétricas e de saneamento com reforço das estruturas físicas.

Além da habitação e reestruturação urbana, a expectativa da população afetada gira em torno da inserção econômica, sendo a geração de empregos o principal fator. O quadro a seguir demonstra as mudanças sofridas pela localidade neste sentido.

Quadro 2 – População economicamente ativa

INSERÇÃO (18 anos ou mais)	2000	2010
Taxa de atividade (%)	55,24	64,65
Taxa de desocupação (%)	18,84	11,90
Grau de formalização dos ocupados (%)	40,98	41,43
OCUPAÇÃO POR ESCOLARIZAÇÃO (18 anos ou mais)	2000	2010
Ocupados com ensino fundamental completo (%)	40,08	52,76
Ocupados com ensino médio completo (%)	30,07	40,26
OCUPAÇÃO POR ESCOLARIZAÇÃO (18 anos ou mais)	2000	2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Adaptado pelos autores.

Um dos principais objetivos do Programa focou a ocupação, pela população local, dos postos de trabalho oriundos da política de preservação. A importância desta iniciativa pode ser constatada a partir do aumento no número de pessoas empregadas em Cachoeira no período, que converge com os dados registrados nos censos realizados pelo IBGE.

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (população que era economicamente ativa) passou de 55,24%, em 2000, para 64,65% em 2010. Ao mesmo tempo, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada decresceu de 18,84%, em 2000, para 11,90% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 27,97% trabalhavam no setor agropecuário, 0,29% na indústria extrativa, 5,13% na indústria de transformação, 7,93% no setor de construção, 0,52% nos setores de utilidade pública, 18,96% no comércio e 36,27% no setor de serviços. Coincidindo com o período, em 2002 começou a funcionar na cidade o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que se desdobrou em FAT Habitação - que buscava gerar emprego na cadeia produtiva da construção civil - e em FAT Pró-inovação, em apoio às empresas de capital nacional.

Outra consequência importante diz respeito ao nível de escolarização no âmbito das ocupações remuneradas. Há crescimento significativo, durante

o período pesquisado, do nível de formação dos trabalhadores. Enquanto o índice de ocupação dos que possuem ensino fundamental completo salta de 40,08% (2000) para 52,76% (2010), o índice dos que possuem ensino médio completo passa de 30,07% (2000) para 40,26% (2010), demonstrando, per si, o estímulo do novo cenário no processo de capacitação. Neste caso, um dos impulsionadores é o campo da construção civil especializada, visto que a reforma de imóveis considerados patrimônio cultural demandam profissionais com formação técnica específica com vistas a garantir as características originais dos imóveis restaurados.

Os resultados positivos percebidos em termos das taxas de ocupação e habitação convergem com o desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da cidade. As três dimensões que compõem o índice – Educação, Longevidade e Renda – também apresentam dados positivos no período pesquisado, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Educação	2000	2010
IDHM Geral	0,372	0,577
18 anos ou mais com fundamental completo (%)	31,39	49,27
5 a 6 anos na escola (%)	75,62	96,93
11 a 13 anos com fundamental completo (%)	46,90	69,69
15 a 17 anos com fundamental completo (%)	24,33	41,60
Longevidade	2000	2010
IDHM Geral	0,675	0,762
Expectativa de vida (anos)	65,51	70,72
Ocupação por escolarização (18 anos ou mais)	2000	2010
IDHM Geral	0,546	0,615
Renda <i>per capita</i> (R\$)	239,23	368,11
Extremamente pobres (%)	26,17	16,73
Pobres (%)	51,52	33,83
Índice de Gini	0,59	0,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Adaptado pelos autores.

O IDHM de Cachoeira passou de 0,516, em 2000, para 0,647 em 2010, o que representa uma taxa de crescimento de 25,39%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,93% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,205), seguida por Longevidade e por Renda. Cabe ressaltar que, no que tange à longevidade, a expectativa de vida entre a população de Cachoeira subiu mais de cinco anos no período pesquisado, passando de 65,51 para 70,72 anos.

Por fim, no que concerne à dimensão relacionada às questões de renda da população, é possível constatar que a renda per capita média de Cachoeira cresceu 130,30% no período selecionado, passando de R\$ 239,23, em 2000, para R\$ 368,11 em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,49%. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 sofreu queda acentuada, passando de 51,52%, em 2000, para 33,83% em 2010. Por conseguinte, a involução da desigualdade de renda pode ser descrita através do índice de Gini, que é utilizado para medir o grau de concentração de renda: constata-se que, neste período, a taxa de 0,59 averiguada no ano de 2000 recuou para 0,56 em 2010.

Considerações finais

Face ao exposto, o aspecto *sui generis* da presente pesquisa se refere à abordagem da complexa relação entre as políticas de preservação do patrimônio cultural com outras políticas públicas que se destinam ao desenvolvimento local, relacionadas, intrinsecamente, com a utilização dos imóveis recuperados pelo Programa Monumenta no município de Cachoeira. Para exemplificação, dentre essas políticas públicas de desenvolvimento, citam-se: política habitacional, tendo em vista a melhoria dos indicadores de habitação; o acesso ao ensino superior por meio da utilização do Quarteirão Leite Alves que sedia o campus da UFRB; o acesso a bens e serviços culturais, consoante à utilização do Cineteatro Cachoeirano; geração de emprego e

renda a partir, sobretudo, da recuperação e uso de imóveis que se desdobraram em estabelecimentos comerciais, pousadas, restaurantes, hospedarias, etc. Além do setor de serviços, vale ressaltar os postos de trabalho gerados na construção civil especializada em imóveis tombados e as atividades turísticas, que também apresentaram um ascendente considerável na cidade em comparação aos anos anteriores.

Ainda é possível mencionar o crescimento quantitativo e qualitativo das atividades culturais realizadas na cidade em função das melhorias na estrutura dos espaços que as abrigam, bem como em relação ao nível de profissionalização com que são organizadas. Efetivamente, os grupos culturais passaram por processo de profissionalização, de modo que estão sempre entre as atrações dos diversos festivais de música, apresentações teatrais, oficinas de dança e outros. Cabe referência, ainda, aos festivais cinematográficos e à Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA), que se consolidou no calendário artístico-cultural da cidade após a primeira edição, em outubro de 2011.

Em síntese, a abordagem das teorias e da história em torno das políticas culturais em Cachoeira, somada à análise dos indicadores socioeconômicos apresentados nesta pesquisa, apontam para a relevância das políticas de preservação do patrimônio cultural, mais especificamente executada pelo Programa Monumenta, como um importante vetor para o desenvolvimento local. É possível afirmar que o Programa tornou-se referência de política pública por demonstrar, através de sua implementação, a capacidade de promover melhorias na qualidade de vida da população estudada. Sendo pertinente registrar, ainda, que as ações do Monumenta em Cachoeira não resultaram em processo de gentrificação na referida cidade, tal como se observa atualmente em outras localidades nas quais o programa mencionado foi, de igual modo, implementado.

Referências

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento de Cachoeira**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/290490#idhm-all>. Acesso em: 22 mar. 2023.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins. (Orgs). **Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA; IAB, 2013.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. *In*: Calabre Lia (Org.). **Política culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

DIOGO, Érica. (Org). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.

FURTADO, Celso. O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar. *In*: AGUIAR, Rosa Freire de. (Org.) **Essencial Celso Furtado**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GREFFE, Xavier. El valor económico del patrimonio. *In*: ROMERO, Salvador Catalán; RUEDA, Antonio Javier González; ANDRÉS, Luis Ben. **Manual Atalaya de apoyo a la gestión cultural**. Cádiz: Observatorio Atalaya Servicio de Extensión Universitaria del Vicerrectorado de Cultura de la Universidad de Cádiz, 2023. Disponível em: <https://atalayagestioncultural.uca.es/8-4-el-valor-economico-del-patrimonio/> Acesso em: 23 mai. 2023.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. **Panorama do Município de Cachoeira**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>. Acesso em: 22 mar. 2023.

INSTITUTO de Pesquisas Aplicadas. Medindo o bem-estar das populações – IPEA. *In*: Desafios do Desenvolvimento/Brasil nos Trilhos. Brasília: **Revista Desafios**, outubro-novembro, 2009. Ano 7. Número 55. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acessado em 26 jun. 2023.

MARICATO, Ermínia. A Nova Política Nacional De Habitação. **Jornal O Valor**, v. 24. Novembro, 2005.

OLIVEIRA. Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5 ed. Revisada, São Paulo: Editora Atlas, 2005.

THROSBY, David. **Economía y Cultura**. Trad. De Cristina Piña y María Condor. 1ª ed. Cambridge University Press, Madri, Espanha, 2001.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento Local e Regional**. Curitiba: Ibpx, 2009.

UNESCO. **MONDIACULT 2022**. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/mondiacult2022>. Acesso em: 04 dez. 2023.

Organização do Arquivo Colégio de Aplicação da UFS: intersecções entre Arquivologia e História da Educação

*Organization of the Archive Of Colégio De Aplicação of UFS:
intersections between Archivology and History of Education*

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral*
Joaquim Tavares da Conceição**
Lorena de Oliveira Souza Campello***

Palavras-chave:
Documentação permanente
Inventário
Patrimônio histórico
educacional

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão e resultados do processo de organização do arquivo do Colégio de Aplicação da UFS. Esse processo baseou-se na aplicação de princípios e técnicas arquivísticas em diálogo com os estudos provenientes da História da Educação, especialmente relacionados à preservação de acervos escolares enquanto parte integrante do patrimônio histórico educacional. Considerando essa abordagem interdisciplinar, o foco esteve na organização dos documentos históricos, custodiados no Centro de Memória do Colégio. O processo resultou na classificação e na descrição desses documentos e na criação e disponibilização de instrumento de pesquisa (inventário).

Keywords:
Permanent documentation
Inventory
Educational historical
heritage

Abstract: This article presents a discussion and the outcomes of the organization process of the Colégio de Aplicação of UFS archive. This process was based on the application of archival principles and techniques in dialog with studies derived from the History of Education, especially related to the preservation of school collections as an integral part of historical educational heritage. Considering this interdisciplinary approach, the focus was placed on organizing the historical documents held in the Centro de Memória do Colégio (School's Memory Center). The process resulted in the classification and description of these documents, and the creation and availability of a research tool (inventory).

Recebido em 07 de fevereiro de 2024. Aprovado em 1º de abril de 2024.

Introdução

Este artigo apresenta uma discussão e resultados do processo de organização da documentação do arquivo permanente (histórico) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de

Sergipe, realizado através da utilização de princípios e técnicas arquivísticas em diálogo com as discussões advindas da História da Educação, especificamente relacionadas com a preservação de acervos escolares e sua dimensão de patrimônio histórico educacional. A pesquisa integra o projeto *Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação*

* Doutora em Educação, professora da Secretaria Municipal da Educação de Aracaju/SE (Semed). Bolsista de Apoio Técnico a Pesquisa 1A (CNPq). E-mail: anneemiliecabral@gmail.com.

** Doutor em História, professor titular da Universidade Federal de Sergipe, Colégio de Aplicação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ2). E-mail: joaquimcodapufs@gmail.com.

*** Doutora em História, professora do Instituto Federal de Sergipe (IFS - Campus Estância). E-mail: lorenacampello@hotmail.com.

*de documentos no Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – UFS*¹, que, entre outras finalidades, busca produzir compreensões historiográficas a respeito do Colégio de Aplicação e seus agentes educativos e contribuir para a preservação da memória institucional. Assim, a pesquisa pautou-se pela finalidade da organização do arquivo do Colégio de Aplicação da UFS, especialmente diante da precariedade em que se encontrava o acervo, o que resultou em graves problemas para sua preservação documental e dificuldades a seu acesso.

O atual Colégio de Aplicação da UFS foi fundado em 1959 como Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe por iniciativa da Sociedade Sergipana de Cultura, sociedade civil mantenedora da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, da Arquidiocese de Aracaju (Conceição, 2023; Cemdap. Procuração..., 1959). Essa forma de estabelecimento escolar decorreu da determinação de decreto federal que determinava a existência de um ginásio de aplicação nas faculdades de filosofia para a realização de práticas didáticas pelos graduandos dessas faculdades (Brasil, 1946) e representou uma iniciativa que refletia o contexto de discussões entre intelectuais e educadores ligados à Escola Nova em torno da formação de professores para o ensino secundário (Abreu, 1992).

A partir do ano de 2013, foram desenvolvidos projetos de pesquisa que tiveram como finalidade a preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e, por conseguinte, de sua memória institucional. Entre os resultados das ações desses projetos, no ano 2016, o Conselho Geral do Colégio de Aplicação da UFS aprovou a criação do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap), que passou a funcionar em local específico do prédio escolar e tem como finalidade captar, reunir, preservar e divulgar a documentação e/ou o patrimônio material e imaterial a respeito da memória institucional e igualmente atuar como centro de referência para a reunião de pesquisas e informações sobre a trajetória da instituição, de suas atividades e de outros temas correlatos (Conceição, 2022).

Na área da História da Educação, o debate sobre preservação e organização da documentação de instituições educativas, sobretudo na perspectiva do

patrimônio histórico educacional, apresenta um interesse crescente entre os pesquisadores da área, como pode ser constatado no balanço da produção a respeito do tema na área realizado por Conceição & Paulilo (2023).

Os dados quantitativos analisados em conjunto com as informações contidas nas publicações selecionadas apontam um movimento internacional de interesse pela cultura escolar e pela preservação da materialidade do patrimônio educacional que se reflete no referencial teórico-metodológico. O diálogo que resulta desse interesse é reforçado por uma série de ações coordenadas para o estudo e difusão do denominado patrimônio histórico educacional, realizadas por pesquisadores brasileiros e entre estes e seus pares de países da América Latina e da Europa. (Conceição & Paulilo, 2023, p. 27).

Ainda em 2011, Antonio Viñao Frago alertava para a necessidade da catalogação como tarefa primordial para preservar o patrimônio educacional (Frago, 2011). A documentação do arquivo escolar que registra informações da cultura educacional de um determinado espaço e período deve ser alvo de intervenções visando à sua contínua preservação. Para isso, pesquisadores enfatizam a necessidade de interlocução com outros ramos do saber, como a arquivologia, para efetivar as ações de organização técnica da documentação (VIDAL, 2017).

Os documentos de arquivo, depois de serem utilizados pelas razões imediatas que os originaram, são avaliados e, em seguida, preservados com a finalidade de pesquisa, testemunho social e/ou herança cultural (Bellotto, 2014). No caso da documentação de um arquivo escolar, compreendido como patrimônio histórico educacional, a sua preservação

[...] deveria servir, em primeiro lugar, às próprias escolas e à comunidade escolar para reconhecer o significado sociocultural da instituição, como memória afetiva da experiência escolar, mas, principalmente, como ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente (Souza, 2013, p. 213).

A ausência de registro sistematizado da documentação escolar, além de prejuízos para a preservação do patrimônio histórico documental, também torna o levantamento de fontes um empreendimento dificultoso para o pesquisador. Levando em conta esses aspectos, foi proposta a seguinte questão: Como realizar uma organização da documentação permanente (histórica) escolar conciliando a técnica e os princípios arquivísticos com a noção ou a perspectiva de patrimônio histórico educacional? Para responder essa questão, o processo pautou-se pela organização de documentos do arquivo permanente do Colégio de Aplicação, custodiados no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS, nos moldes da técnica arquivística; ou seja, atentando-se para a organização e para o tratamento do conjunto de documentos históricos produzidos e/ou acumulados pelo Codap/UFS em decorrência do exercício de suas funções e atividades.

Nem o campo da história, nem a História da Educação, como uma especialização da história, fornecem as técnicas para promover a atividade de organização documental. Portanto, quando os pesquisadores da História da Educação pretendem tomar para si essa tarefa, devem fazê-la em diálogo com a Arquivística, a Biblioteconomia e mesmo a Museologia, a depender dos gêneros de documentação a ser organizada. Ou seja, tais campos contribuem para “[...] promover a classificação sistemática do patrimônio cultural escolar, segundo uma ordem racional que facilite a sua descrição, acesso e uso” (Rodrigues, 2018, p.12). Assim, não deve-se “[...] ignorar os fundamentos da ciência da informação no momento em que realiza a ordenação dos documentos para melhor satisfazer as necessidades imediatas e que são relacionadas ao assunto de sua pesquisa.” (Zaia, 2012, p. 167).

A pesquisa teve como marco inicial o ano 1959, início das atividades da instituição e, conseqüentemente, da produção de documentos para o desenvolvimento das suas funções. Definiu-se organizar os documentos de caráter histórico ou, como também podem ser conhecidos, os documentos de terceira idade. De acordo com Bellotto (2006), os documentos de terceira idade estão entre os datados em 25 ou 30 anos contados a partir da data de sua produção. Levando em

consideração que a instituição educacional tem 63 anos de existência (em 2023), definiu-se como marco final o ano de 1998, pois os últimos anos são de cunho intermediário ou corrente, segundo o denominado “ciclo vital dos documentos”. Ainda assim, considerou-se o que Schllenberg (2006) aponta sobre os valores dos documentos, que podem ser classificados como valores primários, que são os documentos usados pela administração, e os de valores secundários, que têm uma relação com as pesquisas de cunho histórico e cultural. Apesar do marco final ser o ano de 1998, tornou-se necessário analisar os documentos que foram produzidos depois desse período, uma vez que, de acordo com Schellenberg (2006), muitos documentos, quando produzidos, têm um valor secundário, ou seja, têm um caráter histórico, mesmo sendo recentes e, por essa razão, alguns documentos de valor secundário, posteriores ao período de 2000, foram inseridos no inventário do Colégio de Aplicação da UFS.

Como preceituam os procedimentos da Arquivologia, para realizar as ações de organização documental de uma determinada instituição é necessário o conhecimento de sua trajetória (Bellotto, 2006). Diante disso, no desenvolvimento da pesquisa de organização documental, uma etapa importante foi o conhecimento da história do Colégio de Aplicação da UFS, e contribuíram para esse aspecto fontes documentais diversas, entre as quais estão os documentos escritos, iconográficos e orais do acervo do Cemdap. Além do cruzamento das informações de fontes, foram levantadas referências que tratam, ainda que de forma difusa, de aspectos históricos da instituição.

Em sequência, foi iniciada a identificação da massa documental presente no arquivo do Colégio de Aplicação, na qual se procurou verificar a origem de cada documento, ou seja, se foram produzidos e acumulados pela instituição, como também a classificação e a descrição desses documentos e a criação e a disponibilização do instrumento de pesquisa (inventário).

Optou-se pela classificação funcional no processo de análise dos documentos do arquivo do Colégio de Aplicação da UFS devido às mudanças pelas quais o Colégio passou durante os anos de sua existência, o que acarretou nas transformações da sua estrutura organizacional. O critério funcional

está relacionado com a função para a qual o documento foi produzido (Gonçalves, 1998), daí decorreu o processo de organização utilizado na pesquisa. Depois da identificação da espécie e do tipo documental detectado nos documentos, realizou-se a descrição documental, quando as informações foram inseridas no banco de dados, procedimento que auxiliou no processo de criação do instrumento de pesquisa. A classificação considerou a criação de classes e subclasses que dizem respeito às atividades e às funções que foram realizadas no âmbito da produção do documento.

Processo de organização do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS

A organização dos documentos buscou não somente atender aos princípios técnicos e metodológicos da arquivologia, mas também dialogar com a dimensão de patrimônio histórico educacional, ressaltando a importância e o valor dos acervos escolares para a preservação da memória educacional do país. Este trabalho interdisciplinar também considerou a potencialidade da massa documental acumulada para a produção do conhecimento histórico, uma vez que a organização da documentação facilita o acesso e garante a difusão das informações. Nesse sentido, Terry Cook (1998) contribui igualmente para a reflexão sobre o processo de preservação. Esse autor destaca que o processo de organização dos arquivos não é algo neutro. Na realidade, existe uma ação direta daqueles que pensam e organizam os arquivos das instituições. Além disso, ditam os manuais da arquivologia e os princípios arquivísticos que não são estabelecidos para serem eternos, mas são o reflexo da própria história, da literatura ou da filosofia que refletem um determinado tempo (Cook, 1998).

Com isso, Terry Cook (1998) sugere um novo tipo de avaliação documental: a macroavaliação, que valoriza a função para a qual o documento foi criado em detrimento do seu valor em si. Os documentos são criados para atender à uma determinada função, com o objetivo de executar alguma atividade, por isso, faz-se necessário conhecer a história da

instituição como também compreender as suas funções e atividades (Cook, 1998). Esse processo de estudo e escolha das funções e atividades não ocorre de maneira passiva. Cook (1998) alerta que as pessoas que organizam os arquivos inserem seus valores e suas ideias estão atreladas ao contexto em que a organização foi executada. Assim, o trabalho de organização documental, discutido neste artigo, foi pautado pelas normas arquivísticas, levando em conta a dimensão do patrimônio histórico-educacional que aborda a preservação e a importância de acervos da escola ou da educação.

Visando a compreender a “evolução institucional da entidade produtora” (BELLOTTO, 2006, p. 141) da massa documental, foi efetivada a produção do conhecimento histórico sobre o Colégio de Aplicação da UFS, realizada a fim de nortear o seu processo de organização. Entre outras fontes, a análise dos regimentos do Colégio foi uma das ações realizadas, combinada com as prospecções em outros documentos do próprio arquivo escolar. O Colégio de Aplicação da UFS foi fundado em 1959 como Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e aprovou seu primeiro regimento em 1961 (Cemdap, 1961), no qual estavam previstas a existência e a organização do arquivo da instituição. De acordo com esse regimento, os documentos que constituíam o arquivo eram a documentação relativa aos alunos, os livros-modelo, a documentação referente ao movimento econômico e financeiro do estabelecimento, os protocolos de entrega e devolução de provas parciais, o livro de ponto dos professores e auxiliares, os diários de classe, as cadernetas de tesouraria referentes ao pagamento dos alunos, as fichas da tesouraria e o livro de registros de penalidades disciplinares impostas aos alunos (CEMDAP, 1961).

Com a incorporação do estabelecimento à Universidade Federal de Sergipe, em 1968, foi necessária uma reestruturação do Colégio de Aplicação. Contudo, somente em 1975 o Conselho Universitário aprovou o novo regimento (CEMDAP, 1975). De acordo com esse regimento, os documentos referentes ao processo de apreciação ou verificação da aprendizagem escolar (provas, diários de classe), exceto as atas, deveriam ser incinerados no ano seguinte, depois de realizadas as

anotações referentes aos estudantes. Essa previsão de descarte de documentos pode ser uma explicação para a inexistência desse tipo de documentação no arquivo permanente do Colégio. Diferentemente do Regimento de 1960, o de 1975 não determinava quais documentos deveriam compor o arquivo.

Em 1982, outro regimento foi aprovado. Nele, também não existe a determinação a respeito de quais documentos deveriam ser preservados. Existe somente uma deliberação de que o setor de secretaria deveria responder pela documentação escolar e atender aos pedidos de informações presentes nos documentos arquivados. No regimento em vigor, aprovado no ano de 2008, são repetidas as mesmas determinações do regimento de 1982, acrescentando somente que cabe ao pessoal auxiliar da secretaria a organização dos documentos de arquivo.

Ao se fazer a prospecção dos documentos do arquivo, percebeu-se que as espécies documentais estavam misturadas com os documentos de distintos anos. Ademais, não havia espaços específicos para acondicionar os documentos que respeitassem os ciclos vitais da documentação: corrente, intermediário e permanente. Todos os documentos, tanto os intermediários quanto os permanentes, encontravam-se dentro do arquivo da escola ou mesmo em armários metálicos instalados nos seus diferentes setores. Somente os dossiês dos alunos mais recentes são mantidos no espaço da secretaria escolar.

Ao adentrar no espaço do arquivo, constatou-se que a sala também era utilizada como depósito de materiais inservíveis. O ambiente era insalubre, tinha uma iluminação inadequada; o espaço era quente, sem nenhuma ventilação; parte dos documentos estava amontoada em armários ou estantes metálicas. Essa situação tornava difícil a realização de qualquer trabalho no local, o que, principalmente, inviabilizava a localização dos documentos. A localização de um dossiê de estudante, por exemplo, tornava-se uma atividade muito demorada e muitas vezes sem sucesso. Devido à quantidade, tamanho e disposição dos armários, tornava-se difícil abrir gavetas ou portas, além de existirem materiais inservíveis depositados no local.

Também havia muitos documentos misturados, dentre os quais se encontravam ofícios,

comunicações internas, memorando, ficha individual de alunos, fichas médicas, documentos do Serviço de Orientação Educacional (SOE), planos de aula, plano de curso e planos de anuidade. Separamos por espécies documentais as comunicações internas, as portarias, as legislações e as atas. Mas os documentos encontrados em uma única caixa, como os do SOE, os de estágio e os da ficha médica ficaram todos agrupados porque havia uma conexão entre os documentos e decidimos não os separar. Alguns dos documentos estavam deteriorados por cupins ou pela insalubridade do local.

Tendo em vista o estado em que se encontrava a sala do arquivo, foi realizada a primeira arrumação do local com a autorização da direção do Colégio de Aplicação a fim de possibilitar o trabalho com a documentação. Assim, foram retirados os objetos que não pertenciam àquele espaço e solicitada a sua higienização. Todavia, mesmo com essas providências, o local continuava muito insalubre, bastante quente e de difícil locomoção, por conta da quantidade de armários em um local de pequena dimensão. Diante da constatação das condições inadequadas da sala onde estavam acondicionados os documentos permanentes, atendendo ao pedido da coordenação do projeto, o Conselho Geral do Colégio de Aplicação da UFS aprovou a custódia do arquivo permanente do Colégio no espaço do Cemdap e a designação de um espaço de maior dimensão para o próprio Centro. Nesse espaço, localizado no prédio escolar do Colégio, foi possível iniciar a etapa do trabalho de organização da documentação e, assim, a disposição de armários e dos mobiliários foi modificada.

Verificadas a proveniência e as espécies documentais, cada pacotilha foi organizada e etiquetada dentro do armário, identificando sua espécie e, em seguida, foi feita uma lista de cada pacotilha e afixada nas portas dos armários. Tudo isso foi providenciado, visando a uma melhor organização, seguindo os preceitos e os métodos da arquivologia e tendo em mente o valor de patrimônio histórico educacional da documentação em exame.

Criação de um plano de classificação funcional para a organização da massa documental do Colégio de Aplicação da UFS

No caso do arquivo do Colégio de Aplicação foi necessário um trabalho de pesquisa e de ação para desenvolver um plano de classificação, conforme apresentado no tópico anterior. Foram levantadas informações a respeito da história da instituição, visando a identificar sua estrutura organizacional ao longo da história e possíveis documentos produzidos, buscando atender ao princípio da proveniência (Bellotto, 2006; Schellenberg, 2006).

Desde a fundação do Colégio, em 1959, quatro regimentos internos foram aprovados, conforme apresentado anteriormente. A partir da vigência de um novo regimento, a estrutura administrativa e pedagógica era modificada, resultando em impactos na produção documental. As análises dos regimentos internos permitiram deduzir os prováveis documentos que eram produzidos no Colégio. Ao fazer a prospecção, percebeu-se que não existiam todos os prováveis documentos que poderiam ser produzidos durante o período analisado (1959 até o ano 2000). A massa documental é formada por documentos desde a fundação do Colégio, em 1959, contudo, a maior parte da documentação encontrada no arquivo é de 1980 a 2000. Essa situação que pode ser explicada porque o Colégio de Aplicação, que funcionava na Capital Aracaju em 1981, foi transferido para o novo Campus da UFS, localizado no Município de São Cristóvão e, por esta razão, provavelmente, alguns documentos podem ter sido extraviados durante a mudança ou talvez porque, de acordo com os regimentos, nem todos os documentos necessitavam ser arquivados ou mesmo alguns podem ter sido enviados para o Arquivo Central da UFS. Assim, o trabalho de prospecção possibilitou analisar o quadro geral da produção documental do Colégio de Aplicação da UFS.

Considerando-se a história do Colégio de Aplicação da UFS, com as mudanças estruturais ocasionadas na instituição, definiu-se um plano de classificação funcional. Para tanto, foram criadas algumas classes que formavam características como

flexibilidade, simplicidade e expansividade, entendendo-se que

Estas três qualidades, reunidas, deverão permitir que o plano de classificação seja aplicado sem grandes dificuldades, bem como possibilitar a necessária adaptação a situações não previstas nos levantamentos efetuados para sua elaboração (como o surgimento de novas atividades, ou a incorporação de novos documentos a classes anteriormente definidas) (Gonçalves, 1998, p. 24).

E ainda foram estabelecidas as seguintes classes: administração, pedagógico-científico, pedagógico-cultural, ensino e aprendizagem. A figura a seguir apresenta o organograma do plano de classificação construído para a organização dos documentos permanentes do Colégio de Aplicação da UFS.

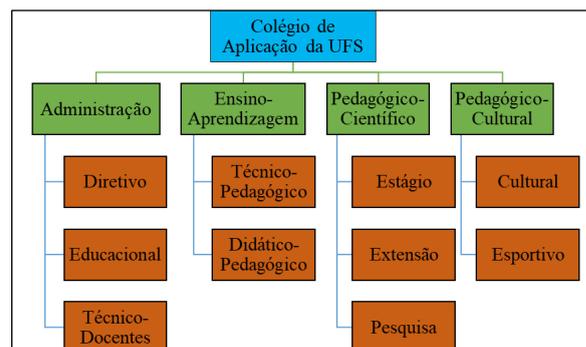


Figura 1 – Organograma do Plano de Classificação da Documentação Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

Fonte: Cabral, 2023.

Gustavo Adolfo Lopes e Marcia Pazin (2018), ao estudarem as atribuições, funções e atividades da área de “Relações com os Investidores”, que é uma função presente em empresas, destacam a importância de se definirem as atividades para cada função, pois elas irão demonstrar as ações da instituição. Embora não tratemos de uma empresa no caso em estudo, ainda assim foi necessário analisar quais seriam as atividades de cada função presente no plano de classificação do Colégio de Aplicação da UFS. Nesse sentido, definiram-se as atividades de cada função e de subfunção e seus respectivos códigos, conforme indicado no quadro em sequência:

Quadro 1 - Atividades por subfunção do Plano de Classificação do Arquivo do Colégio de Aplicação da UFS

ATIVIDADES	
Função: Administração 01	
- Administrar os diferentes aspectos que compõem a instituição escolar, garantindo condições necessárias para o seu desenvolvimento, colaborando com as atividades desencadeadas pelos funcionários do Colégio.	
Subfunções	
Diretivo 01.01	Fornecer e solicitar meios como materiais e estrutura física para o desenvolvimento das atividades do Colégio; (01.01.01)
	Orientar a comunidade escolar no sentido de quais serão as ações do Colégio e da Universidade, por meio de reuniões e informações; (01.01.02)
	Conhecer e divulgar as orientações legais de âmbitos nacional, estadual e local; (01.01.03)
	Estabelecer comunicação com órgãos parceiros para o desenvolvimento das atividades institucionais e extrainstitucionais; (01.01.04)
	Planejar e divulgar à comunidade os editais de concursos para o corpo docente. (01.01.05)
Educacional 01.02	Dialogar com os responsáveis dos discentes da instituição escolar; (01.02.06)
	Conhecer o quantitativo de alunos e confeccionar histórico escolar, atestado, declaração e fornecer tais documentos quando solicitados; (01.02.07)
	Criar e divulgar regras referentes aos comportamentos éticos/educacionais no interior da instituição escolar; (01.02.08)
	Planejar e divulgar à comunidade os editais de seleção dos discentes e suas classificações; (01.02.09)
Técnico Docente 01.03	Organizar os documentos dos profissionais que são servidores instituição; (01.03.10)
	Fornecer declaração, atestado de comprovação dos profissionais da instituição; (01.03.11)
	Dialogar com os setores responsáveis referente ao pessoal administrativo e pedagógico. (01.03.12)
Função: Ensino-Aprendizagem 02	
- Elencar e definir as ações que promovam o ensino dos professores e a aprendizagem dos alunos.	
Subfunções	
Didático- Pedagógico 02.01	Elaborar projetos de ensino no intuito de aplicabilidade da aprendizagem; (02.01.13)
	Preparar os planos de aula dos professores; (02.01.14)
	Demonstrar a execução das atividades que foram desenvolvidas durante o ensino das disciplinas escolares; (02.01.15)
Técnico-Peda- gógico 02.02	Definir roteiros de trabalho escolar; (02.02.16)
	Demonstrar as atividades anuais aos órgãos competentes; (02.02.17)
	Exercer medidas educacionais que envolvem o processo de desenvolvimento escolar dos discentes. (02.02.18)
Função: Pedagógico-Científico 03	
- Planejar ações que envolvam a pesquisa, extensão e estágio e concretizar o trabalho nessas diferentes esferas.	
Subfunções	
Estágio 03.01	Realizar acompanhamento sistematizado dos estagiários; (03.01.19)
	Planejar e demonstrar o trabalho das atividades de estágio dos alunos; (03.01.20)
	Dialogar com os órgãos parceiros do estágio; (03.01.21)
	Fornecer declaração e atestado de estágio para os alunos e os profissionais; (03.01.22)
Extensão 03.02	Divulgar os cursos e as atividades de extensão; (03.02.23)
	Realizar o acompanhamento sistematizado dos alunos de extensão e dos profissionais encarregados da atividade de extensão; (03.02.24)
	Dialogar com os órgãos parceiros para execução das atividades de extensão; (03.02.25)
	Fornecer declaração e atestado de extensão para os alunos e os profissionais; (03.02.26)

	Planejar e demonstrar o trabalho das atividades de extensão; (03.02.27)
Pesquisa 03.03	Realizar o acompanhamento sistematizado dos alunos e professores que executam as pesquisas na instituição. (03.03.28)
	Dialogar com os órgãos parceiros para execução das atividades de pesquisa; (03.03.29)
	Fornecer declaração e atestado de pesquisadores para os alunos e profissionais; (03.03.30)
	Planejar e demonstrar o trabalho das atividades de pesquisa. (03.03.31)
Função: Pedagógico-Cultural 04	
- Organizar, divulgar e concretizar os eventos culturais em que o Colégio esteja inserido.	
Subfunções	
Cultural 04.01	Executar os eventos culturais da escola ou de outros espaços culturais; (04.01.32)
	Planejar a realização de evento cultural no interior da escola ou em outros espaços culturais; (04.01.33)
Esportivo 04.02	Executar os eventos esportivos da escola ou de outros espaços esportivos; (04.02.34)
	Planejar a realização do evento esportivo no interior da escola ou em outros espaços esportivos. (04.02.35)

Fonte: Cabral (2023).

Para a classificação, todos os documentos foram catalogados e descritos em um banco de dados utilizando uma planilha elaborada no editor de planilhas *Microsoft Excel*. O banco de dados foi aprimorado à medida que os tipos documentais eram analisados. O primeiro banco de dados criado foi destinado aos dossiês dos estudantes. Primeiramente, foram catalogados todos os dossiês encontrados no arquivo na forma original em que eles se encontravam no arquivo do Colégio de Aplicação da UFS. No banco de dados dos dossiês de alunos, foram inseridos campos com as determinadas informações: ano de entrada, ano de saída, ano de admissão, número do documento encontrado na pasta e certas observações. Para cada aba do *Excel*, foram catalogados os dossiês da maneira encontrada no arquivo, frisando que a lógica de organização era diferenciada. Sendo assim, havia cinco abas: “Fundação a 1992; “1993 a 1999”, “transferidos 1998 a 2005”, “transferidos 2008”, “dossiês encontrados depois”. Catalogou-se até o período de 2008 porque, a partir de 2009, iniciou-se o processo de matrícula via sistema digital (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – Sigaa/UFS). Finalizada toda a catalogação, organizou-se o banco de dados por ano de saída do estudante por meio da função do *Excel* denominada filtro. Então, separamos os nomes e os grupos de estudantes por ano de saída e organizamos os nomes por ordem alfabética. Com isso, cada aba do *Excel*

passou a ser identificada conforme os anos de saída. A catalogação dos outros tipos documentais contou com um banco de dados diferente dos dossiês de alunos.

O banco de dados para os outros tipos de documentos foi construído à medida que o trabalho era desenvolvido e a partir das necessidades identificadas. Diante da quantidade da massa documental e de poucos recursos humanos para a realização do trabalho, buscou-se reduzir os elementos descritores e elaborou-se outro banco de dados com uma menor quantidade de elementos descritivos. Além disso, foram acrescentadas na tabela duas colunas com esses metadados: denominação do documento, descrição, período/ano, espécie, tipo documental, responsabilidade, número da pacotilha, número de documento, função, observação, assunto e código.

À medida que os dados eram inseridos no banco de dados, o próprio banco criava o código de classificação, o qual ficou denominado como código definitivo. Esse código foi caracterizado pela função, subfunção, tipo, ano, número e pacotilha. Vale salientar que o número da pacotilha seria elencado quando a organização física fosse finalizada. No decorrer da catalogação, foi necessário incluir as atividades da subfunção a fim de facilitar a identificação dos documentos. A figura 3 a seguir demonstra como se configurou o banco de dados.

DATA	ESPÉCIE	TIPO	RESPONSABILIDADE	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
XX/XX/2005	FICHA	FICHA DE COMUNICAÇÃO	SECRETARIA	ADMINISTRAÇÃO	DIRETIVO	Comunicar-se com órgãos parceiros para o desenvolvimento das atividades institucionais	---
03/01/2005	OFÍCIO	OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO	DIREÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	DIRETIVO	Fornecer e solicitar meios, como materiais, estrutura física para o desenvolvimento das atividades do Colégio	---

Figura 2 – Banco de Dados (Excel) do Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS.

Fonte: Cabral, 2023.

Além disso, “o código de classificação da série documental é composto das seguintes unidades de informação: órgão produtor, função, subfunção, atividade, série documental” (Bernardes; Delatorre, 2008, p. 32). Diante disso, foi decidido que cada função, subfunção e atividades teriam um código específico, que faria parte da composição do código definitivo do documento, depois de avaliado e catalogado no banco de dados. O que também faz parte para a definição do código de notação são os tipos documentais. Foi por meio deles que se definiram as séries documentais. Os tipos documentais foram classificados de acordo com a análise das denominações dos documentos e por meio de estudos de outros glossários já definidos por diferentes instituições educacionais. A partir do código da função, da subfunção, atividade, tipo documental, ano, numeração e pacotilha, definiu-se o código de notação final do documento, constituído da seguinte forma (figura 4):

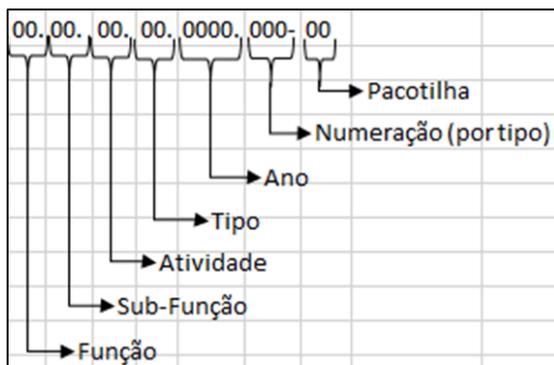


Figura 3 – Código de notação final do documento.

Fonte: Cabral, 2023.

Por meio da análise do documento a seguir (figura 4), é possível entender para qual atividade o código foi executado. Logo, no início do documento (figura 4), já se identifica a sua espécie, que, no caso, é um ofício. Pelo documento, o verbo utilizado é “solicitamos”, e isso designa que o tipo documental é um ofício de solicitação no qual a diretora solicitou

à Pró-Reitora de Assuntos Estudantis que providenciase um lanche para os alunos da equipe do Colégio de Aplicação e para os da equipe da cidade de Penedo, visto que eles iriam participar de jogos escolares. Como se vê, o documento foi criado para organizar uma atividade esportiva que aconteceria no Colégio de Aplicação. Esse tipo de finalidade forma relação com a **Função Pedagógico-Cultural**, que possui o **código 04**; a sua **Subfunção Esportiva**, possui o **código 02**, e a **Atividade** “Planejar a realização do evento esportivo no interior da escola ou em outros espaços esportivos”, desta subfunção que tem o **código 35**.

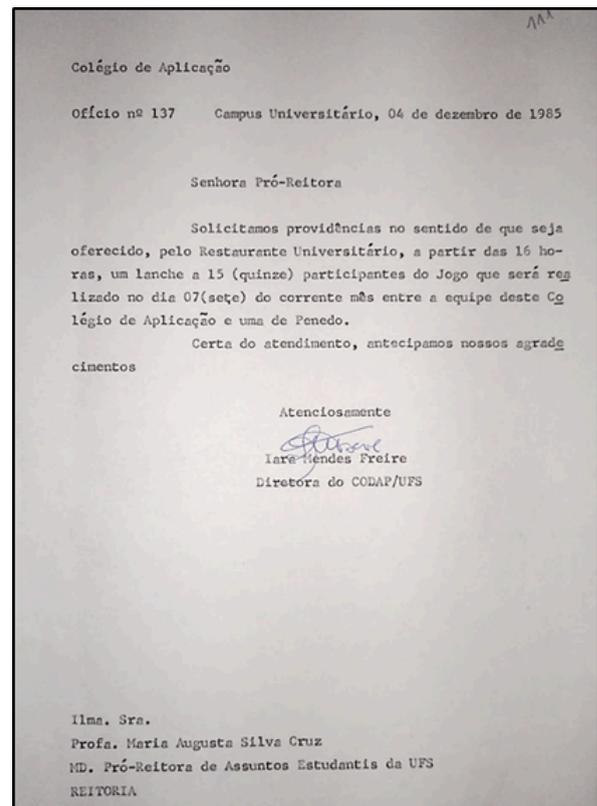


Figura 4 – Ofício de Solicitação nº 137 – Colégio de Aplicação (1987).

Fonte: Acervo do Cemdap.

O código de notação também tem relação com o tipo documental, que, no caso de ofício de solicitação, possui o **código 107** – o ano de produção do documento é 1985. A sua ordem será determinada a partir da posição em que ele estará, à medida que for catalogado de acordo com a sua série documental. Nesse caso específico, o código desse documento será **04.02.35.107.1985.X-X**. O código X identifica a ordem do documento que só pode ser realizada a partir da organização física, assim como a numeração da pacotilha onde estará indicado o documento.

Já com relação ao código de notação dos dossiês, utilizou-se o Código de Classificação dos Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim das instituições federais de ensino superior-IFES. Esse documento é destinado ao nível superior, mas apresenta os códigos da educação básica, pois as universidades federais comportam os colégios de aplicação. Um exemplo é o código de classificação 430, que corresponde ao ensino fundamental, diferentemente do código 441, que se refere ao ensino médio.

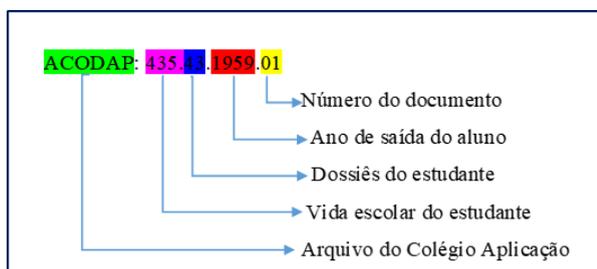


Figura 5 – Código de notação definitivo dos dossiês de estudantes – Colégio de Aplicação da UFS.

Fonte: Cabral, 2023.

O Colégio de Aplicação da UFS oferece a educação básica, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e o ensino médio. Assim, pensamos em usar os códigos de classificação referentes ao ensino fundamental, visto que não há códigos específicos que englobem ambas as modalidades ao mesmo tempo. E, como o Colégio de Aplicação iniciou suas atividades na condição de Ginásio, o que hoje corresponderia ao ensino fundamental, julgamos mais conveniente usar o código de classificação dessa modalidade de ensino. Diante disso, por exemplo, a caixa dos dossiês de aluno terá o código **ACODAP: 435.43.1959.01**. Apesar de os dossiês de alunos terem tratamento de classificação diferente dos

outros documentos, eles são classificados na função Administração e na subfunção educacional.

Para o acondicionamento final, depois de concluída a organização física dos documentos, inseriu-se uma etiqueta de identificação em que deverá constar a função, subfunção, atividade, uma pequena descrição da série documental e o código de identificação inicial e final dos documentos presentes na caixa. A partir da produção do plano de classificação e inventário, o processo de organização física está em execução.

Considerações finais

A utilização das técnicas da arquivologia e das reflexões a respeito da condição de patrimônio histórico educacional dos acervos da escola ou da educação auxilia na compreensão e na análise dos documentos e sua valorização e preservação. Nesse sentido, a ação realizada no acervo do Colégio de Aplicação permitiu a criação de um instrumento de pesquisa, mais especificamente do *Inventário de Acervo Documental Permanente do Colégio de Aplicação da UFS*, em que parte da documentação do acervo foi catalogada (organização intelectual) com os propósitos de promover a organização física da documentação e de oferecer ao usuário uma ferramenta que possibilite o acesso à informação de forma ágil e racional.

O processo efetivado envolveu os métodos e as técnicas arquivísticas, a exemplo dos principais princípios aplicáveis à organização dos documentos, além dos aspectos que definem um plano de classificação e a definição das formas de descrição e respectivos códigos de notação. Além do diálogo com a Arquivologia, foi importante o tratamento da documentação realizado na perspectiva do patrimônio histórico educacional. Patrimônio porque exprime a identidade de uma instituição e dos sujeitos que por ali passaram, ampliando, assim, a possibilidade de preservação da memória institucional e da cultura educacional de um determinado contexto histórico.

O processo desta pesquisa também produziu um *Plano de Classificação da Documentação Permanente do Colégio de Aplicação*, desenvolvido a partir da legislação pertinente e de

referências que discutem sobre o processo de organização dos arquivos e dos regimentos da escola, por meio de estudos sobre a história do Colégio. A legislação e a teoria arquivística deram um norte para a execução da organização da massa documental acumulada e produzida pelo Colégio. Os regimentos e outros documentos da escola permitiram verificar quais documentos foram produzidos pela instituição, além de demonstrar as funções que eram desenvolvidas no Colégio de Aplicação da UFS.

Sobre as funções do Colégio de Aplicação da UFS, percebeu-se que este desenvolveu e ainda desenvolve atividades que estão atreladas ao ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a cultura escolar do Colégio foi marcada por diferentes eventos pedagógicos no decorrer de sua história, sejam eles culturais, como festividades religiosas, ou esportivos, como jogos escolares. Diante dessas e outras especificidades, estabeleceram-se quatro funções da escola em questão: administrativa, de ensino-aprendizagem, pedagógico-científica e pedagógico-cultural.

Essas funções incluem as subfunções em que estão delineadas suas atividades. No processo de identificação, percebem-se as atividades e a função para a qual o documento foi produzido. Depois de realizada essa etapa, foram feitas a classificação e a catalogação do documento em um banco de dados do *Excel*, que se mostrou bastante útil e funcional para a realização do processo. Nesse banco de dados, foram definidos metadados, como o nome do documento, a descrição, a espécie documental, o tipo documental, o ano, a data, a responsabilidade, a função subfunção, a atividade e a observação. À medida que se procedia à catalogação, imediatamente, o banco de dados criava o código de notação definitivo do documento, o qual serviria para uma posterior organização física.

No inventário produzido, constam o código de notação definitivo, o nome do documento, a data, o ano e a responsabilidade, ou seja, o órgão ou a pessoa que produziu o documento. A partir das tipologias documentais, foram criadas as séries documentais de cada função. Com a elaboração do inventário, foi possível perceber quais documentações estavam presentes no acervo. Nesse momento, também ficou evidente que possíveis

temáticas envolvendo a História da Educação poderiam ser analisadas e estudadas.

Além de executar o processo específico de organização documental, foi crucial propor uma mudança do local de arquivamento dos documentos permanentes da antiga sala, que não atendia aos requisitos necessários para a sua preservação. Com a aprovação do Colégio, essa proposta foi efetivada e o arquivo foi transferido para o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação, situado no prédio escolar.

A jornada de organizar um arquivo escolar evidencia a importância do engajamento da comunidade escolar e do suporte administrativo para o sucesso das intervenções necessárias à preservação. É também uma iniciativa educativa progressiva, que destaca para os envolvidos – professores, funcionários administrativos e alunos – a relevância da preservação da documentação, a compreensão de seus propósitos e as suas diversas possibilidades. Esses documentos não apenas servem como comprovação em questões administrativas ou pessoais, mas também são fontes de pesquisa e elementos enriquecedores nos processos educativos.

Por fim, as ações descritas, como a elaboração do plano de classificação e do instrumento de inventário, podem contribuir para projetos de outros pesquisadores, especialmente na área da História da Educação. Nesse sentido, as ações apresentadas podem colaborar na elaboração e/ou execução de projetos com a finalidade de organizar documentos históricos de outras instituições educacionais, realçando a importância do conhecimento da Ciência da Informação, especialmente da Arquivologia, para intervenções voltadas à preservação da documentação histórica escolar.

Notas

1 Projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição e financiado por meio da Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 e Edital Chamada CNPq Nº 09/2022 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **Intelectuais e guerreiros**: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELLATORE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BRASIL. (1945). Decreto-lei nº 9.053, de 12 de março de 1946. **Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco-1946-417016-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CABRAL, Anne Emílie Almeida. **Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS**: preservação do patrimônio histórico e educacional e potencialidades para a escrita da história da educação. 2023. 178f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

CABRAL, Anne Emílie Almeida. **Inventário do acervo documental permanente do Colégio de Aplicação da UFS**. São Cristóvão: UFS, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/17597/3/ANNE_EMILIE_SOUZA_ALMEIDA_CABRAL-Inventario.pdf. Acesso em: 26 mai. 2023.

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Procuração** de nomeação do mosenhor Luciano José Cabral Duarte como procurador para o

processo de fundação do GA da FCFS, 1959. (Pacotilha 23).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento** Interno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, 1961. (Pacotilha 25).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento** Interno do Colégio Aplicação, 1975. (Pacotilha 215).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. **Regimento** Interno do Colégio Aplicação, 1981. (Pacotilha 25).

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. *In*: FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. <https://editoracriacao.com.br/compreensoes-historiograficas-da-educacao-brasileira/>. Acesso em: 16 dez 2022.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Aspectos da fundação e do processo de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do CEMDAP. *In*: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **A pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2023, p. 139-168. Disponível em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-11-07-23-17-16-53.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares; PAULILO, André Luiz. Veredas do Patrimônio Histórico Educacional: historiografia e memória. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 31, n. 00, p. e023008, 2023. DOI: 10.20396/resgate.v31i00.8670473. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8670473>. Acesso em: 21 set. 2023.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 129-149, 1998.

FRAGO, Antonio Viñao. Memoria, patrimonio y educación. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 33, p. 31-62, 2011. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/20100> Acesso em: 15 nov. 2022.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

LOPES, Gustavo Adolfo; PAZIN, Márcia. Os tipos documentais e as atribuições, funções e atividades da área de relações com investidores das companhias abertas no Brasil. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, v. 28, n. 57, p. 439-465. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/747> Acesso em: 5 nov. 2022

RODRIGUES, Manuel Ferreira. Cultura material e reflexão epistemológica para renovação da História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42976/pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**.

Tradução Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, v. 14, n. 26, p. 199-221, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199>. Acesso em: 31 jan. 2022.

VIDAL, Diana. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, v. 18, n. 36, p. 251-272, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ZAIA, Iomar Barbosa. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2, p. 153-174, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38650> Acesso em: 31 jan. 2022.

Patrimônio cultural e distritos criativos: uma relação através do Distrito Criativo Centro-Gare

Cultural heritage and creative districts: a relationship through the Centro-Gare Creative District

Ana Júlia Scortegagna Socal*
Leonora Romano**

Palavras-chave:
Patrimônio Cultural
Distrito Criativo
Centro-Gare
Santa Maria

Resumo: O Distrito Criativo Centro-Gare (DCCG) é uma iniciativa que visa transformar a região do centro histórico da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, através do fomento à economia criativa, valorizando a memória e identidade do território, o qual tem um vínculo intrínseco com o passado ferroviário. Considerando o papel dessa região no desenvolvimento histórico-cultural da cidade, buscou-se identificar de que forma a temática do patrimônio cultural relaciona-se com o Distrito Criativo Centro-Gare, analisando desde a existência de edificações reconhecidas como patrimônio cultural até as ações propostas e desenvolvidas dentro da iniciativa. A partir do conjunto de dados coletados, constatou-se que o patrimônio cultural é abordado de forma transversal e multifacetada, sendo um dos pilares do Distrito Criativo Centro-Gare, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Keywords:
Cultural Heritage
Centro-Gare Creative
District
Santa Maria

Abstract: The Centro-Gare Creative District (DCCG) is an initiative that aims to transform the historic center of Santa Maria, Rio Grande do Sul, by promoting the creative economy, valuing the memory and identity of the territory, which has an intrinsic link with the railway past. Considering the role of this region in the historical-cultural development of the city, we sought to identify how the theme of cultural heritage is related to the Centro-Gare Creative District, analyzing the existence of buildings recognized as cultural heritage as well as the actions proposed and developed within the initiative. From the set of data collected, it was found that cultural heritage is approached in a transversal and multifaceted way, being one of the pillars of the Centro-Gare Creative District, contributing to its development.

Recebido em 24 de fevereiro de 2024. Aprovado em 23 de abril de 2024.

Introdução

O Distrito Criativo Centro-Gare (DCCG), localizado em Santa Maria, Rio Grande do Sul, é uma iniciativa que tem como objetivo transformar a região do centro histórico da cidade, fortalecendo o papel da criatividade e da economia criativa no

desenvolvimento sustentável. O primeiro distrito criativo de Santa Maria nasceu com o propósito de converter esse território, outrora degradado e subutilizado, em um ambiente pulsante, econômico, sustentável e culturalmente plural, promovendo o aumento da qualidade de vida das pessoas que ali moram, trabalham ou visitam (Distrito Criativo Centro-Gare, 2022c).

* Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Gestora de Turismo (UFSM). Arquiteta e Urbanista (UFSM). E-mail: anajsocal@gmail.com.

** Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSM. E-mail: leonora.romano@ufsm.br.

A proposta segue o conceito de distritos criativos, nos quais a criatividade, a inovação e o respeito à memória e à história local são utilizados como vetores de desenvolvimento social, econômico e cultural (Ferreira; Teixeira; Piqué, 2023). Através da reestruturação do território e do fomento a iniciativas relacionadas à economia criativa, os distritos criativos dão condições para o florescimento do potencial criativo de residentes locais, oportunizam a integração com a comunidade e fortalecem as características que tornam esses territórios um destino procurado por turistas e empreendedores criativos.

Estruturado a partir de um perímetro pré-definido e pautado em uma série de ações, envolvendo revitalização de edificações e espaços, fomento ao empreendedorismo, promoção de eventos, entre outras, o Distrito Criativo Centro-Gare conta com a participação de diversas entidades, entre setores público, privado e sociedade civil organizada, que colaboram entre si para promover o seu desenvolvimento. A escolha do lócus de implantação ocorreu em virtude das características históricas do território, que tem um forte vínculo com a memória e com o passado ferroviário de Santa Maria.

A partir disso, este estudo tem como objetivo identificar as relações entre o Distrito Criativo Centro-Gare e o patrimônio cultural da cidade de Santa Maria, analisando de que forma as ações propostas dialogam com esta temática e apurando se as ações, que estão sendo desenvolvidas no contexto, contribuem para a visibilidade da política cultural do município e seus investimentos.

O estudo possui uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, e foi realizado em fontes bibliográficas e documentais. Inicialmente foi realizada uma pesquisa sobre as temáticas de distritos criativos versus patrimônio cultural, de forma a clarificar os conceitos e suas características. Essa primeira etapa também envolveu a pesquisa sobre o Distrito Criativo Centro-Gare, de modo a compreender a iniciativa e como ela foi estruturada, especialmente a partir do seu Plano de Ação. Na sequência, foi realizada a pesquisa em decretos e leis, municipais e estaduais, que dispõem do reconhecimento de bens como patrimônio cultural, seu direito e proteção. Para isso, foram

considerados os documentos datados até o final de janeiro de 2024.

Por fim, deu-se seguimento às análises das ações constantes no Plano de Ação que tem alguma relação com o patrimônio cultural, verificando como foram propostas e como estão sendo desenvolvidas e cruzando com as informações acerca das edificações que contam com algum tipo de proteção. Para as análises acerca do desenvolvimento e progresso das ações foram utilizados os Relatórios Anuais de Progresso dos Comitês do Distrito Criativo Centro-Gare de 2022 e 2023, os quais centralizam e descrevem, de forma sintética, o que foi desenvolvido ao longo de cada ano. Além disso, foi realizada uma pesquisa em notícias, especialmente as vinculadas no site da Prefeitura Municipal de Santa Maria, que também forneceram subsídios para as análises. O conjunto de informações obtidas possibilitou a compreensão de como a temática do patrimônio cultural está inserida no contexto do Distrito Criativo Centro-Gare, evidenciando a sua importância.

Distritos criativos: conceito e caracterização

As discussões sobre desenvolvimento econômico e cidades criativas têm crescido nas últimas décadas (Evans, 2009; Sanfelici, 2021), impulsionadas pelo esgotamento de um modelo de economia tradicional, associado ao fordismo, e o redirecionamento para um modelo mais dinâmico, pautado em produtos e serviços que tem como recurso-chave a criatividade (Sanfelici, 2021). Em um contexto de transformação mundial nas formas de produção, especialmente a partir da década de 1980, quando o setor manufatureiro foi perdendo espaço para negócios baseados em conhecimento, tecnologia e inovação, a economia criativa ganhou força e passou a influenciar a implementação de diversas políticas públicas que visam à transformação de territórios a partir desse conceito (Depiné, 2019).

A economia criativa refere-se àquelas atividades que utilizam a criatividade, o conhecimento e a inovação como matérias-primas do processo de produção e como forma de agregar valor econômico (Depiné, 2019), incluindo os

setores de artesanato, moda, design, arquitetura, produção audiovisual, música, entre outros (Sanfelici, 2021). Segundo Ferreira, Teixeira e Piqué (2023, p. 262), “[...] a economia criativa gera receitas por meio de experiências, lazer e soluções, produzindo e comercializando valores simbólicos definidos pelo emprego da criatividade”.

Ancorado nessa definição, nasce o conceito de distrito criativo. Os distritos criativos são porções de território urbano onde há uma expressiva concentração de negócios e atividades relacionados à economia criativa (Wittmann; Testoni, 2019). Esses locais congregam instituições inovadoras, empreendedores e talentos criativos, levando a uma convergência entre atores que compartilham conhecimentos e colaboram entre si.

Teixeira, Piqué e Ferreira (2022) mapearam a existência de sessenta e três distritos criativos ao redor do mundo, com grande parte localizada no continente americano (32) ou na Europa (22), seguido de seis na Ásia, dois na Oceania e um na África. A maioria começou a surgir na década de 2000, com uma ascensão de criação na década de 2010. Apesar de apresentarem variações com relação à forma de organização e composição, todos visam aproveitar o potencial criativo existente na região, regenerar espaços urbanos degradados e fomentar a economia criativa, transformando o local em um ambiente atrativo. Para além do viés econômico, os distritos criativos atingem aspectos sociais e culturais, visto que em muitos desses lugares atuam como o núcleo artístico e cultural da cidade, beneficiando tanto trabalhadores, que têm a oportunidade de expressar e compartilhar os seus talentos (Florida, 2002), quanto visitantes e moradores da cidade, que têm acesso a opções culturais e de lazer (Marques; Richards, 2014). A clusterização de empreendimentos forma uma atmosfera vibrante e um lócus propício ao compartilhamento de conhecimentos, à cocriação de ideias e ao desenvolvimento de práticas inovadoras.

Além de ter a criatividade como motor de desenvolvimento, os distritos criativos estão pautados na valorização de aspectos como empreendedorismo, cultura, arte, inovação e preservação do patrimônio cultural (Ferreira; Teixeira; Piqué, 2023). Em muitos casos, configuram-se como estratégias de revitalização de

espaços urbanos degradados ou abandonados, transformando-os em ambientes prósperos para o desenvolvimento de negócios criativos.

Para Fischer (2013) qualquer recorte territorial pode se tornar um território criativo, visto que a noção de território é uma construção coletiva e dinamizada por projetos de desenvolvimento. Assim, um distrito criativo pode ser configurado como um conjunto de ruas, como um ou mais bairros, como um conjunto de quadras ou ainda a partir de regiões maiores da cidade.

A formação de distritos criativos pode ocorrer de diversas formas, através de processos orgânicos, com o acúmulo de atividades criativas ao longo dos anos, ou de modo planejado, seja por iniciativa da classe criativa, do poder público ou por movimentos da sociedade civil (Ferreira; Teixeira; Piqué, 2023). A atuação do poder público, mesmo nos casos nos quais um distrito criativo se desenvolve espontaneamente, é crucial na adequação dos espaços, visto que as regiões que geralmente são palco dessas iniciativas encontram-se em condições degradadas e subutilizadas, demandando investimentos em infraestrutura urbana e segurança (Goldberg-Miller; Heimlich, 2017).

Independentemente de quem impulsionou, é essencial o envolvimento de diferentes stakeholders¹, os quais devem atuar de maneira horizontal na governança desses distritos (Wittmann; Testoni, 2019). Integrar a própria comunidade aos processos de construção de um distrito criativo, estabelecendo um sistema de governança que inclua representantes diversos do ecossistema da região, é fundamental para assegurar a sua perpetuidade e garantir que a execução ocorra independente de vontades políticas e interesses ideológicos.

É necessário, ainda, um equilíbrio entre fatores *hard* e *soft* (Goldberg-Miller; Heimlich, 2017). O primeiro refere-se à segurança, limpeza, iluminação e infraestrutura urbana, já o segundo engloba locais de lazer, espaços verdes, eventos e festivais, gastronomia e atividades culturais, neste aspecto é fundamental identificar a singularidade das subjetividades culturais e sociais de cada território. A união desses esforços é o que transformará o distrito criativo em um ambiente acolhedor e sustentável, que atrai e retém a classe criativa e que seja bom para as pessoas morarem, trabalharem e se divertirem.

Enquanto os fatores *hard* — ruas limpas e bem iluminadas, transporte coletivo, segurança, etc — promovem um lugar seguro e com infraestrutura adequada para que os trabalhadores criativos ali se instalem, são os fatores *soft* — opções culturais e de lazer, acesso a outros criativos, etc. — que os mantêm lá e que tornam esses espaços atrativos.

A relação entre as pessoas e o território e a valorização da história local é outra característica dos distritos criativos. A herança urbana, os costumes e o patrimônio cultural são respeitados e integrados à iniciativa, a partir da construção de símbolos, materiais e imateriais, que são exclusivos mas não são exclusividade, pelo contrário, são construídos para serem compartilhados. Dessa forma, o distrito criativo torna-se atrativo para os empreendedores criativos, democratizando o sentimento de pertencimento (Ferreira; Teixeira; Piqué, 2023).

Vários distritos criativos utilizam os bens culturais presentes no território como símbolos, sejam eles materiais ou imateriais, como ativos de poder simbólico e como âncora para o desenvolvimento territorial, a exemplo do Distrito San Ignacio, em Medellín, Colômbia (Ferreira, 2022), do Distrito C, em Porto Alegre (Horowitz, 2023), e do Bronx Distrito Criativo, em Bogotá, Colômbia (Ferreira; Zacaluzne, 2022), evidenciando a importância da relação entre o patrimônio cultural e os territórios criativos.

Distrito Criativo Centro-Gare

O Distrito Criativo Centro-Gare, localizado na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, é fruto de uma movimentação coletiva que tem como objetivo promover a transformação do território a partir do fomento a iniciativas relacionadas à economia criativa (Distrito Criativo Centro-Gare, 2022a). Lançado oficialmente em 27 de abril de 2022, o Distrito Criativo Centro-Gare está localizado na região central da cidade, em uma área que se sobrepõe, em grande parte, com o perímetro do Centro Histórico.

Esse território tem uma intrínseca relação com a história, formação e identidade cultural de Santa Maria, visto que ancora as memórias e os remanescentes da época que o modal ferroviário

atuou como vetor de desenvolvimento da cidade. Em setembro de 1885, a ferrovia chegou a Santa Maria, a partir da conclusão do assentamento dos trilhos da linha-tronco Porto Alegre-Uruguaiana até onde seria construída, posteriormente, a Estação Ferroviária de Santa Maria. A inauguração do trecho, conectando a cidade com a Capital, foi fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural, trazendo grandes transformações que representavam o progresso e a modernidade. Além disso, a posição estratégica de Santa Maria, no centro do estado, tornou-se um importante entroncamento ferroviário da Região Sul do país, por onde passavam as principais linhas, a saber: Santa Maria-Uruguaiana, conectando o RS com a Argentina através de Paso de los Libres; e Santa Maria-Marcelino Ramos, conectando a cidade de Santa Maria com o resto do Brasil (Lopes, 2002). Por conta disso, a cidade foi escolhida para sediar a Diretoria da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, companhia belga responsável pelo arrendamento da ferrovia, acarretando no crescimento urbano e populacional em consequência da chegada de novos moradores que vieram trabalhar na empresa (Flôres, 2007).

A instalação da estação ferroviária redirecionou o desenvolvimento da cidade, impulsionando a construção de novas edificações e o surgimento de comércio e serviços, especialmente ao longo da Avenida Rio Branco, o eixo que conectava a estação com o centro da cidade, esse tendo como locus central a Praça Saldanha Marinho (Lopes, 2002). Pela Avenida Rio Branco, que hoje forma a espinha dorsal do Distrito Criativo Centro-Gare, circulavam inúmeras pessoas que chegavam na cidade por meio do trem, trazendo movimentação e novas dinâmicas sociais. Destaca-se também a construção da Vila Belga, um conjunto de casas construído para abrigar os trabalhadores da ferrovia, localizado nas imediações da estação ferroviária (SOCAL, 2023).

A escolha dessa região para a implementação do primeiro distrito criativo de Santa Maria ocorreu, então, por ser uma área extremamente importante em termos históricos e culturais, mas que apresentava degradação e necessidade de novos investimentos, além de carecer de movimentação e circulação de pessoas em alguns

espaços. Ademais, identificou-se que o território já era marcado por uma forte presença da economia criativa em diversos empreendimentos existentes, o que fortalece a iniciativa proposta (Distrito Criativo Centro-Gare, 2022c).

A partir disso definiu-se o perímetro do Distrito Criativo Centro-Gare, que tem em suas extremidades a Estação Ferroviária, ao norte, e a Praça Saldanha Marinho, ao sul. As delimitações leste e oeste partem do eixo central formado pela Avenida Rio Branco, que se estende duas quadras para cada lado. O perímetro comporta a interseção de 25 ruas e duas avenidas, totalizando uma área de 91,4 hectares.

A escolha do nome seguiu o perfil histórico e cultural da região. Imortalizado na denominação Centro-Gare está o passado ferroviário que impulsionou o crescimento e o desenvolvimento da cidade e que tornou Santa Maria referência na malha ferroviária gaúcha.

A construção do Distrito Criativo Centro-Gare ocorreu de forma coletiva, através da participação de diversos atores, entre setores público, privado e sociedade civil organizada. O movimento em prol da criação de um distrito criativo começou no início de 2021, quando o Grupo de Pesquisa VIA Estação Conhecimento, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi contratado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria para estruturar o projeto (Distrito Criativo Centro-Gare, 2022b). A partir de uma metodologia própria do grupo, que estimula a construção colaborativa entre os diversos agentes do ecossistema de inovação social, o distrito criativo começou a tomar forma (Ferreira; Teixeira; Piqué, 2023).

Mais de 550 pessoas foram ouvidas e puderam manifestar as suas opiniões, sugestões e contribuições para o Distrito Criativo. No total, foram apontados 1.758 problemas que posteriormente foram utilizados como base para a elaboração do Plano de Ação, ou seja, o documento que reúne as diretrizes e orienta a implementação do Distrito Criativo Centro-Gare. Além de especificar a missão, visão e valores, o Plano de Ação apresenta e detalha os 41 objetivos estratégicos que se desdobram em ações de curto, médio e longo prazo e atuam como o fio condutor desse processo.

Os objetivos estratégicos e ações estão agrupados em quatro dimensões, ou quatro comitês: Comitê Ambiente Natural e Construído, que trata da materialidade do território e engloba ações como revitalização de prédios históricos, melhorias na iluminação e infraestrutura e aperfeiçoamento de espaços verdes e de lazer; Comitê Governança e Políticas Públicas, que contempla a participação coletiva, o engajamento de atores e o planejamento territorial; Comitê Economia Criativa, que inclui ações visando aumentar a movimentação cultural criativa, fomentar o empreendedorismo e alavancar o turismo; e Comitê Identidade e Recursos Culturais, no qual as ações tratam da preservação da identidade e da memória e do sentimento de pertencimento (Distrito Criativo Centro-Gare, 2022d).

Cada comitê conta a participação de diversos atores, que se reúnem periodicamente para discutir e dar andamento às ações do Plano de Ação. Mais de 20 entidades participam da construção conjunta do Distrito Criativo Centro-Gare, incluindo a Prefeitura Municipal de Santa Maria, através de diversas secretarias; instituições de ensino superior como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSC) e a Universidade Franciscana (UFN); entidades e associações, como o Coletivo Memória Ativa, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Comphec), Sebrae e a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (Adesm); e organizações privadas, como o Sicredi e o Porão Criativo.

O Distrito Criativo Centro-Gare é, portanto, um projeto macro que contempla uma série de ações visando reestruturar a região do centro histórico e fomentar iniciativas relacionadas à economia criativa. Sua abordagem inclusiva e colaborativa contribui para a construção de uma cidade mais dinâmica, criativa e sustentável.

O patrimônio cultural no Distrito Criativo Centro-Gare

O Distrito Criativo Centro-Gare está inserido em uma região que tem uma profunda conexão com a história e com a memória da cidade de Santa Maria. O território, que outrora foi palco das grandes transformações sofridas em consequência da chegada

da ferrovia, guarda remanescentes materiais e imateriais que contam a história e dialogam com a herança cultural da cidade. O próprio nome escolhido para o distrito criativo, Centro-Gare, já fornece indícios do perfil territorial vinculado ao passado ferroviário e da existência de um patrimônio cultural rico e diverso.

Este estudo começou, portanto, com a identificação e mapeamento das edificações presentes no perímetro do Distrito Criativo Centro-Gare que

são reconhecidas como patrimônio cultural através de instrumentos legais de proteção, como por exemplo o tombamento. A partir da análise de Decretos Executivos que dispõem sobre tombamentos provisórios e definitivos, junto com as leis que consideram bens como Patrimônio Histórico e Cultural do Município, foi possível traçar um panorama acerca da quantidade e da localização de tais edificações (figura 1).



Figura 1 – Edificações do Distrito Criativo Centro-Gare que são consideradas patrimônio cultural.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Observou-se que no Distrito Criativo Centro-Gare existem 149 bens materiais que possuem alguma chancela de patrimônio cultural, sendo que boa parte deles concentra-se ao longo da Avenida Rio Branco. Do total, 58 apresentam tombamento definitivo estadual, 40 são tombados definitivamente em nível municipal, e 44 possuem o tombamento provisório decretado pelo município, mas que ainda não se converteu em definitivo. Outras sete edificações são consideradas Patrimônio Histórico e Cultural através de lei municipal. Esses dados demonstram a presença marcante do patrimônio cultural no território, dada as inúmeras edificações de interesse histórico-cultural, sendo muitas delas relacionadas com o passado ferroviário.

Essa relação fica evidenciada, também, no Plano de Ação, documento norteador da iniciativa. Ao analisar-se os 41 objetivos estratégicos e suas respectivas ações, constatou-se que a temática do patrimônio cultural está presente em todos os

quatro Comitês que compõem o Distrito Criativo Centro-Gare, evidenciada em no mínimo um objetivo estratégico de cada comitê (quadro 1). No Ambiente Natural e Construído, os objetivos estratégicos e ações que têm relação com o patrimônio referem-se aos aspectos materiais, como a restauração e revitalização das edificações, à preservação ou ainda à utilização desses espaços para a realização de atividades turístico-culturais. No Comitê Governança e Políticas Públicas, o objetivo estratégico 19 traz ações que tratam da desburocratização envolvendo imóveis patrimoniais. O Comitê Economia Criativa dialoga com o patrimônio cultural através da promoção de ações relacionadas a atividades culturais, eventos e capacitações que envolvam a história da região, assim como a utilização de prédios históricos para tais atividades. Por fim, o Comitê Identidade e Recursos Culturais contém ações que tratam de educação patrimonial e preservação da identidade cultural.

Quadro 1 – Objetivos estratégicos e respectivas ações do Plano de Ação do Distrito Criativo Centro-Gare que se relacionam com a temática do patrimônio cultural.

AMBIENTE NATURAL E CONSTRUÍDO		
3. Transformar a GARE da Viação Férrea	CP	Avaliar usos e atividades do prédio da Gare e elaborar edital para sua ocupação.
		Finalizar processo de elaboração de documentos técnicos para futuros projetos na Gare.
		Organizar exposições de arte e fotografia relacionadas à história da GARE.
	MP	Criar campanhas para resgatar a importância da GARE para a identidade da cidade.
		Realizar atividades no largo da Gare.
		Estudar viabilidade técnica para restauro e requalificação da linha férrea.
	LP	Revitalizar o prédio do antigo “Mercado Público” para movimentar o entorno da GARE.
		Integrar a GARE com outros espaços do entorno, por meio de praças e pistas de caminhada.
		Criar um museu para registrar a memória ferroviária utilizando tecnologias de realidade aumentada e focado em experiências imersivas.
4. Revitalizar o patrimônio histórico	CP	Criar e executar ações de conscientização da população sobre a importância de preservar o patrimônio histórico.
		Criar roteiro de visitação/passeio temático guiado pelo Centro Histórico.
	MP	Dar continuidade às ações de incentivo fiscais para manutenção e revitalização das residências que tenham arquitetura histórica.
		Definir rotas para circuitos temáticos do Distrito Criativo.
		Definir rotas virtuais temáticas do Distrito Criativo.
	LP	Restaurar e requalificar os prédios históricos de todo o Distrito.
CP	Realizar projeto piloto nos canteiros da Rio Branco para realizar melhorias nas calçadas.	

5. Aperfeiçoar espaços de paisagismo, espaços verdes e de lazer	LP	Preservar os recursos naturais do território, valorizando a paisagem natural do entorno formada por morros.
7. Aumentar a atratividade e revitalização estética	MP	Buscar parceiros privados para patrocinar a pintura de patrimônios históricos. Realizar chamamento público para artistas plásticos e escultores criarem intervenções artísticas para colocação nas ruas do Distrito, relacionadas à memória ferroviária da região.
	LP	Viabilizar intervenções artísticas ganhadoras do chamamento público.
10. Alavancar a Vila Belga	CP	Ampliar a frequência de realização das feiras do Brique da Vila Belga, melhorando a infraestrutura.
		Diversificar os tipos de eventos realizados para ampliar a movimentação cultural.
		Ampliar a divulgação da Vila Belga como região boêmia e artística.
		Criar agenda cultural para valorização da conquista recente de patrimônio belga fora da Bélgica.
	MP	Divulgar ações do Brique por todas as organizações participantes da iniciativa Distrito Criativo.
		Promover a revitalização do prédio da Associação dos Ferroviários, destinando um uso a ele. Criar fundo participativo para apoio às ações realizadas na Vila Belga.
LP	Criar um museu para contar a história da Vila Belga.	
11. Revitalizar a Av. Rio Branco	CP	Criar campanhas e materiais para divulgação da importância histórica da Avenida Rio Branco.
	LP	Projetar uma experiência de imersão na realidade do século 20 de Santa Maria na parte baixa da Avenida Rio Branco.
16. Transformar a Casa de Cultura	CP	Executar o plano de ação definido na proposta submetida pela Sec. Cultura.
GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS		
19. Difundir informações sobre imóveis patrimoniados e incentivar outros usos	CP	Mapear o que existe e qual a situação de cada imóvel.
		Realizar ações (como eventos, lives, etc.) para explicar sobre o tema, com ampla divulgação para que interessados fiquem sabendo.
		Ampliar divulgação de ações que já existem para facilitar processos para imóveis patrimoniados.
		Divulgar critérios de aceite para aquisição de imóveis patrimoniados.
	MP	Desburocratizar e agilizar os processos de regularização das obras em imóveis patrimoniados.
		Criar materiais didáticos explicando o processo e benefícios de aquisição de imóveis patrimoniados ou de tombamento.
	LP	Oferecer oficinas sobre a preservação dos imóveis para empreendedores e moradores.
Implantar lei de regulamentação da transferência do direito de construir para imóveis patrimoniados, tombados ou inventariados		
ECONOMIA CRIATIVA		
28. Aumentar a movimentação cultural criativa	CP	Fortalecer ações culturais e criativas da região, por meio da organização de calendário de feiras, eventos, exposições de arte, festivais literários, shows, oficinas, feiras de antiguidades, cursos presenciais sobre a história da região.
	MP	Ceder espaços em prédios históricos disponíveis para realização de eventos culturais e criativos.
	LP	Estruturar espaço para exibição de audiovisuais utilizando os prédios históricos e com a exibição de filmes relacionados à história da região.

29. Conhecer e divulgar o que se tem para atrair	MP	Criar formações rápidas sobre história da região e visão de futuro para o Distrito Criativo para que empresas interessadas em se instalar no território.
31. Valorizar e ampliar empreendimentos gastronômicos	MP	Realizar eventos gastronômicos em prédios históricos, assim como ao ar livre.
	LP	Viabilizar o uso de prédios históricos para criação de bares, restaurantes, bistrôs, desde que restauradas mantendo o patrimônio histórico.
32. Alavancar o turismo	CP	Criar roteiros para caminhadas culturais e históricas.
	MP	Criar ações de turismo que envolvam as escolas, principalmente ensino médio, incentivando métodos de aprendizagem por projetos sobre a história da região.
35. Valorizar e incentivar artistas empreendedores	MP	Lançar edital de chamamento público para produção audiovisual sobre a história da cidade contando com o auxílio de IES e empresas que possuam equipamentos que possam ser utilizados.
		Estruturar curso rápido sobre artesanato identitário.
	LP	Utilizar prédios históricos restaurados para espaço de museu ou galeria de arte para exposição/venda dos trabalhos dos criativos da região.
IDENTIDADE E RECURSOS CULTURAIS		
37. Formar os cidadãos sobre a história da região	CP	Realizar levantamento histórico aprofundado sobre as raízes da região
		Criar um material instrucional contando a história da região
	MP	Criar ações de educação patrimonial a partir da disseminação de conhecimentos sobre a história e patrimônios da região.
		Criar jogos e oficinas de aprendizagem mão na massa para engajar diferentes públicos sobre a história da região.
		Criar site/plataforma para divulgação de materiais sobre a história e patrimônio cultural da região.
		Resgatar e criar iniciativas de valorização da riqueza paleontológica da região
		Criar peça de teatro infantil contando a história da região.
		Criar agenda de “contação de histórias” convidando moradores tradicionais da região a contarem suas histórias a um público, utilizando as praças e parque da região (concha acústica).
LP	Restaurar e registrar documentos de patrimônios.	
38. Preservar a identidade cultural	CP	Criar campanhas para divulgação da história ferroviária e do vínculo com a cultura belga - por meio de redes sociais, TV e jornais.
		Fortalecer a imagem da Vila Belga como um dos mais importantes patrimônios belga fora da Bélgica.
		Criar placas de sinalização para identificação do patrimônio histórico e cultural.
	MP	Criar ponto turístico com fotos históricas tipo memorial onde as pessoas possam deixar relatos ou comentários
		Desenvolver guia junto com cursos de patrimônio, turismo etc das universidades
		Viabilizar a criação e a comercialização de produtos identitários
LP	Projetar mobiliário urbano e objetos artísticos que tenham relação com história ferroviária	

CP = Curto Prazo | MP = Médio Prazo | LP = Longo Prazo

Fonte: elaborado pelos autores (2024) baseado em Distrito Criativo Centro-Gare (2022d).

Há, portanto, uma pluralidade na abordagem do patrimônio cultural no Distrito Criativo Centro-Gare, com ações que se referem ao patrimônio material edificado e também ações que tem como foco os aspectos imateriais, englobando a história da região e a memória ferroviária. Por um lado, é nítida a preocupação com a recuperação da região e a revitalização de edificações e espaços degradados ou subutilizados, sendo esse aspecto mencionado diversas vezes ao longo do Plano de Ação, como por exemplo nas ações "Promover a revitalização do prédio da Associação dos Ferroviários, destinando um uso a ele" e "Revitalizar o prédio do antigo 'Mercado Público' para movimentar o entorno da GARE".

De outro lado, as ações vão muito além da intervenção física no território, estendendo-se à divulgação de seus aspectos históricos e culturais e às formas de ocupação desses espaços. A importância de disseminar a história e a memória que ali estão presentes fica evidente em ações como "Criar campanhas para resgatar a importância da GARE para a identidade da cidade"; "Criar campanhas para divulgação da história ferroviária e do vínculo com a cultura belga – por meio de redes sociais, TV e jornais" e "Criar campanhas e materiais para divulgação da importância histórica da Avenida Rio Branco". Busca-se, dessa forma, estimular sentimentos de pertencimento e identidade entre a população e seu patrimônio a partir do conhecimento sobre esses locais. Além disso, o slogan "Distrito Criativo Centro-Gare: você vai viver aqui" incentiva a conexão entre as pessoas e o território.

Outra forma de incentivar essa relação é a utilização desse patrimônio para atividades turístico-culturais e também na promoção da educação patrimonial. Nesse sentido, ações como "Criar roteiros para caminhadas culturais e históricas"; "Organizar exposições de arte e fotografia relacionadas à história da GARE"; "Criar um material instrucional contando a história da região" e "Criar placas de sinalização para identificação do patrimônio histórico e cultural" visam cumprir esse papel.

Os eventos e a movimentação cultural também são mencionados diversas vezes, reforçando que, além de promover a revitalização dos espaços, é

necessário ocupá-los com atividades condizentes à sua condição de patrimônio. Observa-se a menção específica a lugares históricos para a realização de eventos, como nas ações "Realizar atividades no largo da Gare"; "Ceder espaços em prédios históricos disponíveis para realização de eventos culturais e criativos" e "Realizar eventos gastronômicos em prédios históricos, assim como ao ar livre", denotando o papel de destaque que se pretende dar ao patrimônio cultural dentro do Distrito Criativo Centro-Gare.

Cabe destacar, ainda, que dos 149 bens materiais com algum tipo de chancela de patrimônio cultural presentes no Distrito Criativo Centro-Gare, alguns são diretamente referenciados no Plano de Ação, como a Gare da Viação Férrea, a Vila Belga, o antigo "Mercado Público" (agora Mercado da Vila Belga), a Associação dos Ferroviários e a Casa de Cultura. Outras edificações também acabam sendo contempladas em ações um pouco mais abrangentes, como "Restaurar e requalificar os prédios históricos de todo o Distrito"; "Buscar parceiros privados para patrocinar a pintura de patrimônios históricos" ou "Ceder espaços em prédios históricos disponíveis para realização de eventos culturais e criativos".

Por fim, após a identificação e análise das ações do Plano de Ação que se relacionam com o patrimônio cultural, buscou-se também informações acerca de como elas vêm sendo desenvolvidas. Para tanto, utilizou-se como material de consulta os Relatórios de Progresso dos Comitês do Distrito Criativo Centro-Gare de 2022 e 2023, além de notícias disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Santa Maria.



Figura 2 – (a) Associação dos Ferroviários - Iconicidades; (b) Projeto de revitalização da Estação Ferroviária.

Fonte: Distrito Criativo Centro-Gare (2023a).

Com relação à reestruturação física do território, observa-se que muitas edificações históricas já passaram ou estão passando por processos de revitalização. É o caso do prédio da antiga Sociedade União Caixeiros Viajantes (SUCV), que teve a fachada recuperada e pintada; da Vila Belga, onde foi realizada uma extensa obra de drenagem e recuperação da pavimentação (Distrito Criativo Centro-Gare, 2022e); do Mercado da Vila Belga, que foi reformado e passou a ser ocupado por atividades vinculadas às Secretarias Municipais de Cultura e Educação; do edifício da antiga Associação dos Ferroviários, que foi contemplado no Projeto Iconicidades (figura 2), no qual os projetos são fornecidos pelo Governo do Estado e executados pela Prefeitura, e deverá abrigar a Escola Municipal de Artes Eduardo Trevisan (Emaet); e mais recentemente da Estação Ferroviária (GARE), que teve a reforma do prédio iniciada em novembro de 2023. Outros espaços de importância histórica também contam com revitalizações, como a Praça

Saldanha Marinho, que teve a obra iniciada em junho de 2023, e a Av. Rio Branco, que em 2024 passará por reforma nos canteiros centrais, com recuperação da pavimentação (Distrito Criativo Centro-Gare, 2023a).

Além das supracitadas, que receberam investimentos públicos, outras edificações de propriedade privada também foram revitalizadas desde o início da implementação do Distrito Criativo Centro-Gare, sendo algumas: a Casa Pedra, edificação Art Déco localizada na Avenida Rio Branco que foi restaurada para ser um espaço colaborativo ligado à criatividade; o prédio da antiga Cooperativa dos Ferroviários, que hoje abriga empreendimentos gastronômicos; a Residência Ilo Bicca, outra edificação Art Déco da Avenida Rio Branco que foi revitalizado para ser a sede do Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas (MHIF); as casas da Vila Belga que foram recuperadas e se transformaram em empreendimentos como o Sierra Hamburgueria, o Empório Belga e o escritório de arquitetura CASAdom; e o prédio Art Déco que foi a primeira sede da Cooperativa Sicredi e em 2023 foi recomprado pelo grupo com o intuito de inseri-lo em uma proposta de resgate histórico da Sicredi.

Com relação a ações de comunicação e campanhas de divulgação, observa-se que estas ainda ocorrem de maneira tímida, essencialmente através das redes sociais oficiais do Distrito Criativo Centro-Gare, da Prefeitura Municipal de Santa Maria e de algumas entidades parceiras. A promoção e realização de eventos, por outro lado, tem ocorrido de forma intensiva, especialmente em espaços históricos. Somente no largo da GARE, foram realizados cerca de doze eventos ao longo de 2023 (figura 3). Na Vila Belga, além do tradicional Brique que ocorre duas vezes ao mês e já está consolidado no calendário de eventos da cidade, destaca-se o Festival do Xis (figura 3), realizado nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2023 reunindo cerca de 30 mil pessoas, e as duas edições do evento Conecta Distrito, a primeira realizada no prédio da antiga Cooperativa dos Ferroviários em 2022 e a segunda no Mercado da Vila Belga em 2023 (Distrito Criativo Centro-Gare, 2023a).



Figura 3 – (a) Evento realizado no largo da Gare; (b) Festival do Xis.

Fonte: Distrito Criativo Centro-Gare (2023a).

As ações que envolvem atividades turístico-culturais e de educação patrimonial também têm tido destaque. O Coletivo Memória Ativa realiza periodicamente o roteiro guiado Caminhos pela Arquitetura, que consiste em caminhadas pelo Centro Histórico com o objetivo de proporcionar à população local maior conhecimento sobre o estilo Art Déco presente na arquitetura de prédios históricos ao longo da Avenida Rio Branco. No âmbito da educação patrimonial, o projeto de extensão "Mapeando Memórias" (figura 4), do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Franciscana (UFN), desenvolveu placas interpretativas para 33 edificações históricas do Distrito Criativo Centro-Gare, divididas em três roteiros: Modernista, Art Déco e Eclético. Cada placa contém um QR Code que, ao ser lido, direciona o usuário para uma postagem com informações históricas e arquitetônicas sobre o respectivo prédio. Executadas através de uma parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Santa Maria, as placas começaram a ser fixadas nas fachadas das edificações

em junho de 2023, com onze delas já instaladas (Distrito Criativo Centro-Gare, 2023b).



Figura 4 – (a) Projeto Mapeando Memórias; (b) Projeto Na Bagagem.

Fonte: Distrito Criativo Centro-Gare (2023a).

Outro projeto de extensão com viés de educação patrimonial é o "Na Bagagem: Conhecendo Santa Maria" (figura 4), desenvolvido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O projeto trata-se de uma maleta com vários jogos para o público infantil sobre a temática do patrimônio de Santa Maria. Faz parte da maleta um jogo de tabuleiro, que terá como cenário a Avenida Rio Branco e a Rua do Acampamento (Centro Histórico de Santa Maria) e um trajeto percorrendo desde a Gare até a casa de Dr. Astrogildo de Azevedo. Durante o percurso, os jogadores passarão por vários edifícios históricos da cidade, além de interagirem também com o patrimônio imaterial santa-mariense. O "Na Bagagem" traz consigo a "Turminha do Patrimônio" que poderá ser utilizada como peças no jogo de tabuleiro e depois como personagens em um teatrinho, junto às maquetes de papel, que têm

como objetivo instigar a criatividade das crianças (Distrito Criativo Centro-Gare, 2023b).

As ações verificadas, que já foram desenvolvidas ou que estão em desenvolvimento, estão em consonância com o que está disposto no Plano de Ação acerca da interdisciplinaridade do Distrito Criativo Centro-Gare e da forma ampla com que o patrimônio cultural é abordado. Além disso, o Plano de Ação reflete a presença marcante de diversas edificações que possuem reconhecimento enquanto patrimônio cultural, seja no nível municipal ou estadual.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo geral analisar a relação entre o Distrito Criativo Centro-Gare e o patrimônio cultural. Através da identificação das edificações existentes, bem como das ações propostas através do Plano de Ação e do que está sendo desenvolvido, foi possível traçar um panorama acerca dessa interação.

Constatou-se que o patrimônio cultural é um dos pilares do Distrito Criativo Centro-Gare, visto que a temática se manifesta de modo transversal em todos os quatro comitês, além de ser abordada de uma forma múltipla, com ações que envolvem tanto o patrimônio edificado quanto a preservação dos aspectos imateriais relacionados à história e identidade territorial. Além disso, a existência de 149 edificações no território com algum tipo de reconhecimento enquanto patrimônio reforça o vínculo e a importância de integrar o patrimônio cultural nas ações planejadas para o distrito. Dessa forma, há uma relação de mútuo benefício, na qual a iniciativa do Distrito Criativo Centro-Gare contribui para a preservação do patrimônio cultural ao mesmo tempo que este atua como um recurso para o seu desenvolvimento. O Distrito Criativo Centro-Gare vem a democratizar a propriedade cultural, dando-lhe um enfoque político e econômico, atraindo com isso investimentos públicos e privados, além de valorizar o turismo, recriando o vigoroso mercado cultural de outrora, neste mesmo território, por outros símbolos.

Este estudo se propôs, mais do que meramente contabilizar as ações do Plano de Ação que se relacionam com o tema do patrimônio cultural, a analisar de que forma elas estão sendo contempladas. Nesse sentido, verificou-se que o Distrito Criativo Centro-Gare encontra-se em um momento no qual um dos maiores focos de investimento tem sido a reestruturação física da região, incluindo obras de melhoria de infraestrutura e restauro de edificações. Essas intervenções são necessárias de forma a recuperar espaços degradados, tornando-os adequados ao uso e atrativos para a população.

No entanto, o Distrito Criativo Centro-Gare vai além da materialidade do território. Se as intervenções físicas têm o papel de tornar o ambiente mais atrativo e convidativo, são as ações voltadas à cultura e turismo que efetivamente fazem com que esses espaços sejam ocupados, gerando movimentação e desenvolvimento. Percebe-se, assim, a simbiose existente entre fatores *hard* e *soft* (Goldberg-Miller; Heimlich, 2017) que tornam a iniciativa sustentável e com potencial de transformar a região.

Cabe destacar também que todas as ações realizadas, sejam elas relativas a obras, a realização de eventos e capacitações, ao fomento ao empreendedorismo, ou demais áreas, impactam não só quem já transita pelo território, mas toda a população da cidade e seus visitantes. Para os que moram ali, o Distrito Criativo Centro-Gare é requalificação e melhoria na qualidade de vida; para os demais santa-marienses, é um novo espaço de vivência, comércio e lazer, aproximando as pessoas do patrimônio, da memória e da história da cidade; e para os que visitam Santa Maria representa novas opções de turismo e conexão com a cidade.

Em paralelo a todo o processo de construção do Distrito Criativo Centro-Gare e a todas as ações desenvolvidas, há uma preocupação, desde o início da iniciativa, com a possível ocorrência do fenômeno de gentrificação, ou seja, o processo socioespacial caracterizado pela valorização acentuada de uma área urbana que acaba expulsando os moradores pelo aumento no custo de vida. Apesar de não ser possível identificar, ainda, se esse fenômeno está acontecendo de fato, ou não, o objetivo estratégico “15. Reduzir o receio de gentrificação” traz ações

que visam mitigar essa situação. Da mesma forma, a promoção de inúmeros eventos no território, sendo a maioria gratuita, permitem uma participação mais expressiva e democrática da comunidade, o que contribui para que a utilização dos espaços não fique restrita a um público específico.

Em síntese, o Distrito Criativo Centro-Gare emerge como um emblemático exemplo de como o resgate e a valorização do patrimônio cultural podem catalisar o renascimento de uma região, não apenas fisicamente, mas também em termos de identidade, pertencimento e investimento. Através de uma abordagem multifacetada que abraça tanto a preservação material das edificações históricas quanto a disseminação e valorização de sua memória e significado, a iniciativa se estabelece como um ponto de convergência entre passado e presente, entre história e cultura. Através do planejamento e implementação de ações que incluem desde a restauração física até a promoção de eventos e atividades educacionais, o Distrito Criativo Centro-Gare demonstra um compromisso com a revitalização de seu legado, transformando-se em um farol de inspiração para comunidades que buscam preservar e valorizar sua herança cultural.

Nota

1 Tradução livre para o português: parte interessada ou, qualquer pessoa que seja influenciada positiva ou negativamente pelas decisões, ou ações de uma empresa ou instituição é um *stakeholder*.

Referências

DEPINÉ, Ágatha. A classe criativa como novo vetor do desenvolvimento econômico urbano e regional. **VIA REVISTA**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 11-19, abr. 2019.

DIAS, Maria Tereza F.; PAIVA, Carlos Magno de S. **Direito e Proteção do Patrimônio Cultural Imóvel**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE. Home. **Distrito Criativo Centro-Gare**, 2022a. Disponível em: <http://www.districtocentrogare.com.br/index.php/pt/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE. Nossa trajetória. **Distrito Criativo Centro-Gare**, 2022b. Disponível em: <http://www.districtocentrogare.com.br/index.php/pt/districto/nossa>. Acesso em: 25 jan. 2024.

DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE. Nosso território. **Distrito Criativo Centro-Gare**, 2022c. Disponível em: <http://www.districtocentrogare.com.br/index.php/pt/districto/dados>. Acesso em: 22 jan. 2024.

DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE. **Plano de Ação do Distrito Criativo Centro-Gare**. VIA Estação Conhecimento, 2022d.

DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE. **Relatório de Progresso 2022**: Comitê Ambiente Natural e Construído. Distrito Criativo Centro-Gare, 2022e.

DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE. **Relatório de Progresso 2023**: Comitê Ambiente Natural e Construído. Distrito Criativo Centro-Gare, 2023a.

DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE. **Relatório de Progresso 2023**: Comitê Identidade e Recursos Culturais. Distrito Criativo Centro-Gare, 2023b.

EVANS, Graeme. Creative Cities, Creative Spaces and Urban Policy. **Urban Studies**, v. 46, n. 5-6, p. 1003-1040, 2009.

FERREIRA, Juliana Duarte. Proyecto San Ignacio, Patrimonio, Cultura y Educación: Medellín - Colômbia. *In*: TEIXEIRA, Clarissa Stefani; PIQUÉ, Jorge; FERREIRA, Juliana Duarte. **Volta do mundo por meio dos Distritos Criativos**. São Paulo: Perse, 2022, p. 90-92.

FERREIRA, Juliana Duarte; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; PIQUÉ, Jorge. Economia criativa na América Latina: contribuições dos distritos criativos para as cidades. **Brazilian Creative Industries Journal**, Novo Hamburgo, v. 3, n. 1, p. 260-287, jan./jun. 2023.

FERREIRA, Juliana Duarte; ZACALUZNE, Lucas Adão Artner. Bronx Distrito Criativo: Bogotá - Colômbia. *In*: TEIXEIRA, Clarissa Stefani; PIQUÉ, Jorge; FERREIRA, Juliana Duarte. **Volta do mundo por meio dos Distritos Criativos**. São Paulo: Perse, 2022, p. 80-83.

FISCHER, Tânia. Territórios criativos e os desafios da formação de gestores para o desenvolvimento. *In*: FONSECA, Ana Carla; PASSOS, Edivani; BARRETTO, Luiz; LEITÃO, Cláudia *et al.* **Economia criativa e cidades criativas da Bahia: oficinas criativas**. Salvador: Sebrae Bahia, 2013, p. 56-58.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Fragmentos da história ferroviária brasileira e rio-grandense: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), Santa Maria, a “Cidade Ferroviária”**. Santa Maria: Pallotti, 2007.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GOLDBERG-MILLER, Shoshanah B. D.; HEIMLICH, Joe E. Creative’s expectations: the role

of supercreatives in cultural district development. **Cities**, v. 62, n.11, p. 120-130, 2017.

HOROWITZ, Renata Galbinski. **A economia criativa e a preservação do patrimônio cultural: um estudo de caso do distrito criativo de porto alegre**. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. **A Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil e a cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, Brasil**. 2002. 224f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona, 2002.

MARQUES, Lénia; RICHARDS, Greg (ed.). **Creative Districts around the world: celebrating the 500th anniversary of Bairro Alto**. Breda: NHTV, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Prefeitura entrega urnas no Centro Histórico para população dar sugestões sobre o Distrito Criativo**. Prefeitura Municipal de Santa Maria, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/23744-p-refeitura-entrega-urnas-no-centro-historico-para-populacao-dar-sugestoes-sobre-o-distrito-criativo>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOCAL, Ana Júlia Scortegagna. **A Vila Belga e suas tipologias: promoção e valorização do patrimônio cultural ferroviário na cidade de Santa Maria, RS**. 2023. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

TEIXEIRA, Clarissa Stefani; PIQUÉ, Jorge; FERREIRA, Juliana Duarte. **Volta do mundo por meio dos Distritos Criativos**. São Paulo: Perse, 2022.

WITTMANN, Tatiana; TESTONI, Beatriz Maria Vicente. Distritos criativos ganham espaço no Brasil e no exterior. **VIA REVISTA**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 20-27, abr. 2019.

Patrimônios culturais e seus significados na contemporaneidade: um estudo sobre o lugar das experiências nas representações do passado

Cultural heritage and its meanings in contemporary times: a study regarding the place of experiences in representations of the past

Arnaldo Pinto Junior*

Márcia Regina Rodrigues Ferreira**

Gerda Margit Schütz-Foerste***

Palavras-chave:
Patrimônio cultural
Experiências
Modernidade

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre os patrimônios culturais do município de Santa Teresa/ES, reconhecido pela Lei nº 13.617/2018 como o pioneiro da imigração italiana no Brasil. A partir do diálogo com produções de Walter Benjamin, focalizamos manifestações de determinados grupos da referida localidade na relação com representações que simbolizam histórias e memórias do processo migratório, em especial a Casa Lambert. Considerando o declínio das experiências na modernidade, fenômeno característico da sociedade capitalista, realizamos uma pesquisa qualitativa (Lüdke; André, 1986) para problematizar formas de apropriação da cultura como espetáculo e objeto comercializável. Diante da denominada “cultura do vidro” (Benjamin, 2012), na qual os sujeitos são constantemente expostos a um passado pretensamente homogêneo e idealizado, refletimos acerca da tendência de transformação dos patrimônios culturais em fantasmagorias, o que inclui o desenraizamento social e a desvalorização das experiências vividas coletivamente.

Keywords:
Cultural heritage
Experiences
Modernity

Abstract: This article presents a study about the cultural heritage of Santa Teresa's/ES county, recognized by Law nº 13,617/2018 as the pioneer of Italian immigration in Brazil. Based on dialogue with productions by Walter Benjamin, we focus on certain groups' manifestations from that location in relation to representations that symbolize stories and memories of the immigration process, especially the Casa Lambert. Considering the decline of experiences in modernity, a characteristic phenomenon of capitalist society, we carried out qualitative research (Lüdke; André, 1986) to problematize ways of appropriating culture as a spectacle and marketable object. Faced with the so-called “glass culture” (Benjamin, 2012), in which subjects are constantly exposed to a supposedly homogeneous and idealized past, we reflect on the tendency to transform cultural heritage into phantasmagoria, which includes social uprooting and devaluation of experiences lived collectively.

Recebido em 17 de março de 2024. Aprovado em 30 de abril de 2024.

* Livre-docente em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: apjfe@unicamp.br.

** Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: marciarodriguesferreira@gmail.com.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: gerdamsf@gmail.com.

Introdução

No ano de 2024, o estado do Espírito Santo comemora 150 anos de imigração italiana. Acerca da efeméride, o município de Santa Teresa – localizado na região serrana e reconhecido pela Lei nº 13.617 (Brasil, 2018) como pioneiro da imigração italiana no Brasil – é considerado o “berço” dessa história. O título, celebrado com fulgor por determinados grupos sociais, está fundamentado na descoberta de um documento¹ no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e encaminhado ao então Presidente da Província. No documento com a data de 28 de outubro de 1874, o colono Francesco Merlo, estabelecido na Colônia de Santa Leopoldina (mais precisamente nas terras do Núcleo Timbuhy, hoje pertencente à Santa Teresa), solicita ao governo ressarcimento dos gastos que teve com a passagem da Itália à Colônia de Nova Trento por não ter sido reembolsado pelo contratante. Esse é um dos muitos registros do acervo do APEES referentes aos imigrantes italianos que chegaram ao porto de Vitória no navio La Sofia em 1874. Em sua maior parte, provenientes das regiões do Trento e do Vêneto, foram “os primeiros italianos que, em grupo, chegaram às terras capixabas por meio de empreendimento de imigração” (Muniz, 2009, p. 54).

As referências culturais dos imigrantes italianos estão na base da afirmação de um sentido único de identidade para Santa Teresa. Nesse contexto, as tradições culturais expressas na arquitetura das casas e prédios, no cultivo da uva e na produção de vinhos artesanais, na gastronomia, na religiosidade, nos corais de músicas, nas festas típicas, dentre outras manifestações, constituem-se aspectos singulares que simbolizam coesão social, incrementam o turismo na cidade e fazem de Santa Teresa “um pedacinho da Itália no Espírito Santo”.

No que tange ao patrimônio arquitetônico de Santa Teresa, os imigrantes italianos e seus descendentes procuraram uma aproximação com as terras de origem. Assim, encontramos na urbe alguns elementos característicos da arquitetura do norte da Itália, como o traçado das ruas seguindo o curso do rio e a igreja em uma localização central (Scalzer; Genovez, 2013).

A cidade tem três imóveis tombados pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC): 1) a residência Augusto Ruschi, nos termos da Resolução nº 09/1990; 2) a residência de Virgílio Lambert e 3) a Capela de Nossa Senhora da Conceição, ambas patrimonializadas pela Resolução nº 07/1985. Desde 2013, está em tramitação no CEC o processo de tombamento do sítio histórico de Santa Teresa, composto por um conjunto de imóveis (casas, estabelecimentos comerciais, escolas, praça) localizados nas principais ruas do centro da cidade, correspondente ao núcleo original de ocupação urbana. O perímetro da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) de Santa Teresa é constituído também pelas áreas de expansão do núcleo original.

Com várias nuances, a proposta de tombamento do sítio histórico dividiu a sociedade teresense em apoiadores e opositores, estes últimos com ações incisivas fomentadas pelo lema “Preservar sim, tomar não”!² Atualmente, o processo de tombamento está paralisado e, com as comemorações de 150 anos de imigração, os conflitos e as contradições são silenciados pelas concepções homogêneas e celebrativas do passado. Os distintos projetos socioculturais imbricados nos patrimônios culturais teresenses revelam ambiguidades: o orgulho das origens italianas contrasta com os interesses do capital e sua lógica que tudo transforma em mercadoria. O tombamento do sítio histórico é visto, por significativa parcela da sociedade, incluindo descendentes dos imigrantes italianos, como sinônimo de obstáculo ao desenvolvimento social e econômico da cidade. Na mesma perspectiva, a Casa Lambert, patrimonializada pelo estado do Espírito Santo em 1985 a partir dos seus sentidos para o processo de imigração italiana, revela a complexa relação da sociedade com seus patrimônios. Dentre inúmeros aspectos observados no caso em tela, destacamos: a) as tensões geradas no decorrer das articulações sociais e das ações administrativas que resultaram em seu tombamento; b) as discussões sobre o risco de desabamento nos anos 2000 e c) as apropriações atuais da ideia de patrimônio como espaço ritualizado e estetizado.

Considerando as diversas problemáticas que envolvem as referidas interpretações no mundo

contemporâneo, a Casa Lambert suscita indagações sobre o reconhecimento e a valoração dos bens patrimoniais por parte dos poderes públicos e da sociedade em geral. A trajetória da Casa sinaliza que as políticas de preservação do patrimônio cultural sobrepõem o conjunto de atividades, visando à proteção física do bem e aos recursos viabilizados pelas leis, decretos ou portarias estabelecidas sob a responsabilidade dos órgãos estatais correspondentes (FONSECA, 2009). Se, por um lado, a Casa Lambert tem sido exaltada como exemplo de preservação da história e da memória coletiva dos imigrantes italianos, por outro, a ideia de preservação, em meio a valores instaurados pela modernidade capitalista, tem resultado em experiências e memórias fragilizadas.

Para o desenvolvimento do estudo, trabalhamos com a ideia de que a metodologia não é uma pauta de instruções e, sim, a capacidade organizada de pensar a realidade no seu momento histórico. Ao observarmos as especificidades do cenário local e inspirados nas reflexões do filósofo Walter Benjamin (2009), procuramos responder, nesta pesquisa, as seguintes questões: como os patrimônios culturais de Santa Teresa se relacionam com as atuais representações que simbolizam histórias e memórias do processo migratório italiano? As narrativas construídas em torno da italianidade estimulam a produção de fantasmagorias culturais em Santa Teresa e no estado do Espírito Santo?

Sobre as fontes levantadas e selecionadas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38), buscamos uma metodologia de pesquisa que compreende a importância da análise documental para o desenvolvimento de procedimentos valiosos na “abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Por conseguinte, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares localizadas no universo “dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2016, p. 20). Tal abordagem se aprofunda no mundo dos significados, do que não é imediatamente visível, mas precisa ser exposto e interpelado pelo pesquisador. E, em segunda

instância, passa por um processo interpretativo contextualizado.

Entendendo que a cultura é um campo plural, constantemente reinventado e disputado (Thompson, 1998), as narrativas da italianidade podem ser situadas como resultado de sentidos construídos e compartilhados acerca das origens da cidade. Por meio da italianidade, é possível propor questionamentos sobre as múltiplas faces das tendências culturais prevalentes, como caminho para trazer à tona aspectos imbricados nas atuais representações da imigração italiana e nas ressignificações do patrimônio cultural teresense.

No diálogo com as citadas obras, este artigo aborda patrimônios culturais de Santa Teresa, em especial a Casa Lambert, e suas implicações nas tentativas de constituição de uma identidade homogênea para o município. Ao problematizarmos representações expressas nos festejos dos 150 anos de imigração italiana (Chartier, 1990), procuramos discutir a condição dos patrimônios culturais frente às tendências de declínio das experiências vividas na contemporaneidade e, paralelamente, as tentativas de apagamento da diversidade de manifestações culturais.

O lugar das experiências e das narrativas na cultura do vidro

As análises apresentadas neste artigo trazem as contribuições dos textos “Experiência e Pobreza” e o “Narrador”, escritos respectivamente em 1933 e 1936 por Benjamin, cujo percurso intelectual foi profundamente marcado pelos acontecimentos históricos de seu tempo. Entre eles, a Primeira Guerra Mundial, de efeitos catastróficos e traumáticos sem precedentes até aquele momento, definida por Benjamin (2012) como uma das mais terríveis experiências da história universal. Numa relação dialética entre presente e passado, os referidos textos abordam questões que seguem um curso desafiador na atualidade: o declínio das experiências e da narrativa.

A partir das questões explicitadas e das situações díspares evidenciadas pelas relações dos sujeitos com bens capazes de representar e simbolizar histórias e memórias da imigração italiana, não

estamos frente ao que o filósofo e ensaísta Benjamin (2012) denominou “a cultura do vidro”? O vidro é, segundo o autor, um material tão duro e liso que nada se fixa nele. Nossas relações hodiernas, marcadas pela instantaneidade e efemeridade, permitem a “fixação” de algo em nós? Aperfeiçoamos a “cultura do vidro” e, como sujeitos “duros e lisos”, estamos imersos em uma realidade de declínio das experiências? Na mesma perspectiva que os ambientes de vidro modificaram gradativamente os sujeitos históricos do início do século XX (Benjamin, 2012), o capitalismo em crescente expansão trata a modernidade como espetáculo e a cultura como objeto comercializável.

Para Benjamin (2012), a partir da consolidação da revolução industrial, a sociedade tem sido privada da capacidade de tecer narrativas, expressões culturais relacionadas à arte de intercambiar experiências. Com a tendência de declínio do intercâmbio das experiências, as grandes narrativas comuns a determinado grupo social também se veem comprometidas. Nas palavras do próprio Benjamin (2012, p. 213),

O narrador – por mais familiar que nos soe esse nome – não está absolutamente entre nós, em sua eficácia viva. Ele é para nós algo de distante, e que se distancia cada vez mais. [...] São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. É cada vez mais frequente que, quando o desejo de ouvir uma história é manifestado, o embaraço se generalize.

Benjamin localiza na modernidade capitalista³ – em seu amplo espectro de desenvolvimento das técnicas produtivas e de respectivos desdobramentos sobre a sociedade – as transformações que colocam as experiências e a narrativa em vias de extinção. Com uma posição crítica quanto ao cenário cultural de sua época, questiona as tendências de aceleração dos ritmos de vida e de qualificação de novos paradigmas. Dentre eles, o individualismo, o narcisismo, a compartimentalização e a hierarquização das práticas sociais e dos saberes, a padronização dos gostos e valores estéticos, a segregação espacial e social, o consumismo, a competição, a efemeridade, a busca da novidade, a obsolescência e o culto ao descartável.

Nesse contexto, hodiernamente em processo de radicalização, os patrimônios culturais, distanciados das experiências vividas coletivamente, tornam-se fantasmagorias, compreendidas na obra benjaminiana como idealização que apresenta efeitos destrutivos nas relações sociais, na percepção do tempo e do espaço. E numa concepção celebrativa de passado, concebido como lugar pitoresco a ser visitado, as referências culturais são transformadas em bens de consumo e os sujeitos em meros espectadores da história.

Em Benjamin (2012, p. 123), encontramos um conceito de experiência que remete a transmissão por meio de narrativas comunicadas pelos mais velhos aos mais jovens: “de forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; às vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a filhos e netos”. A tradição e as atividades artesanais, uma época de trabalho lento e prolongado, relacionado a um tempo em que o tempo não contava, são o fundamento da construção da experiência benjaminiana. Sedimentadas na memória, as experiências poderiam a qualquer tempo ser mobilizadas pelos sujeitos diante de novas situações (Franco, 2015). O excerto a seguir exprime o sentido artesanal da experiência benjaminiana, entrecruzada com a ideia de narrativa.

Em nossos livros de leitura havia a parábola de um velho que, no leito de morte, revela a seus filhos a existência de um tesouro oculto em seus vinhedos. Bastava desenterrá-lo. Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, porém, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho duro (Benjamin, 2012, p. 123).

Com o triunfo da modernidade capitalista, entretanto, homens e mulheres tornaram-se mais pobres em experiências comunicáveis. A organização industrial do trabalho exige uma constante aceleração das máquinas para produzir mais em menos tempo. Isso impõe movimentações sem precedentes ao corpo, forçado a repetir mecanicamente os mesmos gestos por horas a fio. O

ritmo industrial, associado ao desenvolvimento da urbanização e todos os seus variados estímulos, satura o indivíduo moderno e o obriga a agir cada vez mais rapidamente (Franco, 2015). Para Benjamin (2012, p. 124), “uma forma completamente nova de miséria recaiu sobre os homens com esse monstruoso desenvolvimento da técnica”.

A pobreza de experiências não deve ser compreendida como se os sujeitos aspirassem novas experiências (Benjamin, 2012). Ao contrário, os indivíduos modernos almejam um mundo em que possam libertar-se de toda experiência, pois seguem saciados e cansados, forçados a desenvolver mecanismos de controle aos estímulos. Deixam de viver experiências – construções coletivas plenas de significado – para terem vivências, que apontam para situações de isolamento e não partilha. Em seus escritos, Franco (2015, p. 82) ressalta:

O que, enfim, podemos chamar de “vivência” (*Erlebnis*), que se contrapõe à “experiência” (*Erfahrung*)? Vivência é, por assim dizer, a experiência degradada, à qual estão condenados os indivíduos isolados, atomizados, por imposição da organização industrial do trabalho e da própria sociedade que a sustenta.

Nesse cenário, predomina a “cultura do vidro”: duro e liso, em que nada se fixa (Benjamin, 2012). Frio e sóbrio, a sua transparência não inspira articulações com outras temporalidades. Esse é o indivíduo forjado pela modernidade capitalista: age de modo automatizado, vive isolado em um tempo esfazelado. Suas relações com o outro e com o mundo exprimem-se como vivências, fenômeno típico da sociedade burguesa. Diante da velocidade e da intensidade de estímulos, os indivíduos tendem a perder suas possibilidades de diálogo com a cidade e os seus lugares. E o patrimônio cultural, inicialmente projetado como representação de significados sociais mais amplos, é destituído de experiências vividas coletivamente para ser consumido por indivíduos desenraizados.

Fantasmagorias da contemporaneidade

O termo patrimônio, do latim *patrimonium*, vem circulando intensamente nas últimas décadas

em diferentes meios sociais e acadêmicos, assumindo significados variados. Em sua origem, estava ligado à ideia de herança, remetendo às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade patriarcal estável (Choay, 2001). Nos limites históricos e semânticos dos seus usos na contemporaneidade, a expressão patrimônio tornou-se uma categoria individualizada com delimitações muito precisas, acompanhada de adjetivos que a qualificam: patrimônios financeiros, econômicos, arquitetônicos, históricos, culturais, genéticos, artísticos e ecológicos. Para Oliveira (2008, p. 114),

Os chamados patrimônios históricos e artísticos têm, nas modernas sociedades ocidentais, a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação. O pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo “patrimônio”.

Segundo a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1972), são considerados patrimônios culturais:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Nesse sentido, o município de Santa Teresa potencialmente preserva um conjunto de edificações representativas dos imigrantes italianos em território brasileiro, o que contribui para que seus descendentes (e outros sujeitos) busquem conexões históricas em um cenário marcado pela

fragmentação cultural. No diálogo com Oliveira (2008), estamos tratando patrimônio como uma construção histórica relacionada à memória e à identidade de uma coletividade. O patrimônio assume contornos específicos conforme valores, visões de mundo e formas de sociabilidade que caracterizam as diferentes sociedades.

Por esse caminho, a modernidade capitalista engendrou formas específicas de pensar, sentir, conhecer e perceber outros tempos, espaços e sujeitos, transformando o modo como nos relacionamos com as referências do passado. E a cultura material, que contém valor simbólico e contribui para a formação dos sujeitos, desvinculada do contexto social, apresenta limitações em seu papel de dar sentido cultural à temporalidade contemporânea. Em sua época, Benjamin (2012, p. 124) já apontava para questionamentos similares: “qual o valor de todo nosso patrimônio se a experiência não mais o vincula a nós? Sim, confessemos: essa pobreza não é apenas pobreza em experiências privadas, mas em experiências da humanidade em geral”.

Considerando que o patrimônio cultural envolve uma interpretação da cultura como produção material e simbólica, referência de identidade, ação e memória dos diferentes grupos que formam a sociedade (Fonseca, 2009), a tendência de declínio das experiências destitui os sujeitos de vínculos tecidos coletivamente. Fragilizadas, as experiências – fundamentadas numa tradição compartilhada – cedem lugar para as vivências e as identidades sociais são substituídas por identificações momentâneas e desordenadas (Franco, 2015).

Retomando o contexto sociocultural de Santa Teresa, tanto a exaltação do título de cidade pioneira da imigração italiana no Brasil quanto às comemorações em torno dos 150 anos de criação do Núcleo Colonial Timbuhy expressa uma situação ambivalente forjada por elementos da modernidade capitalista: o saudosismo associado a momentos do passado convive com a incessante busca pela novidade. A novidade é representada por meio do pioneirismo, sustentado numa ideia de herança exemplar transmitida sustentada no passado. Enredado na urdidura da lógica capitalista, o passado começou a seduzir muito mais que o futuro.

Na perspectiva dialética benjaminiana, esse é o processo de criação do fetiche mercadoria e das fantasmagorias da cultura capitalista. Para Benjamin (2009), a modernidade despertou a sociedade de seu sonho mítico e a submeteu a uma nova mitologia. Despertados, os sujeitos não conhecem sua história e vivem um sonho coletivo, que, entranhado nas relações materiais de produção, reverbera nas manifestações culturais por meio de espaços denominados como “casas de sonho”, as fantasmagorias: na moda, no interior das residências, nos cassinos, nos museus, na própria cidade (Galzerani, 2008; 2016). A criação de fantasmagorias distancia os bens patrimoniais das experiências vividas coletivamente. Não seria a exaltação do título de primeira cidade italiana do Brasil uma fantasmagoria?

Do mesmo modo, a Casa Lambert, tombada como patrimônio do Espírito Santo, hoje um museu, considerada simbolicamente a construção mais antiga da cidade, espaço representativo das tradições dos imigrantes italianos, permeada por uma visão nostálgica e idealizada do passado, também se aproxima da fantasmagoria da contemporaneidade. Como representação de um sonho e de uma identidade coletiva, distanciada de uma reconstrução contínua de experiências pelos sujeitos do presente, a Casa Lambert apresenta-se no cenário sociocultural local como um espaço ornamental e folclorizado, de “tradições inventadas” (Hobsbawm; Ranger, 1984).

Um exemplo dessa representação foi divulgado pelo primeiro Globo Repórter do corrente ano (Rede Globo, 2024), apresentado no dia 16 de fevereiro, o qual abordou a celebração dos 150 anos de imigração italiana no Brasil. Nele, os colonos do navio *La Sofia* que chegaram ao Porto de Vitória em 17 de fevereiro de 1874 foram lembrados, assim como Santa Teresa e seu reconhecimento de cidade pioneira da imigração italiana. O recorte deu ênfase à Casa Lambert, como patrimônio do estado do Espírito Santo, seus objetos originais e preservados. Destacou-se, ainda, a condição da Casa que abrigou três gerações da família Lambert e atualmente é um museu. Entre as visões transmitidas, a seguinte frase nos chamou a atenção: “o tempo não para, a história fica”. Na perspectiva da tradição inventada, o imóvel

representa as marcas identitárias da italianidade. Porém, diante das concepções capitalistas, o bem torna-se atração para o mercado do turismo. Além da tendência do “fetiche mercadoria”, percebemos a fragilidade das políticas públicas na inclusão de manifestações e de identidades culturais plurais nesse território.

A ideia de uma casa na qual a história parou no tempo, como seus objetos preservados, relaciona-se a um conjunto de práticas socioculturais de afirmação da identidade italiana na cidade. Ao tratarem das tradições inventadas, Hobsbawm e Ranger (1984, p. 8) discorrem sobre determinados grupos sociais que pretendem “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Oliveira (2008, p. 10) também aborda essa discussão ao considerar que “toda tradição é mesmo inventada, já que seleciona o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido”; se a “tradição inventa patrimônios culturais, são os “patrimônios culturais”, por sua vez, que nos inventam”. Sendo a cultura uma arena de ininterruptos conflitos (Thompson, 1998), é importante pensarmos nos significados conferidos aos patrimônios em cenários marcados por formas cada vez mais refinadas de controle da produção, circulação e apropriação de concepções socioculturais.

As reflexões acerca das relações estabelecidas entre a população de Santa Teresa e seus patrimônios culturais, em especial a Casa Lambert, não desconsideram as lutas e enfrentamentos dos imigrantes italianos, em sua maioria camponeses pobres que vieram para o Brasil – muitas vezes iludidos por propagandas enganosas – e trouxeram na bagagem o sonho de uma vida melhor, dedicando-se a reconstruí-la em um novo território. Não obstante, tensionamos a folclorização das singularidades culturais, as memórias transformadas em objetos comercializáveis e o caráter utilitário conferido aos patrimônios. Em contextos de experiências fragilizadas, os sujeitos são impelidos a agir de modo automatizado, a seguirem o movimento das massas. Assim, observamos o desencadeamento de processos de perda de

referências coletivas, bem como o esfacelamento das narrativas. Os provérbios soam ociosos, as histórias se esgotam (Gagnebin, 2011). Nessa perspectiva, patrimônios culturais, como a Casa Lambert, passam a ser unicamente lugares de lazer e diversão, de efeito intenso e rápido.

Enveredando pela compreensão do ser sensível que está em constante tensão com as estruturas econômicas, políticas e sociais sintetizadas na cultura, encontramos em Thompson (1981; 1998) denúncias sobre as ilusões racionalistas observadas na sociedade científico-industrial. Em contraposição, o autor focaliza sujeitos singulares, que se constituem na relação dialógica, incompatíveis com a redução de homens e mulheres a insumos. A experiência na e da cultura envolve escolhas de valores, modos de vida, relações produtivas e familiares, dentre outros aspectos.

No tocante aos 150 anos, eventos e celebrações que reforçam um passado homogêneo, de tradições inventadas, estão programadas para todo o ano de 2024, entre eles, a circulação do selo⁴ “Santa Teresa – Espírito Santo 1874-2024. 150 anos de Imigração no Brasil. 1ª Cidade de Colonização Italiana no Brasil”. Seguindo o mesmo caminho, no dia 17 de fevereiro, o Governo do Espírito Santo (2024) organizou uma ampla agenda cultural para celebrar o “Dia Nacional do Imigrante Italiano” – instituído pela Lei nº 11.687 (Brasil, 2008) a ser comemorado no dia 21 de fevereiro – com músicas, danças, manifestações religiosas e comidas típicas. A data tem como referência a chegada, em 1874, da Expedição de Pietro Tabacchi ao Espírito Santo, marco histórico escolhido para indicar o início da imigração em massa de italianos para o Brasil. Na programação em foco, destaca-se a representação dos cenários por onde passaram os imigrantes da Expedição Tabacchi: cortejo e chamada para o embarque, partida do navio, desembarque no Porto de Vitória, caminhada e missa na Catedral de Vitória (Governo do Espírito Santo, 2024).

Ressaltamos que os objetivos e as características das tradições, inclusive das inventadas, passam pela invariabilidade do passado (Hobsbawm; Ranger, 1984). Nesse sentido, a memória da italianidade é repetidamente relacionada ao pioneirismo de Santa Teresa e do Espírito Santo no cenário nacional. Em inúmeros veículos virtuais de

comunicação⁵, encontramos referências à imigração italiana em Santa Teresa e uma frase é apresentada incessantemente: o Espírito Santo tem a primeira cidade fundada por imigrantes no país (Arpini; Barcelos, 2024).

As tensões e os conflitos que permeiam as relações dos sujeitos com a história e a memória da imigração italiana não têm espaço na celebração de um passado idealizado e homogêneo. Aspectos como o crescimento desordenado da cidade, as ameaças ao centro histórico e o turismo de consumo da cultura não são abordados no bojo das comemorações dos 150 anos. A crítica e a resistência como premissas da preservação dos bens culturais são questões esmaecidas diante da força simbólica de um título fundamental para as visões históricas preocupadas com o mito das origens: a cidade pioneira da imigração italiana no país. Na mesma vertente da casa dos sonhos benjaminiana, na Casa Lambert encontramos um cenário encantador e irretocável, uma fantasmagoria da contemporaneidade a ser preservada por toda a sociedade teresense.

A Casa Lambert: de espaço de habitar a patrimônio cultural

Construída por volta de 1875 pelos irmãos trentinos Virgílio e Antônio Lambert, a Casa Lambert é referência arquitetônica da imigração italiana no Espírito Santo. Sua trajetória desvela que os processos de construção dos patrimônios culturais são espaços de tensões e conflitos, mesmo que ocorram de forma sutil e difusa.

Considerando que, na sociedade capitalista contemporânea, os indivíduos, distanciados de suas referências de sociabilidade, fragilizados em suas experiências, são destituídos de vínculos duradouros com os bens culturais, a Casa Lambert, como espaço multifacetado atravessado por múltiplos significados e por diferentes temporalidades, possibilita a problematização das visões de mundo construídas ao longo da história da cidade.

Os irmãos Virgílio e Antônio Lambert estavam entre os trentinos que deixaram sua terra natal e trouxeram para o Brasil a esperança de melhores condições de vida. Os imigrantes italianos, além do sonho da posse da terra, tinham o desejo de

construir o seu lar. Nas casas, podemos observar o entrelaçamento entre os novos projetos de vida, as lembranças da arquitetura rural de diferentes regiões italianas e as marcas das adaptações às necessidades de integração ao novo território. Segundo Muniz (2009, p. 131-132),

Como testemunha da história, a arquitetura rural do imigrante, fala-nos de um passado recente e da luta do homem e da natureza nos vales e montanhas do Espírito Santo. Uma luta que deixou marcas na paisagem, trouxe novos valores culturais e contribuiu para a mudança nos modos de vida e nas relações de trabalho dos novos brasileiros. Portanto, uma parte da imigração europeia no Brasil ainda está viva e presente na paisagem e na arquitetura rural produzida pelos imigrantes e seus descendentes em terras capixabas.

Desse modo, ao construírem suas casas, os imigrantes buscaram atender a necessidade básica de abrigo e infundiram nelas valores afetivos, conhecimentos, expectativas e visões de mundo. E, além de sua função básica de garantir proteção, a casa “é um invólucro que nos seus intramuros, encerra um palco de manifestações da cultura do homem que a construiu” (Filipon, 2007, p.9). Sendo assim, mais que um monumento do passado, a Casa Lambert expressa o caráter histórico, plural e dinâmico das culturas e das experiências continuamente ressignificadas.

Na imagem fotográfica da Casa Lambert (Figura 1), destaca-se a técnica de pau a pique⁶ utilizada pelos imigrantes em suas primeiras construções e a presença das bandeiras da Itália, referência ao passado que se pretende preservar. Nas paredes mais antigas do imóvel, evidencia-se ainda a armação de taipa com varas colocadas no sentido diagonal, uma inovação dos imigrantes, que garantiu a construção de moradias mais resistentes. A adição de um novo espaço contrasta com o espaço original, evidenciando as necessidades de adaptação ao uso predominantemente residencial da Casa com o objetivo de adaptá-la às mudanças na família e na própria cidade. Acompanhando a imagem, a página disponibiliza um texto com breve histórico da Casa e menciona que segue preservada como a mais antiga construção da cidade. Também faz referência às

gerações que ali viveram e atuaram para manter erguida uma “joia” da arquitetura colonial, hoje restaurada e aberta a visitas.



Figura 1 – Vista lateral da Casa Lambert, edificação transformada em museu a partir de 2011.

Fonte: Página do Facebook intitulada História Capixaba (2021).

Numa abordagem intertextual⁷, em que as imagens servem para entrelaçar os fios dos complexos processos sociais e das tramas que envolvem a cultura em seus aspectos plurais e multifacetados, é possível tecer reflexões sobre a transformação do patrimônio em fantasmagoria, distante das experiências dos sujeitos do passado e do presente, um local pitoresco a ser visitado. Para ir além da dimensão aparente da Casa Lambert, expressa na figura 1, faz-se necessário identificar as situações díspares em sua trajetória histórica: tombado em 1985, o imóvel manteve seu uso original como moradia até 2007, quando foi comprada dos herdeiros para ser transformada em um espaço cultural. Nessa época, conforme relatórios técnicos produzidos pela Secretaria de Cultura do Espírito Santo, a casa apresentava sérios problemas estruturais, com riscos de desabamento.

No processo de tombamento, a importância da Casa Lambert foi evidenciada em relatórios técnicos que apontavam sua notável expressão histórica enquanto referência da imigração italiana e por ter abrigado os Lambert, imigrantes que deram

grandes contribuições à região e ao estado. Sendo assim, a definição da Casa Lambert como patrimônio cultural ocorreu em função de sua carga simbólica, no sentido de reforçar as identidades locais. Entretanto, os problemas oriundos do crescimento urbano e da degradação do imóvel, uma década depois, revelam o distanciamento entre o discurso e a prática no que tange às políticas de preservação. Esse é outro aspecto que aproxima a Casa Lambert da ideia de fantasmagoria, exaltada como lugar dos sonhos para os descendentes dos imigrantes italianos e turistas, e provoca questionamentos sobre o reconhecimento e a valorização por parte dos poderes públicos e da sociedade, após o tombamento.

Em 2010, o imóvel foi restaurado e, a partir de 2011, tornou-se um museu. Aberto à visitação em 2011, é um dos cartões-postais da cidade, atraindo turistas que buscam o clima de montanha, as belas paisagens e elementos da cultura italiana presentes em Santa Teresa. Como incremento ao turismo cultural, aproxima-se de uma ideia de patrimônio como espaço ritualizado e estetizado.

Estas reflexões não desconsideram a importância da apropriação da memória como estratégia de afirmação de identidade étnico e cultural, mas potencializam a problematização dos processos que atravessam o nosso cotidiano e nos distanciam de experiências coletivas plenas de significados. A Casa Lambert, espaço multifacetado e atravessado por múltiplos significados e por diferentes temporalidades, é um patrimônio capaz de estimular interpretações que se contraponham ao sentido único de representação para a trajetória histórica da cidade, rompendo com os processos sociais marcados pelo contínuo silenciamento de memórias e de histórias plurais.

Considerações finais

Reconhecendo que cada momento histórico encerra em si formas específicas de percepção e de apropriação dos espaços de uma urbe, na sociedade contemporânea as céleres transformações relacionadas ao avanço capitalista resultam em sérias implicações sobre visões e narrativas do passado. Dentre os desdobramentos do referido processo,

destacamos o gradativo distanciamento entre os sujeitos e os patrimônios culturais constituídos coletivamente, cada vez mais compreendidos a partir de valores econômicos ou como itens mercantilizados para consumo. Nesse contexto, as interações sociais são caracterizadas pelo declínio das experiências, substituídas por vivências, nas quais o hedonismo e a instantaneidade ocupam posições centrais na busca pela satisfação dos interesses particulares.

No cenário delineado, em que as identidades socioculturais cedem lugar às formas de identificação momentâneas e desordenadas, destituídas de vínculos construídos na experiência coletiva, Santa Teresa comemora os 150 anos de imigração italiana. Tendo por base concepções progressistas e lineares da história, bem como uma noção de tempo vazio e homogêneo, o passado é abordado numa perspectiva celebrativa, ausente de fraturas e contradições. Assim, o centro histórico e a Casa Lambert tornam-se lugares pitorescos a serem visitados, símbolos das marcas da italianidade, que tem sua maior representação no título de cidade pioneira da imigração italiana no Brasil.

Motivados por inquietações do presente, esta pesquisa qualitativa abordou tensões sociais expressas nas relações dos sujeitos históricos com o patrimônio cultural. No diálogo com os escritos de Benjamin (2012; 2009), acreditamos que os patrimônios locais associados à identidade coletiva são transformados em fantasmagorias, expressões da relação fetichista da sociedade capitalista, do espetáculo da cultura como mercadoria consumível. Diante do declínio das experiências, a história tem o papel de homenagear e de honrar um tempo longínquo de tradições inventadas (Hobsbawm; Ranger, 1984), uma abordagem pragmática que desconsidera o movimento do passado como força ativa no presente.

Outro aspecto que pode ser problematizado por meio do patrimônio cultural relaciona-se à homogeneização cultural, corolário da modernidade. Em Santa Teresa, as narrativas da italianidade criam um sentido único de identificação para o município, sendo as tradições de uma parcela da população referência geral para todos os demais grupos. As práticas socioculturais do passado inscritas no espaço/tempo da cidade resultam no que Guimarães

(2013) define como colonização do presente pelo passado e, desse modo, é como se todos que reafirmam uma única versão se tornassem reféns da evocação de um tempo idealizado. Por esse viés, os sujeitos que não tiveram suas histórias e memórias contempladas na versão monolítica tenderão a experimentar a sensação de desenraizamento, apresentando dificuldades para compreender a existência de um passado permeado por experiências vividas coletivamente.

Todavia, a contrapelo de tendências homogeneizadoras e dominantes, o patrimônio cultural também pode contribuir para a realização de movimentos dissonantes sobre o passado em um momento de desenraizamento cultural, produzindo conhecimentos dialéticos e plurais. As questões patrimoniais, que envolvem subjetividades, intencionalidades e relações de poder, podem promover um diálogo entre presente e passado capaz de considerar as descontinuidades, as rupturas e os processos de ressignificação envolvidos na trajetória da cidade, enfatizando, assim, o papel das experiências de homens, de mulheres e de crianças como sujeitos da história, combatentes na luta pela vida (Thompson, 1981). Desse modo, instigar a rememoração proposta por Benjamin, ato político com potencialidades de provocar um despertar das fantasmagorias modernas, de romper as formas maquinicas de conceber o espaço, o tempo e as relações culturais. Assim, pensamos o ato de rememorar como caminho para a produção de experiências comprometidas com o absoluto dos seres humanos, um processo dialético em que o ser humano produz a si mesmo, enquanto sujeito individual e coletivo.

Notas

1 Mais informações sobre a imigração italiana podem ser encontradas no conjunto de escritos guardados no APEES, mais precisamente no Grupo Documental Governadoria, Segunda Série (383 L), livro 71, 1872-1875.

2 Uma das frases de impacto adotada em audiência pública, passeatas e abaixo-assinado organizados no decorrer de 2019, em meio às manifestações contrárias ao tombamento provisório do sítio histórico. Para mais

informações, consultar Perezoni (2019a; 2019b) e Taveira (2020).

3 Walter Benjamin (2009) focaliza a modernidade como expressão artística e intelectual de um projeto histórico relacionado à ordem burguesa e capitalista.

4 Lançada oficialmente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em 18 de outubro de 2023, na Câmara Federal, a peça filatélica marca os 150 anos da Imigração Italiana no Brasil.

5 Dentre eles, o portal de notícias da Globo-G1, PCN notícias, Folha de São Paulo, Kwai, O Tempo, Prefeitura Municipal de Santa Teresa, Câmara Municipal de Santa Teresa e o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

6 Também conhecida como taipa de mão ou estuque, foi conhecida pelos imigrantes logo após sua chegada, pois era utilizada nos barracões que os abrigavam.

7 A interpretação de uma fotografia demanda o conhecimento de outros textos de caráter verbal e não-verbal, que a precedem ou que com ela concorrem para a produção da textualidade de uma época. O uso da fotografia como documento histórico implica o levantamento dos processos que lhe conferem sentido social.

Referências

ARPINI, Naiara; BARCELOS, Vivian. Colonização italiana no Brasil completa 150 anos: ES tem a 1ª cidade fundada por imigrantes no país. *In: G1 [Espírito Santo]*, 17 fev. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/sul-es/noticia/2024/02/17/colonizacao-italiana-no-brasil-completa-150-anos-es-tem-a-1a-cidade-fundada-por-imigrantes-no-pais.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Grupo Documental Governadoria**, Segunda Série (383 L), livro 71, 1872-1875.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas; v. 1).

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.617, de 11 de janeiro de 2018**. Institui no calendário oficial brasileiro o dia 26 de junho como Data do Reconhecimento do Município de Santa Teresa (ES) no pioneirismo da imigração italiana ao país. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13617.htm. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.687, de 02 de junho de 2008**. Dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano” e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11687-2-junho-2008-575869-publicacaooriginal-99176-pl.html>. Acesso em: 01 dez. 2023.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FILIPPON, Maria Isabel. **A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura Regional, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FRANCO, Renato. **10 Lições sobre Walter Benjamin**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880**. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2016.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias. *In*: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de (org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008. p. 223-235.

GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Turismo. **Homenagem centenária: Governo do Estado celebra os 150 Anos da Imigração Italiana no Brasil**. Vitória-ES, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://setur.es.gov.br/Not%C3%ADcia/homenagem-centenaria-governo-do-estado-celebra-os-150-anos-da-imigracao-italiana-no-brasil>. Acesso em: 17 fev. 2024.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. A colonização do presente pelo passado: de um dispositivo metafórico à possibilidade de construção de conhecimento histórico educacional. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org>. Acesso em: 01 dez. 2023.

HISTÓRIA CAPIXABA. **Casa Lambert em Santa Teresa, construída em 1875, segue preservada como a mais antiga construção da cidade**. Vitória, 05 set. 2021. Facebook: @capixabahistoria. Disponível em:

<https://m.facebook.com/capixabahistoria/posts/1181026299041452>. Acesso em: 28 nov. 2023.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. p. 9-28.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Cultura e arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Flor & Cultura, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEREZONI, Miranda. Tombamento de Sítio Histórico de Santa Teresa divide opiniões de moradores. *In*: **ES Hoje [Espírito Santo]**, 29 ago. 2019a. Disponível em: <https://eshoje.com.br/geral/2019/08/tombamento-de-sitio-historico-de-santa-teresa-divide-opinioes-de-moradores/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PEREZONI, Miranda. Liminar pode decidir sobre tombamento de sítio histórico em Santa Teresa. *In*: **ES Hoje [Espírito Santo]**, 28 out. 2019b. Disponível em: <https://eshoje.com.br/geral/cidades/2019/10/liminar-pode-decidir-sobre-tombamento-de-sitio-historico-em-santa-teresa/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

REDE GLOBO. **Globo Repórter [A Itália é aqui]**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 16 fev. 2024. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12363878/?s=0s>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SCALZER, Simone Zamprogno; GENOVEZ, Patrícia Falco. A configuração urbana e identidade italiana em Santa Teresa/ES. *In: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH MG)*, 18, 2012, Mariana-MG. **Anais eletrônicos** [...]. Ouro Preto: EDUFOP, 2013. Disponível em: https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340386975_ARQUIVO_SCALZER_A_configuracao_urbana.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

TAVEIRA, Vitor. Pressão imobiliária trava tombamento histórico em Santa Teresa. *In: Século Diário [Espírito Santo]*, 05 jul. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cidades/pressao-imobiliaria-trava-tombamento-historico-em-santa-teresa>. Acesso em: 15 nov. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNESCO. **Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Mídia, história e memória: uma análise do programa Salto para o Futuro na formação docente

Media, history and memory: an analysis of the Salto para o Futuro program in teacher training

Celso Luiz Júnior*
Tatiana de Freitas Silva**

Palavras-chave:
História da Educação
Formação docente
Mídia

Resumo: Na década de 1990 a TV alcança no Brasil o seu auge como veículo de comunicação de massa. Este objeto midiático influencia a educação e a formação de professores. Foi criada neste contexto pela TV/Escola do MEC um programa com objetivo de atender a demanda da defasagem formativa dos professores. Tal programa intitulado Salto para o Futuro, visava compor a grade de programação televisiva e ainda, ser um meio de formação continuada de professores da educação básica em território nacional. Este artigo, baseado na perspectiva da história da educação e nas teorias críticas do currículo propõe uma análise de parte desses vídeos a fim de compreender como essa linguagem foi utilizada por parte do Estado para atender a demanda formativa de professores. As considerações apontam para a tendência de formação aligeirada que efetivamente não foi capaz de resolver esse complexo problema educativo, mas enquanto experiência se faz relevante ser analisada enquanto objeto histórico e científico.

Keywords:
History of Education
Teacher training
Media

Abstract: In the 1990s, TV reached its peak in Brazil as a vehicle for mass communication. This media object influenced education and teacher training. In this context, MEC's TV/Escola created a program to meet the demand for teacher training. This program, called *Salto para o Futuro* (Leap into the future), was intended to be part of the television programming grid and also to be a means of continuing training for basic education teachers throughout the country. This article, based on the perspective of the history of education and critical curriculum theories, proposes an analysis of part of these videos in order to understand how this language was used by the state to meet the demand for teacher training. The considerations point to the trend towards lighter training, which has not actually been able to solve this complex educational problem, but as an experience it is relevant to be analyzed as a historical and scientific object.

Recebido em 24 de setembro de 2023. Aprovado em 1º de fevereiro de 2024.

Introdução

Sabe-se que a busca pelo conhecimento de todo indivíduo ocorre cotidianamente em todos os espaços da vida em sociedade, pois as trocas culturais podem e devem ensinar para que haja crescimento pessoal, individual e coletivo de uma sociedade. No

entanto, quando se trata de profissionalização de professores, a capacitação para o ofício pede um período de intenso trabalho e estudos. Nesse sentido, existe a preparação inicial, que é um momento privilegiado no trabalho docente e que é feita para fornecer a esse docente o suporte necessário ao início da carreira. E há também a formação permanente, que deve acontecer durante a

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: celsoluizjr@uel.br.

** Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: taty_freitas09@hotmail.com.

vida profissional do professor de forma constante. (Gimeno Sacristán, 1999; Imbernón, 2002; Nóvoa, 1995; Tardif, 2009).

O discurso político preponderante indicou a educação escolar como uma prioridade, assim como a formação docente. Contudo, as propostas efetivadas na prática não se coadunam com esse discurso. Nessa perspectiva, as políticas públicas voltadas à preparação dos mestres foram redigidas objetivando oferecer aos docentes do país preparação adequada para o ofício. Este fato, de acordo com não se registra com efetividade,

A formação inicial ocorreu com morosidade ao longo da História da Educação Brasileira. (Romanelli, 2012; Saviani, 2000, 2006a, 2006b, 2007; Tanuri, 2000) desde a fundação da escola normal durante o Império (1845) ou ainda no descompasso com os cursos superiores voltados ao magistério, que se consolidaram durante a República, se compararmos o Brasil a outros países até mesmo da América Latina.

Considerando-se a formação continuada, diante das poucas iniciativas concretas na história da educação brasileira para essa modalidade, não raro quando foram apresentados tais projetos, estes traziam características do paradigma instrumental de uma preparação para o fazer, impregnada de uma dinâmica de treinamento empresarial.

A formação contínua, continuada ou permanente não foi tratada com prioridade nas políticas públicas de educação, apresentadas na forma de programas denominados de treinamento ou reciclagem. Terminologias já ultrapassadas ainda em seus contextos, foram aplicadas para corrigir distorções ou a falta de preparo inicial dos profissionais da educação e não para alimentá-los de novas teorias que serviriam a uma nova práxis, a fim de romper com a dicotomia teoria/prática.

Caso emblemático são as complementações pedagógicas ofertadas na década de 1990, que ofereciam aos docentes da Educação Básica, formados em cursos de licenciatura curta, a complementação de carga horária, a fim de converter a licenciatura curta em licenciatura plena.

Mesma perspectiva presente nos docentes egressos dos cursos Magistérios Secundários, que foram capacitados nos cursos superiores, chamados de curso Normal Superior. Essa dinâmica de

aceleração da formação coaduna com um discurso político de investimento em educação, típico das políticas emergentes pós anos 1990, dentro do contexto que Saviani (2006b) classificou como concepção produtivista de escola, para a qual as políticas públicas educacionais deveriam responder às demandas internacionais, produzindo altos números de profissionais certificados.

Segundo essa concepção, é dada grande importância aos números propostos pelo Banco Mundial, por exemplo: quantos alunos concluem anualmente cada um dos níveis de ensino; quantos professores se formam para atuar na Educação Básica; qual a proporção de alunos/professores. Dentro dessa lógica, é calculado quanto custa todo esse processo e de que forma podem ser calculados os custos para atingir as metas aplicadas a cada um dos países no segmento da Educação. Tais metas são estipuladas pelo Banco Mundial, pela Unesco e pelo Fundo Monetário Internacional, na forma de um ranqueamento internacional, no qual o Brasil está inserido. (Oliveira; Fonseca, 2001).

Para quantificar os números, são utilizados instrumentos oficiais de aferição, como o censo escolar e avaliações em larga escala, como o ENADE e o ENEM. Para medir a capacidade dos docentes que estão se formando em cursos de licenciatura, o Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), órgão do Ministério da Educação.

Ressalta-se que a formação continuada de professores na década 1990, usando mídias, como o uso de vídeos obedece à mesma lógica de mercado: ofertar cursos a um número grande de docentes da Educação Básica, que trazem consigo cicatrizes de uma preparação inicial aligeirada e simplista, marcada, normalmente, pela cisão entre teoria e prática, aplicada em grande medida pelas escolas normais e cursos de licenciaturas, em muitos casos licenciaturas curtas.

Cursos com apresentação de vídeos demonstraram-se muito eficazes. O termo eficaz, inclusive, é próprio da linguagem administrativa aplicada à educação a partir do período (década de 1990), que significa a razão entre investimento e produção. O investimento dos governos, tanto estaduais quanto federal, ao proporem programas de formação por vídeos, passa por alguns pontos que salientam essa eficácia, tal como uma empresa

quando propõe um treinamento ao colaborador para que este execute uma tarefa que lhe fora atribuída.

O primeiro aspecto na lógica tempo/investimento a ser considerado é o tempo. Como, nesses cursos, havia polos de aprendizagem, os(as) professores(as) estudavam no contraturno, ou seja, após ministrarem aulas de manhã e/ou à tarde. Dessa forma, o(a) professor(a) capacitava-se sem se afastar das atividades de sala de aula ou coordenação pedagógica, por exemplo. Ainda sobre o tempo, os cursos eram esporádicos, sendo frequentados uma vez por semana pelos professores-alunos nos polos, fato que não prejudicaria seu tempo de trabalho docente.

Relativo aos polos de aprendizagem, abre-se o precedente para mencionar outro aspecto da lógica administrativa: no caso, o espaço. O Espaço de treinamento ou de formação continuada eram cedidos por escolas estaduais, que serviam para alojar os(as) professores(as) quando estavam em treinamento ou em curso. Tais escolas, por sua vez, não deixavam de atender a demanda de alunos da Educação Básica e, para isso, tinham o seu espaço compartilhado.

Outro aspecto que chama atenção é o emprego das tecnologias de informação e comunicação, TICs, com intuito de economizar recursos com o processo formativo docente, o que pode contribuir com a formação aligeirada de antes. O uso da tecnologia é fundamental na vida contemporânea.

Consideram-se como tecnologia educacional os livros, quadro negro, giz, projetores de slides, portanto nada há contra a tecnologia educacional ou as TICs de modo geral. Contudo, pode ser problemático o Estado se valer das tecnologias para dar continuidade à mesma cultura de formação de professores.

O Vídeo e a formação continuada de professores em meados de 1990

Questiona-se que a formação não presencial por meio de recursos audiovisuais como o VHS, nos anos 1970-1980, passando pelo formato DVD, nos anos 1990, a transmissão de dados via satélite, a

partir dos anos 2000, e as plataformas de aprendizagem, como o sistema *Moodle; Classroom; Meet*; vem colaborando com a capacitação aligeirada de professores nos dias de hoje.

Com a chegada da década de 1990, algumas práticas permaneceram no processo de formação continuada de professores da Educação Básica por meio de vídeos. A novidade que se construiu na época foi a TV/Escola do MEC – TVE Brasil e o programa Salto para o Futuro.

Em 1991, começou a ser exibida, pela TVE Brasil, a primeira edição do Jornal da Educação, que se tornou projeto piloto do programa Um Salto para o Futuro, o qual conseguiu abrangência nacional a partir de 1992. Em 1995, esse programa incorporou-se à grade de programação da TV/Escola, sendo denominado, a partir daí, de Salto para o Futuro.

O Salto, como ficou conhecido, atingia ao professorado de duas maneiras: por meio de um programa de televisão diário voltado para educação de maneira mais informal, com a intenção de que os(as) professores(as) pudessem assisti-los em casa e que agregassem mais conhecimento durante o tempo em que não estivessem na escola, e, ainda, a partir de instalações, em diversas escolas públicas do país, de salas de aula dotadas de infraestrutura, como videocassetes e TV em cores.

Essas salas dotadas de material para transmissão telemática foram chamadas Telessalas, projetadas para serem utilizadas especificamente na formação continuada dos professores da Educação Básica pública. Na prática, o Salto constituiu-se como uma experiência piloto de educação a distância no país, de acordo com a propaganda da TVE BRASIL.

O conteúdo trabalhado apresentava temas como: sexualidade humana, educação de adultos, ensino de matemática, ensino de artes, cotidiano escolar, dentre outros. Os cursos eram de 40 horas e valiam para certificação e ascensão no plano de carreira de alguns estados.

Ao analisar as fitas e DVDs do Salto, observa-se que os programas são constituídos de mesas redondas compostas por professores(as), em geral, do Ensino Superior e intelectuais da Educação, orientados por um mediador, e debatem os mais diversos temas, como Inclusão, Diversidade, Ensino

de Matemática, Ensino de Ciências, Educação Indígena etc.

Há, ainda, nas características do Salto, a proposição de novas práticas de ensino. Aliás, a preocupação com a prática de ensino e com o ensinar melhor se fez presente no Salto desde sua primeira proposta.

O objetivo dos debates sempre foi trazer diferentes tendências no campo da educação e, assim, contribuir para a reflexão da prática em sala de aula tanto nas áreas do conhecimento que integram o currículo quanto nas questões que expressam a diversidade da sociedade. (Mendonça, 2012, p.01).

Mais uma vez, constata-se a cisão entre teoria e prática disposta na proposta do programa e no discurso pedagógico de suas fitas. (Gimeno Sacristán, 1999). Essa dicotomia é presente na tarefa docente e não é benéfica ao processo de ensino e aprendizagem. Contudo, a questão complica-se, pois os(as) professores(as) foram formados(as) em projetos curriculares em que se fez presente o distanciamento entre teoria e prática.

Se, por um lado, foi uso comum, a partir da década de 1990, por parte do Estado, promover a formação continuada de professores, por meio de vídeos e voltada para a reflexão prática das relações de ensino e aprendizagem, por outro lado, emerge, nessa década ainda, uma espécie de crítica a esse modelo formativo.

Os grupos intelectuais e críticos, os sindicatos, as entidades de classe, como ANPED, ANFOPE, CEDES, vêm a público apresentar uma série de documentários e discursos. Então, nesse sentido, professores que não comungavam com a visão de educação veiculada pelo Estado promovem palestras e debates, que, de alguma maneira, foram editados e transformados também em vídeos de formação de professores.

O Salto Para o Futuro na formação de professores

Ao cotejar esses vídeos, com referencial teórico (Gimeno Sacristán, 1999, Nóvoa, 1999,

Imbernón, 2000, Feldmann, 2009), a análise foi dividida em: 1) **análise externa** a qual refere-se ao contexto e finalidades de cada vídeo. Nesse sentido, os momentos em que foram realizados, bem como as fontes financiadoras dos programas e os projetos públicos que os cercam, tornam-se elementos importantes para esta parte da análise.

Analisou-se, ainda, sobre os **aspectos internos** aos vídeos, no caso, a sua linguagem, procurando estabelecer relações entre o formato televisivo e as relações pedagógicas propriamente ditas. Dessa forma, as dimensões teórico-práticas, o trabalho docente e os recursos audiovisuais empregados em cada teleaula são relevantes para entender os significados de cada um dos vídeos analisados e seus propósitos formativos.

Vídeo: Sexualidade Humana – 1993



Área: Ciências Biológicas

Tema: os cromossomos e a herança genética

Imagem capturada e editada pela autoria

Sinopse:

Trata-se de um vídeo do programa “Um Salto para o Futuro” exibido em 1993 pela TVE – Brasil, com intuito de oferecer formação continuada aos professores das redes públicas do país. Neste vídeo, foi tratado o tema da sexualidade com ênfase na função dos cromossomos e na herança genética para a composição dos seres humanos. A teleaula é dividida em três partes: a introdução é feita pelo apresentador do programa, seguida por uma animação na qual o tema é apresentado com caráter científico, mas, ao mesmo tempo, com linguagem simples e acessível. Na sequência, dois especialistas,

sendo um médico e uma psicopedagoga, tecem explicações mais aprofundadas sobre o assunto e, por último, são recebidas ligações telefônicas de cursistas, selecionados entre os telepostos espalhados pelo país para tirar dúvidas dos professores cursistas.

Análise externa:

Chama-se a atenção para a narração do apresentador do programa ao divulgar o sucesso do programa Um Salto para o Futuro no estado do Paraná. Dessa forma, os apresentadores pedem a intervenção de cidades do interior do Paraná via telefone para a participação no programa.

Um dos aspectos relevantes são os intervalos dos programas, nos quais são apresentadas propagandas e vídeos publicitários. Os comerciais apresentam quase sempre propagandas de programas públicos do Governo Federal ou de empresas públicas, demonstrando, assim, quem financiava o curso televisivo.

Nos intervalos também são inseridas propagandas de instituições, como SENAC, de cursos profissionalizantes e de cursos pré-vestibulares, além de uma campanha sobre a valorização dos professores do Ensino Fundamental.

Análise Interna:

O vídeo começa com a vinheta que apresenta o programa Um salto para o Futuro. Na sequência, inicia-se a apresentação em formato telejornalístico, com um apresentador que media as explicações, e dois especialistas: um médico e uma psicopedagoga.

Antes de começarem as explicações, o mediador pede que seja exibido um vídeo introdutório. Tal vídeo é apresentado em formato de animação e tem como tema os cromossomos. A animação tem uma linguagem bastante simples e compara as células de um ser humano a tijolos de uma construção. Segundo a animação, “são necessários bilhões de tijolos, ou seja, de células para se fazer um homem ou uma mulher”.

Ao final da animação, volta-se ao estúdio para a complementação teórica dos especialistas. Tanto o médico quanto a psicopedagoga tecem explicações sobre o fenômeno da reprodução, do ponto de vista biológico e psicológico. Ambas as explicações apresentam caráter abstrato e teórico, permeadas por temas científicos, como cromossomos, zigoto,

informações genéticas, limitações, fenótipo, genótipo etc.

Torna-se curiosa a atenção dada para as explicações do médico sobre as “alterações cromossômicas possíveis na formação fetal que podem causar retardos mentais ou mongolismo”. (Vídeo 1) Essas explicações têm caráter científico e linguagem de difícil compreensão.

Essa apresentação teórica tem a duração de aproximadamente 10 minutos. Na sequência, o apresentador chama a participação de alguns telepostos do país para perguntas e/ou intervenção dos participantes.

As questões feitas pelos professores(as) nos telepostos distanciam-se do tema do ensino-aprendizagem da sexualidade humana: as questões são de caráter eminentemente científico e/ou clínico. Tais questionamentos foram sobre cólicas menstruais, gravidez tubária, reversão de métodos contraceptivos definitivos, aborto, síndromes nos fetos, infertilidade e homossexualidade.

Entende-se que o discurso do médico sobressaia às questões de ensino-aprendizagem, e é isso que acontece no vídeo analisado: as questões são direcionadas para o médico, e a psicopedagoga não é solicitada, cabendo a ela apenas a complementação de algumas questões. Salienta-se, ainda, a forma estritamente teórica e científica como as questões foram tratadas, transparecendo o desconhecimento dos(as) professores(as) participantes do programa sobre aspectos que não são necessariamente abordados na preparação inicial. Não é de se negar que essas questões realizadas possam contribuir com o aprendizado dos docentes, contudo parecem ter se distanciado do tema original.

Acerca da relação teórico/prática (Gimeno Sacristán, 1999), essa teleaula fica distorcida, de certa maneira, com a intermediação, pois é excessivamente teórica e marcada pelo discurso científico e clínico, isto é, pouco ou nada se aborda dos aspectos pedagógicos.

Nesse sentido, o foco da vídeoaula, que inicialmente era de reprodução humana, se tornou secundário. As dúvidas apresentam um caráter pessoal e não propriamente de questões educativas ou de caráter de ensino-aprendizagem.

Do ponto de vista técnico, mesmo tendo à disposição o aparato televisivo, poucos recursos de ensino e aprendizagem são explorados. Não são apresentados gráficos, esquemas, recursos gráficos e animações (exceto no início da teleaula). O tira-dúvidas do programa pouco contribui com aspectos pedagógicos. Contudo, entende-se que são as primeiras experiências de vídeos voltados para a formação docente em grande escala; dessa forma, evidencia o caráter experimental do programa.

A Matemática e o cotidiano – 1995



Tema: Matemática

Imagem capturada e editada pela autoria

Sinopse:

Programa apresentado em 1995, com intuito de promover uma visão mais moderna e prática da Matemática, voltada para as ações cotidianas nas quais o conhecimento matemático se faz presente.

Análise externa:

Vídeoaula transmitida de uma emissora de televisão da cidade do Rio de Janeiro para os mais diversos telepostos do Brasil. Tem como destinatário o Ministério da Educação, por meio do programa Salto Para o Futuro.

Esse programa, apresentado como vídeoaula de metodologia do ensino-aprendizagem de Matemática, é exibido em narrativa jornalística. Dividem a bancada do programa um apresentador e dois comentaristas especialistas, que são, supostamente, dois professores pesquisadores da área de Matemática. Contudo, essa informação não é evidenciada por nenhuma legenda ou fala explícita.

Análise Interna:

A narrativa da teleaula é bastante elaborada e sua sequência é composta de muitos elementos que conduzem os professores cursistas a tomarem aquele conteúdo como verdadeiro, e a linguagem jornalística contribui com esse objetivo.

A vídeoaula inicia-se com uma apresentação teórica sobre o ensino de Matemática na atualidade e chama a atenção para o fato de que essa disciplina deve ser entendida como algo presente no cotidiano das pessoas, e não como uma abstração presente apenas nas escolas. Dessa forma, é apresentada uma sequência de imagens e sons que buscam dar um caráter popular à Matemática.

Tal narrativa é muito sofisticada, enredada por uma música de Luiz Gonzaga, com os seguintes dizeres:

Eu lhe dei vinte mil réis
Prá pagar três e trezentos
Você tem que me voltar
Dezesseis e setecentos!
Dezessete e setecentos!
Dezesseis e setecentos!

Essa sequência mostra imagens de uma feira livre com muitos populares transeuntes fazendo compras de produtos alimentícios. Em meio a essa cena, são realizadas entrevistas com pessoas da feira sobre o nordeste do Brasil. Nessas entrevistas, foram as seguintes perguntas: “Desde quando o senhor ou a senhora vive aqui?” “pretende voltar para o nordeste?”, enquanto a cena continua a mostrar imagens e sons que sugerem uma feira popular, frequentada por pessoas oriundas da região nordeste para fazer compras, utilizando pesos, medidas e moedas.

A ideia expressa por esse meio de comunicação é de atribuir à Matemática o significado de algo popular e presente no cotidiano das pessoas, em momentos comuns do dia a dia.

A seguir, a matéria jornalística é cortada, e a cena volta para o estúdio em que se encontram a apresentadora e os dois especialistas em Matemática. A apresentadora pede aos professores dos diversos telepostos do país que telefonem para tirar dúvidas, e um número de telefone da cidade do Rio de Janeiro é citado para essa finalidade.

Segundo o programa, os especialistas tiram dúvidas ao vivo de professores de telepostos do Rio

de Janeiro e de Fortaleza. As dúvidas são sobre como ensinar Matemática com facilidade de compreensão para os alunos das séries iniciais. Os especialistas, sempre prontos, respondem passando as fórmulas de trabalho que consideram melhores para cada caso.

A seguir, é apresentada uma peça de teledramaturgia na qual a Matemática é aplicada, a fim de fortalecer a ideia de que a Matemática trabalhada na escola deve vir do interesse e do cotidiano dos(as) alunos(as), isto é, é necessário que os alunos entendam que precisam da Matemática em diversas ações da vida.

Percebe-se claramente que o vídeo de ensino de Matemática é bastante elaborado do ponto de vista da técnica, o que o torna prazeroso de ser assistido por um professor. Sua linguagem e estética são muito próximas de um programa de televisão, pois unem narrativa de textos, imagens e sons com intervenções de apresentadores e especialistas para entreter o telespectador.

Um aspecto positivo desse vídeo é o conteúdo ser tratado de forma teórica e prática (Gimeno Sacristán, 1999), pois primeiro são apresentadas as teorias da Matemática e, só depois, os exemplos da prática baseados no cotidiano. Os comentários dos especialistas também valorizam o saber das crianças e suas realidades, por isso induzem os telespectadores-professores a seguirem esta proposta de trabalhar a Matemática a partir da realidade dos educandos.

Contudo, apesar dessas qualidades, os vídeos apresentam alguns aspectos falhos, pois são demasiadamente práticos, como se ensinar matemática fosse simples, bastando seguir os passos propostos nas narrações. Isto atribui aos vídeos as críticas feitas por uma das entrevistadas o caráter utilitarista das teleaulas. Seguindo-se as receitas é possível superar os *déficits* de aprendizagem, fato que não é tarefa simples e não depende exclusivamente dos professores, como sugerem os vídeos.

A sugestão, portanto (Young, 2007), é um currículo que considere a cultura e o interesse dos(as) alunos(as), isto é, mas sem abandonar os conteúdos. A ideia é abrir as portas da escola para a vida e incorporar as necessidades matemáticas à vida cotidiana ao currículo escolar.

O patrimônio cultural atua de três maneiras no desenvolvimento econômico dos territórios: como fonte de atividades que se referem à oferta e consumo de bens e serviços, como alavanca para potencializar os recursos do local e como fator de atração. Nos três casos é possível identificar, direta ou indiretamente, valores de uso. A partir disso conclui-se que a “economia do patrimônio” se caracteriza como atividade de forte potencial na geração de emprego e renda, não apenas pelo segmento turístico, mas também pela atração de novos residentes e investimentos, considerando, sobremaneira, que esse patrimônio cultural seja mantido e valorizado, conforme aponta Xavier Greffé:

El valor de existencia es el que presenta un monumento independientemente de su uso. Es un valor en si mismo, unido a la existencia misma del monumento. Junto a este valor de existencia, existe un valor de uso que consiste en el hecho de que el monumento sea visitado, reorganizado, etc. [...] antes de ver cómo lo pasamos de un valor de uso a diferentes valores económicos, es importante hacer hincapié en la gravedad del problema y la creciente importancia sacada del valor de uso en la crisis financiera que enfrenta actualmente a los países. (Greffé, 2023, 02).

A partir do final da década de 1980, foram intensificadas propostas de conferências mundiais destinadas à discussão da cultura como um vetor de desenvolvimento mundial. Um exemplo significativo desses eventos foi “Las Políticas Culturales (Mondiacult)”, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997), com a criação simultânea da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em 1996, o trabalho realizado pela Comissão deu origem ao relatório intitulado Nossa Diversidade Criadora, que reafirma as teses aprovadas pela Mondiacult e formula uma agenda dedicada a mobilizar a comunidade internacional para o enfrentamento dos desafios envolvendo a conjunção cultura e desenvolvimento. Em 1998 a Unesco realizou, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o

Desenvolvimento, que propôs um plano de ação dedicado ao reforço do papel das políticas de preservação do patrimônio cultural nas estratégias de desenvolvimento, afirmando a necessidade de proteção e promoção da diversidade cultural.

Mais recentemente, dando continuidade a esse impulso, a MONDIACULT 2022, realizada de 28 a 30 de setembro na Cidade do México, se destacou como o maior encontro mundial sobre cultura dos últimos 40 anos, com o potencial de reunir cerca de 2.600 participantes, incluindo 135 ministros de cultura. Neste encontro histórico foi deliberado pelos participantes a adoção da Declaração MONDIACULT 2022, que mapeou desafios e oportunidades para as políticas culturais e o desenvolvimento sustentável em âmbito global. A conferência reforçou o papel da cultura como um bem público global e sublinhou a importância da relação entre o patrimônio cultural e a economia, uma continuação direta das iniciativas anteriores da Unesco para promover a diversidade cultural e o desenvolvimento em uma escala global.

David Throsby (2001) reconheceu a importância da cultura para o desenvolvimento econômico, uma vez que a maneira pela qual um grupo social se comporta está diretamente relacionada ao conjunto de valores e fatores culturais que se fazem representar nessa sociedade.

[...] a escala agregada, podríamos observar la influencia de la cultura em los resultados macroeconómicos medidos según indicadores de eficacia como la tasa de crecimiento del PIB per cápita, las tasas de cambio tecnológico, los niveles de empleo, los índices e direcciones del cambio estructural, etc., y según los indicadores de equidad tales como los patrones de distribución de la renta, los programas de bienestar social (especialmente el cuidado de los ancianos e los enfermos), la oferta de servicios comunitarios y la voluntad de establecer programas de inversión pública a largo plazo. (Throsby, 2001, p. 76).

Esse entendimento pressupõe adotar uma visão da preservação do patrimônio menos endógena, ou seja, para além da preservação per se, ampliando seu alcance para o potencial socioeconômico e o consequente desenvolvimento advindo das ações de preservação. Nesse sentido, o

objetivo transcende a finalidade exclusiva de recuperação do patrimônio, estimulando e facilitando o usufruto do bem restaurado, o que contribui, como veremos a partir do exemplo de Cachoeira, para ampliar o leque de apropriação da sociedade, promovendo maior dinamismo econômico local.

Faça e Refaça - 1993



Área: Educação Artística

Tema: Como fazer massa de modelar caseira para trabalhar com alunos na Educação Básica e como trabalhar com canudinhos na escola.

Imagem capturada e editada pela autoria

Sinopse:

Vídeo de 1993 que se propõe ofertar aos docentes da educação básica formação para a disciplina de artes. É apresentado pelo programa Um Salto para o Futuro e produzido pela TV/Escola.

Análise externa:

Os vídeos da disciplina de Artes foram elaborados para serem reproduzidos, e não apresentados como teleaulas. Isso vai ao encontro de nossa hipótese de que, em alguns casos, os vídeos são a única ferramenta de formação dos docentes. Dessa forma, não são apresentados em formato telejornalístico, com intervenções simultâneas nos polos de aprendizagem, mas sim como matérias informativas chamadas pelo apresentador.

Análise Interna:

As videoaulas de Artes parecem estar voltadas para o fazer, mas não o fazer docente, a fim de explicar como trabalhar esse tipo de artes em sala, ou,

ainda, com intuito de explorar as potencialidades dessa atividade com os educandos(as). Ao contrário, o vídeo ensina práticas de artesanato, sem conexões com conteúdos escolares, tampouco situa o lugar dessa atividade no currículo. Dessa forma, esse vídeo em especial não discute sua importância no processo de formação docente.

No referido vídeo, são ensinadas técnicas de trabalho com canudinho, cuja atividade a professora da teleaula menciona que pode ser utilizada em sala para o desenvolvimento da concentração e da coordenação motora das crianças. Ademais, as lições de como fazer as atividades parecem ter um fim em si mesmas.

A Construção de uma nação - 1995



Área: Educação de jovens e adultos

Tema: História negada

Imagem capturada e editada pela autoria

Sinopse:

Vídeo produzido pela TV/Escola, difundido pelo programa Salto para o Futuro, com objetivo de ofertar aos professores capacitação para atuar com a educação de adultos.

Análise Externa:

Este vídeo é composto por uma série de vídeos fundamentados na visão crítica da Educação Básica, para a qual o Estado teve de despender grandes esforços, a fim de resolver os índices educacionais. Tal visão nos é apresentada pela narrativa dos intervalos comerciais, que apresentam sucessivas propagandas do Governo, as quais concebem a educação como peça-chave no desenvolvimento econômico e social do país.

Esse momento histórico coaduna com a maior circulação das teorias críticas do currículo que orientam os programas de governo, dado que até o próprio Paulo Freire, educador-símbolo desse modelo crítico de educação de adultos, esteve à frente do governo na Prefeitura de São Paulo, no início da década de 1990.

Esse discurso crítico que prevê um tempo de preparação mais aprofundado e conscientização política para a imensa massa de pessoas que ainda não tinham concluído a educação básica ou de escolaridade nula, chega, também, aos projetos de formação de professores por vídeo.

Análise Interna:

O vídeo de abertura contém uma matéria gravada sobre o grande número de brasileiros fora da escola ou que não puderam frequentá-la por causa do trabalho que realizam desde a infância.

Para justificar essa visão, estabelecem-se interlocuções com populares nas ruas e finaliza-se com a intervenção do sociólogo Herbert de Souza – Betinho –, o qual concorda com a ideia baseada na visão crítica a respeito do grande déficit da formação básica educacional brasileira.

Outra característica bastante presente nesse vídeo são as cenas de pessoas trabalhando nas mais diversas áreas, sobretudo como operários em fábricas e funcionários do comércio. Dessa forma, mais uma vez é passada, por meio das imagens e sons, a ideia de que a educação pode resolver problemas da vida dos cidadãos. Essa visão de educação de adultos é marcada pela concepção do trabalho e, com base nisso, a educação seria uma mola para a economia e para o trabalho.

A trama do olhar - 1998



Área: Linguagem e comunicação e artes
Tema: Recursos audiovisuais na educação escolar
Produção: TVE RJ
Imagem capturada e editada pela autoria

Sinopse:

Vídeo produzido pela TV/Escola do Rio de Janeiro, para ser apresentado durante sua programação e também para a difusão em salas de formação continuada por meio do programa Salto para o Futuro, objetivou capacitar professores para atuação com a disciplina de Língua Portuguesa.

Análise externa:

Do ponto de vista da técnica, esses vídeos têm características diferentes dos da série anterior do Salto para o Futuro. A partir desse momento, 1998, os vídeos de formação docente passam a integrar a grade de programação da TV/Escola do MEC. Portanto, esses vídeos eram gravados pelas escolas para serem exibidos em momentos oportunos para os docentes.

Por esse viés, os vídeos gravados assumem um caráter menos institucionalizado, e a formação passa a ser um programa diluído na grade de programas educativos da TV. Outra característica marcante é a linguagem teledramatizada. Nesses programas não existe uma grande diferença entre os gêneros filme e documentário, por exemplo.

Análise interna:

Nessa fase dos cursos por vídeos, há uma relação mais estreita com a pedagogia contemporânea com foco interdisciplinar, e, do ponto de vista discursivo, os vídeos são altamente elaborados enquanto produtos televisivos.

Essa característica indica que esses vídeos são mais produtos da mídia televisiva do que propriamente cursos voltados à formação de professores, uma vez que mesclam imagens de museus, músicas populares, usam frequentemente recursos como troca de imagens e sucessivas cores, a fim de se tornarem uma linguagem mais atrativa, isto é, que prenda a atenção.

Diferentemente dos outros vídeos iniciais do Salto Para o Futuro, cujo caráter assemelha-se mais a matérias jornalísticas, com depoimentos de especialistas e professores, os vídeos do final da década de 1990 são histórias interpretadas por atores, tal como uma telenovela.

Nesse vídeo em específico, é narrada a história de uma professora, que parece ser uma mulher muito simples. Ela trabalha em uma escola de periferia que não tem acesso aos bens culturais. Até que um dia, essa professora se questiona sobre a “habilidade de olhar”.

Durante a história, essa personagem conta a outra personagem, também professora, que seus alunos não têm condições de se alimentar. E depois questiona se é possível apreciar a arte sem ter as condições básicas de sobrevivência. A colega fala sobre a importância da arte e da alfabetização cultural e artística, que são tão importantes quanto os outros conhecimentos, como os matemáticos, por exemplo.

Em outra sequência de imagens, mostram-se as professoras trabalhando artes com seus alunos, e logo em outra cena mostram-se as crianças correndo com aspectos de felicidades pelo pátio da escola. Outras cenas exploram variadas formas de artes, como músicas do Clube da Esquina, de João Gilberto, além de revistas que representam obras de artes plásticas.

Daí em diante, nesse vídeo, a outra personagem professora aparece trabalhando com seus(suas) alunos(as) o conteúdo sobre Pablo Picasso e o cubismo em sala de aula, e eles(elas) parecem bastante interessados(as).

No final, aparecem cenas da professora em um sofá, com caderno na mão, assistindo a uma teleaula. A professora que apresenta a teleaula, nesse vídeo, afirma que toda criança tem que brincar e aproveitar a TV para aprender mais.

A mensagem do vídeo abre precedente para interpretação de que todos(as) os(as) professores(as) podem mudar suas concepções sobre o ensino de artes nas escolas independentemente da classe que ocupam ou do nível sociocultural de seus(suas) alunos(as). Propõe também a mensagem sutil de que cabe ao docente a responsabilidade pela aquisição de conhecimentos e se capacitar para despertar outro olhar em seus alunos(as). Acredita-se que a autoformação é importante na vida de todo os indivíduos, mas a capacitação para o trabalho docente na rede pública de ensino é uma função pública indispensável.

A experiência formativa

Na década de 1990, no Brasil, os professores formados por vídeos estavam envolvidos em uma conjuntura histórica, política, cultural e econômica. Histórica porque a problemática da preparação para o ofício docente foi herança advinda do século XIX, quando os governantes buscavam uma solução para a questão. Política, porque na tentativa de solucionar a falta de licenciados bem formados, o Estado elaborou e instituiu uma série de programas de capacitação por vídeos. Cultural, por se tratar de um elemento da mídia que serviu a toda uma cultura que se tornou hegemônica no final do século XX.

Centrando-se a análise nessas dimensões (Histórica, Política, Cultural e Econômica), é possível compreender o contexto formativo a que os(as) professores(as) foram submetidos(as) durante o período em que estavam em serviço. Daí é possível entender o uso intensivo de vídeos.

Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a tentativa de reverter a falta de professores deu-se a partir da implantação de programas de capacitação rápida, como os cursos de Licenciatura Curta. Esses cursos ofertavam formação inicial aos egressos para que eles pudessem atuar nos níveis de primeiro e segundo graus implantados pela LDB Lei nº 5.692/71. Ocorre que, em contrapartida à capacitação rápida, os professores passariam por cursos ao longo da carreira docente. (Tanuri, 2000).

Com a redemocratização, a partir dos anos 1980, o Brasil tinha um grande número de

professores(as) com formação insuficiente egressos(as) desses cursos de curta duração, e que, por isso, necessitava de uma complementação pedagógica. O problema se exacerbou a partir dos anos 1990, quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação lei 9.495/96, a qual colocou fim às licenciaturas curtas, que foram suplantadas pelas licenciaturas plenas. Essa lei também extingue disciplinas curriculares, como a Educação Moral e Cívica e Organização Social Política Brasileira.

Ratificou-se, ainda, a proposta de gestão democrática da escola, a qual já havia sido apresentada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, constituição esta, de caráter democrático elaborada pela assembleia nacional constituinte após o período de Ditadura Militar, a qual ressaltou os direitos individuais sociais e o retorno à democracia.

Neste cenário, o Estado brasileiro procurou ofertar aos docentes que já estavam em serviço um conhecimento que fosse capaz de prepará-los para as novas mudanças. Alguns indícios da atuação política foram: formação em serviço para complementação da carga horária que obtiveram na licenciatura curta, para que, assim, pudessem alterá-la para licenciatura plena; a atualização pedagógica para os novos conteúdos curriculares da sociedade democrática.

Acompanhando todo esse processo, assiste-se à emergência das tecnologias de informação e comunicação, que, aos poucos, foram se tornando mais acessíveis e presentes na vida das escolas e professores, como os VHSs. Nessa perspectiva, o Estado, através de órgãos, como o Ministério da Educação, e por meio da TV/Escola e de programas como o Salto Para o Futuro, estabelece uma ligação entre reparação histórica da falta de professores, atualização pedagógica e uso das novas mídias, incorporando-se à cultura das escolas na década de 1990.

Atualmente, com o desenvolvimento das TICs, o governo e a cultura midiática, forjada em grande parte em nosso país pela mídia de massa, vêm imprimindo, desde o fim dos anos 1990, um discurso favorável ao uso desses meios em larga escala, inclusive na formação de professores, sem avaliar, a longo prazo, as implicações desse processo.

Finalidades e contextos dos cursos por vídeos

Os cursos de formação em serviço, contínua, continuada, treinamento e reciclagem obedeceram a uma lógica de projeto de mais ampla, ligada às propostas do Estado. Nessa categoria, pretende-se demonstrar e aprofundar alguns desses cursos em suas conjunturas macro e microestruturais.

Primeiramente, o conceito de formação continuada de professores não é algo novo, mas, se pensarmos na história da Educação, foi apenas na década de 1980 que o Estado começou a apresentar maior preocupação com o tema e com a oferta de cursos públicos para capacitar os professores que já estavam em serviço.

Dessa forma, o problema e o tema da formação tornam-se mais urgentes, a partir dos projetos da Ditadura Militar, que pretendiam oferecer escola elementar a toda população. Isso aconteceu, em grande medida, por pressões da lei 5.692/1971, que estabeleceu diretrizes para o ensino de primeiro e segundo graus.

Nesse contexto marcado pela corrente pedagógica do tecnicismo, a formação docente era realizada em escolas normais secundárias, cursos estes que se demonstraram insuficientes já no fim da década de 1970, dado que não atendiam às demandas culturais nem legais do contexto.

No início da década de 1980, a formação continuada permaneceu como medida para superar as deficiências da falta de preparação inicial e para preparar o professor que já estava atuando no ensino público do país. Uma vez que as instituições privadas não eram para as massas e sua carreira era mais compensadora financeiramente, esse fator atraía os professores com nível superior. Sendo assim, o público-alvo desses cursos eram as professoras de cidades do interior ou, em alguns casos, de escolas rurais, cuja maioria detinha apenas o curso normal ou magistério secundário.

Foi ainda, particularmente nos anos de 1990, que cresceram os programas de Formação em Serviço e Reciclagem, ancorados nas tecnologias de informação e comunicação disponíveis na época, a exemplo do VHS, para oferecer uma capacitação, mesmo que superficial, aos docentes da rede pública que trabalhavam em localidades mais distantes,

O conceito de reciclagem foi amplamente utilizado até o fim da década de 1980 e 1990, pois significava que os(as) professores(as) poderiam ser melhorados para atuar naquilo que já vinham realizando. Tal termo amplamente utilizado como sinônimo de formação.

Outra característica questionável desses cursos é a finalidade de capacitar professores(as) para determinadas áreas da educação, sem que esses docentes, em muitos casos, tivessem sequer a formação inicial necessária para atuação. Alguns professores(as) faziam do curso, especialmente o Salto para o Futuro, como uma forma de habilitar-se em outra licenciatura.

No referido contexto, de reformas rápidas, a fim de resolver o déficit educacional, os cursos de capacitação em serviço foram colocados de forma impositiva aos docentes. Dessa forma, os cursistas desses projetos matriculavam-se por determinações superiores, e, ainda, suas progressões na carreira estavam condicionadas a tais cursos, o que os conduzia na sequência de módulos e etapas. Um número significativo desses docentes sequer sabia que se tratava de um curso de formação continuada.

Com base na cultura escolar, segundo Julia (2001), a qual indica que, ao assimilar e reproduzir certos comportamentos, muitos dos professores das cidades mais distantes do interior, para os quais ter acesso a uma universidade de qualidade era, e ainda é muito complicado, viam o Salto para Futuro, por exemplo naquele contexto, como a única saída. Embora distante do ideal, era a modalidade de aprendizagem possível diante das condições de trabalho e da preparação inicial precária que boa parte desses docentes detinha.

Adiante, veem-se os significados desses cursos na representação dos(das) professores(as), entendido nas palavras de Chartier (1990, p.17), que diz que a representação busca “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Nesse sentido, as políticas do Estado visaram atender a superação das lacunas na formação inicial, certificar os professores para ascensão na carreira, enquanto a relação teórico/prática com a finalidade de melhorar a relação de ensino e aprendizagem foi secundária neste processo.

Considerações finais

Longe de querer esgotar a temática este artigo pretendeu de forma concisa apresentar o problema da formação de professores e como este meio de formação se fez presente no Brasil da década de 1990. A TV e a Mídia foram utilizadas não só como meio de entretenimento, mas como política pública de educação.

Os vídeos em seu conteúdo interno e externo eram bastante sofisticados para as tecnologias da época, contavam com a melhor tecnologia disponível no contexto. Disponham de especialistas e acadêmicos como participantes nas transmissões, mas ainda assim, demonstrou-se insuficiente como política de formação de professores.

Este artefato audiovisual, revelou-se um projeto bastante aligeirado de educação dos mestres e mestradas do Brasil. Pessoas que deveriam passar por este tipo de formação que em alguns momentos levou o nome de reciclagem, capacitação, mas que pode ser facilmente definida como uma forma precária de formação continuada.

Referências

- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FELDMANN, Marina Graziela. [Org.]. **Formação de professores na contemporaneidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.
- GIMENO SACRISTÁN, José. **Poderes Instáveis em educação**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre, Artmed, 1999.
- IMBERNÓN, Francisco [Org.]. **A Educação no século XXI: Os desafios do futuro imediato**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
- MENDONÇA, Rosa Helena. **Salto para o Futuro: uma trajetória de diálogo**. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/quem-somos.a.sp>. Acesso em: 20 Ago. 2012.
- NÓVOA, Antonio (Org.). **Profissão professor**. Porto, PT: Porto Editora, 1995.
- NÓVOA, Antonio. Porque a História da Educação? *In*: Stephanou, Maria, Câmara Bastos, Maria Helena. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Séc. XX. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; FONSECA, Marília. O Banco Mundial e as políticas de Formação Docente: a centralidade da educação Básica. *In*: HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ilezzi Luciana Fiorelli. [Orgs.]. **Educação e Estado: As mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90**. EDUEL, 2001.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 38 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 7 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado Educacional do Século XIX**. 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2006a.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado educacional do Século XX**. 2 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2006b.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

TANURI, Leonor Maria. **História da Formação de Professores**. Revista Brasileira de História de Educação, 2000.

TARDIF, Maurice. Lessard, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 5 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007.

O grande incêndio de 1951: relato de uma catástrofe na Serra de Santa Catarina

The great fire of 1951: report of a catastrophe in the Serra de Santa Catarina

Claudio Ricken¹
Jaisson Teixeira Lino²
Samira Peruchi Moretto³
Gessica Pinto Rodrigues⁴
Rodrigo Lavina⁵
Idemar Ghizzo⁶
Valdirene Böger Dorigon⁷

Palavras-chave:
Desastres socioambientais
Incêndio
História Ambiental

Resumo: O início da década de 1950 foi marcado por uma grave seca, que assolou muitos estados do Brasil. No estado de Santa Catarina, vários municípios sofreram direta e indiretamente com a falta de chuva, que propiciou eventos como baixa nas produções agrícolas, diminuição do nível dos rios e incêndios. Um desses eventos foi o incêndio que começou no início de agosto e perdurou até o início de setembro do mesmo ano, atingindo os atuais municípios de São Joaquim, Timbé do Sul, Nova Veneza, Orleans e Grão Pará. O incêndio ocasionado pela queimada de pastos no município de São Joaquim teve sua gravidade aumentada pela seca e baixas temperaturas durante o mês anterior e pela ocorrência de vento sul durante o episódio, tendo consequências econômicas e ambientais para a região nos anos seguintes. A partir de dados bibliográficos e fontes provenientes de iconografia, jornais e relatórios aos governos estadual e federal foi realizada a reconstituição de eventos relacionados ao incêndio que assolou a encosta da Serra catarinense no ano de 1951. Neste sentido, analisamos a ocorrência do incêndio e seus impactos ambientais no município de Orleans através do viés da História Ambiental, de modo a identificar as relações da população e das autoridades políticas com o meio ambiente, diante do evento, assim como, também destacar as mudanças mais significativas após sua ocorrência.

Keywords:
Socio-environmental
disasters
Fire
Environmental History

Abstract: The beginning of the 1950s was marked by a severe drought, which devastated many Brazilian states. In the state of Santa Catarina, several municipalities suffered directly and indirectly from the absence of rain, which led to events such as low agricultural production, lower river levels and fires. One of these events was the fire that started in early August and lasted until the beginning of September of the same year, reaching the current municipalities of São Joaquim, Timbé do Sul, Nova Veneza, Orleans and Grão Pará. The fire caused by the burning of pastures in the municipality of São Joaquim had its severity increased by the drought and low temperatures during the previous month and by the

1 Secretaria da Educação do Município de Criciúma. Doutor em Biologia (UFRGS). E-mail: claudioricken@hotmail.com.

2 Universidade Federal da Fronteira Sul. Pós-Doutor em Arqueologia (UvA). E-mail: lino@uffs.edu.br.

3 Universidade Federal da Fronteira Sul. Doutora em História (UFSC). E-mail: samira.moretto@uffs.edu.br.

4 Universidade Federal da Fronteira Sul. Mestre em História (UFFS). E-mail: gessyfamilia@gmail.com.

5 Gaturamo Serviços Arqueológicos. Mestre em História (UNISINOS). E-mail: arqlavina.rodrigo@gmail.com.

6 Centro Universitário Barriga Verde. Doutor em Museologia (ULUSOFONA). E-mail: idemarg@gmail.com.

7 Fundação Educacional Barriga Verde. Especialista em Gestão Cultural (SENAC). E-mail: valdirenebd@hotmail.com.

occurrence of south wind during the episode, having economic and environmental consequences for the region in the following years. Based on bibliographic data and sources from iconography, newspapers and reports to state and federal governments, a reconstitution of events related to the fire that devastated the slopes of Serra of Santa Catarina in 1951 was carried out. In this sense, we analyzed the occurrence of the fire and its environment impacts on the municipality of Orleans through the Environmental History bias, in order to identify the relations of the population and political authorities with the environment, in the face of the event, as well as highlighting the most significant changes after its occurrence.

Recebido em 28 de fevereiro de 2023. Aprovado em 1º de novembro de 2023.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar através do viés da História Ambiental, o incêndio que ocorreu no município de Orleans e arredores em 1951, dando ênfase aos aspectos socioambientais. A gravidade e extensão do ocorrido o enquadra como um desastre de médias proporções, pela área afetada. Segundo Nodari, Lopes e Espindola (2015, p. 7) o termo “desastre, quase sempre está associado à desgraça e desventura que gera situações de emergência que requer políticas públicas preventivas, além daquelas costumeiramente aplicadas na ocorrência do evento”. Sendo assim, os autores afirmam que desastres são tratados, muitas vezes, como fenômenos independentes, em que as causas ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas não se encontravam articuladas na compreensão dos eventos danosos. No entanto, os eventos muitas vezes revelam que foram causados ou catalisados por agência humana e desta forma, por terem ação antrópica, podem ser considerados desastres socioambientais.

Para compreender como a ação antrópica foi fundamental no incêndio ocorrido e analisado no presente artigo, é necessário entender o processo de ocupação local. A região que se encontra na encosta da Serra do Rio do Rastro era ocupada por grupos indígenas, em grande maioria da etnia Xokleng. Porém, a ascensão da ocupação se deu com o processo de colonização do território, com a vinda de imigrantes e migrantes de origem europeia a partir de uma concessão de terras ao Visconde de Taunay, sendo que em 1882, na sede do atual município de

Grão Pará, foi instalada a Empresa de Terras e Colonização de Grão Pará. Em 1885, a Empresa de Terras e Colonização foi transferida para a atual cidade de Orleans. Pela lei provincial n.º 218, de 2 de outubro de 1888, foi criado o distrito de Orleães do Sul, subordinado ao município de Tubarão. Quatro anos depois, pela lei estadual nº 981, de 30 de agosto de 1913, passou a chamar-se Orleans. A partir de 1970, faziam parte do território de Orleans os municípios de: Lauro Müller, elevado à categoria de município pela lei estadual nº 273, de 06-12-1956, e Grão Pará, elevado à categoria de município, pela lei nº 348, de 21-06-1958. Atualmente, a região é ocupada pelos municípios de Orleans, Grão Pará e Lauro Müller (Cabral, 1994; IBGE, s.d.; Piazza, 1994).

Com a chegada dos colonizadores foram intensificadas as atividades de extrativismo da madeira e na agricultura e pecuária de subsistência (Campos, 1989; Dall’alba, 1986; Hobold, 1994). Tais atividades tiveram grande impacto sobre a flora e a fauna, desde o início das primeiras ocupações, assim como a grande maioria das áreas ocupadas por floresta, no Bioma da Mata Atlântica.

Uma das primeiras descrições da relação entre os colonizadores e o meio natural foi feita pelo Pe. Luigi Marzano em seu diário a respeito de seus trabalhos de sacerdócio junto aos colonizadores. Marzano (1985, p. 47) descreveu que embora mostre-se “extasiado com a quantidade de orquídeas e lianas”, a floresta era avaliada como elemento negativo para a sobrevivência dos colonizadores. Segundo ele,

[...] há vinte e cinco anos a mata, ou melhor, a floresta, antes ninho de selvagens e de animais ferozes, foi cedida à vigorosas forças dos italianos, os quais a transformaram com suas fadigas, com seus suores e sacrifícios, em ubertosa terra de agricultura (Marzano, 1985, p. 52).

As características da flora e fauna local eram condizentes com a fitofisionomia da região, dominada pela Floresta Tropical Atlântica com subárea Floresta Tropical do Litoral e encosta centro-sul e área com núcleos de Floresta Ombrófila Mista – com matas de araucárias intercaladas por campos, da região de Mata Pluvial Atlântica. Nestas áreas, a composição florística era bastante complexa em função da grande diversificação de microclima e solos. Fazem parte dessas formações florestais as espécies vegetais arbóreas predominantes a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), associada ao aguai ou caixeta (*Chrysophyllum viride*) e o palmitheiro (*Euterpe edulis*), com grande abundância e dispersão nesta floresta. Entre as árvores consideradas de valor por seu volume madeirável que são encontradas nesta formação, podemos citar o aguai (*Chrysophyllum viride*), bagueçu (*Eugenia umbeliflora*), bicuíba (*Virola oleifera*), canela-preta (*Ocotea catharinensis*), e peroba-vermelha (*Aspidoferma olivaceum*) (Klein, 1978).

Com a chegada dos colonizadores, que tinham como principal intuito sobreviver dos proventos da agricultura, iniciou-se o processo de desmatamento. Segundo Moretto (2010, p. 37), essa prática que era denominada “limpeza das matas” poderia também ser feita pelas famílias que se estabeleciam na região. Havia muitas maneiras de praticar a derrubada, o mais comum era utilizarem machados nas árvores mais finas; enquanto nas mais grossas, faziam-se anéis que propiciavam a secagem e o apodrecimento da madeira e/ou era colocado fogo nas áreas. Em regiões onde havia campos e pecuária, um período onde a madeira não possuía valor econômico significativo – principalmente pela dificuldade no transporte da madeira, não havia tantas preocupações com o eventual avanço da queimada para as áreas florestadas, uma vez que

assim era possível ampliar a área das pastagens com muito pouco esforço (Brandt, 2018, p. 33).

O fogo foi aliado no desmatamento, em diversos locais do bioma da Mata Atlântica, ora propositalmente, ora não. O historiador Warren Dean (1996), na obra “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira”, analisou quinhentos anos de ocupação e destruição da Mata Atlântica brasileira. O autor mostra como o fogo foi um grande aliado para a destruição da floresta. A visão imediatista resultava no desmatamento à base do fogo e do ferro dos machados, posteriormente da serra elétrica - para uma produção voltada à exportação. Assim, ocorreu o esgotamento deixando um rastro de destruição e pobreza para a população.

Das práticas de queimada ao incêndio: o fogo ganha as manchetes

Na região, era comum utilizarem o fogo para abrir espaço para as pequenas plantações e para as pastagens, em áreas de floresta ou campo, e foi neste contexto que ocorreu o incêndio relatado nos meses de agosto e setembro. O relato de Dall’Alba (1986) sobre o grande incêndio no ano de 1951, ocorrido na encosta da serra dos atuais municípios de São Joaquim, Timbé do Sul, Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Lauro Müller, Orleans e Grão Pará. Na Figura 1, pode-se observar a região onde ocorreram os incêndios, alguns municípios não aparecem demarcados no mapa, pois ainda não eram emancipados na década de 1950. O recorte espacial delimitado pelo autor serviu como ponto de partida para a busca por documentação e mais informações sobre o ocorrido. Em sua extensa obra sobre os colonos e mineiros da região do município de Orleans, Santa Catarina, o autor dedica não mais que três páginas ao assunto. Porém, foi contundente quando trata de sua gravidade: “As populações da Serra e do Litoral, num céu sempre envolto em fumaça, viveram épocas de apreensões, sobressaltos e temores sem conta” (Dall’Alba, 1986, p. 119).

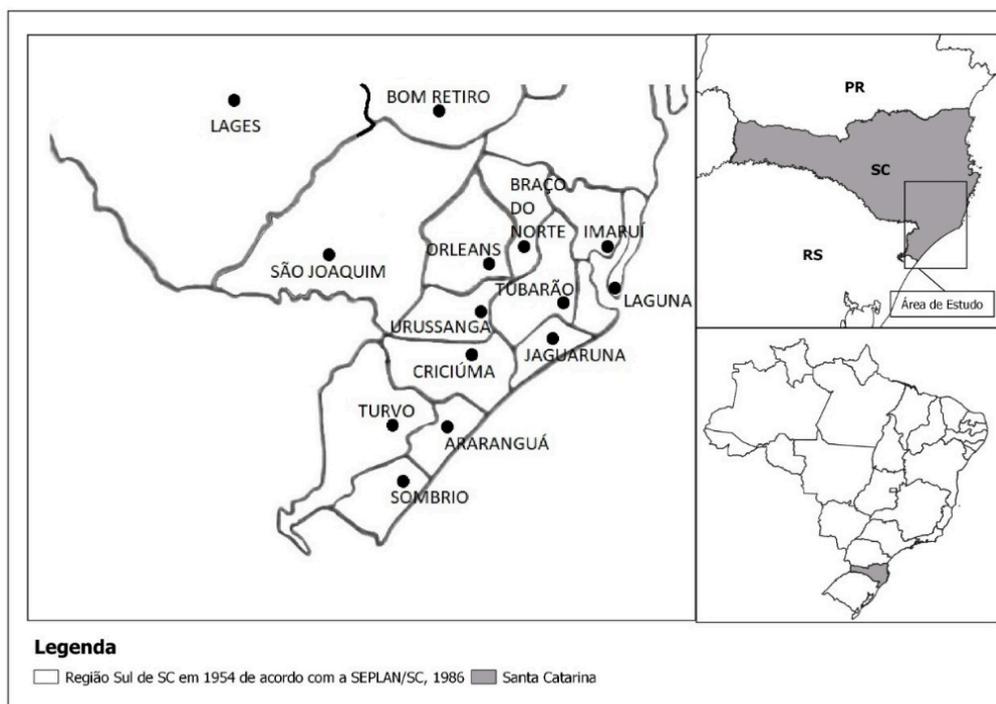


Figura 1 – Mapa dos municípios atingidos pelo incêndio.

Fonte: Fábio Araújo, 2022.

Dall’Alba (1986, p. 119) relata que o início do incêndio foi na primavera de 1951 a partir de uma queimada realizada nos campos de Aparados da Serra, Rio Grande do Sul: “favorecido por longa estiagem, o fogo foi se alastrando por dois meses seguidos”. A baixa pluviosidade nos meses de maio, junho, julho e agosto do ano de 1951 está

demonstrada na figura 2, sendo que no último mencionado, a pluviosidade na estação meteorológica de Urussanga foi zero. Dall’Alba (1986) registra que o vento minuano (sudoeste) contribuiu para o alastramento do fogo a partir do foco inicial na localidade de São José dos Ausentes, Rio Grande do Sul.

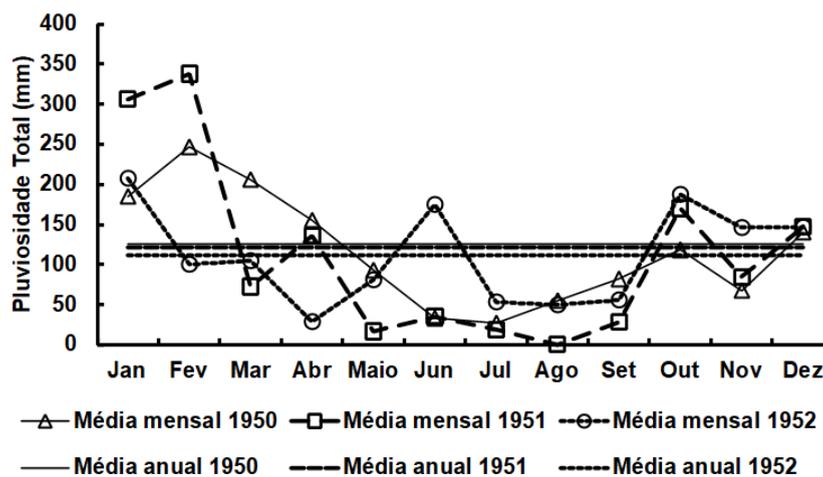


Figura 2 – Pluviosidade total mensal e anual dos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET, 2021.

A seca atingia todo o estado de Santa Catarina, no mesmo ano, no dia quatro de setembro, o jornal “A Imprensa” de Caçador, publicou uma matéria sobre a estiagem e suas consequências. Intitulada “Não chove, nem há luz”, o jornal afirmava que a seca vinha assolando o sul do país e “parece ter castigado mais Santa Catarina que os outros Estados. As chuvas há meses, não irrigam as nossas terras e os rios, outrora caudalosos, apresentam-se com volume d’água escasso” (A Imprensa, 4 set. 1951, p. 2).

O fato também foi registrado por diversos jornais em circulação na época, assim como o incêndio analisado neste texto. O jornal “A Noite” de 1951, edição 13885, destacava o risco aos pinheirais da região, na matéria intitulada “Ameaçados ricos pinheiros”:

O Estado de Santa Catarina está ameaçado de perder os seus mais ricos pinheirais, em consequência do destruidor incêndio que se originou nas matas do município gaúcho de Torres. As chamas continuam avançando célebres, trazidas por fortes ventos. Depois de envolverem rapidamente os contrafortes da Serra do Mar, ameaçam agora galgar o planalto catarinense onde estão os maiores e mais ricos pinheirais do Estado (A Noite, 1951).

O jornal “Imprensa Popular” destacou em manchete, a impotência da população perante o incêndio (Figura 3) e a matéria a seguir relatou prejuízos, o fechamento das minas de carvão das localidades de Rio Hipólito e Lauro Muller em função do incêndio e o risco aos pinheirais existentes próximo aos locais atingidos. O jornal Notícias de São Paulo (1951) destaca o papel do vento na propagação do incêndio e a mobilização do serviço florestal para a formação de equipes para combate ao fogo. O jornal Imprensa Popular traz uma matéria com um resumo da inspeção do Serviço Florestal,

destacando os valores dos prejuízos (30 milhões de cruzeiros).



Figura 3 – Manchete do jornal Imprensa Popular, 1951, edição 00785.

Além das matérias publicadas em jornais, o incêndio foi tema de diversos ofícios dos prefeitos para os governantes. Em ofício sem número em 27 de setembro de 1951, o então prefeito do município de Orleans Sr. Luiz Mazon, relata ao Governador do estado de Santa Catarina Irineu Bornhausenn, que após a visita do mesmo no dia 4 de setembro, “o fogo recomeçou com carácter de verdadeira destruição.” E que os prejuízos atingiram uma área com cerca de 150 km², e solicita a reconstrução de 16 casas e urgentemente o fornecimento de sementes para fins agrícolas (Mazon, 1951a).

O ofício de número 661/51 foi enviado para o vice-presidente Café Filho com intuito de sensibilizá-lo em prol da reconstrução das áreas atingidas pelo incêndio. O mesmo ofício relata o envio de fotografias em anexo ao documento. Não sabemos se as fotografias são as mesmas que se encontram atualmente no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) no Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, em Orleans (Mazon, 1951e). As imagens em questão demonstram parte o que foi a força destrutiva do fogo (Figura 4; Figura 5).



Figura 4 – Residência destruída pela ação do fogo no município de Orleans.
Fonte: CEDOHI, autor desconhecido.



Figura 5 – Vista geral das encostas da serra após o incêndio.
Fonte: CEDOHI, autor desconhecido.

No seguimento do relatório enviado pela prefeitura de Orleans para o presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, o prefeito Mazon resume a situação como “calamidade” em vistas aos prejuízos percebidos após o incêndio que atingiu o município de Orleans, que na época englobava também as áreas correspondentes aos atuais municípios de Lauro Müller e Grão-Pará. Relata que o incêndio teve origem pela queimada de campos para pastagem na região de São Joaquim, tendo o incêndio se propagado graças ao vento minuíano e ao fato de as folhas estarem secas em função da geada e seca. Em anexo, o prefeito Mazon elencou tabelas que demonstram os prejuízos sofridos pelo município em função do incêndio, além de demonstrar preocupação com a necessidade de reflorestamento das áreas florestais queimadas (Mazon, 1951d).

Destaca-se que com o avanço das vias de rodagem, os recursos florestais passaram a ter certa importância e se tornavam pauta nos discursos dos governantes, não por motivos ligados à conservação ou preservação, mas pela sua função econômica. Em carta enviada a um deputado (sem nominata), Mazon destaca a importância das matas que constituíam a reserva florestal, devido à atuação das empresas “Companhia Nacional Mineração de Carvão do Barro Branco”, que possuía 90 milhões de m² de área florestal em Lauro Müller; também a “Empresa de Terras e Colonização”, a qual era responsável por 250 milhões de m² que se dividiam em 2.700 famílias com ocupações voltadas à agricultura e à pecuária. O prefeito defendia a realização de reflorestamento por causa das atividades econômicas, caso contrário, afirmava que haveria o êxodo dos habitantes da região, ele também aponta que a área poderia se assemelhar a um deserto por sua improdutividade. O prefeito relatou que a Administração Pública Municipal mobilizou homens e caminhões de propriedade particular para o salvamento de vidas. No texto de Dall’Alba (1986), entretanto, em depoimento, um morador afirma que foram os habitantes da região mobilizados para proteger as propriedades e salvar os bens dos particulares “ricos” (Mazon, 1951f).

Destarte, mesmo sendo grandes os danos florestais, a principal preocupação do prefeito era com a agricultura e a pecuária, pois considera que a

realização dessas atividades, somadas ao trabalho da população representavam o progresso da terra – seguindo a lógica da colonização, citada anteriormente. Neste sentido, Mazon enfatiza em diversos de seus relatórios a necessidade de suprimentos agrícolas para o município. Em 27 de setembro de 1951, o prefeito relata ao governador do estado, Irineu Bornhausen:

Orleães tem necessidade absoluta de maquinários agrícolas, sementes em quantidade e auxílio monetário para o aproveitamento destas grandes áreas destruídas pelo fogo, porque coincide com a época das plantações, cujo aproveitamento deverá ser feito com a máxima urgência possível. Sendo, portanto, uma das coisas principais, a aquisição de sementes de milho, arroz, feijão, cana de açúcar, algodão, ramas de mandioca, mudas de café etc. [sic] (Mazon, 1951c).

Em relatório de 1º de outubro de 1951, o prefeito escreveu ao Ministro da Agricultura, João Cleofas, ensejando “um conjunto de tratores tipo CATERPILLAR, adaptável para a abertura de estradas em zonas que serão aproveitadas e que necessitam de vias de comunicação para o transporte de sementes e futura colheita de cereais”. Em seguida, reforça:

[...] porque indispensável se torna a aquisição de vários conjuntos mecanizados completos, com os quais facilitaríamos a Prefeitura na realização daquilo que se apresenta mais urgente. – Abertura de estradas em novas zonas ainda não exploradas e que foram atingidas pelo fogo, e auxílio mecânico motriz aos nossos agricultores, aos quais se lhes negando esta ajuda, verão as suas terras transformadas em verdadeiras caatingas – (Mazon, 1951c, p. 1).

Sobre as atividades econômicas, em relatório de 1º de outubro de 1951, enviada ao então presidente Getúlio Vargas, Mazon destaca a importância do setor carbonífero para a receita da União, mas enfatiza a situação da falta de amparo aos operários, os quais não possuíam qualquer fundação que lhes amparasse, também relata a precariedade no atendimento quanto à saúde desses trabalhadores e das suas famílias. Por fim, solicita ao presidente a implantação de um posto agropecuário para

assistência aos colonos do município, os quais Mazon afirma possuírem um sistema rudimentar primitivo, sendo desconhecedores dos métodos modernos de cultivo. O prefeito relata também, a dizimação dos rebanhos de gado suíno pelas pestes suína e batedeira. Para tentar minimizar as perdas econômicas, Mazon solicita a isenção de impostos e taxas por três anos consecutivos e o perdão das dívidas herdadas do mandato anterior (Mazon, 1951b).

Segundo Nodari e Espindola (2015), as ações humanas, frutos de demandas socialmente determinadas, não podem ser separadas das questões ambientais, como se o ambiente não fosse transformado e formatado pelos seres humanos. Dessa forma, a frequência e a intensidade de estiagens em Santa Catarina acabaram por desencadear problemas para a sustentabilidade ambiental da região, que vão muito além das consequências diretas da escassez hídrica. O clima foi um dos aliados às ações antrópicas. A escassez e o incêndio no sul do estado não foram isolados, porém, chamou a atenção da imprensa e dos governantes, pela dimensão e pelas perdas acarretadas.

A causa: o clima aliado à antropização

Fatores climáticos são importantes influenciadores para as causas dos incêndios florestais. Os elementos climáticos mais importantes, para a avaliação do comportamento do fogo, são: a temperatura ambiente, a umidade relativa do ar e o regime eólico (ventos – sua intensidade e direção) (Batista, 1984; Gaylor, 1974; Motta, 2008; Nunes, 2005). Nunes *et al.* (2006) afirmam, ainda, que não somente a ocorrência, mas também, a propagação dos incêndios florestais está fortemente associada às condições climáticas ou fatores climáticos. A intensidade de um incêndio e a velocidade com que ele avança estão diretamente ligados à umidade relativa, à temperatura do ar e à precipitação. As temperaturas extremas também têm sofrido graves alterações: nos últimos cinquenta anos dias frios e geadas se tornaram menos frequentes, enquanto dias quentes e ondas de calor se tornaram mais comuns (Tilio Neto, 2010). A geada é uma condição de ocorrência provisória, de estados de baixa energia. Esse evento caracteriza alterações físicas nos componentes celulares dos tecidos vegetais, incompatível com suas funções fisiológicas (Ometto, 1981). Nos gráficos apresentados nas figuras 6 a 9, pode-se verificar a umidade do ar, temperatura, geadas e ventos. Elementos que foram imprescindíveis para agravar o incêndio de 1951.

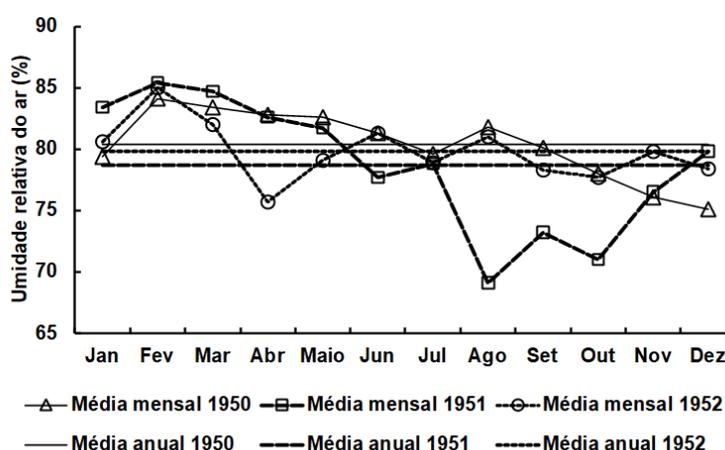


Figura 6 – Umidade relativa do ar, média mensal e anual dos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET (2021).

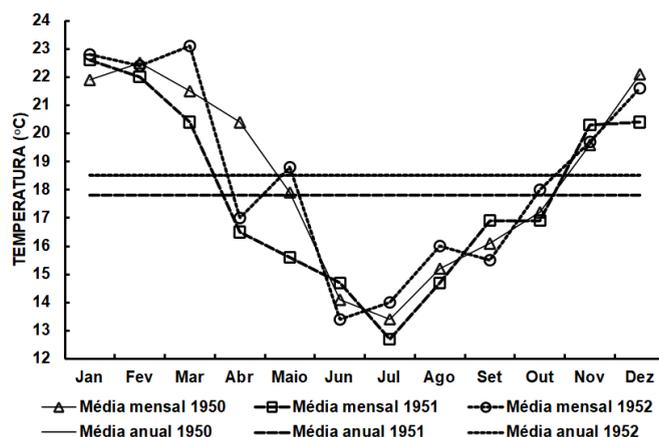


Figura 7 – Temperatura média mensal e anual dos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET (2021).

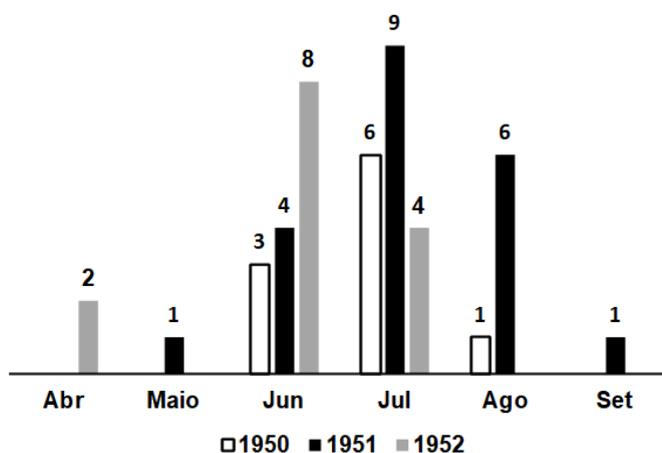


Figura 8 – Dias de geada nos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET (2021).

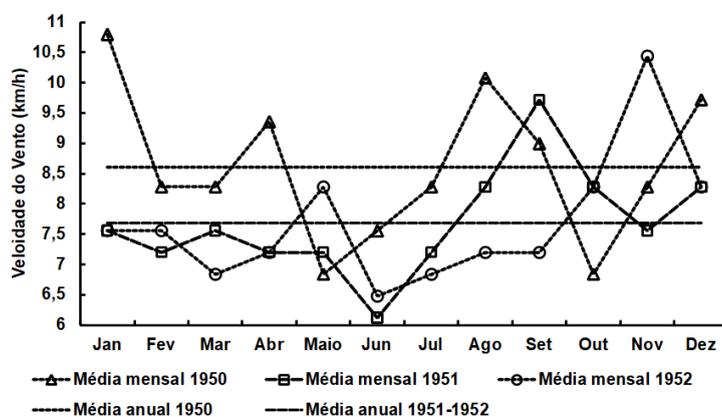


Figura 9 – Velocidade média mensal e anual do vento nos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET (2021).

Os gráficos das figuras 6 e 7 apontam que de 1950 a 1951 houve diminuição da temperatura e diminuição da umidade do ar, condições que agravaram a condição seca com o aumento da folhagem seca na floresta e propiciaram, junto do vento (figura 9) que o incêndio se espalhasse rapidamente, dificultando também, seu controle. Mesmo se iniciando em área de campo aberto, por conta da baixa umidade e com o auxílio do vento, o fogo chegou facilmente nas zonas florestais.

Num trabalho realizado em área do bioma Mata Atlântica - sujeita a incêndios, Firme e Oliveira (2004), sugeriram que a ocorrência de um incêndio pode alterar a produção madeireira e a funcionalidade da área atingida por um longo prazo. Pinard e Huffman (1997), demonstraram experimentalmente que as árvores com diâmetro superior a 20 cm são resistentes a incêndios de baixa intensidade, cujas temperaturas podem chegar a 500°C. Relatos mostram que a maior parte da vegetação secou após o incêndio, portanto as

temperaturas foram superiores. Firme *et al.* (2004) afirmam que as árvores da Mata Atlântica não possuem adaptação necessária para resistir a incêndios de grandes proporções, sendo que nesses casos, a regeneração será bastante lenta. A partir de estudos experimentais, os autores supracitados concluíram que, para além das dificuldades de regeneração/desenvolvimento da Mata Atlântica por meio de baixo regime de chuvas, os incêndios podem ter papel ainda mais preponderante, no que tange à recuperação das espécies, ou, até em casos mais extremos, na sua destruição e substituição por vegetação de menor porte, como samambaias.

Desta forma, constata-se que as consequências dos desastres socioambientais ultrapassam as dimensões natural, e atuam diretamente nas sociedades que a circundam. De acordo com as tabelas I e II, verifica-se as perdas econômicas, geradas a partir do incêndio aqui analisado:

Tabela I – Custos com as operações de combate aos incêndios de 1951 no município de Orleans

Despesas em Cruzeiros (agosto/setembro de 1951)		Correção pelo salário mínimo para primeiro de abril de 2021 (Reais)
Serviço de pessoal	133.800,00	380.000,00
Serviço de transporte	44.000,00	124.962,63
Alimentação	7.600,00	21.584,45
Combustível	4.638,00	13.172,20
Roupas e agasalhos	1.850,00	5.254,11
Medicamentos	5.600,00	15.904,33
Estadia do Corpo de Bombeiros	143,50	407,55
Total	197.631,50	561.285,28

Fonte: Mazon (1951a); Diário das Leis (2021).

Tabela II – Prejuízos contabilizados no município de Orleans em função do incêndio de 1951

Prejuízos em Cruzeiros (avaliados em setembro de 1951)	Sede	Grão Pará	Lauro Müller	Total
Prejuízo Florestal	2.108.980,00	2.222.610,00	3.521.825,00	7.853.415,00
Prejuízo Agrícola	279.264,00	658.848,00	435.694,00	1.373.806,00
Prejuízo Material	155.240,00	251.840,00	71.005,00	478.085,00
Totais	2.543.484,00	3.133.298,00	4.028.524,00	9.705.306

Correção pelo salário mínimo para primeiro de abril de 2021 (Reais)	Sede	Grão Pará	Lauro Müller	Total
Prejuízo Florestal	2.108.980,00	2.222.610,00	3.521.825,00	7.853.415,00
Prejuízo Agrícola	279.264,00	658.848,00	435.694,00	1.373.806,00
Prejuízo Material	155.240,00	251.840,00	71.005,00	478.085,00
Totais	2.543.484,00	3.133.298,00	4.028.524,00	9.705.306

Fonte: Mazon (1951a); Diário das Leis (2021).

O desmatamento e degradação de áreas de floresta nativa neste bioma são altamente comprometedores para recomposição da flora e da fauna. Importante também destacar que o processo de desmatamento e a inserção de espécies exóticas para a recomposição de áreas degradadas, também são catalisadores de incêndios. Espécies como *Pinus sp.*, quando incorporadas em locais onde havia a presença do bioma Mata Atlântica, além de potenciais invasoras, são uma ameaça para ampliar incêndios, por suas folhas serem potenciais gatilhos de combustão. As perdas desses danos transcendem as perdas econômicas e se alastram para a questão ambiental.

Considerações Finais

A região sul do estado de Santa Catarina ocupada por povos indígenas, recebeu levas de migrantes e imigrantes europeus no final do século XIX. Mesmo com o povoamento tardio, os grupos que ali se locaram, praticavam diferentes metodologias para desmatar as áreas ocupadas pela

Floresta, para abertura de áreas para a agricultura e pecuária.

A prática de atear fogo e/ou da coivara, mesmo já sendo utilizada pelos povos indígenas, foi ampliada com a chegada dos imigrantes e migrantes à região. Como havia muitas áreas de floresta, a limpeza das matas também foi realizada com o fogo, além do serrote e machado.

As práticas de queima dos campos para formação de pastagens aliadas a um período de estiagem e aumento das temperaturas foram o estopim para o incêndio que começou no início de agosto de 1951, nos atuais municípios de São Joaquim, Timbé do Sul, Nova Veneza, Orleans e Grão Pará. O incêndio ocasionado pela queimada de pastos no município de São Joaquim tomou grandes proporções, levando o fato para as páginas dos jornais e para o centro das discussões dos governantes.

Os danos financeiros atrelados ao incêndio foram o foco das discussões, porém, cabe destacar as perdas ambientais agregadas ao evento. Os prejuízos ao meio ambiente não foram calculados. A degradação dos ecossistemas que compõem a Mata Atlântica compromete uma biota composta por

muitos organismos em função de sua vasta biodiversidade. Além disso, os incêndios dificultam a recomposição de áreas nativas. Os incêndios ainda preocupam e degradam os Biomas brasileiros no século XXI. Como exemplo, pode-se citar o que ocorreu no ano de 2020, quando focos de incêndios incontroláveis destruíram grande parte do Pantanal. O aumento da temperatura e as práticas predatórias acabam sendo uma junção perigosa e altamente prejudicial ao meio natural. O que ocorreu em Santa Catarina em 1951, não foi um fato isolado e, lamentavelmente, ainda é recorrente nos dias atuais.

Agradecimentos

A pesquisa contou com os auxílios da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC (Edital 16/2021 – UFF2021331000005), da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS (73/GR/UFFS/2023 e 75/GR/UFFS/2023) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelos auxílios nos projetos 401533/2022-0, 409340/2021-9 e 310850/2021-5, 420794/2022-0 e 310650/2022-4.

Referências

AMEAÇADOS ricos pinheiros. **Jornal A Noite**. Edição 13885, 1951.

AUXILIADO pelo vento toma maior ímpeto incêndio no Sul. **Notícias de Notícia - São Paulo**. Edição 01643, 1951.

BATISTA, Antonio Carlos. **Determinação de umidade do material combustível sob povoamentos de *Pinus taeda***. 1984. 61f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

BRANDT, Marlon. Ampliando as pastagens pelo fogo e pela serra: pecuária e indústria madeireira nos campos do planalto de Santa Catarina. *In*: NODARI, Eunice Sueli; ZARTH, Paulo; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. (Orgs.). **Fronteiras Fluidas: Florestas com Araucárias na América Meridional**. 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018. p. 28-43.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues, 1903–1978. **História de Santa Catarina**. 4 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CAMPOS, Bernardino; DALL'ALBA, Pe. João Leonir (Org.). **Memórias do Araranguá**. 2 ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1989.

CEDOHI – Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) – Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC. Fogo Serra Orleans - PL 51.

DALL'ALBA, João. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Florianópolis: João Leonir Dall'Alba, 1986.

DALL'ALBA, João. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica e Editora Orion, 1997.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIÁRIO DAS LEIS. **Calculadora diário das leis de correção monetária**. Salário-mínimo e Upc. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/bdi/salario-mini mo.php>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FAVERO, Eveline; DIESEL, Vivien. A seca enquanto um hazard e um desastre: uma revisão teórica. **Aletheia**, Canoas, v. 27, n. 1. p. 198-209, 2008.

FIRME, Rodrigo; MONTEZUMA, Rita; SANTOS, Renata; OLIVEIRA, Rogério. Aspectos estruturais da paisagem da mata atlântica em áreas alteradas por incêndios florestais. *In*: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. (Org) **As marcas do homem na Floresta**: História ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004. p. 168-188.

FIRME, Rodrigo; OLIVEIRA, Rogério. Resultantes ecológicas de um incêndio florestal na produção de serapilheira de uma mata atlântica de encosta. *In*: OLIVEIRA, R. R. (Org). **As marcas do homem na Floresta**: História ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004. p. 152-167.

GAYLOR, Henry. **Wildfires**: Prevention and Control. Robert J. Brady, Bowie. 1974.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá**: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: PALMERINCA/EST, 1994.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 18 abr. 2016.

INSTITUTO Nacional de Meteorologia – INMET. **Banco de Dados Meteorológicos do INMET**. Estação Agrometeorológica de Urussanga/SC. Disponível em: <https://bdmep.inmet.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina**. Flora Ilustrada Catarinense, parte 5, p. 1-24, 1978.

MARZANO, Luigi. **Colonos italianos na floresta do Brasil**. Florianópolis: UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício sem número**. Encaminhado ao Governador do Estado Irineu Bornhausenn em 27 de setembro de 1951a.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 665/51**. Encaminhado ao Presidente da República Getúlio Vargas em 1º de outubro de 1951b.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 666/51**. Encaminhado ao Ministro da Agricultura João Cleofas em 1º de outubro de 1951c.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 667/51**. Encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina Volney Colaço de Oliveira em 1º de outubro de 1951d.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 668/51**. Encaminhado ao Vice Presidente da República João Café Filho em 1º de outubro de 1951e.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Relatório a um deputado sem nominata**. 1º de outubro de 1951f.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 668/51**. Encaminhado ao Presidente da Comissão Estadual Executiva do Partido Trabalhista

Brasileiro, José Lerner Rodrigues, encaminhado em oito de outubro de 1951g.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta:** a implementação do *Pinus* e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990). 2010. 281f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOTTA, Daniel. **Identificação dos fatores que influenciam no comportamento do fogo em incêndios florestais.** 2008. 24f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

Não chove, nem há luz. **Jornal A Imprensa,** Caçador, SC, 4 de setembro de 1951. nº 563, p. 2. Acervo BPESC.

NODARI, Eunice Sueli, LOPES, Alfredo Ricardo Silva; ESPINDOLA, Marcos Aurélio. (Org.). **Desastres Socioambientais em Santa Catarina.** 1ª ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

NODARI, Eunice Sueli; ESPINDOLA, Marcos Aurélio. Relações complexas: as estiagens no Oeste de SC. *In:* NODARI, Eunice Sueli; LOPES, Alfredo Ricardo Silva; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Desastres Socioambientais em Santa Catarina.** 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

NUNES, José Renato Soares, SOARES, Ronaldo Viana; BATISTA, Antônio Carlos. Especificação de um sistema computacional integrado de controle de incêndios florestais. **Floresta**, v. 36, n. 2, p. 201-211, 2006.

NUNES, José Renato Soares. **FMA+: Um novo índice de perigo de incêndios florestais para o Estado do Paraná – Brasil.** 2005. 150f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

OMETTO, José. **Bioclimatologia vegetal.** São Paulo: Agronômica Ceres, 1981.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina.** 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PINARD, Michelle; HUFFMAN, Jean. Fire Resistance and Bark Properties of Trees in a Seasonally Dry Forest in Eastern Bolivia. **Journal of Tropical Ecology**, v. 13, p. 727-740, 1997.

PROCESSO nº 26/51. **Relatório do incêndio ocorrido nos meses de agosto e setembro de 1951** - Município de Orleans. Ofício do Executivo nº 676/51. Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.

SÓ um milagre barraria a marcha destruidora do fogo. **Imprensa Popular.** Edição 00785, 1951.

TILIO NETO, Petrônio. **Ecopolítica das mudanças climáticas:** o IPCC e o ecologismo dos pobres. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

Plantar e Pescar: um modo de vida de terra e mar

Farming and Fishing: a way of life of land and sea

Gustavo Peretti Wagner*

Palavras-chave:
Sambaquis
Agricultura
Pesca

Resumo: As etnografias com comunidades pescadoras tradicionais da faixa atlântica do Brasil Meridional realizadas, tanto pela Antropologia como pela Socioantropologia da pesca demonstram, reiteradamente, que a agricultura é essencial para a consolidação de um modo de vida. Na Arqueologia é voz corrente, desde o XIX, que os sambaquis materializam práticas milenares de pesca e coleta de moluscos, caracterizando as mais antigas comunidades pescadoras do litoral. No entanto, foi apenas no início do XXI que a Arqueologia passou a identificar micro vestígios vegetais nesses sítios. Hoje é possível cruzar os dados de mais de duas décadas de pesquisas em Antracologia e Paleobotânica com as dinâmicas sociais registradas pela Etnoecologia e etnografias, para seguir avançando na tentativa de compreender os modos de vida das sociedades que deram origem aos sambaquis do Brasil Meridional.

Keywords:
Sambaquis
Farming
Fishing

Abstract: The ethnographies with traditional fishing communities in the Atlantic region of Southern Brazil carried out by both Anthropology and Socioanthropology of fishing repeatedly demonstrate that agriculture is essential for the consolidation of a way of life. In Archeology, it is a current opinion, since the 19th century, that the sambaquis materialize ancient practices of fishing and mollusk collection, characterizing themselves as the oldest fishing communities on the coast. However, it was only at the beginning of the 21th that Archeology began to identify micro and macro plant remains in these sites. Today it is possible to cross-reference data from more than two decades of research in Anthracology and Paleobotany with the social dynamics recorded by Ethnoecology and ethnographies, to continue advancing in the attempt to understand the ways of life of the societies that give rise to the sambaquis of Southern Brazil.

Recebido em 26 de outubro de 2023. Aprovado em 1º de março de 2024.

Introdução

Desde que Mussolini (1953) sistematizou as semelhanças culturais que alicerçam as sociedades pesqueiras do litoral Brasileiro, ficou clara a existência de uma pesca tradicional caiçara, que em muito deve à contribuição indígena original. Mourão (2003[1971]) é quem demonstra a paulatina transformação das tecnologias e materiais

que impactaram definitivamente a pesca tradicional, a partir das décadas de 1940 e 1950, as quais culminaram na mecanização do mar e do próprio trabalho, vivamente denunciadas por Diegues (1972) e Duarte (1978). Para dar conta dos diferentes tipos de pesca caiçara perceptíveis nas etnografias da segunda metade do século XX, Diegues (1972, 1997) enquadra os pescadores ou, as pescas, em tradicional, pequena pesca mercantil e

* Doutorado. Bacharelado em Arqueologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, UFPel. gustavo.wagner@ufpel.edu.br

industrial. Obviamente que, dessas três categorias, nos interessa a primeira: a pesca tradicional.

É necessário levar em conta que a caracterização desse pescador deve muito às sínteses de Mussolini (1945, 1946, 1953), Schmidt (1947), Willems (2003[1952]), Câmara-Cascudo (2002[1954]), Kottak (1966, 1983) e Forman (1967, 1970) e, por consequência, reúne etnografias de diferentes regiões do país. Seria possível ainda recuarmos um século à síntese de Veríssimo (1970[1895]) sobre a pesca ribeirinha amazônica e litoral do salgado. Mas, independentemente da região, o que nos salta aos olhos é a recorrente informação de que as diferentes comunidades pesqueiras da costa brasileira possuem um calendário de pesca estritamente atrelado ao calendário de plantio e colheita, em uma sinergia que constrói um modo de vida de terra e mar.

De forma ampla a pesca provê o ano inteiro, mas as pescas especializadas, como a da tainha, dependem do envolvimento profundo de toda a comunidade. Pescadores velhos e jovens, mulheres e crianças, cumprem diferentes papéis numa pesca episódica e ritualizada, de altíssima produtividade. A entressafra de momentos de fartura é entrelaçada com o plantio das mandiocas (doce e amarga) que viram farinha, do milho, cará, feijões e abóboras (cf. Willems, 2003[1952]; Mussolini, 1953; Mourão, 2003[1971]; Diegues, 2004). Trata-se, de forma simplificada, do modo de vida indígena identificado arqueologicamente em toda a costa Meridional do Brasil, documentada desde Staden (1999[1554]).

É importante ressaltar que a existência de uma base alimentar voltada para os cultivos agrícolas não descaracteriza o *ethos*¹ pescador. Mourão (2003[1971]) já havia identificado que, mesmo na pesca industrial, onde os meios de produção transformaram-se drasticamente, o *ethos*, a identidade e o sentimento de pertença (no sentido dado por Barth, 1969) permanecem na relação com o mar.

Obviamente que o mar, enquanto elemento simbólico de contorno identitário, é entendido como síntese do mundo das águas costeiras, abrangendo as pescas milenares de “dentro da barra”, do “mar raso” e, mais recentemente, do “mar de fora”².

O texto que segue reúne informações de campo de quatro disciplinas diferentes que se dedicam às populações pesqueiras tradicionais: Arqueologia, Antropologia, Etnoecologia e Socioantropologia. A proposta é entrelaçar o que cada uma nos ensina sobre o papel da agricultura na construção de um modo de vida que é originalmente indígena e milenar, para que possamos recuar, imaginativamente, à dinâmica diária daquelas pessoas que deram origem aos sambaquis.

Os calendários de terra e mar

It is interesting that fishermen claim they would be agriculturalists under any circumstances because their personalities simply will not allow it.
Shepard Forman, *The Raft Fishermen* (1970)

Em que pese os pescadores não se compreendam como agricultores, é necessário que tenhamos claro que a base da alimentação, sobretudo no que tange aos amidos e vitaminas, vem de terra. Todas as comunidades etnografadas, na vasta bibliografia existente sobre o tema, roçam nos quintais e matas, na retaguarda das vilas que estão sempre à beira mar. Quando o espaço é pequeno, geralmente em ilhas, ou os terrenos são impróprios, as roças são abertas no continente e longas viagens são demandadas para o cuidado constante dos cultivos. De fato, não há registro de comunidades tradicionais pesqueiras em que a pequena agricultura, para consumo e troca (quando há excedente), não esteja presente.

Mourão (2003[1971]) demonstra que em todos os momentos de crise nos diferentes ciclos econômicos da pesca paulista e paranaense, dados ao longo de quase um século, foram enfrentados com o retorno à pequena agricultura. Acompanhada da pesca cotidiana das espécies mais previsíveis³ e sedentárias⁴ a agricultura representa a segurança alimentar na pesca tradicional. O peixe seco, moqueado ou salgado somado a farinha de mandioca formam a base alimentar das populações pesqueiras da costa há milênios. Ou, como bem coloca Mussolini (1953, p. 86) a “...associação do peixe com a farinha de mandioca na dieta é dos aspectos mais gerais da cultura litorânea...”. Mas é

Diegues (2004, p. 263) quem sintetiza o quanto o modo de vida da pesca tradicional ainda dependia da agricultura indígena original na virada do XIX para o XX.

A abundância era, pois, fruto da natureza pródiga de um lado e da combinação entre a agricultura itinerante e a pesca, sobretudo da tainha. Essa complementaridade... começou a ser rompida quando o pescador-lavrador foi gradativamente se transformando em pescador artesanal⁵, mais dependente do mercado e cada vez menos da lavoura. [...].

De forma geral, aquilo que é identificado nas etnografias para o Brasil Meridional como o plantio de subsistência são mandiocas doce (aipim) e amarga ou brava, feijões, milho, cará e abóbora⁶. Trata-se de uma agrodiversidade manejada priorizando a policultura nas roças itinerantes (ou de coivara). Apoiando-se em densa revisão bibliográfica sobre agricultura de pescadores litorâneos e amazônicos, Peroni (2004, p. 65) chega a dizer que:

...a principal característica entre todas as populações indígenas e tradicionais brasileiras estudadas é a dependência do cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a subsistência. A mandioca é a principal cultura, seguida por outras culturas de uso de raízes e tubérculos como o cará (*Discorea*), batata-doce (*Ipomoea batatas*) e taioba ou taiá (*Xanthosoma*), sendo este talvez uns dos mais marcantes legados da história agrícola tropical. [...].

Os relatos de campo do Sudeste ilustram que as duas espécies de mandioca apresentam diversas vantagens: podem ser plantadas e colhidas a qualquer época do ano, não necessitam solo de alta fertilidade podendo ser colhidos com tamanhos médios sete meses após o plantio, sendo 18 meses o ideal para a produção de farinha e, depois de transformadas em farinha, compõem alimento de longa durabilidade (Willems, 2003[1952]). São preferidos os meses de Setembro e Outubro para a preparação dos terrenos e plantio, reservando a lua crescente para a semeadura dos feijões (Peroni, 2004). Em Julho e Agosto as roças são queimadas e o

solo revirado. Um “aceiro” é reservado no entorno da roça. Trata-se de uma faixa de terra limpa com dupla finalidade, que impede o avanço do fogo sobre a mata. Os feijões e mandiocas são plantadas intercaladamente no interior do roçado e os carás e batatas são plantados no “aceiro”. Os cultivos de abóboras, medicinais e frutíferas são, via de regra, mantidos nos quintais, “do lado de casa” (Willems, 2003[1952]; Mourão 2003[1971], Peroni, 2004).

Em síntese, no calendário anual da economia básica das comunidades tradicionais “...*havia a pesca da tainha, praticada durante o inverno, período de pouca produtividade agrícola...*” (Diegues, 2004, p. 260) e, nos meses quentes, havia a combinação das pescas não sazonais com a agricultura itinerante efetuada nos roçados e quintais.

Arqueobotânica de sambaquis

Existe uma secular tradição, ao menos na Arqueologia do Novo Mundo, de procurar nos concheiros a origem da horticultura (ou agricultura) e dos processos de sedentarização, uma vez que, o enorme volume de conchas que forma os monumentais sítios sugere o óbvio: permanência (Binford, 1983). Na América do Sul as primeiras datações por C14 recrudesceram a interpretação, pois as cerâmicas mais antigas estavam, justamente, nos sítios de Valdívia, Puerto Hormiga (Meggers, 1979; Roosevelt, 1992) e Taperinha (Roosevelt *et al.*, 1991; Navarro; Roosevelt; Wagner, 2021).

As pesquisas em sambaquis têm sugerido a presença de cultivos na base alimentar desde a década de 1950, através dos macrovestígios carbonizados de *Dioscorea* sp (carás) e sementes de *Arecaceae* (palmeiras), de *Myrtaceae* (araçás) e de *Annonaceae* (pinha, ata) encontrados em Forte Marechal Luz, Itacoara, Enseada I, Morro do Ouro e Espinheiros II (cf., Wesolowski *et al.*, 2007). Mas foi apenas com as pesquisas de Scheel-Ybert (2001) Scheel-Ybert *et al.*, (2003), Wesolowski (2007), Boyadjian (2012) e Scheel-Ybert; Boyadjian (2020) que passou a ser possível identificar as espécies vegetais presentes no registro arqueológico e, talvez o mais importante, ampliar nossa compreensão sobre seus diferentes usos, para além da alimentação.

Mas ainda no que tange à alimentação, “...grânulos do tipo milho, grânulos do tipo batata doce/*Araceae* e grânulos de *Dioscorea* sp (carás)...” retirados de cálculos dentários de indivíduos exumados em Morro do Ouro, Enseada, Forte Marechal Luz e Itacoara testemunham o consumo reiterado de amiláceos. Fitólitos diversos de *Poaceae* (gramíneas) e, possivelmente, *Arecaceae* (taiobas) e *Araucaria angustifolia* (pinhão) também compunham as amostras analisadas (Wesolowski et al., 2007, p. 201). Em Jabuticabeira II a extração de microvestígios de cálculos dentários trouxe ainda novos dados e sugere que os recursos:

...provinham de plantas com órgão de reserva subterrâneos, como *Araceae* (família do inhame), *Convolvulaceae* (batata-doce), *Dioscoreaceae* (carás) e *Maranthaceae* (ariá). Outros provinham de plantas produtoras de frutos ou sementes comestíveis, como *Arecaceae* (palmeiras), *Myrtaceae* (provavelmente pitanga) e *Poaceae* (incluindo milho). (Boyadjian et al., 2016, p. 150)

É importante que observemos que as pesquisas em sambaquis sinalizam o uso tanto de plantas domesticadas quanto de plantas coletadas, ou diretamente extraídas do entorno dos sítios. Nos parece que seja cada vez mais evidente que as florestas e matas que circundam os sítios são manejadas e planejadas para as demandas do dia-a-dia nos sambaquis.

As gramíneas e palmáceas que foram referidas para os sambaquis de Santa Catarina, Jabuticabeira II, Cubatão I, Enseada, Morro do Ouro e Itacoara são elementos básicos para confecção da tralha de pesca indígena e tradicional em todo o Brasil. Cubatão I proveu diversos trançados confeccionados a partir de raízes da epífita *Philodendron corcovadensis* (*Araceae*), datados em 3.000 anos AP, o mesmo identificado em Alfredo Wagner (no planalto catarinense) (cf., Santos, 2010). Peixe; Melo Jr.; Bandeira, (2007) sugerem, inclusive, o uso medicinal da *Araceae*. Nos sambaquis do Rio de Janeiro, Salinas Peroano, Boca da Barra, Forte, Ponta da Cabeça, Beirada e Pontinha, a significativa quantidade de *Typha domingensis* e *Sideroxylon obtusifolium* sugere o manejo das espécies no entorno dos sítios (Scheel-Ybert, 2001). Ambas as espécies são comumente utilizadas pelas

comunidades caiçaras do Sudeste na fabricação de esteiras, trançados e tralhas (Paes; Miro; Terra, 2016).

Em jabuticabeira II, Bianchini; Scheel-Ybert; Gaspar (2007) identificaram uma estaca de *Lauraceae* (*Ocotea*) compondo a estrutura erigida para o complexo funerário que compunha a área de sepultamentos. Diversos negativos de estacas análogas foram encontrados com fogueiras em associação. A “proximidade entre as estacas e as fogueiras, de modo que elas estavam sujeitas à ação do calor... provocaria a volatilização de óleos essenciais” o que reitera a ritualização da morte nos sambaquis (Bianchini; Scheel-Ybert; Gaspar, 2007, p. 227).

Os carvões coletados em Salinas Peroano, Boca da Barra, Forte, Ponta da Cabeça, Beirada e Pontinha indicam que lenha utilizada nas fogueiras vinha do entorno imediato dos sambaquis: das Restingas⁷. “More than 100 taxa were identified in the single Sambaqui do Forte” (Scheel-Ybert, 2001, p. 474). A coleta aleatória de madeira morta deve ter sido a tônica dessas práticas, o que é atestado pelos traços de decomposição anteriores à carbonização e pelos sinais de ataque de larvas ainda visíveis nos carvões.

De fato, a Arqueologia dos Sambaquis tem demonstrado que o uso dos vegetais vai muito além da alimentação e queima.

O que os isótopos estáveis sugerem sobre o consumo de vegetais

Desde que DeMasi (2001) aplicou as análises de isótopos estáveis de Nitrogênio e Carbono na Arqueologia dos Sambaquis, em Santa Catarina, recrudesceram as esperanças de uma melhor compreensão sobre os padrões de dieta e mobilidade das populações que ocuparam a costa Meridional. De fato, os isótopos estáveis de estrôncio, nitrogênio, oxigênio e carbono mostraram-se extremamente úteis para o estudo dos componentes proteicos das economias pretéritas, mas Bastos (2014) e Bastos et al. (2014) deixaram claras as limitações do método para o estudo do consumo de vegetais. Na realidade, nos é possível saber quais indivíduos, ou grupos de indivíduos, tiveram em suas vidas dietas com base em grandes conjuntos de espécies vegetais: aquelas

que apresentaram caminhos fotossintéticos C3 (trigo, soja, arroz, mandioca, tabaco, inhames, etc.), bem como as arbustivas e arbóreas, ou seja, parte das frutas), daqueles que se alimentaram basicamente de plantas que tiveram o caminho fotossintético C4 (milho, milheto, sorgo, tiririca, gramíneas, etc.). Há ainda a possibilidade de identificação de uma alimentação mista onde os valores C3 e C4 se sobrepõem. Por fim, há o caminho fotossintético das plantas CAM (agave, abacaxi, etc.). Quando comparados ao grau de especificidade dos resultados obtidos a partir das etnografias e análises de fitólitos ou pólenes, os isótopos estáveis produzem resultados bem mais genéricos.

Os estudos com isótopos estáveis disponíveis para o litoral Meridional concentram-se, novamente, em sítios de Santa Catarina e Rio de Janeiro e se referem tanto às ocupações dos sambaquis quanto ceramistas. Raros são os trabalhos que comparam os resultados obtidos para os indivíduos da costa com os do interior. É destaque o trabalho de DeMasi (2001) que evidencia a discrepância entre uma dieta proteica marinha nas séries estudadas no litoral para com a dieta centrada em proteínas terrestres plantas C3 e C4 advinda dos indivíduos estudados em sítios do planalto. No que tange aos sambaquis, utilizou análises isotópicas de oxigênio (18/16O) e cores de conchas e demonstrou a estabilidade anual dos assentamentos da Lagoa da Conceição. E vai além, demonstrando através das análises de colágeno (13/12C e 15/14N) que as populações que ocuparam SC-PRV-01 passaram a vida na costa, vivendo do mar, sobretudo da pesca. No entanto, não encontra evidências que sugiram a existência de cultivos vegetais, seja nos sambaquis ou nos sítios ceramistas.

Em Forte Marechal Luz Bastos (2014) e Bastos et al. (2014) analisaram 22 dentes disponíveis para as camadas cerâmicas e pré-cerâmicas. Os resultados demonstraram que o sambaqui propriamente dito foi ocupado por populações cujas dietas proteicas foram centradas em recursos marinhos: na pesca. No entanto, os indivíduos originários das camadas com presença da cerâmica Taquara-Itararé parecem ter possuído uma dieta mais voltada para os recursos proteicos terrestres acompanhados por plantas C3.

É interessante destacar que desde Tiburtius; Bigarella; Bigarella (1950-1951), Beck (2007[1973]) e Bryan; Gruhn (1993) sabemos que a diversificação dos instrumentos e estratégias de captura de peixes se deu em concomitância ao início das ocupações ceramistas no litoral catarinense. Os sítios de Itacoara, Enseada I e Forte Marechal Luz podem ser considerados estudos piloto mas, esforços de síntese realizados na década passada reforçaram a interpretação (Ferreira *et al.*, 2019). No entanto, as pesquisas com isótopos estáveis realizadas em Forte Marechal Luz sugerem que a multiplicação da tralha de pesca, as arpepescas, apontadas no século passado não condiz com populações cuja dieta era majoritariamente calcada na pesca.

No sítio cerâmico da Praia da Tapera “...valores pouco negativos do $\delta^{13}C$ do colágeno e altos valores de $\delta^{15}N$ sugerem que a dieta proteica dos indivíduos analisados do Tapera seria rica em animais de alto nível trófico, como peixes e mamíferos marinhos. [...]” Bastos (2014, p. 47). Aqui a dieta é marinha e aponta para a preferência pelos predadores carnívoros do mar e, novamente, diverge do esperado, pois o consumo de vegetais sejam C3 ou C4 é secundário, ao mesmo tempo em que os peixes comumente encontrados no registro arqueológico (bagres, corvinas, tainhas, etc.) não correspondem ao nível trófico identificado.

Em Galheta IV, Colonese et al., (2014) encontraram um padrão de dieta baseada nas proteínas marinhas em concomitância com vegetais C3, bastante próximo ao que comumente se espera para as ocupações ceramistas do litoral catarinense.

Sem dúvida a multiplicação de pesquisas com os isótopos estáveis permitirá preencher as lacunas hoje existentes nos quadros interpretativos sobre o consumo e produção de alimentos na Arqueologia dos Sambaquis. De toda forma, o que se percebe neste momento inicial dos estudos, é que as sociedades pescadoras que se estabeleceram na costa Meridional apresentam marcadores indiscutíveis da importância, mesmo que secundária, do consumo de vegetais. Ao que tudo indica, não há razão para negarmos que o plantio e o manejo de espécies vegetais tenha feito parte das atividades cotidianas nos sambaquis.

Etnoecologia de pescadores

O termo Etnobotânica, enquanto integrante da Etnobiologia, existe formalmente no Ocidente desde a década final do XIX. No Brasil é a declaração de Belém de 1988 que consolida o campo. A preocupação original era com as florestas tropicais ameaçadas. A partir de então, as populações tradicionais da Amazônia e Mata Atlântica passaram a ser foco de pesquisas intensas. No que tange às comunidades pescadoras amazônicas, são os trabalhos de Berta Ribeiro os grandes expoentes, onde a Etnobotânica e a Etnoictiologia possuem destaque (Ribeiro, 1995). Para a Mata Atlântica do Sul e Sudeste multiplicaram-se as pesquisas já existentes com a pesca caiçara, agora focadas sob a nova ótica (Diegues, 1994; Hanazaki, 2004). A crescente interlocução com a Ecologia Humana ampliou a abordagem integrando todo o sistema ecológico (Peroni, 2004), reforçando a abordagem atualmente difundida e conhecida como Etnoecologia de pescadores (Pieve; Kubo; Coelho-de-Souza, 2009).

Desde o início, e é isso que nos importa aqui, os usos da flora pelas populações pescadoras foram entendidos para muito além dos usos alimentares. A partir dos trabalhos da Etnoecologia é possível reunir os usos dos vegetais em categorias amplas como a confecção de artefatos⁸, infraestrutura, saúde, alimentação, místicas e ornamentais. Todas as plantas utilizadas dependem, logicamente, de duas estratégias básicas de manejo: ou são cultivadas nos roçados, sejam quintais pomares e roças, ou são extraídas diretamente do mato.

Os bosques, ou “capões de mato”, do entorno das localidades são planejados para o provimento diário das demandas. No entanto, é comum nas etnografias o registro de longos deslocamentos para o acesso a plantas de usos especiais, geralmente medicinais, existentes em comunidades vizinhas, casas de parentes ou pesqueiros distantes. A manutenção desses saberes de cura perpetua as relações de reciprocidade e sociabilidade, ao mesmo tempo em que reforça a autonomia sobre os territórios de domínio. Como bem colocam Pieve; Kubo; Coelho-de-Souza (2009, p. 140), algumas medicinais, para ocasiões específicas, “...devem ser ganbadas ou trocadas...” e, inclusive, são apelidadas

com o nome de quem as forneceu. Por vezes, as medicinais precisam ser encomendadas a um integrante determinado da comunidade, alguém que tenha parentesco com a liderança que possui ascendência sobre a mata em que se encontra a planta e que lhe conceda o trânsito. As relações sociais imbricadas compõem o cuidado comunitário e a reciprocidade, para além das práticas de cura e os aspectos funcionais de cada planta.

Nos acampamentos estacionais de pesca, em que a distância condiciona a permanência por dias ou até semanas, há o plantio de frutíferas e medicinais, mantidas constantemente. A Myrtaceae, provavelmente Pitanga, encontrada em Jabuticabeira II por Boyadjian et al., (2016) é comumente utilizada pelas comunidades pescadoras do Sudeste para tratamento de resfriados, dores de dente e garganta, diarreia e infecção urinária (*Eugenia uniflora* L. cf., Hanazaki, 2004). No Sul, nas comunidades das lagoas Mirim e dos Patos, as pitangas e os araçás (também Myrtaceae) são utilizadas como frutos, mas principalmente como lenha. A *Sideroxylon obtusifolium* encontrada nos sambaquis do Sudeste possui dupla utilização nas comunidades pescadoras do Sul, onde é conhecida por coronilha, serve tanto como medicinal quanto para lenha. Os artefatos e materiais para reparos emergenciais em redes e linhas, bem como os insumos para alimentação são transportados para os acampamentos a cada pescaria, mas a infraestrutura básica é mantida com materiais locais (Rechenberg, 2007; Baptista, 2008; Pieve; Kubo; Coelho-de-Souza, 2009).

A confecção dos artefatos, em geral, está representada pelas espécies empregadas nos trançados, esteiras, linhas, redes, cordame, cestaria e tecidos geralmente extraídas em pontos específicos, fora dos limites das comunidades. As diversas espécies de Typha (Jabuticabeira II) e palmáceas (amplamente encontradas nos sambaquis de Santa Catarina e Rio de Janeiro) são extraídas diretamente “do mato”, no entorno das comunidades e são empregadas na confecção de cestarias e trançados (cf., Hanazaki, 2004). Nas lagoas dos Patos e Mirim as bóias das redes eram geralmente de frutos, cabaças e madeiras leves, como a corticeira-do-banhado (*Erythrina crista-galli*). As marrequinhas, as flores da corticeira, são lembradas nas etnografias como

os brinquedos da infância, colocadas para boiar, imitando os barcos dos adultos.

O mesmo vale para os recursos empregados nos diversos tipos de embarcações, remos e tralhas de pesca: sempre extraídos das matas. A infraestrutura está representada pela arquitetura vernacular (madeiramento das casas), pelas tapagens, pelas caiçaras e currais de pesca, bem como pelas estruturas que compõem os estaleiros e rampas de manutenção, geralmente improvisadas no porto das canoas (Diegues, 1994, 2004). “*O junco era conhecido como material de construção para paredes de casas inteiras ou parte delas, a cozinha de junco, por exemplo...*” (Pieve; Kubo; Coelho-de-Souza, 2009, p. 145). As gramíneas, em geral, são amplamente descritas como cobertura das casas. No Sul o capim-santa-fé aparece nas etnografias como “coberta” dos barracos, oficinas e acampamentos estacionais de pesca (Rechenberg, 2007).

A imbirá (*Daphnopsis racemosa*) utilizada para calafetar, para cordoaria e trançados é também medicinal, empregada contra dores no corpo. Mascar suas folhas ou inseri-las em infusão são estratégias empreendidas em benzeduras e, para além disso, há relato de uso para proteção entre as comunidades da Lagoa Mirim: “*quando você vai num lugar em que tem muita cruzeira se faz uma tirinha e ata no tornozelo, a gente vai lá nos Araçás, colher araçá lá, nós amarramos nos pés e graças a Deus, cruzeira não se vê nenhuma!*” (Pieve; Kubo; Coelho-de-Souza, 2009, p. 145).

Todos estes saberes locais originais foram se transformando ao longo do século passado e o que a Etnoecologia de pescadores reúne hoje, em suas etnografias, é uma diminuta parte do conhecimento indígena original, acrescido de todas as contribuições do Velho Mundo (África, Europa e Oriente). A introdução das linhas de náilon tornou desnecessários os banhos de tingimento que garantiam longevidade e resistência às tralhas. No Rio Grande do Norte “*...um jangadeiro, dono de sua jangada, pinta a vela com decoção de mangue, dando coloração avermelhada...*”, como bem ilustra a etnografia antropológica de Câmara-Cascudo (2002[1954], p. 49). Sabidamente, a vela é aparelho que apenas foi introduzido à navegação indígena⁹ depois de 1500 e o que mais nos interessa nesse relato é o uso dos tingimentos em tralhas originais.

As linhas sofrem um processo de preparação para o uso. São esfregadas com folhas de mangue-ratinho ou aroeira. Diz *-se encascar a linha*. Depois de seis a oito dias de pescaria as linhas são postas numa infusão de coipuna ou catanduva para tomar cor e enrijecer. Ficam dispostas nas varas, enxugando ao sol e ao vento. Secas, voltam à infusão, 15 a 20 dias. Fica a linha *encascada*, resistindo água salgada, impermeável. Tornam-se negras e duram muito tempo. Quando é mal *encascada* o jangadeiro diz que *abuou*, apodreceu. (Câmara-Cascudo, 2002[1954], p. 50)

Nas comunidades caiçaras do Sudeste, a preparação para a safra da tainha, semanas antes de maio, mobilizava homens e mulheres na confecção e conserto das redes, sejam de arrasto de praia, caceias ou dos tresmalhos. Toda a tralha era imersa em infusão de casca de árvore: aroeira, mangue, cajueiro (dentre outras), depois estendidas em varais dispersos pela praia (Schmidt, 1947). As canoas “*...são guardadas em ranchos cobertos e pintadas, usando-se o óleo de noga (feito da nogueira de Iguapé, nativa da região) que pode ser adicionado a outras tintas. Canoas conservadas, assim, podem durar mais de meio século.*” (Diegues, 2004, p. 277). Na Lagoa Mirim a capororoca (*Myrsine spp*), a aroeira (*Schinus spp*) e a corunilha (*Sideroxylon obtusifolium*) são as plantas referidas para “encascar” (Pieve; Kubo; Coelho-de-Souza, 2009).

Mas há um aspecto metodológico importante que precisa ser ressaltado, enquanto ressalva, antes do encerramento desta seção do texto. As etnografias utilizadas aqui são oriundas de trabalhos específicos, ora realizados em comunidades pontuais, sejam caiçaras, onde a pesca é marítima (embora haja sempre pesca de “dentro da barra”), ora realizados em comunidades das águas interiores do sistema Patos Mirim, onde a pesca é exclusivamente em águas interiores. De toda forma, as vegetações exploradas são as restingas que ornamentam de forma tão característica a faixa atlântica do Brasil Meridional.

Considerações finais

O percurso pelas diversas abordagens destinadas ao estudo das comunidades pescadoras da

costa Meridional do Brasil demonstrou que a agricultura é estruturante para economia básica da pesca tradicional. De fato, a pesca tradicional é, em sua origem, indígena. O modo de vida Tupi, baseado na agricultura e pesca, identificado desde as crônicas do XVI é a origem da pesca caiçara, que em muito foi acrescida das contribuições do Velho Mundo, desde então.

O avanço das pesquisas arqueobotânicas em sambaquis do Sul e Sudeste permitiu perceber que as populações pescadoras dos sambaquis possuíam um modo de vida mais complexo e uma economia bem mais farta e abrangente do que se supunha. A aproximação dos dados paleobotânicos com as diferentes etnografias, providas pela Antropologia, Etnoecologia e Socioantropologia da pesca, permitiu contribuir para o entendimento da dinâmica cotidiana das comunidades pescadoras do passado, permitiu que, de alguma forma, conferíssemos movimento aos dados arqueológicos.

Notas

1 A pesca como elemento de coesão social foi já abordada em Diegues (2004) para as comunidades tradicionais do Brasil Meridional e Wagner; Silva (2014, 2022) têm consolidado o uso destas categorias analíticas para o estudo das sociedades indígenas costeiras do Sul do Brasil. Especialmente no que tange à arqueologia dos sambaquis (Wagner; Silva; Hilbert, 2020; Wagner, 2022; Silva; Gaspar, 2022; Pompeu; Wagner; Silva, 2023) e cerritos (Silva; Wagner; Ulguim, 2023) o emprego dos conceitos tem reforçado as díades previsibilidade e imprevisibilidade, inverno e verão, dentro e fora da barra. Estas duas últimas são reforçadas pela etnografia presente em Gaspar; Klokler; DeBlasis (2011) para a laguna de Santa Marta.

2 Para uma melhor compreensão da aplicação daqueles conceitos na Arqueologia dos Sambaquis veja Wagner; Silva (2021a, 2021b).

3 Imprevisibilidade e previsibilidade são categorias aplicadas às populações pescadoras dos sambaquis e cerritos em Silva; Wagner; Ulguim (2023). A dialética estabelecida procura demonstrar como o cotidiano da pesca interage com as pescas episódicas e ritualizadas, partindo das espécies identificadas no registro arqueológico daqueles sítios no Sul do Brasil.

4 A pesca de marcação é a pesca de espécies sedentárias e dá contornos de previsibilidade a este tipo de pesca, o que já está dito em Kant de Lima (1999[1978]). Wagner

(2022) traz esta categoria para a Arqueologia dos Sambaquis no intuito de emalhar ao conceito de monumentalidade já proposto em DeBlasis et al., (1998) e Fish et al., (2000). Monumentalidade e marcação são conceitos para a compreensão da dinâmica da pesca nos sambaquis.

5 O que a Socioantropologia da pesca qualifica como pescador artesanal é aquele que pesca individualmente, abordo de sua canoa propelida por motor de centro ou popa, inserido na esfera da pequena produção mercantil.

6 Gioconda Mussolini (1945, 1946) registra que a recente chegada dos imigrantes japoneses trouxe uma série de elementos tecnológicos inovadores para as comunidades do litoral Norte paulista, como as redes de emalhe de três panos, o plantio do arroz e o beneficiamento das algas para a culinária. Willems (2003[1952]) destaca que, na Ilha de Búzios, o plantio do arroz foi abandonado quando da saída das famílias japonesas que migraram para Santos, impossibilitando o acesso anual dos pescadores às sementes. (Mourão (2003[1971]) identifica o mesmo fenômeno para as regiões de Cananéia e litoral paranaense. Obviamente, não nos deteremos aqui a estes cultivares não indígenas, pois é improvável que apareçam nas amostras paleobotânicas dos sambaquis do Brasil Meridional, em que pese Hilbert et al., (2017) tenham encontrado um tipo de arroz no concheiro Monte Castelo.

7 Wagner (2009) procurou demonstrar o quanto as ocupações sambaqueiras do litoral Norte do Rio Grande do Sul se sobrepõem aos mosaicos das restingas litorâneas e, ao mesmo tempo, o quanto as atividades de queima fazem parte do dia a dia nos sítios, mais especificamente, no Sambaqui do Recreio. Recentemente Scheel-Ybert; Boyadjian (2020) sugeriram que os grupos dos sambaquis sejam entendidos, para além de “Povo da Lagoa” (cf., Kneip, 2004; Kneip; Farias; DeBlasis, 2018), mas também como povos das restingas.

8 Pieve; Kubo; Coelho-de-Souza, (2009) sugerem o uso da categoria tecnologia, Ribeiro (1995) engloba os artefatos no conceito amplo de cultura material e Hanazaki (2004) aplica o termo plantas para manufaturas. Todos são termos apropriados aos objetivos dos trabalhos em questão, mas, tendo em vista que todo o registro arqueológico é cultura material e todos os objetos são manufaturados, sentimos a necessidade de utilizar termos que permitissem maior segmentação.

9 Diversos trabalhos abordam as navegações tradicionais da costa brasileira, detalhando os aparelhamentos de velame e performances de cascos. Para uma pesquisa detalhada sobre a navegação eminentemente indígena do XVI, ver Wagner; Foster da Silva (2022).

Referências

- BASTOS, Murilo Q. R. 2014. 158f. **Dos Sambaquis do Sul do Brasil à Diáspora Africana**: estudo de geoquímica isotópica de séries esqueléticas humanas escavadas de sítios arqueológicos brasileiros. Tese (Doutorado em Geologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BASTOS, Murilo Q. R.; LESSA, Andrea.; CARVALHO, Cláudia R.; TYKOT, Robert H.; SANTOS, Roberto V. Análise de isótopos de carbono e nitrogênio: a dieta antes e após a presença de cerâmica no sítio Forte Marechal Luz. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 24, p. 137-151, 2014.
- BAPTISTA, Marcela Meneghetti. **Etnobotânica de Uma Comunidade de Pescadores Artesanais e Suas Percepções Sobre a Reserva Biológica do Lami, Porto Alegre, Rio Grande do Sul**. 2008. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação (Ciências Biológicas), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, (1997[1969]), p.188-250.
- BECK, A. **A Variação do Conteúdo Cultural dos Sambaquis do Litoral de Santa Catarina**. Erechim: Habilis, 2007[1973].
- BIANCHINI, Gina Faraco; SCHEEL-YBERT, Rita; GASPAR, Maria Dulce. Estaca de Lauraceae em Contexto Funerário (Sítio Jabuticabeira II, Santa Catarina, Brasil). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 17, p. 223-229, 2007.
- BINFORD, Lewis R. **Em busca do Passado**. Sintra: Europa-América, 1983.
- BOYADJIAN, Célia Helena Cezar. **Análise e identificação de microvestígios vegetais de cálculo dentário para a reconstrução de dieta sambaqueira: estudo de caso de Jabuticabeira II, SC**. 2012, 225f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BOYADJIAN, Célia Helena Cezar; EGGERS, Sabine; REIHARDT, Karl Jan; SCHEEL-YBERT, Rita. Dieta no Sambaqui de Jabuticabeira-II (SC): consumo de plantas revelado por microvestígios provenientes de cálculo dentário. **Cadernos do Lepaarq**, v. 13, n. 25, p. 132-161, 2016.
- BRYAN, Alan L; GRUHN, Ruth. **The Sambaqui at Forte Marechal Luz, State of Santa Catarina, Brazil**. Corvallis: Center for the Study of the First Americans. Oregon State University, Oregon/EUA, 1993.
- CÂMARA-CASCUDO, Luís. **Jangada: uma pesquisa etnográfica**. São Paulo: Global Editora, 2002[1954].
- COLONESE, André Carlo; COLLINS, Matthew; LUCQUIN, Alexandre; EUSTACE, Michael; HANCOCK, Yvette; PONZONI, Raquel A.R.; MORA, Alice; SMITH, Colin; DeBLASIS, Paulo; FIGUTI, Levy; WESOLOWSKI, Verônica; PLENS, Cláudia R.; EGGERS, Sabine; FARIAS, Deisi S.E.; GLENDHILL, Andy; CRAIG, Oliver E. Long-Term Resilience of Late Holocene Coastal Subsistence System in Southeastern South America. **PLoS One**, v. 9, n. 4, e93854, 2014.
- DEBLASIS, Paulo; FISH, Suzanne K.; GASPAR, Maria Dulce; FISH, Paul R. 1998. Some References for the Discussion of Complexity Among the Sambaqui Moundbuilders from the Southern Shores of Brazil. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 15, p. 75-106, 1998.

DEMASI, Marco Aurelio Nadal. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, n. 57, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pesca e Marginalização no Litoral Paulista**. 1972, 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1972.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Annablume, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Tradition and change in brazilian fishing communities: towards a social anthropology of the sea. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. (Org.) **Tradition and social change in the coastal communities of Brazil**. São Paulo: NUPAUB, p. 1-24, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAB- USP, 2004.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba**. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

FERREIRA, Jessica; BANDEIRA, Dione da Rocha; BARTZ, Magda Carrion; FOSSILE, Thiago; MAYORKA, Felipe. Reflexões Sobre a Pesca Pré-Colonial na Baía da Babitonga: litoral norte de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 16, n. 32., p. 138-155, 2019.

FISH, Suzanne K.; DEBLASIS, Paulo; GASPAR, Maria Dulce; FISH, Paul R. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral Sul do estado de Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 10, p. 69-87, 2000.

FORMAN, Shepard. Cognition and the Catch: The Location of Fishing Spots in a Brazilian Coastal Village. **Ethnology**. v. 6, n. 4, p. 417-426, 1967.

FORMAN, Shepard. **The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy**. Illinois: Indiana University Press, 1970.

GASPAR, Maria Dulce; KLOKLER, Daniela; DEBLASIS, Paulo. Traditional Fishing, Mollusk Gathering, and the Shell Mound Builders of Santa Catarina, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 31, p. 188-212, 2011.

HANAZAKI, Natalia. Etnobotânica. *In*: BEGOSSI, Alpina. (Org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: NUPAUB-USP/HUCITEC/FAPESP/NEPAM-UNICAMP, 2004, p. 37-59.

HILBERT, Lautaro; NEVES, Eduardo Góes; PUGLIESE, Francisco; WHITNEY, Bronwen S.; SHOCK, Myrtle; VEASEY, Elizabeth; ZIMPEL, Carlos Augusto; IRIARTE, José. Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas. **Nature: Ecology & Evolution**, 1, p. 1693–1698, 2017.

KANT DE LIMA, Roberto. **Pescadores de Itaipu: a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social**. Museu Nacional, Rio de Janeiro, (1978[1997]).

KOTTAK, Conrad Phillip. **The Structure of Equality in Brazilian Fishing Community**. Columbia, Univ. Press, 1966.

KOTTAK, Conrad Phillip. **An Assault on Paradise**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1983.

KNEIP, Andreas. **O Povo da Lagoa: Uso do SIG para Modelamento e Simulação na Área Arqueológica do Camacho**. 2004, 172f. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

KNEIP, Andreas; FARIAS, Deisi; DEBLASIS, Paulo. Longa duração e territorialidade da ocupação sambaquieira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina. **Revista de Arqueologia**, v. 31, n. 1, p. 25-51, 2018.

MEGGERS, Betty J. **América Pré-Histórica**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MOURÃO, Fernando A. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2003[1971].

MUSSOLINI, Gioconda. O Cêrco da tainha na Ilha de São Sebastião. **Sociologia: Revista Didática e Científica**, v. 7, n. 3, p.135-147, 1945.

MUSSOLINI, Gioconda. O Cêrco flutuante: Uma rede de pesca japonesa que teve na Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil. **Sociologia: Revista Didática e Científica**, v. 8, n. 3, p.172-183, 1946.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. **Revista de Antropologia**. v. 1, n. 2, p. 81-97, 1953.

NAVARRO, Alexandre; ROOSEVELT, Anna; WAGNER, Gustavo Peretti. O Papel do Atlântico no Povoamento Indígena da América do Sul. **Tessituras**, v. 9, n. 2, p. 250-259, 2021.

PAES, Raquel da Silva; MIRO, José Maria Ribeiro; TERRA, Ricardo Pacheco. Organização Socioespacial dos Artesãos de Esteiras da Comunidade da Barra do Açu, São João da Barra/RJ. **Revista de Geografia Acadêmica**, v. 10, n. 2, p. 67-81, 2016.

PEIXE, Sarah Petrykowski; MELO Jr., João Carlos Ferreira de Melo; BANDEIRA, Dione da Rocha. Paleobotânica dos Macrorestos Vegetais do Tipo Trançados de Fibras Encontrados no Sambaqui Cubatão I, Joinville, SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 17, p. 211-222, 2007.

PERONI, Nivaldo. Agricultura de Pescadores. *In*: BEGOSSI, Alpina. (Org.). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: NUPAUB-USP/HUCITEC/FAPESP/NEPAM-UNICAMP, 2004, p.59-89.

PIEVE, Stella Maris Nunes; KUBO, Rumi Regina; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. **Pescadores artesanais da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência**. Brasília: MDA, 2009.

POMPEU, Filipi Gomes de; WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antônio da. Peixes Pescados e Esculpidos: zoomorfos e haliêutica nos sambaquis do Sul do Brasil. **Amazônica**, v. 15, n. 1, p. 199-231, 2023.

RECHENBERG, “**Vamo Falá do Nosso Lami**”: estudo antropológico sobre memória coletiva, cotidiano e meio ambiente no bairro Lami, Porto Alegre. 2007, 223f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

RIBEIRO, Berta G. **Os Índios das Águas Pretas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: Carneiro da Cunha, Manuela (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 53-87.

ROOSEVELT, A. C.; HOUSLEY, R. A.; IMAZIO-SILVEIRA, M.; MARANCA, S.; JOHNSON, R. Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon. **Science**, v. 254, n. 5038, p. 1621-1624, 1991.

SANTOS, Adriana Maria Pereira dos. **A Conservação de Material Vegetal Encharcado nos Sambaquis de Joinville/SC**. 2010, 76f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, UNIVILLE, Joinville, 2010.

SCHMIDT, C. Alguns aspectos da pesca no litoral paulista. **Revista do Museu Paulista**. n.s. vol 1, p. 181-212, 1947.

SCHEEL-YBERT, Rita. Man and vegetation in Southern Brazil during the Late Holocene. **Journal of archaeological science**, v. 28, n. 5, p. 471-480, 2001.

SCHEEL-YBERT, R.; EGGERS, S.; WESOŁOWSKI, V.; PETRONILHO, C.;

BOYADJIAN, C.; DEBLASIS, P.; BARBOSA-GUIMARÃES, M. GASPAR, M. D. Novas Perspectivas na Reconstituição do Modo de Vida dos Sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar. **Revista de Arqueologia**, v. 16, n. 1, p. 109-137, 2003.

SCHEEL-YBERT, Rita; BOYADJIAN, Célia. Gardens on the Coast: considerations on food production by Brazilian shellmound builders. **Journal of Anthropological Archaeology**. v. 60, p. 1-12, 2020.

SILVA, Lucas Antonio da; GASPAR, MaDu. Os Sambaquieiros e as Águas: Reflexões sobre as relações entre o modo de vida pescador e os rios, as lagoas e os mares. **Tessituras**, v. 10, n. 1, p. 203-217, 2022.

SILVA, Lucas Antonio da; WAGNER, Gustavo Peretti; ULGUIM, Victória Ferreira. A previsibilidade da pesca na imprevisibilidade do mar: o cotidiano da pesca nos cerritos e sambaquis do Rio Grande do Sul, Brasil. **Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas**, v. 18, p. 1-17, 2023.

STADEN, Hans. **A Verdadeira História dos Selvagens, Nus e Ferozes Devoradores de Homens**. Rio de Janeiro: Dantes, 1999[1554].

TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, I. K.; BIGARELLA, J. J. Nota prévia sobre a jazida paleoetnográfica de Itacoara (Joinville, Estado de Santa Catarina). **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, vol., V e VI, 315-343p., 1950-1951.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970[1895].

WAGNER, Gustavo Peretti. **Sambaquis da Barreira da Itapeva, uma perspectiva geoarqueológica**. 2009, 241f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WAGNER, Gustavo Peretti. Monumentalidade e Marcação: conceitos para a compreensão da pesca nas sociedades sambaqueiras. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências. Humanas**, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2022.

WAGNER, Gustavo Peretti; FOSTER DA SILVA, Jefferson. Navegação Indígena nas Águas de Morpion. **Revista de Arqueologia**, v. 35, n. 2, p. 121-135, 2022.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da. Prehistoric maritime domain and Brazilian shellmounds. **Archaeological Discovery**, v. 2, n.1, p. 1-5, 2014.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da. A Pesca Historicizada. *In*: SILVA, Lucas Antonio da; WAGNER, Gustavo Peretti. **Imagens da Pesca: Uma Etnografia Arqueológica na Região das Lagoas do Rio Grande do Sul**. Madrid: JAS Arqueológica, 2022, 36-47p.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da. “Outros Pesqueiros”: Apontamentos sobre a pesca, os pescadores e os ambientes do Sul do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências. Humanas**, v. 16, n. 1, p. 1-10, 2021(a).

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da. Saberes e Pesqueiros: Reflexões Sobre Conhecimento e Território na Pesca Tradicional do Sul do Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 2, p. 124-135, 2021(b).

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da; HILBERT, Lautaro Maximilian. O Sambaqui do Recreio: geoarqueologia, ictioarqueologia e etnoarqueologia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 15, n. 2, p. 1-12, 2020.

WESOLOWSKI, Verônica. **Cáries, desgaste, cálculos dentários e micro-resíduos da dieta entre grupos pré-históricos do litoral norte de Santa Catarina: É possível comer amido e não ter cárie?** 2007. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

WESOLOWSKI, Verônica; MENDONÇA DE SOUZA, Sheila Maria Ferraz; REINHARD, Karl; CECCANTINI, Gregório. Grânulos de amido e fitólitos em cálculos dentários humanos: contribuição ao estudo do modo de vida e subsistência de grupos sambaquianos do litoral sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 17, p. 191-210, 2007.

WILLEMS, Emilio. **A Ilha de Búzios: uma comunidade Caiçara no Sul do Brasil**. São Paulo, HUCITEC, (2003[1952]).

Recrutamentos e deserções na província de Santa Catarina no início do Império do Brasil (1822-1825)

Recruitments and desertions in the province of Santa Catarina at the beginning of the Brazilian Empire (1822-1825)

Ânderson Marcelo Schmitt*

Palavras-chave:
Independência
Recrutamento
Santa Catarina

Resumo: O presente artigo analisa a atividade militar na província de Santa Catarina no início do período imperial brasileiro. Mais especificamente, tem por objeto a dinâmica de recrutamento e suas isenções, e as resistências à atividade militar por meio da deserção. Tendo por recorte temporal o período marcado pelas disputas militares em torno da independência do Brasil, o artigo argumenta que o viés militar é um prisma pelo qual é possível observar a experiência política e social que marcou a criação do estado brasileiro na fronteira Sul. Para isso, foram consultados documentos trocados entre as autoridades responsáveis pelo recrutamento na província de Santa Catarina.

Keywords:
Independence
Recruitment
Santa Catarina

Abstract: This article analyzes military activity in the province of Santa Catarina at the beginning of the Brazilian imperial period. More specifically, its object is the dynamics of recruitment and its exemptions, and resistance to military activity through desertion. Taking as a time frame the period marked by military disputes surrounding Brazil's independence, the article argues that the military bias is a prism through which it is possible to observe the political and social experience that marked the creation of the Brazilian state on the southern border. To this end, documents exchanged between the authorities responsible for recruitment in the province of Santa Catarina were consulted.

Keywords: Independence, Recruitment, Santa Catarina.

Recebido em 30 de novembro de 2023. Aprovado em 02 de fevereiro de 2024.

Introdução

Até o primeiro semestre de 1824, a divisão das tropas portuguesas na Cisplatina, entre as que aceitaram o governo de Dom Pedro e as que se mantiveram fiéis a Portugal, lançou temor sobre as autoridades e população catarinenses (Haro, 1996, p. 252), que receavam que a Ilha pudesse ser atacada pelas tropas portuguesas que se retirassem de Montevideú¹. Este contexto deu o tom das ações militares na província de Santa Catarina, que a seu modo sentiu os efeitos das contendas que ocorreram

em diversas regiões da antiga colônia (Franchini Neto, 2015).

No Brasil não houve, tendo em vista o que se passou na América espanhola, uma guerra continuada mantida por exércitos libertadores e que permitiram que se criassem governos com traços regionais (Rabinovich, 2022). O mais próximo disso foram as tropas mercenárias que foram chamadas ao serviço por Dom Pedro e ajudaram a garantir a adesão das províncias do Norte (Machado, 2022). Mas na maior parte das províncias, o que ocorreu foi uma mescla de tropas regulares – 1ª linha -, e de batalhões milicianos e outros criados

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: anderschm@gmail.com.

esporadicamente, geridos pelas circunstâncias e eventualmente padronizados em dezembro de 1824. Este estudo insere-se, portanto, entre os que analisam a atividade militar e como as pessoas reagiram a ela durante a independência do Brasil, compreendendo a face militar como entrecruzada por características políticas, econômicas e sociais (Castro; Izecksohn; Kraay, 2012).

Historicamente, a Ilha de Santa Catarina e as suas adjacências estiveram inseridas na conformação territorial e política da fronteira Sul da América portuguesa, em constante alteridade aos domínios espanhóis. Em 1822, o território da província de Santa Catarina se limitava às três vilas litorâneas de São Francisco do Sul, Nossa Senhora do Desterro e Laguna, às quais havia se juntado em 1820 a vila de Lages, que até então pertencia à província de São Paulo, trazendo para a jurisdição de Santa Catarina uma extensa área de planalto (Piazza, 1983). Em 1822, haviam na província duas unidades de 1ª linha, sendo um Regimento de Infantaria, reduzido a batalhão naquele ano, e um Corpo de Artilharia, criado em 1819, ambos sediados na capital. Além deles, existiam na província diversas unidades milicianas e de ordenanças.

Nesse artigo, apesar de tratarmos de indivíduos e suas trajetórias pessoais, já que estes eram o material final do recrutamento, não temos como objetivo trazer à tona trajetórias de vida de pessoas anônimas a ponto de usá-las como instrumento que explica por si só o processo de independência do Brasil (Neves, 2020, p. 3-4); o estudo historiográfico militar, inclusive, deixa poucas possibilidades para que isso aconteça, pois as fontes em geral tratam de temas específicos, e abordam as praças ou praças graduadas em poucas ocasiões (Ribeiro, 2012, p. 157). Assim, é premente uma variação de escalas que permita inserir as informações individuais citadas na documentação em conjunturas mais amplas. Ao analisar os documentos trocados pelas autoridades militares responsáveis pela atividade militar, iremos abordar no primeiro momento as determinações em relação ao recrutamento e as isenções previstas nela e como ela foi exercida em Santa Catarina, para em um segundo momento abordar as deserções, como prática essencial à resistência ao serviço militar.

O tributo de sangue na época da Independência

Duas determinações do ano de 1822 marcaram a atividade de recrutamento nos primeiros anos do Império e, conseqüentemente, durante a guerra de independência na província de Santa Catarina. Uma delas teve efeito efêmero, e tratava das condições de alistamento dos voluntários, que teriam vantagens sobre os recrutados. Publicado ainda em 30 de janeiro de 1822 (Collecção das Leis..., Parte II, 1887, p. 4), o Decreto era voltado às tropas da Corte, e foi gradualmente aplicado na província de Santa Catarina (Schmitt, 2021, p. 127). A outra determinação daquele período em relação à formação das tropas teve efeito mais duradouro e se transformou no principal regramento acerca do recrutamento do período imperial. Era a Decisão de 10 de julho de 1822, que inicialmente também valia apenas para a Corte e província do Rio de Janeiro, mas que foi paulatinamente ampliada para as demais províncias até ser tornada nacional pelo Parlamento em 1826 (Mendes, 2010, p. 31; Kraay, 2015, p. 271-274). Segundo ela, “ficam sujeitos ao recrutamento todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade de 18 a 35 anos”, que não tivessem a seu favor as isenções apontadas pela mesma lei (Collecção das Decisões..., 1887a, p. 56-57). Estas instruções de 10 de julho de 1822 foram remetidas para Santa Catarina ainda em agosto de 1822 (AHEx, fl. 68v), devendo ser seguidas na atividade de recrutamento.

Basicamente, o arrolamento militar embasado nas instruções seguia mantendo o recrutamento como um aparelho de controle social. Em Santa Catarina, a primazia dada à Junta Governativa (Collecção das Decisões..., 1887a, p. 60-61) civil sobre os Governadores/Comandantes das Armas² fez com que aquele órgão de governo tomasse ações para proteger certos indivíduos do recrutamento, principalmente os pertencentes a determinadas atividades produtivas, ao passo que enviava os desajustados sociais para a rigidez do exército. Em novembro de 1822, a Junta escreveu sobre uma reclamação do Comandante do batalhão da Laguna, acerca de um recrutamento realizado naquela vila; a Junta afirmava que o recrutamento havia sido uma questão “de Polícia geral nos

Distritos” e, portanto, da sua alçada, e que havia passado ordens para serem recrutados “todos os vadios, inúteis a si, e aos outros prejudiciais”, para “serem sujeitos à severidade do serviço militar, e assim aproveitados”. Continuava a Junta:

A nenhum dos tais tem este Governo mandado assentar praça sem que a este ato tenha procedido as mais sérias averiguações, e o conhecimento exato de que os casados não vivem com suas mulheres, e tem abandonado suas famílias: Aos d[*a* freguesia de] Vila Nova que tanto lastima o Comandante da Laguna, até os acompanhou um extenso nós abaixo assinado dos moradores da Freguesia, pedindo ao Governo, que os não restituísse ao Distrito por serem o flagelo dele (APESC, Registros de Correspondências Recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas, fl. 21-21v).

Esta lógica continuou nos anos seguinte, por exemplo, quando a mãe do paisano João Braz solicitou à Junta que seu filho fosse mantido sob disciplina militar pelos vícios e problemas que ia causando. Depois de ser enviado como remeiro para a fortaleza de Santa Cruz, João Braz foi recrutado para o batalhão de caçadores de 1ª linha, para livrá-lo “do vício da embriaguez que o domina”, devendo sempre ser mantido “em algum ponto fora da Cidade, afim de tirar-lhe quanto for possível, a facilidade de se procurar o sustento do seu vício” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 105). Em 1824, quando a administração civil já estava sendo desempenhada pelo presidente provincial enviado por Dom Pedro³, foi mandado assentar praça a João Antônio Braga, ex-soldado do batalhão n. 12, que havia ficado na capitania em 1820 na condição de colono em Nova Ericeira⁴, mas que “longe de ter se empregado como tal, só tem com seu mau comportamento incomodado aquela povoação, onde por isso se torna prejudicial a sua existência”, se ordenando, então, que fosse assentado no batalhão de caçadores de Linha (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 122v-123).

Ao mesmo tempo em que até 1824 a Junta Governativa tentava engajar os desajustados, buscava diminuir a carga militar sobre os civis que prestavam serviços militares esporádicos, agravados naquele momento pela pressão causada por uma possível expansão do conflito em torno da independência.

Em outubro de 1822, a Junta achava suficiente que as tropas milicianas se reunissem apenas uma vez por mês para os treinamentos, pois “sendo estas tropas compostas de lavradores, ou artistas, o abandono de suas casas a miúdo, as arruinará inteiramente, e com eles a Província”. Ao contrário das outras províncias, nas palavras da Junta, “que são ricas, nas quais deixando o proprietário sua morada, fica-lhe nesta feitor, e escravo, aqui tudo fica ao desamparo” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 12-12v). Em dezembro, enquanto se visionava o prolongamento das tensões com as tropas portuguesas, a Junta se posicionou a favor de que as milícias se reunissem em suas companhias durante todos os domingos para realizarem exercícios enquanto exigissem as circunstâncias (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 35v), mas era contrária à ideia do Governador das Armas de mandar reunir permanentemente as tropas de 2ª linha em pontos de reunião para a proteção da Ilha (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 38v-39), ou de chamar membros das Ordenanças para as rondas noturnas enquanto outras tropas pudessem fazer este serviço (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 33); e mesmo quando o serviço só poderia ser feito por milicianos, como a guarnição do Forte da Barra, em Laguna, o destacamento deveria ser substituído toda semana (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 88-88v).

A brandura com que se tratavam as tropas irregulares contrastava com o rigor que a Junta apresentava em relação à 1ª linha. Em novembro de 1822, a Junta dizia que para diminuir os gastos públicos com o serviço da 2ª linha, seria importante que conforme fosse “aumentando na Capital o número de praças nos Corpos da 1ª linha, logo que as haja bastantes para referido Serviço”, fossem liberadas “as de Milícias, ou da praça, ou das guarnições das Fortalezas, sendo substituídas pelas de 1ª linha à medida que for havendo com que fazer esta mudança” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 20v-21). Ao mesmo tempo, a Junta buscava diminuir as possibilidades de baixa aos soldados de 1ª linha, mesmo em casos de saúde (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 55v, 75v, 79), e tentava sempre compensar as baixas que precisavam ser passadas com a apresentação de novos

recrutas. Em abril de 1823 deveria ser dada baixa a um soldado destacado em São Francisco, mas só depois que o Comandante do seu batalhão tivesse assentado praça a algum sujeito próprio para o serviço e que fosse “solteiro, sem estabelecimento, e que não seja filho único” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 67). Em relação às tropas que se mantinham na Ilha de Santa Catarina, as baixas eram por vezes relativizadas com o envio de recrutas da Laguna; por exemplo, em abril de 1823 dois soldados do batalhão de caçadores requisitaram baixa do serviço, mas a Junta ordenou ao Comandante das Armas que passasse ordens para que um major de milícias se entendesse com o capitão-mór da vila da Laguna e remetesse “para esta Capital dois homens que estejam nas circunstâncias de serem recrutados, aos quais fará V. Sa. assentar praça no referido batalhão, mandando então dar baixa aos acima nomeados Hermenegildo dos Reis e José Antônio Ribeiro” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 69v). A ordem de se enviarem recrutas da Laguna para a Ilha aconteceu mais de uma vez naquele ano (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 68v, 78v), e ocorria, muito provavelmente, porque evitava que as autoridades da Ilha capital precisassem, elas mesmas, lidar com o recrutamento e, portanto, terceirizavam a função para autoridades de vilas longínquas à capital.

É difícil saber o resultado exato dos recrutamentos, mas é possível saber que entre junho de 1822 e abril de 1823 o efetivo das tropas de 1ª linha na província cresceu 44,6%, passando de 343 integrantes para 496; as tropas de 2ª linha, por sua vez, passaram de um efetivo de 2.587 para 3.886 indivíduos, representando um aumento de 50,2%⁵, influenciado pelo alistamento extraordinário de membros das Ordenanças nas Milícias (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 33), o que aumentava o efetivo da 2ª linha sem necessariamente vinculá-los ao rigor militar.

As autoridades provinciais ainda utilizavam das isenções criadas pelas instruções de 10 de julho de 1822 para evitar o recrutamento de sujeitos vinculados a certas atividades, pois a lei considerava como isenta uma gama de ocupações (Collecção das Decisões..., 1887a, p. 57-58). Com o passar dos anos, “o governo impôs numerosas restrições adicionais ao recrutamento”, alargando “a lista de inelegíveis ao

ponto que os recrutadores reclamavam que não podiam encontrar homens sujeitos ao recrutamento”, como afirma Kraay (1999, p. 118).

Em Santa Catarina, desde 1823 se falavam de isenções para indivíduos que desempenhavam determinadas atividades locais, e nisso não havia uma divisão clara entre as tropas profissionais e as demais que eram estruturadas naquele momento e ligadas a forças irregulares. Entre outras categorias, a documentação da província no período fala em isentar do recrutamento ou a exercícios os agricultores na época das sementeiras ou da safra da farinha, escrivães (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 53, 77v-78, 102) e trabalhadores da pesca da baleia. Esta última atividade se desenvolvia em diversas armações do litoral desde a metade do século XVIII, onde entre junho e setembro se beneficiava a carcaça das baleias caçadas para a produção de óleo (Zimmermann, 2011). Em março e abril de 1823 Portarias e Provisões imperiais mandaram que “ficassem isentas do serviço da 1ª e 2ª linha aquelas pessoas, que segundo o estilo, se empregam na pesca das baleias na Ilha de Santa Catarina, com a condição de não serem a isso constrangidas” (AHEx, fl. 94v-95). Os soldados, de acordo com a ordem repassada para o Governador das Armas, deveriam se ajustar “com o Administrador das armações” antes de serem liberados, e “os soldados de 1ª linha que se ajustarem para a mesma pesca, ficarão durante ela com licença registada sem vencimento de soldo” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 69v-70)⁶.

No ano seguinte, novamente foi passada para o Governador das Armas a ordem para que fossem “dispensadas do serviço da 1ª e 2ª linhas os indivíduos que se destinem à mesma pesca” e que se ajustassem com a administrador das armações nacionais, e outra vez com a “precisa condição de não serem a isso constrangidos” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 126). A ênfase que se dá na não compulsoriedade da atividade certamente reflete o costume em relação aos soldados, pois como afirma Lucas Boiteux, durante o período em que a Fazenda Real administrou as armações catarinenses (1801-1816), integrantes do Regimento de linha da capitania eram coagidos a trabalhar na atividade quando não se conseguia trabalhadores de outra forma (1914, p. 10). Sabe-se que naquele ano de

1824 ao menos treze soldados do Corpo de Artilharia se apresentaram para este trabalho (APESC, Registro da Presidência da Província para Ministério da Guerra, fl. 13-14v).

Desta forma, se expandiam e se adaptavam localmente as determinações centrais também em relação às isenções e licenças que poderiam ser dadas, fazendo crescer o número de categorias que gozariam de privilégios, mesmo quando ainda haviam disputas militares entre tropas aliadas a Dom Pedro e as recalcitrantes a ele. No período imperial, esta legislação se tornaria cada vez mais fragmentária, isentando um número cada vez maior de indivíduos e deixando, na maioria das vezes, o encargo do serviço militar ser ditado pelas circunstâncias. Completando este quadro de “isenções consensuais” que eram tacitamente cumpridas (Mendes, 2010, p. 32) naqueles primeiros anos do Império, houveram licenças e isenções para indivíduos que estivessem envolvidos com a segurança social interna.

Este foi o caso da isenção ordenada pelo presidente provincial em 1824, que ouvindo a câmara municipal, mandou dispensar de qualquer outro serviço militar os indivíduos que estivessem empregados junto ao capitão do mato e trabalhando “a bem da ordem e tranquilidade pública” para “evitar a continuação de quilombos, e outrossim a deserção de escravos que os vão aumentar, ou prejudicar com sua fuga o interesse dos proprietários, além do mau exemplo” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 127). A formação de quilombos foi recorrente na Ilha de Santa Catarina e no seu litoral adjacente, e muitas vezes autoridades e senhores trabalhavam juntos para a captura, buscando evitar “perturbações aos direitos sociais e ao sossego do povo” (Rebelatto, 2013, p. 131-135). Por uma lógica semelhante, na tentativa de racionalizar o território e facilitar as comunicações que fluíssem por ele, também se solicitava, em 1825, isenção do “recrutamento para a 1ª e 2ª linha [d]as famílias estabelecidas, e que se estabelecerem” na “antiga estrada de Lages” para animar a “população atrasada daquele lugar” (APESC, Registro da Presidência... fl. 49v), exatamente quando havia uma preocupação latente com os choques com os grupos indígenas do interior do território (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 127v-128v).

Buscando resolver dois problemas com uma mesma determinação, uma Portaria do ministério da Marinha expedida ao presidente catarinense em maio de 1824, solicitava o envio para a Corte de quantos indígenas fosse possível para trabalharem no Arsenal da Marinha ou nos navios de guerra (APESC, Avisos do Ministério da Marinha..., p. 15-16)⁷. No mês seguinte a ordem foi complementada, para que se fizesse “constar aos índios que dali forem remetidos, que serão atendidos por seus serviços, e restituídos à sua província, quando requeiram regressar, logo que seja reconhecida a Independência deste Império” (APESC, Avisos do Ministério da Marinha..., p. 17). Não se tem informações sobre se algum indivíduo nesta situação foi enviado para a Corte, mas esta determinação só foi viável para a fronteira sul porque em abril de 1824 as tropas rebeladas na Cisplatina haviam se retirado em direção a Portugal, permitindo que as atenções se voltassem para a proteção da Corte.

Em 1824 a chegada do primeiro presidente da província, enviado diretamente pela Corte em substituição da Junta Governativa eleita em 1822, também ia dando contornos à estrutura institucional provincial, que também envolvia o recrutamento. Em julho de 1824 o presidente João Antônio Rodrigues de Carvalho mandou o Governador das Armas repreender oficiais que estavam incumbidos de encontrar vadios para assentarem praça e para isso entraram em casa particular. Para o presidente, a atitude era contra o Artigo 179, §7, Título 8 da Constituição brasileira (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 132). Assim, a discussão ia se relacionando ao discurso constitucional no processo de estruturação do estado nacional.

Deserções e fugas do recrutamento

Na América portuguesa, a deserção foi uma questão que por séculos preocupou autoridades e que não possuía uma solução simples ou efetiva (Peregalli, 1986, p. 131). Eram extremamente comuns os perdões reais aos indivíduos que se aproveitavam de marchas ou outras oportunidades para se evadirem de seus contingentes, voltando para

seus lares ou buscando melhor condição de vida longe dos castigos corporais infligidos nas fileiras no exército, prática recorrente também no Império e que colocava os soldados, no limite, poucos degraus acima dos escravos na escala social (Beattie, 2009, p. 27, 34).

Nas incontáveis vezes em que tropas de outros locais passaram pela Ilha de Santa Catarina e em outras vilas pertencentes ao governo daquela Ilha nos séculos de colonização portuguesa, muitas praças decidiam desaparecer na capitania, abandonando a vida militar. Em fevereiro de 1820, ao deixar a Ilha de Santa Catarina, onde estava destacado, o Comandante do batalhão n. 12 de Portugal dava conta de ter tido 73 deserções em seu contingente de 624 militares, o que representa mais de 10% do efetivo (ANRJ, Ministério da Guerra e Estrangeiros, Correspondência do Presidente, fl. 136-137)⁸. Tão comum quanto a prática de deserção, eram as determinações reais para o perdão aos soldados que se encontravam nessa situação e que retornassem para seus Corpos (Mendes, 2004, p. 124).

No contexto das disputas militares que acompanharam a ruptura com Portugal, em 12 de outubro de 1822 – mesmo dia em que ocorria a aclamação do Imperador -, um Decreto perdoou o crime de 1ª, 2ª e 3ª deserção dos “militares dos diferentes Corpos de linha das províncias do Brasil, que tiveram a infelicidade de desertar”, desde que se apresentassem no prazo de dois meses contados da publicação do Decreto em cada província (Collecção das Leis..., 1887, Parte II, p. 63)⁹; o Decreto foi enviado para Santa Catarina em 31 de outubro (APESC, Correspondências do Ministério da Guerra para Junta Governativa Provisória, fl. 714).

Com a perspectiva do prolongamento do conflito entre tropas que se alinhavam a Dom Pedro e outras que se colocavam como fieis às Cortes portuguesas ou a outros horizontes políticos, a pasta da Guerra precisou lidar de forma diversa com o tema da deserção e com os desertores. Ao mesmo tempo em que perdoava o crime (Collecção das Leis..., 1887, Parte II, p. 86; Collecção das leis..., Parte II, 1886, p. 37), também eram utilizadas ameaças e recompensas para trazer os desertores de volta às fileiras. Assim, uma Portaria de 5 de março de 1823 remetida às províncias alinhadas ao Rio de

Janeiro dava o tom das atividades de repressão aos soldados que “esquecidos” de seus deveres, abandonaram as fileiras “no momento em que o Brasil reúne as suas forças para rebater as tentativas dos que pretendem atacar a sua Independência” (Collecção das Decisões..., 1887b, p. 23). Para isso, a Portaria ordenava o cumprimento de três parágrafos – o 1º, o 3º e o 4º - de um Alvará de 6 de setembro de 1765 que estabelecia as “penas, com que devem ser punidos os desertores das tropas, e os que lhes derem asilo” (Alvará de 6 de setembro de 1765..., 1789, p. 337). O 1º parágrafo do Alvará ordenava a obrigatoriedade do porte de passaportes aos soldados que se mantivessem com licenças afastados do seu efetivo, para o que também se remeteu no mês seguinte cópias do modelo do passaporte a ser passado aos soldados nesta condição; o Parágrafo 3º mandava que toda autoridade distrital civil ou miliciana cobrasse a apresentação do passaporte de qualquer soldado que chegasse em seu distrito, prendendo o militar caso não o portasse ou estivesse vencido; o Parágrafo 4º, por sua vez, estabelecia multas para “pessoa de qualquer qualidade e condição que seja, que nas suas casas, quintas, ou fazendas der asilo a qualquer desertor” (Alvará de 6 de setembro de 1765..., 1789, p. 338)¹⁰.

Ao ser recebido em Santa Catarina pela Junta Governativa, a Portaria de 5 de março de 1823 foi publicada em “bando solene” (APESC, Registros da Junta Governativa..., fl. 56) e enviada ao Governador das Armas Aureliano de Souza e Oliveira em 2 de abril, juntamente com doze exemplares dos três parágrafos do Alvará de 1765. Aureliano deveria publicar em Ordem do Dia o conteúdo das determinações, ordenando que fossem “lidos na frente das Companhias, e com especial recomendação nos Corpos de 2ª linha, para onde com mais facilidade chegarão ao conhecimento de todos os habitantes da Província as disposições das referidas ordens” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 65v). Era importante que as determinações da Portaria de 5 de março chegassem ao conhecimento da população porque ela trazia outra determinação relacionada à prisão dos desertores e que premiava quem os apreendesse:

E por que muito importa aumentar os meios que evitem um crime tão horroroso, quanto ofende a Religião, e o espírito de Patriotismo, que a todos deve animar; Manda outrossim o Mesmo Augusto Senhor, que todo aquele que entregar preso um desertor a qualquer Autoridade Constituída, Militar ou Civil, receberá um prêmio a quantia de oito mil réis, que lhe serão pagos, na Corte na Tesouraria Geral das Tropas, e nas Províncias na Junta da Fazenda Pública, servindo de documento para recebimento o Certificado da mesma Autoridade, a quem o desertor for entregue, e sendo depois indenizada a Fazenda Pública por descontos feitos nos vencimentos do desertor (Collecção das Decisões..., 1887b, p. 23-24).

Essas determinações devem ter atingido algum sucesso – como veremos a seguir - haja vista o contexto dinâmico gerado pelos portos da província. De fato, não eram poucos os sujeitos que circulavam e outros militares que aparentemente mesmo sendo da província causavam preocupações. Os próprios soldados licenciados para a pesca da baleia também poderiam sumir depois de assumir o trabalho. Em junho de 1823 o administrador da Armação da Piedade informou “que dali desapareceram os soldados de Artilharia Luiz Coelho e Julião Roiz., depois de haverem recebido dinheiro, roupa, e mantimento para a Pesca”. A Junta Governativa solicitava ao Governador das Armas, então, que caso “estes homens tornassem para esta Cidade, sirva-se V. Sa. de passar as suas ordens para que sejam apreendidos onde se encontrarem”, para que fossem remetidos novamente para a armação e aos trabalhos aos quais estavam designados e do qual haviam fugido (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 84v).

Em outra ocasião, em 21 de fevereiro de 1823 - antes mesmo, portanto, da Portaria de 5 de março – a Junta Governativa se preocupava com um tal “Manoel Gonçalves de Mesquita, a quem por sua má conduta, e descompostos costumes se mandou assentar praça na 1ª linha”. Tendo sido recrutado como um desajustado social, Manoel havia sido destacado para a fortaleza de Ponta Grossa, no extremo norte da Ilha, mas havia se aproveitado de uma licença dada pelo comandante da fortaleza e “acha-se há quatro dias na freguesia de Santo Antônio cometendo toda a sorte de desordens, e ontem atacou o Sargento João José Pereira, que foi o

que o prendeu para soldado”. Quando pego, Manoel deveria ser remetido para a fortaleza da Barra do Sul, onde ficaria “recluso até segunda ordem” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 59-59v).

A preocupação com a circulação de pessoas com intenção de fugir do serviço militar era latente no contexto do aumento do recrutamento. No final de abril de 1823 chegou à Santa Catarina os modelos, ou “fórmulas impressas”, do passaporte que falava a Portaria de 5 de março, que deveria ser passado pelos comandantes aos militares licenciados dos seus corpos e portado por estes, seguindo o padrão do Alvará de 6 de setembro de 1765 (APESC, Correspondências do Ministério da Guerra..., fl. 766). A fórmula, que foi repassada aos comandantes dos corpos pelo Governador das Armas (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 71v), trazia dados básicos do soldado, como regimento e companhia, comandante, naturalidade, idade, e também informações físicas, como altura, e cor de cabelos e olhos. O local para onde o soldado deveria se dirigir durante a licença, e as datas de início e de fim dela também eram, obviamente, informadas¹¹.

Entretanto, a atenção das autoridades com os sujeitos que iam e vinham sobrepujava apenas os indivíduos já recrutados, a ponto de o ministério da Guerra emitir uma Portaria em 19 de abril de 1823 tentando refrear as fugas ao recrutamento. Destinada a outras províncias além de Santa Catarina¹², a Portaria dizia que o Imperador havia sido informado que “muitos indivíduos ociosos e inúteis à sociedade com o temor de serem recrutados para os Corpos Militares, abandonam os Distritos de seus nascimentos, e se passam de umas às outras províncias, com o fim de escaparem ao serviço que deles exige a Nação”. Por estes sujeitos serem “perigosos por tal procedimento” e serem “pelos seus crimes prejudiciais à tranquilidade pública”, a Portaria mandava que o Governo Provisório da “Província de Santa Catarina lance mão de todas as medidas que forem conducentes às obviar e reprimir semelhantes abusos, fazendo observar a mais estrita Polícia e recrutar os referidos indivíduos para a Tropa de Linha ainda que sejam de diversa Província” (APESC, Correspondências do Ministério da Guerra..., fl. 770). A medida, na prática, colocava sob a alçada do recrutamento todos

os homens que estivessem em província que não era a sua sem um motivo explícito para isso. Nos meses seguintes, eram as próprias autoridades internas da província que se preocupavam com o deslocamento de pessoas que se retiravam da província. Em junho a Junta Governativa dizia saber “que alguns indivíduos, e mesmo famílias se evadem para fora desta Província sem passaporte, sendo causa desta desordem a pouca vigilância que há nos registros”. O ponto mais frágil seria “o de Embaú” - principal local de passagem que ligava com a província de São Pedro do Rio Grande do Sul -, por ser atendido por um sargento idoso reformado e que não podia prestar “a necessária vigilância”. Para remediar a situação, a Junta mandava que se nomeasse um oficial inferior em condição de comandar um destacamento para impedir “a passagem de trãnsfugas, obrigando a apresentarem licenças, ou passaportes todas as pessoas que pretendem passar o Rio” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 80v-81).

Em se tratando exclusivamente de desertores, prender um deles poderia não ser uma tarefa fácil. Mesmo que tivesse sido recrutado há pouco tempo, o soldado já havia recebido algum treinamento e, o mais importante, recebido armas, as quais carregava quando da deserção. Em novembro de 1823 a atenção se voltou para um desertor da Artilharia chamado Antônio Leandro, que estava sendo procurado, mas “tem sido até agora infrutíferas as diligências, porque o desertor anda bem armado, e está determinado a [...] resistir”. As diligências que procuravam por ele já haviam conseguido tirar-lhe “uma espingarda carregada, e uma espada”, mas se sabia que “ele está provido de outras armas”. Assim, a Junta Governativa ordenava ao Governador das Armas que “mande uma escolta ao lugar das Tijucas Grandes para o fim de o prender”, devendo esta partida se entender “com o Cabo de Milícias José de Souza, estabelecido naquele lugar, e de acordo com ele empregar os meios de manha, ou força, para que a diligência tenha bom êxito” (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 103v). Assim, se utilizava de um miliciano local, que conhecia a região e talvez o próprio soldado desertado, para tentar da melhor maneira trazer o soldado de volta para a caserna; esperava-se desta forma, diminuir a chance de o desertor armado ferir os membros da partida que o caçava.

Para a população em geral, a apreensão de desertores não deve ter sido uma atividade corriqueira. Nem sempre era evidente que um indivíduo era desertor, pois um homem poderia estar com licença no prazo, sendo difícil o controle da população sobre quais sujeitos eram passíveis de apreensão. Ademais, prender um soldado fugido requeria o uso da força, e certamente suscitava resistência, sendo que os apreensores ficavam à mercê de novas fugas e de represália por parte do apreendido. O mais comum deve ter sido a apreensão de desertores pelos próprios militares, em partidas destinadas a este fim ou quando esporadicamente se encontravam com algum ex-colega que sabiam ser desertor e tinham oportunidade e interesse em apreende-lo.

Esse foi o caso do Cabo da 4ª Companhia do Batalhão de caçadores, Francisco Antônio dos Santos, que em setembro de 1823 “prende no distrito de Itajaí um desertor do Batalhão de Artilharia, e um Miliciano, que ambos apresentou”. Ciente de que lhe cabia o pagamento de 8 mil réis para cada desertor, conforme o estabelecido pela Portaria de 5 de março, Francisco decidiu utilizar do seu feito para tentar subir posições na estrutura militar, pois explicitou à Junta Governativa que ao invés da “recompensa pecuniária estabelecida para tal Serviço”, preferia “algum acesso em posto”. Depois de deliberar sobre o pedido, a Junta informou ao Governador das Armas que considerava

justíssima esta pretensão, e tendo em vista animar os outros a seguirem o exemplo deste, tem acordado em conceder ao dito Cabo de Esquadra Francisco Antônio dos Santos o posto de 2º Sargento agregado à sua Companhia; para cujo efeito se dirige a V. Sa., afim de que em consequência, haja de passar as ordens necessárias ao respectivo Comandante (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 97).

Mas estas apreensões individuais parecem ter sido exceções, com poucas notícias na documentação de sujeitos entregando desertores em troca do pagamento prometido na Portaria de 5 de março ou, como no caso acima, por ascensão militar.

Depois de entregues às autoridades, era necessário seguir um trâmite legal para se estabelecer

as penas aos desertores. Em abril de 1823 o ministro da Guerra achou necessário relembrar as autoridades provinciais em Santa Catarina sobre as informações que deveriam constar nos documentos e o correto caminho a ser seguido após a prisão de um desertor, pois “alguns Processos Verbais feitos a Réus Militares levam irregularidades, quando sobem ao Conselho de Justiça”:

1º. Sempre que o crime for de natureza que por Lei se deva proceder a Devassa, jamais se sentencie o Réu sem satisfazer-se a este requisito da mesma Lei. -2º. Que em caso de deserção declarem os Comandantes de Companhias nas suas participações se o fardamento levado pelo soldado eram, ou não, vencido, porque no primeiro caso ele dispôs da sua propriedade, e no segundo a deserção é agravada, por dever ser arguido de roubo. -3º. Que no mesmo caso de deserção não somente declarem os Comandantes de Companhias a data da sua qualificação, mas também a da mesma deserção. -4º. Que jamais se proceda a Conselho de Guerra, em caso de deserção, sem se lhe juntar o Conselho de Disciplina, que pelas novas Ordenanças deve servir de Corpo de delicto no de Guerra. -5º. Não é lícito no Conselho de Disciplina declarar a pena em que o Réu incorreu, o que é das atribuições do Conselho de Guerra, e não do de disciplina, que só serve a qualificar a culpa. -6º. Que no caso de deserção agravada, jamais se prescindia da Arguição, ou perguntas sobre a qualidade agravante (APESC, Correspondências do Ministério da Guerra..., fl. 771-771v).

O que estes esclarecimentos queriam, na prática, eram normalizar a continuidade da legislação portuguesa relativa aos desertores e às suas punições. Como explica Adriana Barreto de Souza, a legislação militar portuguesa tentava criar padrões racionalizantes desde a segunda metade do século XVIII, mas ainda permanecia marcada por padrões sociais rígidos do Antigo Regime. Neste contexto, foi estabelecida a Ordenança para Desertores em Tempos de Paz, em 9 de abril de 1805, único resultado das deliberações da Junta do Código Penal Militar, instalada em 1802 em Lisboa (Souza, 2016, p. 365-366).

Em resumo, a Ordenança estabelecia que seria considerado deserção quando um soldado ou oficial inferior – e somente eles – “sem legítima

licença faltar na sua Companhia pelo espaço de oito dias consecutivos”; no caso de excesso de licença, a deserção se iniciaria trinta dias após o início do excesso (Collecção da Legislação Portuguesa..., 1826, p. 350). Depois de preso, o militar com mais de três dias de falta ao serviço – já que até este prazo o castigo ficaria a arbítrio dos coronéis - passaria por um Conselho de Disciplina composto de três oficiais superiores e dois capitães mais antigos que não pertencessem à Companhia do réu, chamados de vogais. Nos casos de falta entre três e oito dias, o próprio Conselho de Disciplina estabelecia a pena após ouvir a defesa do militar. Mas quando a falta ultrapassava os oito dias consecutivos ou trinta de excesso de licença e, assim, configurava o crime de deserção, o Conselho de Disciplina receberia a acusação por escrito do Comandante da Companhia do réu, ouviria as testemunhas e criaria um corpo de delito a ser enviado a um Conselho de Guerra, que julgaria o caso (Collecção da Legislação Portuguesa..., 1826, p. 352). Por sua vez, o Conselho de Guerra era formado por presidente, auditor e cinco oficiais, também chamados de vogais, que não poderiam ter patentes militares e qualidade social inferiores ao do réu; depois de julgar o caso, o Conselho de Guerra enviaria o resultado ao Conselho Supremo Militar e de Justiça, para que o Conselho de Justiça, em segunda instância, confirmasse a sentença (Souza, 2016, p. 366).

Foi o que aconteceu, por exemplo, com Silvanio Antônio, soldado do regimento de artilharia de Santa Catarina, que em agosto de 1823 foi sentenciado pelo crime de 1ª deserção simples, e teve seu processo verbal com sua sentença enviado pela pasta da Guerra para a Junta Governativa catarinense “afim de que faça dar execução à sentença do Conselho Supremo Militar de Justiça” (AHEx, fl. 112-112v). Mas é possível perceber que em outros momentos haviam equívocos na forma de se efetivar o fluxo dos procedimentos em relação à acusação de deserção, como visto no documento citado acima, em que o ministro da Guerra informava sobre os erros formais dos processos que subiam até o Conselho Supremo: não se informava se o desertor estava com o fardamento vencido e, assim, não se sabia se a pena seria simples ou com agravante, o que levaria à duplicação da pena (Collecção da Legislação Portuguesa..., 1826, p. 352); a falta do corpo de

delito, pois não se formava o Conselho de Disciplina antes do Conselho de Guerra; ou, quando era criado o Conselho de Disciplina, erroneamente este impunha a pena ao desertor, o que era de responsabilidade exclusiva do Conselho de Guerra. Enfim, certamente por vezes foi necessário adaptar o funcionamento destes órgãos, diminuindo-se, por exemplo, como feito em 1822, o número de vogais nos Conselhos de Disciplina, por falta dos cinco oficiais necessários para ocuparem as posições naquele Conselho, fazendo com que apenas três oficiais trabalhassem nos corpos de delito dos desertores, o que foi aceito pelo Conselho de Guerra e posteriormente pelo Conselho de Justiça na Corte (APESC, Registros de Correspondências..., fl. 25-26v).

Em 1824, a dinâmica da guerra de independência do Brasil fez com que as atenções da Corte se voltassem para a sua própria defesa, principalmente depois da expulsão das tropas portuguesas da Bahia e da saída das tropas de Álvaro da Costa de Montevideú, em direção a Portugal. Este fato também reverberou sobre os desertores, pois certos de uma “invasão pelos inimigos da Independência”, a Corte decretou em junho daquele ano o perdão aos desertores e aos presos condenados por este crime (Collecção das leis..., Parte II, 1886, p. 39). Como resultado, foi remetido de Santa Catarina o soldado Ignácio José Pereira Bahia, que estando preso, solicitou perdão e foi transferido do Regimento de Artilharia de Santa Catarina para o da Corte (ANRJ, Ministério da Guerra e Estrangeiros..., fl. 429)¹³. Nada se sabe se outros soldados tenham sido enviados na mesma situação para a Corte, mas estes fatos são suficientes para se inferir o quanto as guerras afetavam as estratégias dos atores sociais durante a crise colonial.

Conclusão

A experiência militar do início do período imperial brasileiro deve ser analisada tendo em vista as idiosincrasias regionais, provinciais e locais. Ainda que o Rio de Janeiro buscasse desempenhar seu papel centrípeto regulando a atividade militar, eram nas províncias coligadas ao seu projeto que esta atividade era levada a cabo, não podendo, portanto,

ser ignorado o caráter multifacetado do recrutamento militar e da aversão a ele.

No contexto das revoluções americanas, os sujeitos cabíveis de recrutamento tinham ideia da provisoriedade do estado de coisas que estavam vivenciando. Isso significa que por vezes eles podiam manipular a adesão ao exército para colher vantagens pessoais enquanto eram visualizadas possibilidades de ascensão. Desta forma, nem todos os membros do exército eram obrigados a estar nesta posição, apesar de o exército brasileiro ter mantido um caráter punitivo no recrutamento durante quase todo o período imperial.

De outra forma, seria um erro grosseiro imaginar que as pessoas que pegaram em armas para defender a independência do Brasil o fizeram por um sentimento nacional, pelo simples fato de que este sentimento não existia, pois a própria construção da nação brasileira acompanhou a estruturação do estado, em um movimento que acabou por limitar o acesso à cidadania de vários grupos que, no início da década de 1820, podiam se imaginar como integrantes desta comunidade por terem lutado pelo surgimento deste estado.

Notas

1 Em outubro de 1823 a Junta Governativa catarinense questionou José Bonifácio se as tropas que permaneciam estacionadas em Montevideú eram do Império ou de Portugal, sendo informada, então, que, em razão da rebeldia apresentada, as tropas de Montevideú seriam consideradas inimigas (As Juntas..., 1973, p. 1209-1210; Rodrigues, 2002, p. 215).

2 Tanto as Juntas quanto os Governos/Comandos das Armas foram criados em 1821 pelas Cortes, buscando enfraquecer o poder de Dom Pedro no Rio de Janeiro (Barman, 1988).

3 Trata-se de João Antônio Rodrigues de Carvalho (1770-1840), cearense bacharel em Direito em Coimbra, que foi nomeado como primeiro presidente da província de Santa Catarina em 25 de novembro de 1823 e tomou posse em 16 de fevereiro do ano seguinte, permanecendo no cargo até março de 1825 (Piazza, 1985, p. 144-145).

4 A colônia Nova Ericeira pertencia inicialmente à freguesia de São Miguel, tendo sido estabelecida em 1818 na enseada de Garoupas, no continente ao norte da Ilha, com colonos de Ericeira, litoral português. A estes se somaram outros que chegaram nos anos seguintes. Em

1824 a colônia foi elevada à categoria de freguesia, com nome de Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Porto Belo. (Santos, 1996, p. 28).

5 Para esta proporção se utilizou os dados disponíveis em (Schmitt, 2021, p. 146-147).

6 A comunicação também ocorreu através do ministério da Fazenda (As Juntas..., 1973, p. 1234). A prática de liberar militares para trabalharem não era nova na Ilha. Augusto da Silva já identificou que militares eram liberados para trabalharem como pescadores em 1783, em vista das dificuldades no pagamento da tropa (Silva, 2013, p. 176).

7 Segundo Marco Morel, foi constante o envio de indígenas do Espírito Santo para o Rio de Janeiro durante o Primeiro Reinado, os quais foram engajados em obras públicas (2022, p. 107-108). Sposito também aponta sobre a participação de indígenas em diversos movimentos nos anos que antecederam e sucederam à independência (Sposito, 2022).

8 O fato de terem desertado também impedia que em 1820 os integrantes do exército pudessem escolher permanecer em Santa Catarina como colonos em Nova Ericeira, condição que era proporcionada a outros colonos que não houvessem desertado (AHEx, fl. 11-11v). Sobre a Colônia Nova Ericeira, cf.: (Santos, 1996, p. 28).

9 Na mesma data também se perdoavam os desertores da Marinha que estavam presos. *Idem*, p. 63.

10 Em junho de 1823, outra Decisão da pasta da Guerra mandava castigar sumariamente com 30 chibatadas os apreendidos em 1ª deserção simples, e com 50 os de 2ª deserção (Collecção das Decisões..., 1887b, p. 67-68).

11 O conteúdo completo da fórmula do passaporte, segundo o Alvará de 1765, era:

“Fórmula para os Passaportes de licença.

Atesto que F[sic]..... Soldado do Regimento de de que é coronel da Companhia de natural de idade altura cabelos olhos tem licença para ir a..... por tempo de principiando da data desse, e se recolherá ao seu Regimento antes do dia

E excedendo a licença, qualquer Ministro, ou oficial de guerra, Justiça, Auxiliares, Ordenanças, o deve prender, e avisar logo ao Chefe do seu Regimento para o mandar reconduzir por um Destacamento; porque aliás ficarão incursos os que assim o não executarem nas penas estabelecidas pelas Leis, e Ordens de Sua Majestade. Dado em no dia de do mês de ano de.....”. (Alvará de 6 de setembro de 1765..., 1789, p. 340).

12 Uma anotação no livro de registros de Santa Catarina existente no Arquivo Histórico do Exército informa que no livro de registro de Minas Gerais “se acha registrada uma Portaria em data de 19 do corrente que é comum a esta Província, São Paulo, e Minas, sobre o recrutar os

indivíduos que se passam de umas às outras Províncias com o fim de escaparem ao serviço.” (AHEx, fl. 95).

13 Há uma confusão entre os nomes de Ignácio e Antônio José Bitancurt, sendo último sendo natural de Laguna e tendo desertado em 16 de janeiro de 1820

Referências

Alvará de 6 de setembro de 1765, em que se estabelecem as penas, com que devem ser punidos os desertores das tropas, e os que lhes derem asilo. *In: Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*. Contém os Regimentos Pertencentes á Fazenda Real, Justiças, e Militares. Tomo V. Lisboa: Officina Patricarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789.

Disponível em:

http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&cid_partes=115&acao=ver&pagina=347.

Acesso em 10 nov. 2023.

Arquivo Histórico do Exército/RJ, Santa Catarina (1820-1829), pasta 73.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Série Guerra (SG), IG¹ 59, Ministério da Guerra e Estrangeiros, Correspondência do Presidente, 1820/1822.

ANRJ, SG, IG¹ 290, Ministério da Guerra e Estrangeiros, Correspondência do Comandante das Armas, 1821/1831.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), Avisos do Ministério da Marinha para Junta Governativa e Presidência da Província (Transcrito), 1823/1825, 01v., MM JGP/PRESP, Local 58.

APESC, Registros da Junta Governativa Provisória para Ministério da Guerra, 1822/1824, 01v., JGP MG, local 69.

APESC, Registros de Correspondências Recebidas pelos Comandantes/Governadores das Armas, 1822/1827, GA, Local 58.

APESC, Correspondências do Ministério da Guerra para Junta Governativa Provisória, 1822/23, MG JGP, Local 68.

BARMAN, Roderick J. **Brazil: the forging of a Nation, 1798-1852.** Stanford: Stanford University Press, 1988.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945.** São Paulo: EDUSP, 2009.

BOITEUX, Lucas A. A pesca da baleia. **Revista do IHGSC**, F. 1, vol. 3, Florianópolis, 1º/2º trim. 1914.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. *In*: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História militar brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, oferecida à El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 102 a 1810. Lisboa: Typografia Maigrense, 1826. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/26519>. Acesso em 15 nov. 2023.

Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil de 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887a.

Collecção das Leis do Brazil de 1819. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1819.

Collecção das Leis do Brazil de 1821. Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1889.

Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1823. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887b.

Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1824. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

FRANCHINI NETO, Hélio. **Independência e morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823).** Tese (Doutorado em História) – UNB, Brasília, 2015.

HARO, Martim Afonso Palma de. (Org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1996.

KRAAY, Hendrik. **Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência (Bahia, 1790-1850).** São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 3, n. 3: 113-151, 1999.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Um acordo impossível: o papel das guerras na Independência e na definição do Estado no Império do Brasil (1822-1825). **Almanack**, Guarulhos, n. 31, ef00722, 2022.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. *In*: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MENDES, Fábio Faria. **Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.

MOREL, Marco. Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudo durante o Primeiro Reinado. **Dimensões**, vol. 14, 2022.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereiras das. Os esquecidos da Independência: uma história a se fazer. **Almanack**, Guarulhos, n. 25, ef00220, 2020.

PEREGALLI, Enrique. **Recrutamento militar no Brasil Colonial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1983.

RABINOVICH, Alejandro M. Los ejércitos libertadores de Sudamérica: teoría y práctica de la guerra revolucionaria. **Almanack**, Guarulhos, n. 31, ef00322, 2022.

REBELATTO, Martha. Quilombos e fugas de escravos na Ilha de Santa Catarina. *In*: MAMIGONIAN, Beatriz B.; VIDAL, Joseane Z. **História Diversa: africanos e afrodescendentes na**

Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

RIBEIRO, José Iran. Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar. *In*: MARTINS, Maria C. B.; MOREIRA, Paulo Roberto S. (Orgs.). **Uma História em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2012.

RODRIGUES, José H. **Independência: revolução e contra-revolução – as forças armadas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. **A freguesia de São Miguel da Terra Firme: aspectos históricos e demográficos – 1750-1894**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 1996.

SILVA, Augusto da. **O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade (1738-1807)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SCHMITT, Ânderson M. **Militarização da Fronteira meridional: as forças terrestres em Santa Catarina (de fins do séc. XVIII ao início do Segundo Reinado)**. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2021.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. **Subsídios para a História da Província de Santa Catarina, compilados, agrupados em épocas e anotados por José Gonçalves da Silva**. Vol. 2. Florianópolis: IHGSC, 2007.

SOUZA, Adriana Barreto de. A organização da Justiça Militar no Brasil: Império e República.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 58, p. 361-380, maio-agosto 2016.

SPOSITO, Fernanda. Povos indígenas na Independência. In: João Paulo Pimenta. (Org.). **E deixou de ser colônia**. Uma história da independência do Brasil. 1ed. São Paulo: Edições 70, 2022.

ZIMMERMANN, Fernanda. **Da armação baleeira a engenhos de farinha**: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme – SC: 1800-1860. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFSC, Florianópolis, 2011.